

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**A POLÍTICA REPRESSIVA APLICADA A MILITARES
APÓS O GOLPE DE 1964**

Cláudio Beserra de Vasconcelos

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



A POLÍTICA REPRESSIVA APLICADA A MILITARES APÓS O GOLPE DE 1964

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientador: Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Rio de Janeiro

Junho de 2010

A POLÍTICA REPRESSIVA APLICADA A MILITARES APÓS O GOLPE DE 1964

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Orientador: Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovada por:

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos – Orientador

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho

Prof. Dr. Jorge Zaverucha

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Francisca Pires

Rio de Janeiro

Junho de 2010

Vasconcelos, Cláudio Beserra de.

A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964/ Cláudio Beserra de Vasconcelos. – Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2010.

xii, 307f.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Tese (doutorado) – UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 280-293.

1. Brasil – História – Golpe, 1964. 2. Brasil – História, 1945-1970. 3. Brasil – Política, 1945-1970. I. Lemos, Renato Luís do Couto Neto e. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

Agradecimentos

Sou grato ao Professor Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos pela orientação a este trabalho e pelos anos de paciência, amizade e ensinamentos. O quanto aprendi, não sei dizer. Certamente, muito menos do que me foi generosamente ofertado.

Agradeço a leitura atenta das versões iniciais dos capítulos, as dicas e sugestões feitas pela Professora Dr.^a Maria da Conceição Francisca Pires. Sua ajuda muito colaborou para o andamento da pesquisa, seu carinho e amizade fazem um imenso bem à alma.

A Giovani Grillo de Salve e Ana Taisa da Silva Falcão, sou grato pela contribuição inestimável no levantamento das fontes. Sem o prestimoso auxílio destes assistentes de pesquisa, o trabalho teria se tornado inviável.

À bibliotecária do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, Nair da Laia, ao servidor civil do Arquivo do Ministério da Marinha, José Antônio Araújo Alves e aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Johenir Jannotti Viegas, Joyce Silva Campos, Bruno Cardoso, Felipe de Souza Andrade e Thais Estruc. Além de um atendimento prestativo, muitas vezes, eles foram verdadeiros assistentes de pesquisa, buscando materiais e fazendo levantamentos que ultrapassavam os seus deveres funcionais e que contribuíram de maneira significativa para o resultado final.

Em termos materiais, agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pela bolsa de estudos concedida para a realização do Doutorado.

RESUMO

A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Orientador: Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História Social

Esta tese analisa a política repressiva aplicada aos militares entre o golpe de 31 de março de 1964 e o início do ano de 1970, com ênfase no processo de disputa político-ideológica pelo controle do Estado brasileiro, intensificado a partir de 1945. De modo específico, apresenta-se uma interpretação que busca neste conflito as origens do processo repressivo.

Sustenta-se a hipótese de que a partir de fins dos anos 1940 gestou-se um projeto de desenvolvimento capitalista cuja intenção era integrar o Brasil de forma dependente à estrutura do capitalismo internacional. Esta meta implicava a superação de entraves políticos, econômicos e sociais, o que levou à necessidade de conquista, controle e reformulação do Estado brasileiro. Como um dos meios para o estabelecimento deste projeto, admitia-se o recurso à prática da repressão política.

Os militares participaram de maneira central do debate sobre o tipo de desenvolvimento adequado para o Brasil e, assim como os civis, acabaram divididos. Após o golpe, como o novo regime tinha como objetivo “limpar” o ambiente político dos obstáculos à

implementação do projeto de Estado, os militares que defenderam de forma ativa uma proposta nacionalista desde o final da década de 1940 tornaram-se um dos alvos privilegiados do processo repressivo. É esta a lógica que explica a prática repressiva que recaiu sobre parcela significativa de militares após o golpe de 1964.

Palavras-chave: Golpe de 1964; Repressão política; Militares cassados

Rio de Janeiro

Junho de 2010

*Abstract***The repressive policy applied to the militaries after 1964' coup**

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Orientador: Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História Social

This thesis examines the repressive policy applied to the military between the coup of March 31, 1964 and the beginning of 1970, with emphasis on the contest of policy-ideological process for control by the Brazilian State, which intensified after 1945. Specifically, presents an interpretation that seeks in this conflict the origins of repressive process.

Sustains the hypothesis that from the late 1940's nurtured a project of capitalist development which was intended to integrate Brazil in dependent way on the structure of international capitalism. This goal implied to overcome political fetters, economic and social obstacles, which took to the need for achievement, control and reformulation of the Brazilian State. As one of the means of establishing this project, it was admitted to appeal to the practice of political repression.

The military took part of central way in the debate about the type of appropriate development to Brazil and as well as civilians, ended divided. After the coup, as the new regime was intended to "clean up" the political environment of obstacles to the implementation of the State project, the military which actively advocated a nationalist

proposal since the late 1940's became one of the privileged targets of the repressive process. This is the logic that explains the practice of repression that fell on a significant portion of the military after the coup of 1964.

Keywords: 1964' coup; Political repression; Banished soldiers

Rio de Janeiro

Junho de 2010

Lista de Abreviaturas

- ABDDH – Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem
- ABI – Associação Brasileira de Imprensa
- ABSPP – Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo do Paraguai
- ACAFAB – Associação de Cabos da Força Aérea Brasileira
- Adiseb – Associação de ex-Alunos do ISEB
- ADNAM – Associação Democrática e Nacionalista de Militares
- AEL – Arquivo Edgard Leuenroth
- AMFNB – Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
- ANL – Aliança Nacional Libertadora
- APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
- Arena – Aliança Renovadora Nacional
- BNM – Fundo Brasil: Nunca Mais
- CEDP – Centro de Estudos e Defesa do Petróleo
- CEDPEN – Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional
- CEMO – Curso de Especialização em Máquinas para Oficiais
- CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
- CFN – Corpo de Fuzileiros Navais
- CIAW – Centro de Instrução Almirante Wandenkolk
- CICFN – Centro de Instruções do Corpo de Fuzileiros Navais
- CJMs – Circunscrições Judiciárias Militares
- CNP – Conselho Nacional do Petróleo
- CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações
- DCT – Departamento de Correios e Telégrafos

DIM – Diretoria-Geral de Intendência da Marinha

DOPS/GB – Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara

E.E.Aer. – Escola de Especialistas da Aeronáutica

EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas

ESG – Escola Superior de Guerra

FAB – Força Aérea Brasileira

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMP – Frente de Mobilização Popular

FPP – Fundo Polícias Políticas

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política

ICBC – Instituto Cultural Brasil-Cuba

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial-Militar

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

ITT – International Telephone & Telegraph Corporation

JID – Junta Interamericana de Defesa

LEN – Liga da Emancipação Nacional

LSM – Lei do Serviço Militar

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OBAN – Operação Bandeirante

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCB – Partido Comunista do Brasil

PCP – Partido Comunista Paraguaio

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SNI – Serviço Nacional de Informações

STF – Supremo Tribunal Federal

STM – Superior Tribunal Militar

SUPRA – Superintendência de Política Agrária

Tiar – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

Sumário

Introdução	1
1. Ditadura de classe como solução política	2
2. Repressão política após 1964: interpretações	5
3. O fenômeno militar: principais interpretações e proposta de análise ...	10
4. Como analisar a política de repressão?	16
Capítulo I – Segurança, desenvolvimento e repressão política	28
1. A Escola Superior de Guerra: origem, objetivos e função	36
2. A segurança continental	49
3. A nova fase da expansão capitalista: o desenvolvimento dependente ..	57
4. A repressão política como resposta	70
Capítulo II – Repressão após o golpe e os conflitos dos anos anteriores: “a grande jornada emancipadora”	85
1. O mapeamento da trajetória política dos oficiais gerais e superiores cassados	90
2. Instituições que congregaram nacionalistas e a participação dos militares	94
2.1 O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional – CEDPEN	97
2.2 A Liga da Emancipação Nacional – LEN	101
2.3 A chapa nacionalista no Clube Militar	102
2.4 A Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem – ABDDH	112
2.5 A Campanha contra o Acordo Militar Brasil-EUA	115
2.6 O Movimento pela Paz e a Campanha pela Proibição das Armas Atômicas	117
2.7 Associações culturais e eventos de solidariedade a povos amigos	119

2.7.1	Sociedade dos Amigos do Povo da Guatemala	119
2.7.2	Sociedade Cultural Sino-Brasileira	120
2.7.3	Instituto Cultural Brasil-Cuba e o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba	122
2.7.4	Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo do Paraguai	124
3.	A similaridade de propostas e a luta conjunta	127
3.1	A defesa dos minérios, da indústria e dos mercados nacionais .	129
3.2	A defesa da autodeterminação política e econômica	131
3.3	A oposição à sujeição aos desígnios belicistas dos EUA	136
3.4	A inserção da problemática brasileira em um contexto maior ..	138
4.	Condições e estratégias do movimento nacionalista	147
4.1	A solidariedade	148
4.2	A unidade organizacional	150
4.3	A mobilização e a doutrinação	152
	Capítulo III – <i>Prováveis futuros desajustados: punições aos oficiais intermediários e subalternos</i>	172
1.	A Trajetória dos oficiais intermediários e subalternos cassados	175
2.	Supostos subversivos	178
3.	As cassações como prevenção	191
4.	O refinamento do padrão básico de cassações	208
	Capítulo IV – “Cassações brancas”: o caso dos cabos da Aeronáutica	225
1.	Repressão às praças: as primeiras providências	230
2.	Aos inimigos, a lei	239
3.	As alterações das normas como prevenção	247
4.	Ampliando o “saneamento”: dificuldades para promoção	255
	Conclusão	273
	Referências bibliográficas	280

Introdução

Esta tese trata da política repressiva aplicada aos militares entre o golpe de 31 de março de 1964 e o momento imediatamente posterior à edição do Ato Institucional n.º 17, em 15 de outubro de 1969, que permitiu a punição de militares que atentassem “contra a coesão das Forças Armadas”. Apresento uma interpretação que busca as origens deste processo na disputa político-ideológica intensificada a partir de 1945, perspectiva pouco considerada pelas análises mais recentes sobre a ditadura.

O golpe de 1964 significou o ápice de um processo de disputa, intensificado no pós-Segunda Guerra Mundial, pelo controle do Estado brasileiro. Questões quanto ao posicionamento do Brasil no quadro político internacional, ao tipo de desenvolvimento econômico-industrial adequado para o país e à participação política dos setores populares tornaram-se os temas centrais do debate e nortearam os conflitos sociais que marcaram o período. Neste processo, dois grupos se destacaram: de um lado, aqueles que defendiam um alinhamento prioritário aos EUA, um projeto de modernização-conservadora e um controle mais rigoroso da participação política dos setores populares da sociedade. De outro, os que pregavam uma autonomia político-econômica, um projeto de desenvolvimento nacionalista e reformista e a ampla participação política das massas. As Forças Armadas também tomaram parte neste debate e, assim como os civis, acabaram divididas. O ponto central das dissensões foi o mesmo: a questão da aceitação ou repúdio de uma política de desenvolvimento de tipo nacionalista para o Brasil.

Após a conquista do controle do Estado através do golpe de 1964, os novos donos do poder passaram a se preocupar com a consolidação do novo regime e em reforçar os interesses dos grupos sociais a eles articulados. Com estes objetivos, foi iniciado um processo repressivo de “limpeza” do sistema político, que consistia na eliminação de todo e qualquer foco

oposicionista que pudesse representar um núcleo de contestação ao regime. Segundo o projeto *Brasil: Nunca Mais*, um dos primeiros grupos a ser atingido por este “saneamento” foram as próprias Forças Armadas.¹

Nesta tese procuro entender a lógica da política repressiva aplicada aos militares a partir de 1964, enfatizando a sua relação com o contexto de disputa intensificado após-1945. A intenção é entendê-la, a partir das acusações feitas a militares punidos.²

1. Ditadura de classe como solução política:

Há divergências quanto à caracterização do tipo de regime político adotado no Brasil após o golpe. Penso que a mais adequada é a classificação do caso brasileiro como uma ditadura de classe, instaurada com a intenção de solucionar um conflito político-ideológico.

Como sustenta Stoppino, dependendo do grau de modernização econômica e social e da intensidade da mobilização política da sociedade, a ditadura pode tanto refrear a modernização para salvaguardar o que resta da ordem tradicional, agir como assistente do nascimento da democracia liberal ou mesmo contribuir para o surgimento de uma situação favorável às classes em ascensão.³ O objetivo depende da classe, ou fração de classe, dominante, ou que se quer fazer dominante. Baseando-me nesta constatação e na classificação elaborada por Franz Neumann,⁴ creio que, no caso brasileiro, os interesses das burguesias nacional e internacional, de políticos e de uma facção militar convergiram com o fim de salvar e fortalecer a ordem burguesa ameaçada. Para tanto, a ditadura assumiu um caráter

¹ Mitra Arquidiocesana de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais – Um relato para a história*, 18.ª edição, Petrópolis: Vozes, 1986, p. 117. Numericamente, as cassações de militares foram comparativamente menores do que as dos demais grupos de atingidos, mas, considerando o grupo de referência (funcionários públicos militares), a proporção de militares atingidos é mais significativa do que a de funcionários públicos civis. FIGUEIREDO, Marcus F. “A Política de Coação no Brasil Pós-64”. In: KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, p. 164-165.

² Ainda que não concorde com a tipificação penal dada, o termo “punidos” será usado como referência aos atingidos pela ação repressiva que se apresentava como uma sanção por supostos crimes cometidos.

³ STOPPINO, Mário. “Ditadura”. In: BOBBIO, Norberto MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.s). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, s/d, 1. CD-ROM.

⁴ Sobre as tipologias de Neumann, ver: NEUMANN, Franz. “Notas sobre a teoria da ditadura”. In: _____. *Estado Democrático e Estado Autoritário*. Trad.: Luiz Corção. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 275-276.

conservador e de classe, de resistência a mudanças políticas e sociais, cujo percurso conduziu ao estabelecimento de uma democracia liberal.

Em complemento à adoção desta classificação, compartilho das perspectivas teóricas de René A. Dreifuss⁵ e Florestan Fernandes⁶ de que o caráter de classe do grupo unido para derrubar o presidente João Goulart contribuiu para a melhor compreensão do golpe, da ditadura e das práticas por ela adotadas, inclusive as repressivas. Este entendimento faz perceber todo o processo dentro de um quadro maior de transformação do capitalismo, no qual a dominação burguesa precisou ajustar-se de modo a manter o subdesenvolvimento e a dependência do Brasil, ampliar a dominação imperialista e intensificar a acumulação capitalista. A necessidade de unidade de classe em face ao temor da situação potencialmente pré-revolucionária que ameaçava o poder burguês ajuda a revelar e a entender o caráter reacionário da situação que foi estabelecida.

A burguesia internacional objetivava implementar o projeto capitalista no Brasil, de modo a fazer com que o capitalismo e a hegemonia burguesa persistissem. A realização desta meta necessitava da parceria e do sucesso de uma burguesia nacional forte que, por sua vez, precisava do capital externo para proporcionar as condições de desenvolvimento capitalista. Em paralelo, havia uma interpenetração civil-militar. Muitos dos civis que fundaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)⁷ haviam freqüentado a Escola Superior de Guerra (ESG),⁸ o que levou à congruência de posições. Segundo Dreifuss, como resultado desta aliança, enquanto a campanha do IPES unificava a oposição e minava o governo, a ação

⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Trad.: Else Ribeiro Pires Vieira (superv.), Petrópolis: Vozes, 1981.

⁶ FERNANDES, Florestan. “O modelo autocrático-burguês de dominação capitalista”. In: _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.ª ed. São Paulo: Globo, 2006, p. 337-424.

⁷ Segundo Sérgio Lamarão, o IPES foi uma “Organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo estruturada no decorrer de 1961 e fundada oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, com o objetivo de ‘defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart’, através de um ‘aperfeiçoamento de consciência cívica e democrática do povo’. Após o triunfo do movimento militar de março de 1964, de cuja preparação participou ativamente, reduziu suas atividades, desaparecendo completamente em 1972.”. LAMARÃO, Sérgio. “Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÉS)”. In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. 2ª ed. rev. e atualiz. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001. 1 CD-ROM.

⁸ A Escola Superior de Guerra merecerá uma atenção especial no capítulo I.

dos militares protegia a burguesia e dissimulava as características de classe do movimento.⁹ Concordando com a perspectiva deste autor, creio que, visando a defesa de seus interesses, as diversas frações e setores da classe dominante buscaram reconciliação política, o que resultou no desenvolvimento de uma solidariedade de classe burguesa, de caráter conservador e de comportamento reacionário.¹⁰ Mas, sem auxílio do poder estatal, esta união não seria suficiente para impedir que as pressões vindas de baixo e as divergências no interior das classes burguesas ameaçassem as bases de equilíbrio. Para solucionar esta questão e realizar as tarefas que estavam fora do alcance burguês no campo privado a ação, os recursos e o poder do Estado mostravam-se fundamentais.

Visando conquistá-lo, unidos, estes grupos iniciaram uma política de desestabilização do populismo. A campanha visava dominar o sistema em termos políticos e ideológicos, conter as forças populares, desagregar o bloco histórico-populista e levar os grupos burgueses ao governo¹¹. Em resumo, a burguesia, para a defesa e prevenção, uniu-se, abandonou o idealismo burguês de liberalismo e democracia e adotou meios autoritários. Deu o golpe e conquistou o Estado.

Estas características da dominação burguesa se explicam porque nas periferias não haveria condições de se chegar à democracia clássica. Em razão desta constatação, fundamentando meus argumentos nas premissas de Florestan Fernandes, entendo que a forma de domínio burguês que se estabeleceu nestas áreas – que o autor denomina de autocracia – levou a uma redefinição da democracia burguesa, que abandonou o igualitarismo, assumiu o

⁹ DREIFUSS, René Armand. *Op. cit.*, p. 142-143 e 208.

¹⁰ Cf. DREIFUSS, René Armand. *Op. cit.*, p. 141-142, e FERNANDES, Florestan, *Op. cit.*, p. 354-355.

¹¹ Os grupos burgueses não possuíam uma representação política proporcional ao poderio econômico. Em complemento, os partidos tradicionais mostravam-se insuficientes como mecanismos de controle social. No Congresso Nacional, a formação de frentes suprapartidárias era o indício de fragmentação ideológica dos partidos. O bloco nacional-reformista atingia formações mais complexas, politizadas e definidas ideologicamente, como a Frente de Mobilização Popular (FMP), que era um bloco extraparlamentar; atraía o eleitorado; e o voto potencial dos analfabetos, então em discussão, tendia para a esquerda. O PSD, por sua vez, perdia o controle sobre o voto rural. Havia o objetivo de dominar o sistema político. Para tal, foi tentada a via partidária, mas o insucesso no bloco nas eleições de 1962, apesar do investimento de capital comandado pelo IPES, somado à fragmentação do sistema político-partidário, contribuiu para a conclusão de que a via extrapartidária seria a melhor opção. Cf. DREIFUSS, René Armand. *Op. cit.*, p. 138-140.

autoritarismo (opressão de classe), abandonou os problemas nacionais e se restringiu aos membros das classes possuidoras. Coube ao Estado, nesta nova situação, adotar o papel de repressor, com máquinas e recursos do poder.¹²

A forma que permitiu que a política capitalista se tornasse política de Estado não foi, portanto, uma ditadura militar, mas uma ditadura de classe que procurou inserir o Brasil de forma dependente ao quadro de desenvolvimento do capitalismo internacional. Para tanto, reprimiu todo tipo de oposição real ou apenas teórica ao regime, inclusive a militar, e manipulou os conflitos – anteriores ou posteriores ao golpe – de modo a fazê-los contribuir para o sucesso do projeto burguês. Estabelecia-se que a dominação burguesa era a única forma de poder legítimo, e a violência foi uma das formas empregadas para preservá-la.

2. Repressão política após 1964: interpretações

Existe uma lacuna expressiva sobre a coerção aos militares durante a ditadura no Brasil. Embora não se fixe exclusivamente sobre a questão da repressão política aplicada aos militares, a análise mais significativa sobre o tema é o trabalho de Marcus Figueiredo,¹³ que entende a coerção política como um recurso de poder. Segundo a visão do autor, os “revolucionários” almejavam uma estabilidade política que só seria possível em uma situação de equilíbrio estático, fruto da supremacia absoluta de uma das forças do sistema político. Assim, a coerção, em sentido amplo, serviria para manter o regime estável, ou seja, com baixo nível de conflito político e sob controle.¹⁴

Analisando os dez primeiros anos do regime, Figueiredo conclui que as punições ocorridas até a Constituição de 1967 visaram eliminar a oposição originária do regime derrubado. Reiniciada após a edição do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), de 13 de dezembro de

¹² FERNANDES, Florestan. *Op. cit.*, p. 340.

¹³ FIGUEIREDO, Marcus F. *Op. cit.*, 1978, p. 105-202.

¹⁴ *Ibidem*, p. 111.

1968, a prática punitiva teria passado a focar na oposição gerada pela própria dinâmica da ditadura, o que lhe conferia, a partir de então, um caráter repressivo-preventivo. Por não terem um prazo de término estipulado, diferentemente das fases anteriores, este novo momento seria marcado pela “rotinização” desta prática.

Das obras gerais sobre o período, o trabalho de M.^a Helena M. Alves¹⁵ é o que mais se detém sobre a questão da coerção. Ao analisar as relações entre o Estado e a oposição durante a ditadura, a autora dedica especial atenção à ideologia de segurança nacional contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Assentada no binômio segurança e desenvolvimento, esta Doutrina, ao fomentar um clima de suspeita e medo, teria permitido ao regime levar a cabo uma política repressiva, que visava o controle das dissensões e dos antagonismos de classe.¹⁶ A estratégia para tal seria a adoção de uma “Operação Limpeza” de caráter repressivo que tinha em mira áreas específicas e sensíveis de possível oposição: política, econômica, militar e psicossocial.¹⁷ No que se refere ao campo militar, a tática baseava-se em expurgos como um dos meios de controle, e o foco se concentrava nos oficiais legalistas que resistiram à conspiração contra o governo João Goulart sustentando o argumento de que as Forças Armadas tinham o compromisso de defender a Constituição.

Apesar da importância dos trabalhos de Figueiredo e de Alves, há ponderações a fazer.

Em primeiro lugar, como será visto ao longo dos capítulos, pude identificar número de cassados diferente do informado pelos autores. De acordo com o levantamento efetuado por Figueiredo,¹⁸ entre os anos de 1964 e 1974 foram punidos 1312 militares, sendo: 96 altos

¹⁵ ALVES, M.^a Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Trad.: Clóvis Marques. 4.^a Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

¹⁶ *Ibidem*, p. 27.

¹⁷ *Ibid.*, p. 56 a 71.

¹⁸ Os dados levantados por Marcus Figueiredo tiveram por base as seguintes fontes: *Diário Oficial da União*, de março de 1964 a março de 1974; *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, *Tribuna da Imprensa* e *O Globo*; *Anais do Congresso Nacional*; *Boletim Eleitoral e Dados Estatísticos*, publicados pelo Tribunal Superior Eleitoral; *Deputados Brasileiros: 5.^a e 6.^a Legislatura*, publicados pela Biblioteca da Câmara dos Deputados; revistas *Veja* e *Visão*; e a série *Cronologias* da revista *Dados*, publicada pelo IUPERJ. *Ibidem*, p. 112.

oficiais, 478 oficiais de média patente e 738 subalternos.¹⁹ Alves apresenta números diferentes. Primeiro, se referindo ao período entre 1964 e 1967, informa um total de 1228 expurgos na burocracia militar.²⁰ Depois, cita um total de 1713 militares punidos com base nos AI's n.º 1, 2 e 5, entre 1964 e 1980.²¹ A autora menciona, ainda, o número de 4766 prisões e suspensões disciplinares, mas não informa o período.²²

Com relação ao levantamento de Figueiredo, há outra questão: o autor separa os cassados por tipo de punição (reforma, demissão etc.). Por fim, soma os enquadrados em cada um dos grupos e chega ao número final de punidos. Figueiredo parece ignorar que muitos sofreram mais de um tipo de “castigo”, o que, seguindo o seu método, acarretaria uma superestimação dos cassados, já que vários deles estariam em mais de um grupo. Entretanto, mesmo fazendo esta distinção, os números que obtive são superiores aos apresentados pelo autor. Por sua vez, Alves esclarece que seus dados são incompletos e relativos ao que foi publicado ou é do conhecimento dos protagonistas políticos. Por estes motivos, creio que os números apresentados possam apresentar imprecisões.

Faço ressalvas, também, à afirmação de Figueiredo de que somente a partir do AI-5 a política repressiva assumiu um caráter preventivo. A análise dos punidos indica que a repressão atingiu, já a partir de 1964, um grande número de oficiais intermediários e subalternos que não tinham se destacado na defesa do governo Goulart, mas que estavam

¹⁹ Figueiredo não especifica as patentes incluídas em cada um dos grupos citados. A designação das Forças Armadas é a seguinte: Oficiais Gerais são os de patente de Marechal e General, para o Exército, Marechal-dor, Tenente-Brigadeiro, Major-Brigadeiro e Brigadeiro, para a Aeronáutica, e Almirante, Vice e Contra-Almirante, no caso da Marinha; Oficiais Superiores são os de patente e de Capitão de Mar-e-Guerra, de Fragata ou de Corveta, para a Marinha, e de Coronel, Tenente-Coronel e Major, para as demais; Oficiais intermediários, os de patente de Capitão-tenente, no caso da Marinha, e de Capitão, para as demais; e Oficiais Subalternos são os de patente de Tenente, nas três forças, Aspirante, para o Exército e a Aeronáutica, ou Guarda-Marinha.

²⁰ ALVES, M.^a Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 65. Como fonte, Alves menciona um *Dossier do Ministério da Aeronáutica*. Não há indicação da localização deste documento, mas, parece tratar-se do volume I do mesmo dossiê a que tive acesso. *Atos da Revolução de 1964*, vol. I (9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967), e vol. II (13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1970. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

²¹ ALVES, M.^a Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 132. Como fonte, indica o *Diário Oficial da União*, entrevistas e dados compilados pelo Sistema Central de Computação do Congresso Nacional.

²² *Ibidem*, p. 133. Para estas, as fontes citadas são: entrevistas, revistas *Veja* e *Isto É*, *Jornal do Brasil*, *Movimento*, *Tribuna da Imprensa*, *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e dados reunidos pela Associação Brasileira pela Defesa dos Atingidos pelos Atos Institucionais.

lotados administrativamente junto a oficiais superiores e generais de tradição nacionalista. O levantamento empírico indica que esta foi a razão das punições, sugerindo a existência de caráter preventivo da política repressiva desde o início da ditadura. Estes mesmos dados, somados à constatação de que um número significativo de oficiais superiores e generais cassados tinha um passado de luta em prol da causa nacionalista que era muito anterior ao governo Goulart, também servem para contestar a afirmação de Alves de que o foco das cassações eram apenas os oficiais que resistiram à conspiração para depor o presidente.

Não basta, porém, confrontar dados sobre o número de cassados. Mais significativo é buscar a lógica das políticas repressivas aplicadas aos militares. Para tanto, é preciso verificar a viabilidade das hipóteses dos autores que percebem esta prática como um recurso de poder aplicado visando estabelecer um equilíbrio estático do sistema político, e a relação desta política com os conflitos anteriores ao golpe: se se referem a um período mais curto (crise política do governo João Goulart), como observa Alves, ou se dizem respeito a um tempo um pouco mais longo como sugere a análise de Figueiredo.

Resumidamente, o objetivo é identificar a lógica que presidiu o processo punitivo aplicado pelo regime após 1964, tentando verificar se existia uma relação com os conflitos ocorridos entre as diversas facções existentes no interior das Forças Armadas brasileiras desde 1945 e, em paralelo, determinar se foi seguido um padrão e/ou quais são as diferenças entre políticas repressivas que atingiram cada grupo no interior das Forças Armadas.

Para tanto, algumas questões se impuseram como norte: Qual a natureza do processo punitivo desencadeado pela ditadura brasileira no período em questão? Quais militares foram cassados após 1964? Quais acusações foram apresentadas contra eles? Há coerência entre estas imputações e o posicionamento político-ideológico dos cassados ao longo dos anos entre 1945 e 1964? Qual a aproximação destes homens com um projeto de desenvolvimento para o Brasil de tipo nacionalista? Em que medida este projeto de mudanças políticas e sociais se

chocava com a perspectiva do grupo civil-militar que chegou ao poder em 1964? Há diferenças entre as políticas punitivas aplicadas a cada fração militar? Qual a função dessa política dentro de um objetivo maior de construção de um novo formato de Estado?

Se as premissas aqui apresentadas estiverem corretas, ao fim do trabalho será possível perceber que as violências impostas pelo grupo civil-militar que assumiu o poder no país em 1964 sobre os militares nacionalistas têm um caráter político-ideológico e se explicam pela combinação do acirramento de contradições deflagradas no país a partir de 1945 com problemas vividos pelo sistema político nacional a partir de 1961 – crise de legitimidade política, ascensão do anticomunismo e do antinacionalismo, crises da hierarquia militar etc. A partir daquele momento se estabeleceu um quadro de fortalecimento de forças civis e militares defensoras do ajustamento da ordem político-econômica brasileira a outro tipo de Estado “democrático”, expurgado de elementos identificados com a “ativação popular”²³ que marca a conjuntura pré-golpe. Portanto, o processo repressivo deverá se apresentar como parte de um processo conservador de resistência a mudanças políticas e sociais.

Será possível, também, confirmar, devido aos militares nacionalistas constituírem um grupo significativo entre os oficiais gerais e superiores atingidos pela repressão pós-1964, que houve um critério político que conferiu coerência à prática punitiva do regime militar no período considerado. Contudo, dado que parte da oficialidade intermediária e subalterna punida não havia participado dos conflitos político-ideológicos dos anos 1940-1960, porém, era administrativamente próxima dos oficiais nacionalistas, será possível comprovar que a política voltada para este grupo visava prevenir conflitos futuros. Por último, em virtude de que, no período considerado, as normas para engajamento, reengajamento e promoções no

²³ Concentrações operárias ofereceriam suportes organizacionais para a ativação política do setor urbano, considerada uma barreira ao aprofundamento capitalista. Segundo O'Donnell, para eliminá-la, era preciso desativar o setor popular, “decapitar” as suas lideranças e reverter as tendências para a sua autonomização frente ao Estado e às classes dominantes. Com a “paz social” garantida, o capital internacional poderia ingressar de maneira mais segura. Cf. O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*. Trad.: Cláudia Schilling. São Paulo: Vértice, 1986, p. 26-35.

interior das Forças Armadas foram revistas no sentido de dificultar tais procedimentos e/ou passaram a ser observadas com maior rigor, poderá se concluir que, neste caso, o regime militar também adotou uma política preventiva de punições em relação aos subalternos, no caso, tentando impedir o surgimento de novas associações e movimentos, similares aos dos sargentos e marinheiros.

Apoiado nestas linhas centrais, creio que a análise, por adotar uma perspectiva oposta a determinadas obras historiográficas publicadas a partir de meados da década de 1990, tem a oportunidade de contribuir com o debate historiográfico sobre as circunstâncias que levaram ao golpe de 1964. Pode, também, acrescentar elementos ao estudo da relação entre as Forças Armadas brasileiras e o poder político, adicionando dados sobre os conflitos ocorridos ao longo dos anos 1940 e 1960, tanto no interior da hierarquia militar quanto em torno da disputa mais geral sobre definição de um projeto de desenvolvimento para o país. Em caráter específico, será possível oferecer elementos para a revisão dos estudos que abordam a repressão aplicada aos militares durante o regime, esclarecendo o caráter da política de coerção imposta, inserindo-a em um projeto maior de luta pela hegemonia do poder tanto militar quanto político. De modo complementar, a análise poderá corrigir os dados sobre os militares cassados, apresentado números, ao menos, mais próximos do real. Há lacunas sobre a temática a serem preenchidas, documentações a serem analisadas e outras que necessitem de uma análise sob nova ótica. Intenta-se contribuir para preencher, ao menos parcialmente, este espaço.

3. O fenômeno militar: principais interpretações e proposta de análise

Não está presente neste trabalho a pretensão de construção de um “modelo” para a análise da interação entre as Forças Armadas, o Estado e a sociedade no Brasil. Todavia, para tentar entender as disputas internas ao campo militar é preciso estudar a atuação dos militares,

o fenômeno militar ao longo dos anos 1940-1960, na tentativa de compreender a sua relação com os grupos civis e os valores institucionais.

Uma corrente muito influente analisa o fenômeno militar a partir de uma perspectiva institucional-organizacional. Os autores desta corrente o entendem como possuidor de uma dinâmica determinada fundamentalmente por seus elementos intrínsecos. A instituição militar é vista como um bloco homogêneo e grandemente autônomo em relação à sociedade, o que faz com que, em questões extra-militares, prevaleça a visão da organização. Trabalhando com uma versão extremada desta concepção, Edmundo Campos Coelho²⁴ sustenta que, ao longo de fases que o transformaram, o Exército se tornou mais consciente de suas possibilidades políticas²⁵ e tendeu a constituir objetivos totalmente organizacionais e distantes dos da sociedade civil.²⁶ A intensificação deste processo teria ampliado o poder do Exército e, em consequência, suas alternativas de ação.

Coelho também considera que a coesão interna contribui para a autonomia da instituição com relação aos demais grupos sociais. Para o autor, a existência de um inimigo comum, o comunismo, a partir da Intentona Comunista de 1935, e a existência de uma liderança institucional, formada em agências específicas, como os estados-maiores, e mantida isolada para possibilitar a formulação de propósitos e valores para a organização militar livre de contágios externos, teriam servido para tornar os chefes militares coesos e autônomos frente aos demais grupos sociais.²⁷

De fato os valores institucionais são muito relevantes na definição sobre o papel que a instituição deve tomar em determinados momentos de crise. Todavia, considerar que a

²⁴ COELHO, Edmundo C. *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.p. 27.

²⁵ *Ibidem*, p. 129.

²⁶ *Ibid.*, p. 140, nota 17.

²⁷ *Ibid.*, p. 113.

organização militar tenha passado por um processo de autonomização com relação à sociedade, que seja homogênea e tenda ao “monolitismo”,²⁸ creio que seja um equívoco.

Por fazer parte de um todo social, o *output* da instituição militar, sua ação, tanto para dentro quanto para fora, não são construídos autonomamente, e, sim, na interação com os demais grupos. Como qualquer integrante deste conjunto, não permanece imune aos processos sociais. Assim, o fenômeno militar deve ser encarado como resultado da articulação entre as pressões sociais e as características próprias da instituição. E o seu comportamento é definido a partir dessa relação com os grupos sociais, que resulta em convergências de objetivos quanto ao desenvolvimento global, e não de uma decisão exclusivamente institucional.

A hipótese da coesão também há que ser relativizada, pois, como observa José Murilo de Carvalho,²⁹ havia na corporação, comunistas e anticomunistas. Logo, se o anticomunismo serviu para aglutinar alguns grupos de militares, ao mesmo tempo afastou-os de outros. Acrescento a isto o fato de que algumas das agências formadoras de lideranças institucionais, como a ESG, contaram em seus quadros, de modo crescente, com a participação de civis e, logo, não pôde deixar de ser “contaminada” por grupos externos. Por mais eficaz que seja a “proteção”, um isolamento total é impossível.

Na verdade, Coelho não ignora que existam divisões na instituição, mas sustenta que tais divergências nunca ultrapassavam os limites críticos, sendo sempre possível se recompor a partir de um denominador comum, expresso, na maioria dos casos, pela opinião do Alto Comando.³⁰ Discordo desta tese, pois, se há pluralidade ideológica, se a corporação é heterogênea, os conflitos são vistos de modo diverso. O fato de prevalecer a opinião do conjunto da corporação, ou do Alto Comando, não esconde que a estratégia adotada foi resultado de conflitos internos articulados com as pressões externas, que evoluíram e

²⁸ *Ibid.*, p. 109.

²⁹ CARVALHO, J. M. “Vargas e os Militares”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 344.

³⁰ COELHO, Edmundo C. *Op. cit.*, p. 117.

atingiram toda a instituição. Portanto, em uma instituição politicamente ativa, apesar de toda a importância, é impossível se prender, exclusivamente, a características institucionais.

Em sentido oposto ao modelo institucional-organizacional, os autores que trabalham com a concepção instrumental vêem o fenômeno militar como fruto de interesses e pressões externos à corporação. Para tais analistas, são os grupos da sociedade civil, em disputa pelo poder, que se dirigem às Forças Armadas e fixam os limites da ação militar. Partidário dessa concepção, Nelson Werneck Sodré³¹ sustenta que os militares são um grupo essencialmente democrático e, quando agem contra tais princípios, estes atos não são representativos da opinião geral da corporação.

O grande equívoco desta concepção é também o de não se deter sobre a troca de influência entre civis e militares. Sodré percebe as cisões no interior da corporação militar como reflexo dos conflitos externos à corporação. Em consequência, até as facções que surgem no interior da corporação funcionam como instrumentos dos grupos externos, e as intervenções militares são apresentadas como meios de favorecer a um desses grupos civis. Ignoram-se, pois, que o comportamento militar é sempre fruto não só das cisões internas, mas da interação com os grupos civis, das pressões exercidas sobre a corporação, da adaptação de tais pressões aos valores institucionais e das alianças feitas.

Já o “padrão moderador” das relações entre civis e militares, desenvolvido por Alfred Stepan³² avança em relação aos outros autores ao perceber que a instituição militar é politizada e heterogênea e ao salientar a interação entre civis e militares. Contudo, estes são postos como agentes a serem cooptados pelos civis. Para Stepan, os militares deveriam, em momentos de crise de legitimidade e conflito político, “cooptados” por grupos civis alternativos, depor o chefe do Executivo e repassar o poder a eles. O êxito desta intervenção

³¹ Utilizo como base para a análise dessa concepção a obra: SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

³² STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política – As mudanças de padrões na vida brasileira*. Trad.: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

variaria em função do grau de legitimidade dado pelos civis ao poder executivo e aos militares como moderadores. Para Stepan, poderia haver questões internas que levassem os militares à ação, mas, face à necessidade de preservação da unidade institucional, caberia à opinião civil da elite os empurrar para tal.³³ Portanto, Stepan ainda tende a perceber os militares como um grupo a ser instrumentalizado pelos civis, o que parece limitar o seu (dos militares) poder de elaboração de uma resposta para as questões que os afligiam.

Mais do que perceber que a instituição militar é politizada e heterogênea, é preciso saber como e por que ocorrem as cisões entre os militares, como afetam as correntes internas e a hierarquia e como influem no processo de tomada de posição militar em momentos críticos. Creio que o melhor método para entender este processo é partir da percepção da existência de “partidos militares” no interior da corporação.³⁴ Na conceituação de Alain Rouquié,

os partidos militares podem ser verdadeiros partidos fundados por militares para agirem na sociedade civil ou a cristalização de tendências que lutam pelo poder no âmbito da instituição militar e em estruturas políticas próprias do exército, e inclusive na organização militar como um todo, quando certos chefes se esforçam por transformá-la em organização política unificada.³⁵

Segundo o autor, esta compreensão evidencia o caráter dos militares como forças políticas, e analisar as Forças Armadas por esta perspectiva faz desprezar a tese de que são instrumentos de grupos externos e supera a idéia de que constituam um ator monolítico.³⁶ A identificação da corrente militar nacionalista como tal mostra-se útil e adequada à análise da

³³ Para Stepan, esse padrão, mantido desde 1945, teria sido quebrado com o golpe de 1964. Isto teria ocorrido, pois, até o início dos anos 1960, os militares não estariam convictos de suas capacidades para assumir o poder político e do grau de legitimidade que tinham para tal. Mas, durante o processo de cooptação, os militares teriam se politizado. Como efeito, destruíram-se os antigos padrões de relação civil-militar. João Roberto Martins F.º questiona a hipervalorização que Stepan faz da crise brasileira de 1961-1964 sobre o comportamento dos militares, entendendo que essa tese subestima o quadro ideológico anterior das Forças Armadas brasileiras. Cf. MARTINS F.º, J. R. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas (1964-1969)*. São Carlos (SP): Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1996, p. 32.

³⁴ Sobre este conceito ver: ROUQUIÉ, Alain. “Os Processos Políticos nos Partidos Militares do Brasil – Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional”. In: _____ (coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Trad.: Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Record, s.d., p. 9-26 e PEIXOTO, Antônio Carlos. “Exército e Política no Brasil – Uma crítica dos modelos de interpretação”. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Op. cit.*, p. 27-42.

³⁵ *Ibidem*, p. 13.

³⁶ *Ibid.*.

política repressiva instituída após o golpe de 1964, pois tenta perceber o relacionamento entre as Forças Armadas e a política e como esta se insere no interior da instituição militar, e pode contribuir para a percepção de como este processo foi derivado de uma conjuntura de disputa entre perspectivas opostas quanto ao papel e inserção da instituição no quadro político mais geral e quanto ao desenvolvimento do país.

No Brasil, a partidarização dos militares tem relação direta com o processo político de lutas pela conquista do Estado após 1945, quando se expressaram as divergências político-ideológicas entre os militares contidas pelo controle ditatorial e diversos grupos civis passaram a disputar o apoio das Forças Armadas. A somatória dos diferentes interesses que penetraram a instituição à reformulação dos grandes problemas nacionais em termos militares fracionou-a politicamente. O exemplo mais claro desta divisão encontra-se nas disputas pela direção do Clube Militar no período 1950-1962, mas também pode ser percebida na participação militar em outras associações do movimento nacionalista.

Entretanto, muitos dos militares cassados não podem ser enquadrados entre os líderes do “partido militar” nacionalista. Outros, nem como membros dessa corrente podemos classificar. O que justificou a cassação destes homens, porém, foi a existência de relações políticas ou meramente administrativas. Como denota Norbert Elias, os seres humanos estão ligados por uma rede de interdependências. Para o sociólogo, haveria uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes, formando o que ele denomina de “configuração”.

Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. Eis o motivo porque (...) não é particularmente frutífero conceber os homens à imagem do homem individual. Muito mais apropriado será conjecturar a imagem de numerosas

pessoas interdependentes formando configurações (isto é, grupos ou sociedades de tipos diferentes) entre si. (...).³⁷

Neste sentido, entender os militares cassados como interdependentes, como formando uma “configuração” oferece elementos para a compreensão de casos de punições que, a um primeiro olhar, fogem do padrão geral.

A análise proposta nesta tese passa, portanto, pela percepção de como as cisões no interior das Forças Armadas se enquadram no processo político mais global de disputa pelo controle do Estado brasileiro. A intenção é demonstrar a correspondência deste conflito com a política repressiva instituída após o golpe de 1964. De forma central, a linha de raciocínio privilegiará a composição heterogênea em todos os níveis da instituição militar, as cisões que dividiam a corporação em “partidos”, e a interação com os grupos civis no processo de disputa pelo poder político. Em síntese, a política repressiva será vista como um reflexo do embate entre forças sociais, compostas por civis e militares, que se enfrentavam desde 1945 e cujas propostas político-ideológicas apontavam para direções diferentes.

4. Como analisar a política de repressão?

Na tentativa de identificar as raízes da política repressiva, os cursos da Escola Superior de Guerra, face ao papel estratégico que a instituição exerceu na elaboração e difusão da perspectiva das classes burguesas a determinados segmentos da sociedade brasileira, se mostram como uma alternativa interessante. Nos princípios originais, regulamentos, conferências de membros do corpo permanente e trabalhos de seus estagiários é possível identificar a síntese do pensamento esguiano e a evolução das teorias sobre um desenvolvimento político e econômico em harmonia com os ideais de um capitalismo associado-dependente, que, entre os meios adequados para a sua execução, admitia o recurso

³⁷ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Trad.: Ruy Jungmann. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1, p. 249.

à repressão política. Este pensamento era absolutamente oposto às perspectivas nacionalistas, das quais os militares cassados foram partidários ao longo dos anos.

Por este motivo, no que tange à busca das respostas às indagações diretamente ligadas à lógica da política repressiva, a análise da trajetória política dos oficiais gerais e superiores cassados apresenta boas perspectivas.

Para tal tarefa, um dos corpos de fontes privilegiados foram os processos abertos contra militares durante a ditadura e depositados no fundo Brasil: Nunca Mais (BNM), sob guarda Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na Universidade de Campinas (Unicamp).³⁸ Destes processos, quatro datam de 1963;³⁹ trinta, tiveram início nos primeiros dias do regime; e quatro são posteriores a 1964.⁴⁰ Não trabalharei com todos. Como a intenção é buscar indícios da trajetória política de oficiais, a atenção foi concentrada em quatro inquéritos policial-militares (IPM's): a Ação Originária n.º 29, do Superior Tribunal Militar (STM), iniciada em 3 de abril de 1964, e finalizada em novembro de 1965, aberta para apurar fatos e responsabilidades da conduta de oficiais da Marinha do Brasil (AEL, BNM n.º 28); Processo n.º 1231, da 2.ª Auditoria de Aeronáutica, iniciado em 6 de abril de 1964 e finalizado em 9 de abril de 1968 e novembro de 1968, aberto para apurar “atos de subversão” praticados por militares da Base Aérea do Galeão (AEL, BNM n.º 694); Processo n.º 1550/64, da 3.ª Auditoria da 1.ª RM, instaurado em 14 de maio de 1964 e encerrado em dezembro de 1965, aberto para apurar denúncia de doutrinação de praças por oficiais do 8.º Grupo de Artilharia da Costa Motorizada/RJ – Exército (AEL, BNM n.º 511); e Processo n.º 1575/64, da 3.ª Auditoria da 1.ª RM, aberto em 3 de junho de 1964 e encerrado em dezembro de 1965, aberto

³⁸ Sigo a seleção organizada pelo projeto Brasil: Nunca Mais, que tomou como base de classificação o maior número de réus indiciados. Desse modo, 38 processos foram classificados como militares. Porém, neles, há também civis entre os processados, assim como há militares em outros processos além destes. Cf. Mitra Arquidiocesana de São Paulo. *Op. cit.*, p. 15-16.

³⁹ Processos que envolveram as revoltas dos sargentos em Brasília e São Paulo e uma reunião da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, em protesto contra a prisão de seu presidente, José Anselmo, em fins de 1963.

⁴⁰ Mitra Arquidiocesana de São Paulo. *Op. cit.*, p. 120.

para apurar suspeita de doutrinação de subordinados por oficiais do 4.º Grupamento de Canhões 90 Antiaéreo, de Niterói/RJ – Exército (AEL, BNM n.º 520).

Também foi importante neste processo a análise de materiais contidos no fundo de “Polícias Políticas” do arquivo do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB), que está sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Neste fundo é possível encontrar cópias das respostas do DOPS/GB a pedidos de informações sobre suspeitos de “subversão”. Tais documentos, em geral, se destinavam aos encarregados dos IPM’s, mas, noutras vezes, ao Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, instância em que eram decididos assuntos de relevância para os destinos do país, inclusive os relativos às cassações de opositores do regime. Além destes, encontram-se também arquivados neste fundo, dossiês e relatórios sobre pessoas, entidades e organizações investigadas.

Com os dados obtidos principalmente nos IPM’s e nos arquivos do DOPS/GB, mas também na bibliografia e em jornais, foi possível levantar as “convicções ou presunções de delinqüência” referentes aos cassados e, ao mesmo tempo, a trajetória política destes homens, as principais preocupações do regime com relação a eles e as principais teses das entidades nacionalistas a que eles pertenciam.

A estratégia de análise partiu de uma abordagem prosopográfica. Tal método, segundo Lawrence Stone permite “a investigação das características básicas comuns a um grupo de indivíduos na história por meio do estudo coletivo de suas vidas”.⁴¹ Esta opção está ancorada na concordância quanto à afirmação de Christophe Charle de que o objetivo de análises deste tipo é “(...) melhor compreender as clivagens internas dos diferentes grupos estudados e suas dinâmicas sociais e geracionais, ou ainda as redes sociais dominantes”.⁴² Creio que estas

⁴¹ STONE, Lawrence. “Prosopography”. In: GILBERT, Felix & GRAUBARD, Stephen R. (eds). *Historical Studies Today*. New York: W. W. Norton & Company, 1972, p. 107-140.

⁴² CHARLE, Christophe. “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.48.

observações sintetizam como esta metodologia representa um instrumental útil a um trabalho que adota como perspectiva a tese de que os conflitos entre grupos ideologicamente distintos que lutavam pelo poder institucional e político formaram a base do processo de repressão aplicado após 1964.

Tal perspectiva não representa uma abdicação da confrontação dos dados obtidos com a conjuntura. Muito pelo contrário. Como afirmou Giovanni Levi em sua análise sobre os usos da biografia, “(...) o contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante (...)”, além disso, “(...) serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia (...).⁴³” Deste modo, esta abordagem abre a possibilidade de associação entre as citadas clivagens com as tomadas de posição políticas e ideológicas efetuadas.

No que se refere ao método propriamente, como salienta Christophe Charle, a análise dos dados prosopográficos pode ser feita por técnicas múltiplas, quantitativas ou qualitativas.⁴⁴ Com base neste princípio, já estando definido pela própria temática da pesquisa o grupo a ser estudado (militares cassados), os dados obtidos foram questionados quanto à atuação política destes homens entre os anos de 1945 e 1964. A partir das respostas que emergiram, será apresentado um quadro de demonstração quantitativo quanto à trajetória política dos oficiais gerais e superiores cassados.

Demonstrada empiricamente a rede de relações através do quadro prosopográfico, passou-se ao estudo das principais propostas das entidades que aglutinavam os militares nacionalistas. Neste momento há uma confluência entre a metodologia utilizada para o exame tanto dos documentos relativos à ESG, quanto daqueles que se referem às entidades do campo nacionalista. Refiro-me à análise de conteúdo das propostas basilares dos dois campos.

⁴³ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína; FERRERA, Marieta de Moraes, (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 175-176.

⁴⁴ CHARLE, Christophe, *Op. cit.*, p. 41.

Considerando, como frisa Ciro Flamarion Cardoso,⁴⁵ que a língua é um sistema simbólico, pelo qual se exprimem idéias, ideologias, e um código social, cujo controle da emissão e circulação pertence ao grupo dominante, conclui-se que ela também contribui para a reprodução da ordem social, legitimando a dominação de uma classe sobre outra.⁴⁶ Seguindo um caminho semelhante a estas pressuposições, as premissas de uma análise do discurso são as de que a sua produção do discurso está sempre relacionada ao ideológico e ao poder e que a língua representa importante papel no processo de dominação classista. Portanto, tal perspectiva está absolutamente de acordo com a que adoto neste trabalho.

É preciso, entretanto, lembrar que a história não pode ser reduzida ao texto, e este, por sua vez, é portador de uma mensagem que não é transparente. Por estas razões, procurarei relacionar texto e contexto, em busca dos “(...) nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. (...)”.⁴⁷ Fixar-se no texto implicaria na perda da historicidade e sua significância. Há que levar em consideração as formações ideológicas, o contexto histórico-social, as condições de produção, pois são estes os fatores que produzem o sentido do discurso.⁴⁸

Analisar o conteúdo de discursos é, portanto, considerar o que está implícito, é saber que o sentido pode ser outro que não o explícito. Por isto, só a referência histórica pode dizer se a leitura compreende mais ou menos do que devia. Conforme sustenta Laurence Bardin,

a leitura efetuada pelo analista do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura “à letra”, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através

⁴⁵ CARDOSO, Ciro F. “Semiótica, História e Classes Sociais”. In: _____. *Ensaio Racionalistas - Filosofia, Ciências Sociais e História*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 80.

⁴⁶ Sobre a língua como “sistema simbólico”, e sobre a dominação de uma classe sobre outra ver BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad.: Fernando Tomaz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, cap. I, VI e VII.

⁴⁷ CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de textos”. In: _____. (org.s). *Domínios da História - Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 378.

⁴⁸ *Ibidem*.

de significantes ou de significados (manipulados), outros “significados” de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc.⁴⁹

Disto resulta a afirmação de que o discurso é um objeto histórico-social, um componente das formações ideológicas que “(...) determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição em uma conjuntura dada. (...)”.⁵⁰ Torna-se claro, então, que é preciso recusar a ilusão da transparência do discurso, afastar-se dos perigos da compreensão espontânea e desconfiar dos pressupostos para se obter deduções justificadas referentes à mensagem. Para tanto, é preciso elaborar um instrumental metodológico de análise. Porém, creio que não exista um modelo fechado para tal, e sim regras de base que podem ser utilizadas de modo isolado ou em grupos. Assumindo esta premissa, as estratégias básicas de interpretação utilizadas baseiam-se no método adotado por Laurence Bardin.⁵¹ Entretanto, em muitos aspectos ele foi adaptado, tornando-se um “método” pessoal, de caráter muitas vezes intuitivo.

Em princípio, foi feita uma leitura flutuante com o objetivo de tomar contato com os documentos a analisar, conhecer o texto e deixar-se invadir por impressões e orientações. A fase seguinte foi de estudo mais profundo partindo da codificação do texto, recortando-o em unidades de registro, que é a unidade de significação a codificar, podendo ser o tema, palavra ou frase.⁵² Como a hipótese da pesquisa passa pela relação entre a proposta política de desenvolvimento capitalista planejada para o Brasil e a política repressiva aplicada após 1964, as unidades de registros consideradas são os “temas-eixo”, ao redor dos quais os discursos esguiano e nacionalista se organizam. No primeiro caso, há temáticas de base como segurança e desenvolvimento, que compõem a essência da doutrina da ESG, e repressão, tema central da pesquisa. Em torno delas, surgem outros sub-temas como soberania, segurança coletiva,

⁴⁹ BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Trad.: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 41.

⁵⁰ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez Editora / Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1996, p. 18.

⁵¹ BARDIN, Laurence. *Op. cit.*

⁵² *Ibidem*, p. 104.

influência norte-americana, doutrina de guerra revolucionária etc. No que tange ao discurso nacionalista, as temáticas são semelhantes, exceto pela ausência de referências à questão da repressão e, em consequência, sobre a guerra revolucionária.

A escolha do tema como unidade de registro reside no fato de seu recorte seguir regras de sentido e não de forma. Assim, a busca foi a de “(...) descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.⁵³ Paralelamente, foram delimitadas as unidades de contexto, que são fragmentos da mensagem, como, por exemplo, a frase ou o parágrafo em torno do tema, que, apresentadas, podem auxiliar na análise.

Fundamentado nestas observações, de modo breve, o Capítulo I tem a intenção de, através da análise da formação discursiva presente nos cursos da ESG, comprovar que o sentido da política repressiva adotada após o golpe de 1964 é definido anteriormente à tomada de poder, e mesmo à crise envolvendo o governo João Goulart. No Capítulo II, pretendo, com base na trajetória política, comprovar que havia uma ligação político-ideológica entre parte significativa dos oficiais superiores e generais cassados. Esta identificação em torno de um projeto de emancipação nacional conferiu uma coerência à trajetória destes militares e deu sentido à política de cassações empregada após o golpe de 1964.

Para o capítulo III, onde faço uma análise da prática punitiva aplicada aos oficiais intermediários e subalternos, tentando identificar as similitudes e as diferenças com relação ao processo que atingiu os oficiais de mais alta patente, as fontes privilegiadas foram quase que exclusivamente os processos depositados no fundo Brasil: Nunca Mais (BNM), citados anteriormente. Como neste caso os dados obtidos nos processos são o centro da análise, cabem alguns adendos explicativos.

De modo preliminar, considero necessário esclarecer que as Auditorias Militares são a primeira instância da Justiça Militar brasileira. Das decisões por elas tomadas, cabe recurso ao

⁵³ *Ibid.*, p. 105.

STM, que corresponde à segunda instância. No que se refere aos oficiais intermediários e subalternos, seus processos eram primeiramente levados às auditorias militares, sendo os recursos encaminhados ao STM. Já os que envolviam oficiais superiores e generais eram enviados diretamente ao STM. Por isso, os casos relativos às revoltas dos sargentos e marinheiros, foram submetidos às auditorias.

Antes da instauração do processo propriamente dito, ocorria a fase de inquérito, cujo objetivo era servir de base para o oferecimento da denúncia. Nos IPM's eram executados interrogatórios preliminares, colhidos, na maioria das vezes, sob coação dos acusados, para que fossem obtidas "confissões". Não só os interrogatórios, mas todos os trâmites dos IPM's fugiam às normas processuais do direito: as investigações eram clandestinas, os prazos para conclusão, com base na legislação de Segurança Nacional, eram desrespeitados, provas do crime eram "criadas" e anexadas, os indiciados permaneciam presos indefinidamente, testemunhas prestavam depoimentos por "ouvir dizer" etc. Com todos esses "vícios" de origem, os relatórios finais eram enviados às auditorias militares, onde o procurador militar fazia a denúncia que, em geral, era vaga e imprecisa, limitando-se a acusar o indiciado de subversão, sem que conseguisse comprová-la efetivamente. Porém, nelas, entre outras informações, deveria constar a exposição detalhada do "crime", com todas as suas circunstâncias, e as convicções ou presunções da delinquência, além da sua classificação. Recebida a denúncia, o acusado era submetido a novo interrogatório. Dessa vez, perante o Conselho de Justiça, na auditoria militar.

Embora ciente da importância do estudo dos processos em sua integridade, me concentrarei nas denúncias constantes dos relatórios dos IPM's e nas acusações dos procuradores. Como complemento, analisei os depoimentos dos indiciados, os informes dos serviços de segurança militares, anexos aos processos.

Esclareço, no entanto, que como os processos depositados no fundo Brasil Nunca Mais, foram originalmente copiados dos arquivos do STM, com relação aos oficiais intermediários ou subalternos, só constam processos em que houve recurso ou aqueles em que havia oficiais gerais ou superiores envolvidos. Disto resulta que só foi possível encontrar dados para um número relativamente menor de militares, se comparados aos obtidos sobre os oficiais de mais alta patente. Contudo, não creio que isto inviabilize ou fragilize a análise.

Ginzburg já chamou a atenção anteriormente para a constatação de que os dados biográficos de um indivíduo podem ser analisados “(...) como se fossem um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico (...)”.⁵⁴ Embora o historiador italiano não considerasse o moleiro Menocchio como um camponês típico, isto não invalidou a sua opção. Compartilho com o autor a crença na possibilidade de conclusões sobre uma realidade mais geral a partir de um corpo reduzido de referências. Assim como ele, também não vejo os casos em destaque como casos-tipo capazes de explicar toda a prática punitiva aplicada aos oficiais inferiores e subalternos, mas isto não os torna menos esclarecedores. Contudo, há diferenças entre o estudo de Ginzburg e a análise aqui proposta.

No caso específico, a atenção recairá não sobre uma trajetória longa da vida e nem sobre um único indivíduo, mas sobre um pequeno grupo em um curtíssimo espaço de tempo. Além disso, e embora tenha consciência de que não é possível reduzir todos os casos de cassação desta fração do oficialato a uma única explicação, considero que as histórias em destaque são significativas para o entendimento das diversas nuances e do padrão mais geral da política repressiva. Há que ser salientado, porém, que a lógica que presidiu a cassação destes homens foi aplicada a um universo maior entre os militares cassados do que o aqui apresentado.

⁵⁴ GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. M.^a Betânia Amoroso. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 27.

Para o Capítulo IV, abordo a política repressiva aplicada aos cabos da Aeronáutica através de um processo de alterações de fundo político das normas internas de engajamentos, reengajamentos e promoções, cujo objetivo último era impedir o ressurgimento de movimentos de praças militares.

Para executar esta tarefa, recorri aos boletins dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica e ao *Almanaque* do Exército, localizados, respectivamente no Serviço de Documentação da Marinha/RJ, Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica/RJ e Ministério do Exército/RJ,⁵⁵ ao *Diário Oficial da União*⁵⁶ e a documentações cedidas por militares cassados. Nestes corpos documentais é possível encontrar as normas e disposições das instituições militares, suas alterações, sobre as punições (transferências, prisões etc.) aplicadas, e sobre a vida do militar. Estes dados permitem a análise da estrutura legal usada e/ou criada para sustentar tais atos.

Como o uso da força tem um custo político alto, uma característica da política repressiva que logo tomou destaque foi a justificação das punições em um arcabouço jurídico – já existente ou criado em face da dinâmica do novo regime – de modo a dar um status democrático que pudesse conferir algum grau de legitimidade para a execução de atos arbitrários. Em decorrência desta constatação, o processo de elaboração e uso da legislação será observado pela perspectiva de Nicos Poulantzas, que entende a lei como um importante fator da organização e do consentimento das classes dominadas.⁵⁷ Assim, ao fundamentar tais ações na “lei”, esta serviu como um instrumento de dominação a serviço da classe dominante, mas também como uma ideologia legitimadora da hegemonia desta classe.

⁵⁵ Os *Boletins* das três Forças Armadas também foram utilizados como instrumentos auxiliares no mapeamento dos cassados e na constituição no quadro das trajetórias políticas dos oficiais, apresentados nos Capítulos II e III.

⁵⁶ Embora o recurso ao *Diário Oficial da União* tenha sido uma constante ao longo de todos os capítulos, sempre que se fez necessário, me vali desta publicação especialmente no capítulo IV.

⁵⁷ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Trad.: Rita Lima. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 94.

Logo, esta legislação não pode ser vista como uma ação meramente administrativa, para que se conclua sobre o seu caráter arbitrário de perseguição política, é preciso, a todo tempo, promover um “diálogo” entre estes atos e o contexto político.

Devido à dificuldade do acesso ou à inexistência de documentação “oficial”, para a reconstituição da realidade de que estes homens fizeram parte e tomar conhecimento de alguns tipos de violências sofridas, os dados obtidos na legislação serão complementados e, quando necessário, confrontados com depoimentos orais colhidos junto aos cabos da Aeronáutica. Tais narrativas serão tratadas como um recurso auxiliar, mas não enquanto “objetos” de menor valor, e sim, como mais uma fonte histórica de pesquisa, sujeita a critérios e rigores metodológicos tanto quanto outras quaisquer, pois, como frisa Michael Pollak, “(...). Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta. (...)”.⁵⁸ Particularmente, a história oral, simplesmente, nos obriga a levar mais a sério a crítica das fontes, aumentando a exigência técnica e metodológica.⁵⁹

Isto obriga à observação de três aspectos constitutivos da memória.⁶⁰ O primeiro refere-se ao fato de que o testemunho nunca é um relato exato do que aconteceu. Ao expor o seu passado, o depoente sempre está procedendo a uma seleção e uma reelaboração através das quais memórias tidas como negativas podem, consciente ou inconscientemente, ser esquecidas. Outro aspecto reside na questão de que essa reelaboração do passado não está baseada em uma memória individual impermeável às influências externas. Como define Maurice Halbwachs,⁶¹ construímos nossas lembranças na interação com a sociedade, seus grupos e instituições. Portanto, a memória individual existe sempre em relação a uma memória coletiva, que também é seletiva. Todas as lembranças são constituídas no interior de

⁵⁸ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, p. 207.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 208.

⁶⁰ Há outros importantes elementos na constituição da memória como a flutuação, a reordenação e a memória herdada. Contudo, para a presente análise, creio que os três aspectos destacados são os mais significativos.

⁶¹ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 26.

um grupo, e em contato com as lembranças dos outros. O terceiro aspecto refere-se ao fato das pessoas construírem suas memórias na inter-relação entre passado e presente. Como a memória atua no presente para representar o passado, e como as situações do presente variam, essa interpretação do passado pode sofrer modificações em função do momento em que é articulada. A análise dos depoimentos prestados pelos militares nos IPM's a que foram submetidos também tomou essas considerações como precauções operacionais.

Acrescento, por fim, que, com relação aos cabos da Aeronáutica, trabalhei com um corpo de depoimentos concedidos ao escritório de advocacia Jordan Advocacia para prova judicial. Ao contrário do que é habitual, este corpo documental – a maior parte, ao menos – não apresenta os relatos na primeira pessoa, e sim, através de paráfrases. Reconheço que reconstruções deste tipo podem apresentar alguma interferência por parte dos organizadores. Contudo, creio que a confrontação entre os vários relatos, e o diálogo constante com o restante da documentação e com a conjuntura política seja suficiente para a validação dos dados apresentados.

Capítulo I

Segurança, desenvolvimento e repressão política

Segurança Nacional é o grau relativo de garantia que, através de ações político-administrativas (aí incluída a aplicação da força armada), econômico-financeiras e psico-sociais (sic) (aqui compreendidas as atividades técnico-científicas) um Estado proporciona, numa época determinada, à nação que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes.¹

A partir de meados dos anos 1990 surgiram obras que apresentavam uma nova interpretação sobre as raízes e o desenvolvimento da ditadura instaurada no Brasil em 1964. Os trabalhos com esta perspectiva² têm dois pontos centrais. O primeiro é a crítica à interpretação de René Armand Dreifuss,³ que entende que a crise orgânica que levou ao fim o regime populista no Brasil foi resultante de um ataque bifrontal: de um lado, a conspiração da burguesia multinacional e associada; de outro, a crescente organização das classes subalternas. As críticas, em geral, ignoram este último aspecto da análise do autor. O segundo ponto é o fato destes trabalhos justificarem a ação militar como uma resposta à crise do período 1961-1964, na qual é destacada a radicalização das forças de esquerda e, em particular, às ações do presidente João Goulart.

De modo contrário à matriz analítica destes autores, considero o contexto mais amplo no qual o golpe ocorrido no Brasil está inserido: o processo de disputa político-ideológica pelo controle do Estado brasileiro, intensificado a partir de 1945. Creio que limitar a análise do golpe de 1964 e do regime ditatorial instaurado em seguida, assim como das práticas

¹ TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional: sua conceituação e seu estudo na ESG*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, C-01-59, 1959, p. 3.

² Refiro-me aos trabalhos: FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.s). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 3., p. 343-425; FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961- 1964*. São Paulo: Paz e terra, 1993; e REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

³ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Trad.: Else Ribeiro Pires Vieira (superv.), Petrópolis: Vozes, 1981.

punitivas desencadeadas por este, ao imediato pré-1964 faz ignorar as raízes de todo o processo.⁴ A crise pela qual o país passava no início dos anos 1960 era profunda e não estava ligada apenas a fatores imediatos exclusivamente relacionados ao governo de João Goulart, o que torna indispensável o retorno aos anos 1940-1950, onde se gestou um projeto de desenvolvimento capitalista para o Brasil que, como um dos meios para o seu estabelecimento, admitia o recurso à prática da repressão política, inclusive sobre militares.

A acumulação de capital ao longo das décadas anteriores fabricou desigualdades sociais e regionais. O processo de urbanização, por exemplo, gerou a concentração da classe trabalhadora industrial. De acordo com Dreifuss, a concentração na classe trabalhadora nos grandes centros urbanos modificou os contornos políticos e ideológicos do regime, transformou a consciência desta classe e enfraqueceu o domínio ideológico dos dominantes sobre os subordinados: Ligas Camponesas, mobilizações sindicais e estudantis e debates no interior das Forças Armadas acirravam a disputa político-ideológica e o populismo progressivamente mostrava-se ineficaz na tentativa de solucionar estas questões.⁵ Do lado do capital, de acordo com Dreifuss, já a partir de meados dos anos 1950, interesses burgueses cresceram e se tornaram a força econômica dominante no início da década seguinte. Mas essa preponderância não era traduzida em liderança política. Excluídos, tentavam contornar o bloqueio dos canais políticos tradicionais e alguns de seus representantes se transformaram

⁴ Compartilho das perspectivas de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Guillermo O'Donnell e René Armand Dreifuss. Estes autores desenvolveram suas análises entre fins dos anos 1960 e a durante a década de 1970 e, têm como ponto comum a percepção do golpe e do regime pós-1964 como uma consequência das transformações na estrutura econômica e social do país, inseridas no contexto internacional de nova fase do capitalismo, de expansão para a periferia, e da incapacidade do Estado, com base no modelo político de conciliação de classes vigente no país, o populismo, de apresentar soluções para o quadro de crise que se apresentava. Ao destacar alguns traços de semelhança entre as análises destes autores, não pretendo afirmar que elas são em tudo coincidentes. Há diferenças nas análises, em especial na caracterização do regime, contudo, todos partem da perspectiva do golpe e do regime como resultado de uma conjuntura de crise e transformação do capitalismo pós-1945. Sobre a questão, ver: CARDOSO, Fernando Henrique. "O modelo político brasileiro". In: _____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 3.^a ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1977, p. 50-82; DREIFUSS, René Armand. *Op. cit.*; FERNANDES, Florestan. "O modelo autocrático-burguês de dominação capitalista". In: _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.^a ed. São Paulo: Globo, 2006, p. 337-424; e O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*. Trad.: Cláudia Schilling. São Paulo: Vértice, 1986.

⁵ DREIFUSS, René Armand. *Op. cit.*, p. 36-37.

em articuladores políticos e penetraram na máquina do Estado.⁶ Assim, de um lado, grupos capitalistas precisavam dominar o campo político para preservar e desenvolver os seus objetivos; de outro, as pressões das massas eram incompatíveis com o projeto de domínio econômico e político burguês.

Estas observações denotam que havia uma crise ampla: do regime, que já não conseguia dar conta da conciliação dos interesses de classes antagônicas e em disputa; da industrialização de substituição de importações; da economia, caracterizada por inflação alta, balança comercial desfavorável e má distribuição de renda; social, com declínio da capacidade extrativa do Estado; e política, com aumento das manifestações populares e sinais de falência do sistema partidário. Por fim, as demandas conflitantes impostas ao sistema político e ao regime populista pelos interesses burgueses e pelos trabalhadores mobilizados tornaram-se aparentes e alimentaram a crise. Como caracteriza Dreifuss, foi um ataque bifrontal: da burguesia, que pretendia criar impasse tático, e dos trabalhadores, que se organizaram fora do pacto. Exacerbava-se a luta de classes e o populismo deixava de ser um meio de controle para se transformar em uma forma de participação.⁷ Se inicialmente tal o regime foi o estágio possível de desenvolvimento da burguesia quando ela ainda não era hegemônica, no início dos anos 1960 ele não só não conseguia mais conciliar os diferentes interesses de classe, como passou a ser visto como um obstáculo ao desenvolvimento da dinâmica do capitalismo. O processo de acumulação necessitava da desarticulação dos instrumentos de pressão e defesa das classes populares, e o populismo não se mostrava capaz de viabilizar a realização destes objetivos.

Não quero dizer que percebo o processo político que levou ao golpe e, em consequência, às cassações, como algo mecânico, onde determinados interesses econômicos, em grande parte externos, levaram os militares brasileiros a agirem da forma como agiram. A

⁶ *Ibidem*, p. 66 e 71 et seq.

⁷ *Ibid.*, p. 140-141.

realidade é muito mais complexa e precisa considerar os aspectos políticos e históricos, as peculiaridades de cada país e os interesses dos grupos nacionais, inclusive militares, que não só eram partidários do desenvolvimento de tipo capitalista, como ajudaram a formular as bases político-ideológicas que deram sustentação à expansão e à implantação do regime.⁸ A intenção era incorporar a economia dos países, de forma dependente e mais profunda, na estrutura capitalista internacional, para garantir e intensificar a modernização tecnológica, a acumulação capitalista, o desenvolvimento econômico e dar ao poder burguês condições de se manter, fortalecer e renovar. Esta meta exigia a adaptação às características locais e ao momento político, com a criação ou restauração de determinadas condições e a superação de entraves, como a instabilidade econômica e política e os conflitos com os setores populares. O caso brasileiro não fugia dessas características, e para o cumprimento destas metas exigia a participação do Estado: a realização deste projeto passava pela sua conquista, controle e reformulação.⁹ No Brasil, isto se fez através de um golpe e do estabelecimento de uma ditadura de classe, que não excluiu, como recurso, o uso à repressão como meio de eliminação dos adversários políticos. Como nota Enrique Serra Padrós, “(...) o fator repressivo de tais sistemas [de segurança nacional] decorreu da pressão exercida pelo capital internacional e pelas elites locais, para imposição de um novo modelo de acumulação. (...)”¹⁰ Cito esta passagem para afirmar que a perspectiva que adoto no trabalho, além de valorizar o contexto

⁸ Como afirma Cardoso, sempre há setores das sociedades dependentes ligadas por interesses comuns ao sistema capitalista internacional, “(...) parte da burguesia nacional é beneficiária direta, como participante minoritária, do interesse estrangeiro.” CARDOSO, Fernando Henrique. “Imperialismo e Dependência na América Latina”. In: _____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 3.ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1977, pp. 186-211, p. 200.

⁹ Sociedades capitalistas como a brasileira são divididas em classes sociais com papéis mais ou menos nítidos de dominação ou subordinação, de acordo com a posição que cada uma das classes ocupa nas estruturas de poder e nas relações de produção, e é o Estado quem viabiliza e garante a reprodução dessa organização. Portanto, a estruturação e o funcionamento do Estado correspondem à realização da dominação de uma classe (ou frações dela) sobre as demais camadas da sociedade. Cf. POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Trad.: Rita Lima. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 145-161.

¹⁰ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay: terror de estado e segurança nacional: Uruguai (1968-1985): do pachecoato à ditadura civil-militar*. 2005. 434f. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 52.

mais longo no qual se desenvolveram as motivações do golpe, considera o aspecto de classe da ditadura brasileira.

A ditadura não pode ser vista como uma antítese da democracia liberal. Pelo contrário, a contraposição entre a ditadura moderna, de conotação negativa, e democracia moderna, de caráter liberal, não se confirma.¹¹ Como sustenta Franz Neumann, a “(...) usual comparação de democracia liberal *versus* ditadura, como uma antítese do bem e do mal, não pode ser mantida sob um ponto de vista histórico. (...)” Para o autor, a ditadura tanto poder ser a negação quanto à implementação da democracia, no caso, via ditadura de emergência.¹² Deste modo, as ditaduras podem ser um primeiro passo para o estabelecimento da democracia liberal.¹³ O Brasil é um exemplo típico.

No que se refere especificamente ao papel da instituição militar no processo de consolidação do Estado capitalista, é dela um dos principais papéis.

Objeto de disputa entre frações de classe que se relacionam com os meios militares em busca de fortalecimento e legitimação para seus projetos, as Forças Armadas não são, todavia, passivas neste processo. Elas recebem, sim, influências do meio social, mas pelo prisma das características institucionais.¹⁴ No que se refere ao caso brasileiro, elas são, de modo geral, um elemento-chave para a compreensão do processo político. Especificamente quanto à

¹¹ Cf. STOPPINO, Mário. “Ditadura”. In: BOBBIO, Norberto MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.s). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, s/d, 1 CD-ROM.

¹² NEUMANN, Franz. “Notas sobre a teoria da ditadura”. In: _____. *Estado Democrático e Estado Autoritário*. Trad.: Luiz Corção. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 273.

¹³ Segundo Lúcia Klein, para que as ditaduras sejam caminhos para a instalação de uma democracia liberal é necessário preservar alguns princípios e instituições democráticos. Agindo desta maneira, os novos donos do poder têm em mãos um valioso instrumento para assegurar a legitimidade. Essa mescla de preservações e restrições de princípios liberais, portanto, pode ser a forma que uma sociedade industrial e complexa, como a brasileira dos anos 1960, pôde adotar para a instalação, ainda que no futuro, da democracia liberal. KLEIN, Lúcia. “Brasil pós-64: a nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade”. In: KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, p. 29. As conclusões da autora baseiam-se em sua análise da obra: MOREIRA, Adriano, “Los Fines del Estado. *Revista de Estudios Políticos*, n.º 161, set./out. de 1968, p. 13 e 14.

¹⁴ Por vezes os analistas tendem a considerar a instituição militar apenas como aparelho repressivo do Estado e instrumento do monopólio da posse e uso da força coatora legítima pela classe dominante. Concordando com Poulantzas, não creio, todavia, que nas sociedades capitalistas as Forças Armadas estejam restritas a este papel. POULANTZAS, Nicos. *Op. cit*, p. 39-40.

construção do Estado capitalista no Brasil, esta também é uma tarefa dos militares, em aliança com as elites civis no poder.

Desde 1930, sob o governo de Vargas, os militares ganharam importância no debate e nos conflitos políticos nacionais. Deste período até 1945, há um entrelaçamento entre as construções do Estado capitalista brasileiro e de um novo Exército. Por um lado, houve um processo de centralização do poder político nas mãos do executivo e de modernização econômica do país. Por outro, ocorreu a modernização e a profissionalização do Exército, com expurgo gradual dos militares não identificados com a “nova” instituição.¹⁵ Este processo se consolidou a partir de 1937, mas, foi a partir de 1945, com a “redemocratização” do país, que se permitiu o debate e se tornou pública a disputa ideológica sobre os caminhos a serem traçados pela nação. Este caráter público também abriu espaço à maior politização das Forças Armadas, o que acentuou as divergências internas. As clivagens ocorridas entre 1945 e 1964 estavam inseridas no contexto amplo da disputa pelo controle do Estado, para viabilização de determinado projeto político.

É neste ambiente que se destaca a participação da Escola Superior de Guerra (ESG) como um *locus* onde, tendo por norte a segurança nacional, se pensou e formulou idéias para a transformação do Estado brasileiro. Segundo o general José Bina Machado, a ESG representaria “(...) indiscutivelmente o mais alto escalão do pensamento nacional nas cogitações coletivas e interdepartamentais do país referentes à sua própria existência e segurança (...)”.¹⁶ Ignorando o ufanismo da declaração, o fato é que a Escola se mostrou um lugar adequado para esta reflexão, ainda mais em se tratando de tema diretamente ligado à função militar. O resultado foi a produção de uma série de teses que visavam a

¹⁵ Ver CARVALHO, J. M. “Vargas e os Militares: aprendiz de feiticeiro”. In: D’ARAÚJO, M.^a Celina (org.). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 55-81.

¹⁶ MACHADO, José Bina, *Conseqüências Militares do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, C-012, 1950, p. 21.

implementação de um desenvolvimento político e econômico para o país compatível com a proposta burguesa. Estes estudos também apresentavam os meios adequados para a sua execução, dentre eles, a repressão como meio de “sanear” o ambiente político, inclusive de militares opositores.

A importância e o papel da ESG podem ser identificados a partir de uma análise dos seus princípios originais, regulamento e, principalmente, conferências e trabalhos de seus alunos, chamados estagiários. Fundamentado na perspectiva desenvolvida por Ciro Flamarion Cardoso, que percebe as formas discursivas como um dos elementos do processo de dominação, a análise de tais documentos ganha significativa relevância.¹⁷

Em que pesem as diferenças entre os diversos enunciadores a rigidez da proposta da Escola, principalmente a partir de 1954, impedia qualquer formulação que se distanciasse dos princípios básicos e do método difundido, enfim, do ponto de vista esguiano. Neste sentido, estas formações discursivas representam uma síntese do pensamento disseminado pela ESG, e, em paralelo com a evolução do contexto político, a questão da repressão aparece progressivamente como parte desta lógica discursiva.

Por meio desta percepção, creio que será possível provar que através de seus cursos, a ESG exerceu um papel estratégico na elaboração e difusão da mensagem das classes burguesas a determinados segmentos da sociedade brasileira. Para tanto, há que se perguntar: por que ela foi escolhida? Por que se prestou a tal missão? Até que ponto a ESG e as teses difundidas em seus cursos podem realmente ser consideradas elementos atuantes na construção de um ideário burguês, e qual o seu papel no processo de difusão desta mensagem? Até que ponto a influência norte-americana não tornou a ESG um mero reproduzidor de teses estrangeiras?

¹⁷ CARDOSO, Ciro F. “Semiótica, História e Classes Sociais”. In: _____. *Ensaio Racionalistas - Filosofia, Ciências Sociais e História*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

Se as hipóteses levantadas estiverem corretas, as respostas a tais questões indicarão que a produção de uma série de teses transformou os estudos desenvolvidos na Escola Superior de Guerra em um corpo de pensamento que, tomando por elementos centrais a questão da consecução dos objetivos nacionais através de uma política de segurança nacional, forneceu fundamentos teóricos para a avaliação das estruturas do Estado brasileiro e permitiu um planejamento político e econômico de desenvolvimento do país totalmente identificado com os ideais capitalistas associado-dependentes.¹⁸ Em paralelo, ofereceram justificativas ideológicas para a tomada do poder em 1964 e para o estabelecimento da dominação de classe burguesa. Para o êxito na execução de tais metas, como pode ser percebido em seus princípios e conceituações originais, pontos centrais discutidos na ESG ao longo dos anos, supunha-se a eliminação dos óbices e a superação dos antagonismos existentes no país.

Pretende-se, em resumo, neste capítulo, demonstrar que a lógica das políticas repressivas aplicadas após 1964 – na sua totalidade ou na especificidade militar – mantém uma relação com os conflitos políticos-ideológicos ocorridos no pós-Segunda Guerra. As justificativas para o seu emprego foram formuladas ao longo dos debates políticos do período. Nos cursos da Escola Superior de Guerra encontramos não só fundamentações ideológicas, políticas e econômicas para o “saneamento” efetuado, mas, também, métodos e focos de tal processo. O objetivo é, portanto, analisar as principais questões que, em última instância, serviram para legitimar as políticas repressivas aplicadas aos militares após 1964, e como elas foram gestadas a partir de 1949. Não tenho o intuito de negar o fato de que, por vezes, possam ter prevalecido vendetas pessoais ou o peso da conjuntura política mais imediata no processo de cassações, mas sustento que este tem íntima conexão com a elaboração e defesa, para o

¹⁸ Tais bases também são encontradas no pensamento do general Golbery do Couto e Silva, ele também um esguiano e, possivelmente, maior teórico da Doutrina de Segurança Nacional no país. A omissão da sua obra deve ao fato da análise estar focada no papel da Escola Superior de Guerra no desenvolvimento e difusão destas teses. Por esta razão, centro a atenção em documentos elaborados para e/ou durante os cursos da ESG. Em linhas gerais, os conceitos elaborados por Golbery são idênticos aos constantes das palestras e trabalhos destacados. Para acesso às teorizações do general, ver: SILVA, Golbery do Couto. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 3.^a Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

Brasil, de um tipo de desenvolvimento capitalista associado-dependente ao longo dos anos anteriores. A necessidade de eliminação dos obstáculos ao complexo de defesa continental, a este tipo de desenvolvimento e a discussão sobre os meios de combate à subversão interna, pelos defensores de tais teses, indicam que tal solução já havia sido previamente cogitada, e foi progressivamente depurada.

1. A Escola Superior de Guerra: origem, objetivos e função

Fruto da conjuntura de sua época¹⁹ e tendo como antecedentes inspiradores o Imperial War College (Inglaterra), o Institute de Hautes Études de La Defense Nationale (França) e, principalmente, o National War College (EUA) e a Missão Militar Americana,²⁰ a ESG foi instituída legalmente pelo decreto n.º 25.705, de 22 de outubro de 1948,²¹ e criada, de fato, através da Lei n.º 785, de 20 de agosto de 1949.²² A sua importância é reconhecida pela historiografia, mas variam as perspectivas analíticas quanto a seus objetivos, seu papel e sua inserção no processo político.

Construindo um modelo (o “padrão moderador”) para explicar a relação civis-militares e a intervenção ocorrida em 1964, Alfred Stepan²³ busca características institucionais. Percebendo militares e civis como subsistemas de um sistema maior, político, onde a função

¹⁹ Fim da Segunda Guerra, início da Guerra Fria e consolidação de acordos e alianças políticas, econômicas e militares no cenário internacional.

²⁰ Cf. ADERALDO, Vanda M.^a Costa. *A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programa*. 1978. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978, p. 93. Segundo Antônio de Arruda a tradição oral na ESG conta que, em 1948, quando visitou o *National War College*, nos EUA, o general César Obino, chefe do Estado-Maior Geral (depois EMFA) dissera que no Brasil também estavam implantando uma escola semelhante, no que os norte-americanos ofereceram o envio de uma missão para apoiar a implantação da escola brasileira. No mesmo ano a Missão Militar Americana chegou ao Brasil. Dela faziam parte o coronel William J. Werbeck, o coronel-aviador Alvord Van Patten Anderson Jr. E o capitão-de-mar-e-guerra Lowe H. Bibby. ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina*. 2.^a ed. Ampliada. São Paulo: GRD / Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983, p. XXI-XXII.

²¹ BRASIL. Decreto n.º 25.705, de 22 de outubro de 1948. *Diário Oficial da União*, Guanabara, DF, 25 de Nov. de 1948, Seção 1, p. 15479.

²² BRASIL. Lei n.º 785, de 20 de agosto de 1949. *Diário Oficial da União*, Guanabara, DF, 30 de ago. de 1949, Seção 1, p. 12561.

²³ Para um resumo sobre a concepção de “padrão moderador” de Stepan, ver Introdução.

dos primeiros seria manter o último em equilíbrio, o pesquisador norte-americano considera que após-1945 as condições deste organismo se alteram, tendendo para o desequilíbrio. Em paralelo, o Estado já não conseguia suprir as demandas políticas e sociais. Neste quadro, as Forças Armadas surgiram como grupo dirigente capaz de solucionar os problemas do país, quebrando o antigo padrão de intervenção e instalando um novo: a intervenção militar duradoura.

Neste sentido, para Stepan, a ideologia desenvolvida na ESG teve como função questionar o antigo papel dos militares e levá-los à conclusão de que já estariam preparados para assumir a função diretora do Estado. O que emerge do trabalho do autor é o papel da Escola como formuladora de uma política que visava a solução dos problemas e modernização do país. Não aparece como um ponto central a resposta da questão “a quem tal projeto serviria?”

Já o padre Joseph Comblin,²⁴ encontra a solução a esta indagação na tese da preponderância da influência dos Estados Unidos sobre o pensamento militar, não só brasileiro, mas latino-americano, de modo geral.

Trabalhando com uma percepção instrumental das instituições e das escolas militares latinas, o autor entende a Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida na ESG como uma cópia de rígidos ensinamentos norte-americanos transmitidos praticamente sem alterações. Esta doutrina, que teria proporcionado aos militares os meios para governar o país, se imporia sobre as particularidades nacionais, desnacionalizando a vida social e política do país e, em última instância, funcionando simplesmente como meio de dominação imperialista. A análise de Comblin peca ao não considerar os interesses dos grupos capitalistas nacionais e dos próprios militares brasileiros em todo este processo de construção de uma doutrina e de conquista do poder político.

²⁴ COMBIN, Pe. Joseph. *A Ideologia de Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Trad.: A. Veiga Fialho. 3.ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

Adotando uma perspectiva inteiramente oposta à de Comblin, Vanda Maria Costa Aderaldo²⁵ trabalha com uma concepção institucional-organizacional do papel das Forças Armadas na política, a exemplo do que faz Edmundo Campos Coelho, que busca compreender o processo de construção da identidade militar. Para Coelho, o momento de consolidação desta identidade ocorre em 1964, quando os militares se autonomizam com relação aos civis e estendem o controle da organização a setores cada vez mais amplos do ambiente externo.²⁶

Dialogando com esta tese, a ESG surge na análise de Aderaldo como o meio encontrado para a elaboração e difusão dos princípios militares pela sociedade. Para a autora, a Escola funcionou como um laboratório, onde estagiários civis e militares desenvolveram propostas políticas para o país numa percepção da realidade ditada estritamente pelos interesses das Forças Armadas enquanto instituição política. O sucesso deste processo teria sido resultado do treinamento no uso de informações padronizadas e na absorção de um método de interpretação da realidade orientados por uma doutrina militar cujo compromisso seria, principalmente, com a organização, seus interesses de autonomia e suas propostas de hegemonia.²⁷

Procurando entender as relações de dominação entre civis e militares, Everton Rodrigues Santos²⁸ percebe a ESG como um *locus* do poder militar transfigurado em “poder simbólico” na divulgação de sua doutrina aos seus estagiários e, através deles, sobre o Estado. Também adotando uma perspectiva institucional, Santos considera que a Escola forneceu a sustentação ideológica das relações de dominação assimétricas entre civis e militares, possibilitando o predomínio do poder deste último grupo. Neste sentido, a ideologia elaborada

²⁵ ADERALDO, Vanda M.^a Costa. *Op. cit.*

²⁶ COELHO, Edmundo C. *Em Busca da Identidade – O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p. 147-148.

²⁷ ADERALDO, Vanda M.^a Costa. *Op. cit.*, p. 127-128.

²⁸ SANTOS, Everton Rodrigo. *Ideologia e dominação no quadro da transição democrática no Brasil (1974/1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra*. 2005. 301f. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

e difundida pela ESG não estaria a serviço da dominação burguesa ou de uma modernização capitalista, mas agiria em prol do próprio estamento militar.

A perspectiva adotada por Aderaldo e Santos, a exemplo das de Stepan e Comblin, não consegue dar conta do papel desempenhado pela ESG e nem identificar os grupos favorecidos pela proposta política produzida no interior da Escola, o que conduz, em extensão, a uma conclusão equivocada da natureza e da dinâmica do regime. Seguindo pelo caminho trilhado por Aderaldo e Santos, a intervenção e a ditadura apareceriam como simples resultados de interesses militares, relegando a participação e as pretensões dos grupos civis a um segundo plano. Em sentido oposto, o ponto de vista de Comblin conduziria ao demérito das demandas dos militares e também dos grupos burgueses nacionais. A proposta de Stepan, por sua vez, ao centrar no caráter modernizador da ação militar, encobriria o conflito ideológico inerente à questão.

Como meio de melhor identificar o papel que a ESG representou, creio que as análises de René Armand Dreifuss,²⁹ Maria Helena Moreira Alves³⁰ e Eliézer Rizzo de Oliveira³¹ são mais profícuas.

Na perspectiva destes autores, ressalta o caráter de classe da Escola Superior de Guerra. Este aspecto faz com que a Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida pela ESG apareça como um meio utilizado pelas classes dominantes, em associação ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a tomada do Estado, a modificação das suas estruturas e a implantação de um modelo de desenvolvimento capitalista, dependente, explorador e autoritário para o Brasil.

Dentro deste quadro, a ESG aparece como um importante elemento – e não instrumento – do grupo conspirador que levou à desestabilização e derrocada do governo de

²⁹ DREIFUSS, René Armand. *Op. cit.*

³⁰ ALVES, M.^a Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Trad.: Clóvis Marques. 4.^a Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

³¹ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

João Goulart. Seu papel teria sido funcionar como elo de ligação entre grupos civis e militares. Em face desta interação, estes autores não atribuem inteiramente ao setor militar localizado na Escola a criação do tipo de pensamento político-ideológico difundido por ela. Também não o vêem como uma mera transposição de ideários norte-americanos ou como resultado neutro de reflexões sobre a solução dos problemas do país. A percepção que apresentam é a de que na doutrina da ESG há elementos de etapas anteriores do pensamento político brasileiro, princípios burgueses, nacionais e estrangeiros, e vínculos com o pensamento militar que se desenvolveu nos EEUU do pós-guerra. Neste sentido, tanto a Escola como a sua doutrina são inseridas no quadro político de contenção aos movimentos políticos populares e ligadas à estratégia de preparação econômica, política e ideológica de combate ao comunismo e defesa do capitalismo. Ao analisar os princípios da ESG, e a lógica discursiva das conferências e trabalhos apresentados em seus cursos, chego à mesma conclusão.

Institucionalmente subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), do qual recebia orientações através de diretrizes que ditavam os rumos a seguir na atividade escolar,³² a Escola foi definida como “(...) um instituto nacional de altos estudos destinados a desenvolver e consolidar conhecimentos relativos ao exercício de funções de direção ou planejamento da segurança nacional”.³³ Em seu regimento de 1949, estava expresso que a ESG teria por meta buscar definir “(...) um conceito amplo e objetivo de segurança nacional que servisse de base à coordenação das ações de todos os órgãos, civis e militares, responsáveis pelo desenvolvimento do potencial e pela segurança do País”.³⁴ Os meios para a consecução desta meta foram elaborados e aprimorados ao longo dos anos.

³² BRASIL. Decreto nº 27.264, de 28 de Setembro de 1949. “Regulamento da Escola Superior de Guerra”. *Diário Oficial da União*, Guanabara, DF, 3 de out. de 1949, Seção 1, p. 14098, artigo 5.º.

³³ *Ibidem*, artigo 1.º.

³⁴ “Regimento da Escola Superior de Guerra”. Apud ADERALDO, Vanda M.ª Costa. *Op. Cit.*, p. 108.

Nesta definição do que seria ESG e de qual seria o seu papel encontra-se a resposta à questão “por que ela serviu de meio à difusão da mensagem burguesa?”

Como, no pós-Guerra, o capitalismo se encontrava em uma nova fase de expansão e como nos países periféricos havia uma série de questões e condições que inviabilizam a transposição pura e simples das fórmulas adotadas nos países centrais, era preciso encontrar soluções pra implementação da proposta capitalista. Como instituto de altos estudos destinado a analisar os problemas nacionais, a ESG pôde desempenhar um papel fundamental neste processo. Por meio de seus cursos, a Escola contribuiu para a produção e difusão de uma proposta de desenvolvimento para o Brasil que, ao mesmo tempo em que estaria coadunada ao processo internacional de acumulação capitalista, refletia sobre as peculiaridades das questões e dos grupos burgueses nacionais. Esta proposta era, desde a origem, elitista.

Admitindo que o desenvolvimento do Brasil não estaria estagnado, mas retardado, a Escola propunha, em sua carta de princípios, a aceleração deste processo. Para tal, a energia motriz seria a força humana, dentro da qual as idéias teriam um papel mais importante que o esforço físico. Porém, este também seria o aspecto mais difícil, pois reclamava “(...) a existência de um grupo selecionado ou elite, capaz de assumir os encargos de direção e de administração do esforço nacional de construção. (...)” De acordo com este documento, no Brasil, existiria a matéria-prima para a constituição dessa elite, o que faltaria era o hábito de trabalho em conjunto e uma “técnica racional de solução dos problemas”. Este aspecto justificaria a criação da Escola, pois, como um instituto nacional de altos estudos, ela teria como uma de suas metas preparar uma elite capaz de suprir as duas carências.³⁵ Ao fim e ao cabo, a ESG tinha o objetivo nada modesto de elaborar e divulgar “(...) a aplicação de um método e criar uma elite capaz de atacar cientificamente as duas fases essenciais constituídas

³⁵ SARDENBERG, Idálio. “Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra”. In: FRAGOSO, Augusto. *A Escola Superior de Guerra: evolução, atualidade, perspectiva*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, C1-123-71, 1971, anexo n.º 1, p. 2-3.

pelo equacionamento dos problemas e sua solução, diante dos quais se encontra detida a nacionalidade brasileira”.³⁶

Para tanto, a ESG procurava difundir entre seus estagiários, não apenas a prática do trabalho em grupo e uma forma de análise da conjuntura, mas, principalmente, através do método desenvolvido, a fixação de uma série de conceitos previamente concebidos que deveriam balizar a construção de uma doutrina e de uma política de segurança nacionais. Presente nos documentos basilares da Escola desde a sua fundação, este pensamento foi sintetizado pelo general Armando V. P. Vasconcelos no ano de 1960. Segundo este militar, a ESG,

emprega um método de trabalho disciplinador do raciocínio o qual, através de um processo contínuo, fará sedimentar em vosso espírito os conceitos doutrinários básicos indispensáveis à unidade e à continuidade de pensamento e de ação, de acordo com a situação conjuntural correspondente a um determinado período histórico da vida da nação, habilitar-vos-á ao trabalho em equipe proporcionando oportunidade para o equacionamento, discussão e solucionamento objetivo dos problemas relacionados com a Segurança Nacional, fornecer-vos-á os elementos básicos de trabalho e a orientação necessária para a formulação e aplicação de uma Política de Segurança Nacional e uma metodologia racionalizada de planejamento, cuja experimentação vos capacitará, civis e militares, ao exercício de direção e planejamento da Segurança. (...).³⁷

O cuidado na delimitação de tais balizas levou os cursos da Escola Superior de Guerra a adquirirem uma particularidade: todas as reflexões (conferências de membros do corpo permanente ou trabalhos dos estagiários) deveriam ser não apenas orientadas, mas determinadas pela percepção da realidade, pelo método de interpretação e pelos conceitos elaborados na Escola. Esta rigidez, constante desde a gênese da ESG, aumentou ao longo dos

³⁶ *Ibidem*, p. 6-7. Estas intenções constantes de sua carta de princípios foram formalizadas no Regulamento da Escola. De acordo com o artigo 4.º deste documento:

“A ESG, através dos assuntos que lhe são peculiares, procurará obter uma convergência de esforços no estudo e solução dos problemas da segurança nacional, mediante:

a - Um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico.

b - Um ambiente de ampla compreensão entre os grupos nela representados, de forma a desenvolver o hábito de trabalho em conjunto e de colaboração interdepartamental.

c - Um conceito amplo e objetivo de segurança nacional que sirva de base à coordenação das ações de todos os órgãos, civis e militares, responsáveis pelo desenvolvimento do potencial e pela segurança do País.” BRASIL. Decreto nº 27.264. *Op. cit.*

³⁷ VASCONCELOS, Armando V. P.. *A Escola Superior de Guerra (ESG): sua organização e atividades*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, D-06-60, 1960, p.1-2.

anos, chegando ao ponto em que, a partir do regimento de 1954, o debate livre no interior dos cursos se tornou praticamente inexistente. Como efeito, a liberdade de opinião dos estagiários era, de fato, apenas retórica e os resultados de seus trabalhos individuais e coletivos apresentavam sempre laços de rígida coerência com a doutrina em desenvolvimento na ESG.

Realmente, o ano de 1954 foi um momento em que a Escola procurou clarear um pouco mais os seus objetivos e aperfeiçoar seu método. A partir de então, os cursos foram divididos em três ciclos: 1.º Período Doutrinário, 2.º Período Conjuntural, 3.º Período de Aplicação.³⁸ Destes, o primeiro tratava de assuntos ligados à Doutrina, à Estratégia, ao Poder Nacional e ao Planejamento da Política Nacional. Até 1954, tais assuntos encontravam-se dispersos, mas iniciou-se naquele momento um processo em que as análises de tais temáticas passaram a estar prévia e definitivamente articuladas, com o projeto de contribuir para a consolidação dos procedimentos, conceitos e objetivos fundamentais da ESG.

Esta melhor organização não produziu uma alteração significativa com relação aos conceitos difundidos. É claro que, assim como a própria Escola, seus enunciados sofreram uma evolução, uma melhor articulação, mas suas definições mantiveram uma linha de coerência ao longo dos anos. Neste sentido, considerando-se apta a definir e/ou a treinar os encarregados de determinar os interesses nacionais e a forma de atingi-los, mantendo uma visão elitista do que seria melhor para o Brasil, a Escola interpretava os “Objetivos Nacionais” como “(...) realidades ou aspirações, relacionadas com a integração física, política, econômica, ou social de uma nação (...)” que a elite se encarregaria de transmitir ao “(...) povo-massa como hábitos ou necessidades unânimes ou generalizados da coletividade nacional.”³⁹

³⁸ MASCARENHAS, Ajalmar Vieira. *A ESG e a Organização da Segurança Nacional*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, C-01-56, 1956, p. 7-12.

³⁹ O pensamento da ESG encontrava-se em constante evolução. Em função desta realidade, este conceito de “Objetivos Nacionais”, apresentado em 1959, na verdade representa uma definição mais elaborada e precisa de algo presente nas conferências de Juarez Távora e de outros membros do corpo permanente desde os primeiros anos da Escola. TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional: sua conceituação e seu*

Mas a realização de tais objetivos dependeria da segurança nacional, que, baseando-se nas considerações de Ralph Williams como a mais adequada, Juarez Távora⁴⁰ afirmou que seria

o grau relativo de garantia que, através de ações político-administrativas (aí incluída a aplicação da força armada), econômico-financeiras e psico-sociais (aqui compreendidas as atividades técnico-científicas) um Estado proporciona, numa época determinada, à nação que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes.⁴¹

A partir desta percepção, caberia ao Estado, na qualidade de entidade jurídica responsável, dirigir e coordenar as atividades da Nação em busca da obtenção e salvaguarda destes objetivos e de garanti-los contra os antagonismos que pudessem dificultar ou impedir a sua consecução.⁴² Mas não apenas a ele. Esta conceituação moderna de segurança nacional, marcada pela realidade da Guerra Fria, era extremamente abrangente, envolvendo todas as atividades da nação na questão (desde aquelas que remetam especificamente à área militar como até mesmo as das áreas da educação, cultura, saúde e previdência), pois todas seriam constituintes do “Poder Nacional”.⁴³ Além desta observação, embora mantivesse a

estudo na ESG. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, C-01-59, 1959, p. 4.

⁴⁰ Em setembro de 1952, Juarez Távora foi nomeado comandante da ESG. Durante sua gestão destacam-se a criação do curso de estado-maior e comando das forças armadas e a ampliação do acesso de civis aos cursos da Escola. PANTOJA, Sílvia. “Juarez Távora”. In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. 2ª ed. rev. e atualiz. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001. 1 CD-ROM.

⁴¹ TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional: sua conceituação e seu estudo na ESG*. *Op. cit.*, p. 3. Com ligeiras diferenças de forma, esta mesma definição havia sido mencionada por Juarez Távora em suas palestras dos anos de 1953 e 1954. Cf. TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: conceituação e inter-relações*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, A-01-53, 1953, p. 9; _____. *A Segurança Nacional e a ESG*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, C-01-54, 1954, p. 20-21. A obra de Ralph Williams citada é: “A Segurança Nacional e a Política Militar”. In: *US Naval Institute Proceedings*, Washington, p. 19.

⁴² Cf. TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional e a ESG*. *Op. cit.*, p. 3; e VASCONCELOS, Armando V. P. *Op. cit.*, p. 5.

⁴³ Cf. TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional e a ESG*. *Op. cit.*, p. 20-21; e _____. *A Segurança Nacional: sua conceituação e seu estudo na ESG*. *Op. cit.*, p. 4. De acordo com Távora, “Poder Nacional” deve ser entendido como “expressão integrada dos meios de toda a ordem de que a Nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional e no âmbito interno, a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito de antagonismos existentes.” Este poder se apoiaria na base geográfica do país, mas, também, em fatores políticos, psicossociais, econômicos e militares. _____. *A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: conceituação e inter-relações*. *Op. cit.*, p. 3-4. Nas suas palestras dos anos de 1954 (p. 21) e 1959 (p. 5), é possível encontrar o mesmo argumento.

característica de salvaguarda dos interesses nacionais, sua ação também era posta como maior e mais variada do que apenas defender o país. Para além de uma reação, a definição remete à prevenção a possíveis agressões – caráter que também presente na política repressiva aplicada a militares após 1964, como será visto posteriormente. Em consequência, ocorre uma ampliação dos responsáveis pela segurança nacional. Diante da natureza ideológica dos conflitos internacionais modernos (uma guerra total e global), esta deixava de ser uma questão meramente militar e passava-se a considerar que toda a nação deveria participar diretamente deste processo.⁴⁴

Em resumo, na ESG foram elaborados e difundidos princípios nos quais a definição, realização e manutenção dos “Objetivos Nacionais” demandavam a prévia e adequada execução de uma política de segurança nacional. Esta, por sua vez, requeria uma ação preventiva, baseada na análise da “natureza” e da “potência” dos obstáculos internos e externos que se opunham ou poderiam vir a se opor à realização destes objetivos. A vitória sobre estes antagonismos, por sua vez, reclamava um estudo cuidadoso das conjunturas⁴⁵ nacional e internacional e uma formulação adequada de um “Conceito Estratégico Nacional”,⁴⁶ do qual decorreria uma “Estratégia Nacional”,⁴⁷ de acordo com a capacidade de

⁴⁴ MASCARENHAS, Ajalmar Vieira. *Op. cit.*, p. 1-3.

⁴⁵ De acordo com Távora, a análise dessa conjuntura era “o exame circunstanciado de todos os fatores integrantes do Poder Nacional e dos fatores e circunstâncias que se lhe opõem, visando a determinar não só a situação de cada um deles, no momento considerado, como a tendência dessa situação para PERMANECER, ATENUAR-SE OU AGRAVAR-SE.” TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional: sua conceituação e seu estudo na ESG. Op. cit.*, p. 12, grifo do autor.

⁴⁶ Conceito Estratégico Nacional, segundo definição aceita pela ESG, era “(...) a enunciação sintética dos objetivos nacionais ao alcance do poder nacional, para a satisfação progressiva dos interesses permanentes da Nação, nos campos interno e externo, e dos rumos a imprimir à política nacional para alcançá-los, (a despeito dos antagonismos existentes).” Sua formulação se daria a partir de “(...) uma análise objetiva das aspirações e interesses nacionais, e de uma avaliação estratégica da conjuntura, em confronto com os antagonismos opostos à satisfação daquelas aspirações ou interesses que se possam incluir entre os objetivos nacionais.” TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional: sua conceituação e seu estudo na ESG. Op. cit.*, p. 11; e _____. *A Segurança Nacional e a ESG. Op. cit.*, p. 21.

⁴⁷ Para apresentar um conceito do que seja “Estratégia Nacional”, Juarez Távora recorreu à definição de Edward Mead Earle, que a definia como “a arte de aplicar os recursos de uma nação ou coligação de nações [nos campos político, econômico, psicossocial e militar] – inclusive suas forças armadas – com a finalidade de promover efetivamente a consecução dos seus objetivos vitais, assegurando-os contra quaisquer inimigos reais, potenciais ou simplesmente presumíveis”. EARLE, Edward Mead. *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press, 1952, apud TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional: sua conceituação e seu estudo na ESG. Op. cit.*, p. 7; e _____. *A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia:*

ação que lhe proporcionaria o “Poder Nacional”.⁴⁸ Estes conceitos e princípios básicos foram essenciais para a constituição do que se denominou Doutrina de Segurança Nacional,⁴⁹ prevista como um dos objetivos do Curso Superior de Guerra.⁵⁰

Pela proposta da ESG, portanto, todos os campos de ação da nação estavam envolvidos no processo de consecução dos “Objetivos Nacionais” e, por consequência, na problemática da segurança nacional. Ao difundir esta tese, a Escola procurava construir uma unidade de pensamento entre militares e civis em torno da execução de uma determinada política de segurança nacional perfeitamente adequada ao projeto burguês de desenvolvimento do capitalismo, que, em última análise, pressupunha o “saneamento” do ambiente político.

A resposta à questão de até que ponto a ESG e as teses difundidas em seus cursos podem ser consideradas atuantes no processo de construção e difusão de um ideário burguês passa, a meu ver, pela tentativa de construção desta unidade de pensamento em torno de

conceituação e inter-relações. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, A-01-53, 1953, p. 14. Para Távora, a estratégia se confundiria com a própria política de segurança nacional. *Ibidem*, p. 9-10; *Ibid.*, p. 17.

⁴⁸ TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional: sua conceituação e seu estudo na ESG*. *Op. cit.*, p. 1-2; e VASCONCELOS, Armando V. P. *Op. cit.*, p. 11-12.

⁴⁹ Segundo Távora, “(...) o fim último dos estudos que aqui fazemos é insuflar na consciência de nossa elite, sem distinção entre civis e militares, uma compreensão ampla e uniforme sobre os problemas da Segurança Nacional, capaz de se condensar, com o correr dos anos, numa adequada doutrina de Segurança Nacional. Só assim garantiremos, através da necessária mutação periódica dos governos democráticos, a continuidade indispensável de uma sã política de Segurança Nacional.” TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: conceituação e inter-relações*. *Op. cit.*, p. 16-17. Grifos no original. Nota-se que o militar menciona que a elaboração da doutrina seria o “fim último”. Segundo Joseide Gomes Montarroyos, essa conferência de Juarez Távora representa o esboço dos primeiros conceitos da nova doutrina, que só teria sido publicada, de fato, em 1975, sob o nome de “Manual Básico da ESG”. MONTARROYOS, Joseide Gomes. *Educação de Adultos como Doutrinação: fundamentos e métodos da divulgação da doutrina de “segurança e desenvolvimento” do Brasil, através das atividades da Escola Superior de Guerra e sua associação de diplomados*. 1979. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1979, p. 74-75. O prefácio desta publicação reforça o que a autora informa ao afirmar que “Um quarto de século de estudos e pesquisas sobre Política e Estratégia, Segurança e Desenvolvimento Nacionais assentaram conceitos e métodos que constituem hoje o fundamento teórico e doutrinário dos Cursos da Escola Superior de Guerra.” ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos, 1975. Como o próprio método da ESG, o conjunto de conceitos que resultou na DSN evoluiu muito nos vinte cinco anos compreendidos entre a fundação da ESG e o lançamento do manual.

⁵⁰ A responsabilidade da ESG ministrar o Curso Superior de Guerra foi definida pelo Capítulo III (Atividades Escolares) do Regulamento de 1949 (Decreto n.º 27.264), mas ainda não apresentava uma definição clara dos objetivos do curso. Somente no Regulamento de 1954 seus objetivos tornaram-se mais explícitos. Dentre eles, constava no artigo 24, alínea “a”, “o estabelecimento de uma doutrina de segurança nacional”. CF. BRASIL. Decreto n.º 35.187, de 11 de março de 1954. *Diário Oficial da União*, Guanabara, DF, 12 de mar. de 1954, Seção 1, p. 3948.

determinada proposta política. Este amálgama permitiu a convergência de necessidades diversas dentro do universo capitalista numa proposta de desenvolvimento para o Brasil. Ainda que a harmonia total entre as teses fosse um ideal inatingível, a Escola, como um sistema de excelência, funcionou como unificadora e difusora de um ideário. Ao mesmo tempo, foi a partir do método da ESG que uma determinada fração de uma elite orgânica refletiu de maneira sistematizada sobre uma série de questões, se autoconscientizou, estabeleceu um determinado projeto para o país em seus múltiplos aspectos (desde a conquista do poder até a refundação do Estado) e se tornou crente de seu “capital político”,⁵¹ de sua competência para administrar o país.

Em outras palavras, a ESG exerceu um papel fundamental do processo de adequação do Brasil ao processo de desenvolvimento capitalista, pois, reorganizando a história, sintetizando e distribuindo conhecimentos, contribuiu para a reprodução de consensos e dissensos sobre o processo de desenvolvimento brasileiro e sobre os indivíduos envolvidos na questão (um consenso com relação à proposta capitalista liberal e seus discípulos e um dissenso no que se refere às premissas nacionalistas, generalizadas como comunistas, e seus defensores). Seus estudos tornaram-se um caminho para unificação, elaboração, difusão e institucionalização de um projeto de poder classista, nem sempre dissimulado, como demonstra sua proposta originária. Em paralelo, a definição dos conceitos de “Objetivos Nacionais”, “Poder Nacional”, “Conceito Estratégico Nacional” e “Estratégia Nacional”, levando em consideração não só os aspectos externos, mas também os internos, nega a hipótese de que a ESG foi apenas uma mera reprodutora de ideários estrangeiros.

Tal influência é inegável, mas não é possível imaginar a existência de um processo em que interesses militares e políticos dos Estados Unidos são impostos sobre sujeitos passivos.

⁵¹ Segundo Bourdieu, o “capital político” é uma espécie de “capital simbólico”, baseado na crença e no reconhecimento, no “poder simbólico”, que só existe porque quem está sujeito crê que ele existe e o reconhece como tal; poder de fazer ver e de fazer crer, de produzir e de impor, que só é possível porque ocupa uma posição no espaço social conferida por este “poder simbólico”. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 151 e 187-188.

Tudo é muito mais complexo. A ESG não foi um simples brinquedo nas mãos de grupos externos, e sim parte integrante de uma elite orgânica defensora de um ideário político liberal. A nova fase do capitalismo exigia o atendimento ao menos de parte das demandas dos grupos burgueses nacionais, e a definição dos conceitos acima citados traz implícita esta observação. Além deste fato, a Escola também procurou, na medida de suas necessidades, adaptar os influxos americanos aos de outros países, como demonstra o recurso à doutrina francesa de Guerra Revolucionária, a ser analisada posteriormente.

Neste contexto, também era interessante à ESG a não concretização de um projeto de desenvolvimento para a nação de viés nacionalista e que contemplasse uma autonomia no que se refere à política externa e uma ampliação do espaço de participação política das massas. Por este motivo, atuou com firmeza no desenvolvimento e difusão de um projeto político classista, autoritário e excludente.

É difícil subestimar o peso da ESG e da Doutrina de Segurança Nacional no pós-1964. Muitos dos graduandos da Escola ocuparam cargos importantes em instituições políticas e econômicas após o golpe de Estado.⁵² E muitas das propostas discutidas nas suas salas tornaram-se leis e práticas a partir daquele momento,⁵³ inclusive a eliminação dos óbices e antagonismos, materializada, em parte, na repressão política. Uma análise das bases

⁵² De acordo com Maria Helena Moreira Alves, dos graduados na ESG, 200 tornaram-se ministros de Estado ou burocratas de primeiro escalão e, 97, diretores de órgãos governamentais após o golpe. Além deles, a base do governo do general Humberto de Alencar Castello Branco, ele mesmo um esguiano, teria sido composta por elementos da tríade ESG-IPES-IBAD. ALVES, M.^a Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 24-26. Tomando por base o artigo “Adesgianos no Governo”, publicado no *Boletim* da ADESG n.º 103, Stepan relaciona alguns importantes membros da ESG que pertenceram ao primeiro escalão do governo Castello Branco: Oswaldo Cordeiro de Farias, ministro do Interior e primeiro comandante da ESG; Juarez Távora, ministro dos Transportes e segundo comandante da Escola; Golbery do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informações, conhecido como “pai da ESG”; o general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar e Secretário do Conselho de Segurança Nacional. Além deles também eram diplomados da ESG o general Juracy Magalhães e o civil Leitão da Cunha, ambos, ministros do Exterior do primeiro governo militar. STEPAN, Alfred C. *Op. cit.*, p. 136.

⁵³ Por exemplo, a reforma da lei eleitoral, com redução do número de partidos, instituição do voto indireto e da fidelidade partidária; a criação de uma rede nacional de informações; a centralização do poder político; a contenção das mobilizações populares; etc. Cabe salientar, ainda, que os atos institucionais e complementares também tiveram um caráter modernizador-capitalista, estabelecendo medidas que resultaram em reformas financeiras e tributárias e, de maneira mais ampla, do próprio Estado, todas em conformidade com a proposta de desenvolvimento em estudo na ESG.

fundamentais deste projeto demonstra como esta questão já estava presente na gênese da escola e foi sendo paulatinamente depurada.⁵⁴

2. A segurança continental:

Os cursos da Escola Superior de Guerra, especialmente em seus primeiros anos (1949-1953), primaram por fazer um levantamento da situação econômica, social e política do país.⁵⁵ Buscava-se identificar os problemas, entraves e potencialidades para o desenvolvimento econômico e suas vinculações com as relações internacionais, especificamente a defesa do hemisfério. Neste sentido, o entrelaçamento entre os assuntos econômicos, militares e internacionais teve como pano de fundo uma articulação muito clara com questões relativas à Guerra Fria. Toda esta análise tinha como objetivo declarado a busca do posicionamento que mais se adequasse à meta maior de consecução da segurança nacional, eixo do pensamento esguiano.

No contexto internacional, com o fim da II Grande Guerra, os Estados Unidos iniciaram um processo de formação de alianças regionais que visavam combater uma suposta expansão soviética e, em consequência, do comunismo. O objetivo maior desta política, comandada pelo presidente Harry S. Truman (1945-1953), era evitar que tal crescimento ameaçasse, de algum modo, a segurança do país e o avanço do capitalismo.⁵⁶ Segundo Luís Fernando Ayerbe, para aquele governo, a luta contra o perigo comunista tornou-se o

⁵⁴ Havia a consciência de que, no início das atividades da ESG, o método apresentado seria apenas uma versão rudimentar, com as linhas mestras de sua estrutura. A idéia era de que, ao longo dos anos, com os cursos regulares, esse método fosse aprimorado. SARDENBERG, Idálio. *Op. cit.*, p. 5-6.

⁵⁵ ADERALDO, Vanda M.^a Costa. *Op. cit.*, p. 131-132.

⁵⁶ No dia 12 de março de 1947, o presidente Truman pronunciou um discurso diante do Congresso Nacional dos Estados Unidos, que ficou conhecido como o lançamento da Doutrina Truman. A tese central era o compromisso de defesa intransigente do mundo capitalista contra a ameaça socialista. TRUMAN, Harry S. *President Harry S. Truman's address before a joint session of Congress, march 12, 1947*. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp. Acesso em: 6 de julho de 2009.

argumento central para definir aliados ou adversários da segurança nacional, continental e internacional.⁵⁷

Este processo resultou na assinatura de tratados cujo elemento principal e unificador era a segurança do continente americano. Ajustados aos interesses políticos e ideológicos dos EEUU, tais documentos se contrapunham à tese do isolacionismo político por qualquer país da região. Sob a liderança norte-americana, todos deveriam estar unidos política e ideologicamente na defesa do hemisfério, e qualquer adesão, ou possibilidade de adesão, a ideologias de esquerda era apresentada como ameaça à segurança de todos.⁵⁸ Encobertos pela retórica da defesa continental, na prática, tais acordos permitiam a presença militar dos Estados Unidos em regiões tidas como vitais para a segurança norte-americana.

O Tratado do Rio de Janeiro ou Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar),⁵⁹ firmado em 2 de setembro de 1947, foi um primeiro documento com este objetivo. Tendo por justificativas a manutenção da paz e da segurança internacionais, o Tiar criava um sistema militar que consistia no auxílio mútuo e defesa comum dos países do continente americano signatários do Tratado, caso um deles fosse atacado. Na prática, essa política visava coibir a interferência de países não-americanos na região. Em complemento, em 30 de abril de 1948, vinte e uma nações pertencentes à União Pan-americana reuniram em Bogotá, Colômbia, a IX Conferência Pan-americana, para adotar a Carta da Organização dos Estados

⁵⁷ AYERBE, Luís Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002, p. 83.

⁵⁸ Segundo Vanda M.^a Costa Aderaldo, “Essa mentalidade [de que a adesão a qualquer ideologia esquerdista, na América Latina, significava uma ameaça à segurança continental] orientava a política externa americana dentro da qual se desenvolviam as relações entre militares brasileiros e americanos, desde os finais da Segunda Guerra Mundial. A criação da Escola Superior de Guerra, no Brasil, seria um dos resultados previstos pelo intercâmbio então estabelecido, quando a necessidade de ‘segurança continental’, ou melhor, de ‘segurança hemisférica’, constituía o fundamento básico desse intercâmbio.” ADERALDO, Vanda M.^a Costa. *Op. cit.*, p. 72.

⁵⁹ Este tratado representou a formalização do Ato (ou Ata) de Chapultepec adotado na VIII da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz que, reunida na Cidade do México, em 6 de março de 1945, recomendou a celebração de um tratado destinado a prevenir e reprimir as ameaças e os atos de agressão contra qualquer dos países da América. O TIAR entrou em vigor em 3 de dezembro de 1948. *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*. In: Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/tiar.htm>. Acesso em: 5 de junho de 2009.

Americanos (OEA), também conhecida como Carta de Bogotá.⁶⁰ Este órgão, afirmando o compromisso dos países membros com os interesses comuns e o respeito pela soberania de cada nação, consolidou as estratégias de defesa hemisférica. Em seu capítulo V, esta Carta enunciava que “Todo ataque contra a integridade e a inviolabilidade territorial, assim como contra a soberania e a independência política de um Estado americano será considerado ato de agressão contra todos os Estado americanos”.⁶¹

A Escola Superior de Guerra nasceu neste contexto e também foi fruto direto desta política norte-americana de acordos internacionais. Não é excessivo recordar que o governo brasileiro havia contratado uma missão militar americana para acompanhar e auxiliar na orientação dos trabalhos da ESG. Esta missão teve os seguintes encargos:

1.º) Orientar o estudo dos assuntos militares referentes à missão da Escola como instituto de altos estudos e mostrar as soluções adotadas pelos Estados Unidos, para os referidos assuntos.

2.º) Servir como conselheiros dos grupos de estudo de assuntos militares referentes a missão da Escola como centro de pesquisas.

3.º) Colaborar no estabelecimento do método de estudo dos assuntos nacionais e internacionais, integrando, para isso, os respectivos grupos de estudo.

4.º) Acompanhar os estudos referentes a assuntos nacionais com o objetivo de alvitrar exemplos das soluções adotadas pelos Estados Unidos para problemas similares e indicar os meios que poderão servir para maior esclarecimento do problema. Promover, quando for o caso, visitas de grupos a instalações americanas.

5.º) Participar das discussões gerais relativas a assuntos internacionais, expondo seus pontos de vista.

6.º) Aconselhar o Comando na organização do programa de trabalhos anual da Escola, particularmente no que se refere a assuntos militares.⁶²

Como era oriunda deste mesmo processo e também devido à forte presença norte-americana, o pensamento expresso nos cursos da ESG naturalmente apontava para a concordância com relação à assinatura de tais acordos e quanto à crença de que a segurança nacional seria resultado da segurança coletiva. A premissa deste raciocínio estava assentada

⁶⁰ *Organização dos Estados Americanos*. Disponível em:

http://www.oas.org/key_issues/por/KeyIssue_Detail.asp?kis_sec=17. Acesso em: 6 de junho de 2009.

⁶¹ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Carta da Organização dos Estados Americanos*, apud GOMES, Henrique de Souza. *A Noção de Segurança Coletiva e o Conceito de Neutralidade*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-001-52, 1952, p. 22.

⁶² SARDENBERG, Idálio. *Op. cit.*, p. 11-12.

no argumento de que, por um lado, no estágio imperfeito em que se encontravam as relações internacionais, a força ainda era o elemento preponderante, o que, em decorrência, exigia que as nações fossem fortes para impedir ou derrotar uma possível agressão. Por outro, em face do caráter dito indiscutível da insuficiência da arregimentação de forças individuais de um Estado com vistas a evitar uma agressão, o conceito de defesa deveria ser ampliado. Passava a ser sustentada a tese de que, para a segurança coletiva seria necessária a formação de um corpo jurídico internacional que objetivasse a criação de laços e compromissos indissolúveis entre os Estados de interesses e ideais comuns.⁶³

Juarez Távora sustentava que, naquela conjuntura, onde armas atômicas, químicas e bacteriológicas poderiam ser transportadas a jato aos extremos mais afastados dos centros de agressão, o problema da segurança nacional não poderia ser solucionado de forma isolada, e sim através de um sistema de segurança coletiva.⁶⁴ Como efeito, os organismos internacionais, dotados de poderes extraordinários, eram apontados como os meios mais adequados para a tomada de medidas capazes de garantir a paz e a segurança, adotando, quando necessário, medidas coletivas para reprimir os atos de agressão.⁶⁵ De forma simples, a segurança individual de cada nação deveria subordinar-se à segurança coletiva. Neste sentido, segundo Távora, a participação em tais organismos gerava obrigações, em especial, com a ONU e a OEA que não poderiam deixar de ser cumpridas. A agressão a uma nação associada, em qualquer parte do mundo, deveria ser considerada como uma agressão ao Brasil. O descumprimento deste compromisso levaria à desonra e poderia acarretar ameaça à própria segurança nacional.⁶⁶

⁶³ BARBOZA, Mário Gibson Alves. *Cooperação Internacional: A OEA e o sistema de segurança interamericano*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-006-51, 1951, p. 1-2.

⁶⁴ TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional e a ESG*. *Op. cit.*, p. 18-19.

⁶⁵ GOMES, Henrique de Souza. *Op. cit.*, p. 3, 12-13.

⁶⁶ TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional e a ESG*. *Op. cit.*, p. 24.

No caso particular do continente americano, esta aliança com vistas à segurança comum utilizava como justificativas uma pretensa identidade de interesses políticos, econômicos e militares e a unidade geográfica entre os países da região.⁶⁷ No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, no qual o mundo encontrava-se dividido em dois blocos: de um lado, o comunista, liderado pela União Soviética, “(...) a serviço do expansionismo eslavo (...)” e, de outro o bloco ocidental, “(...) composto pelas nações que cultivam o ideal da democracia e a cuja testa se acham os Estados Unidos da América”, o Brasil deveria ser levado, naturalmente, ao alinhamento automático com os norte-americanos. Nas palavras de Jorge Emílio de Souza Freitas,

Entre esses dois grandes campos, a posição do Brasil está perfeitamente fixada: encontramos-nos ao lado dos países democráticos da civilização cristã ocidental, a cujo destino está ligada a nossa própria sobrevivência como nação livre e independente.

Dessa circunstância decorre o apoio que, necessariamente, damos ao líder desses países democráticos, os Estados Unidos da América, não subservientemente, mas como aliados livres e conscientes, concorrendo para essa atitude todos os fatores de ordem política, econômica, ideológica, militar e geográfica, anteriormente mencionados.⁶⁸

Neste trecho chama a atenção a afirmação de uma aliança não subserviente com relação aos Estados Unidos. Esta menção por Souza Freitas não é um exemplo isolado, sendo algo recorrente nas conferências da Escola, e representa uma resposta às críticas, também constantes, quanto ao que estes acordos atentavam contra a soberania das nações envolvidas.

Em réplica, as alegações dos conferencistas da ESG eram de que o conceito de soberania deveria receber uma nova definição, mais adequada às diretrizes políticas defendidas pela Escola. Se o objetivo último era a segurança nacional e se esta estava submetida à segurança coletiva, justificava-se a alteração. A soberania absoluta passava a ser caracterizada como um mito, e os Estados deveriam sacrificar uma parcela deste poder em prol de uma ordem internacional superior, garantidora da segurança coletiva e,

⁶⁷ BARBOZA, Mário Gibson Alves. *Op. cit.*, p. 1-2.

⁶⁸ FREITAS, Jorge Emílio de Souza. *Conceito Estratégico Nacional: fatores internacionais*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, C-013-52, 1952, p. 17.

consequentemente, da própria segurança individual.⁶⁹ Esta renúncia, aliás, segundo Raul Fernandes, já estaria prevista nas cartas de princípios de organismos internacionais, como a Liga das Nações e a ONU, dos quais o Brasil era signatário.⁷⁰

Em um quadro de interdependência das relações internacionais, afirmava-se que a sobrevivência política não permitiria espaço para a neutralidade. Por esta razão, as alianças tornavam-se uma necessidade imperiosa e, para funcionarem adequadamente, exigiam a auto-limitação da soberania. Segundo Costa,

No Direito e na Política Internacional cuja aurora pressentimos – miragem ou realidade – o Estado “interdependente”, livre e soberano na concepção de integridade territorial e política, procurará colocar a sua soberania ao serviço da soberania da coletividade internacional.⁷¹

No que se refere às respostas às críticas quanto à aliança com os norte-americanos, de modo particular, e a unidade pan-americana, de modo geral, também havia um elemento básico utilizado de modo recorrente como justificativa central: o resgate da Doutrina Monroe, tão criticada por representar o intervencionismo *yankee* na região. A tese defendida era a de que esta doutrina conteria dois elementos geradores do pan-americanismo: “(...) a consciência de que o continente americano constitui uma unidade político-geográfica e o reconhecimento da identidade de ideais e interesses entre os Estados do Novo Mundo (...)”⁷²

Na verdade, os planos de cooperação militar no continente americano ganharam um maior impulso com a assinatura do Tiar e criação da OEA, mas já estavam em formulação anos antes, como demonstra a fundação da Junta Interamericana de Defesa (JID). Ao contrário do Tiar e da OEA, a JID dava forma à estratégia de defesa continental ao apresentar

⁶⁹ BARBOZA, Mário Gibson Alves. *Cooperação Internacional: A OEA e o sistema de segurança interamericano*. *Op. cit.*, p. 9.

⁷⁰ FERNANDES, Raul. A modificação do Conceito de Soberania. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, 1949. *Apud* TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: conceituação e inter-relações*. *Op. cit.*, p. 2-3.

⁷¹ COSTA, Sérgio Correia da. *O Estado Soberano e a Regra de Direito Internacional*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-003-52, 1952, p. 13.

⁷² BARBOZA, Mário Gibson Alves. *Op. cit.*, p. 3.

como atribuição a tomada de medidas de preparação para a defesa e para a promoção da colaboração militar, com vistas à segurança coletiva do continente americano.

Esta Junta foi instituída pela Resolução XXXIX da Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos países americanos, realizada no Rio de Janeiro entre 15 e 28 de janeiro de 1942. Porém, durante a reunião que criou a OEA, em Bogotá, no ano de 1948, ela foi revigorada. Inicialmente, a Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz previa a formação de um organismo militar permanente, denominado Conselho Militar Interamericano de Defesa. Contudo, em Bogotá, alguns Estados – a Argentina, em especial – se opuseram a esta medida. Devido a tal restrição, optou-se pela criação da “Comissão Consultiva de Defesa”, mantendo-se a JID como órgão permanente de preparação defensiva do continente e incorporando-a à Carta de Bogotá.⁷³ Em complemento, foi criado o Estado-Maior da Junta Interamericana de Defesa, cuja direção e as três subdireções, segundo o artigo 5.º do regulamento da época, caberiam a generais das Forças Armadas dos Estados Unidos. Por fim, entre 27 de março e 7 de abril de 1951, realizou-se a Quarta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em Washington, durante a qual foi aprovada a Resolução III, denominada “Cooperação Militar Interamericana”.⁷⁴

Após afirmar a essencialidade da defesa militar do continente para a estabilidade das instituições democráticas e para o bem-estar dos seus povos e relembrar as obrigações assumidas pelos países americanos junto à OEA e, de acordo com o Tiar, à defesa comum e à manutenção da paz continental, esta resolução tornava explícito o nome do “inimigo” a ser enfrentado: o comunismo. Segundo a Resolução III, “(...) las actividades expansionistas del comunismo internacional requieren la adopción inmediata de medidas para salvaguardar la

⁷³ JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA. Disponível em: <http://www.jid.org/index.php?lang=pt>. Acesso em: 13 de junho de 2009; e MACHADO, José Bina. *Op. cit.*, p. 12-17.

⁷⁴ BARBOZA, Mário Gibson Alves. *Op. cit.*, p. 14, nota 1.

paz y la seguridad del Continente.”⁷⁵ Lembrava, ainda, que, de acordo com a resolução XXXIV, da IX Nona Conferência Internacional Americana, a JID, como único órgão técnico-militar em funcionamento, ficou encarregada de preparar os planos militares de defesa continental.⁷⁶ Como os principais cargos da Junta Interamericana de Defesa ficavam sob controle dos Estados Unidos, é de se imaginar a prevalência dos interesses daquele país na definição destes planos.⁷⁷

Logo, considerando-se o contexto da Guerra Fria, a liderança desempenhada pelos EUA e o pronunciamento do presidente norte-americano, Harry S. Truman, no início de 1947, podemos compreender o real significado do Tiar, da OEA e da JID: revestidos de instrumentos jurídicos que visavam dar forma definitiva aos compromissos de solidariedade e assistência recíproca entre os Estados do hemisfério, tais iniciativas serviram como meio de formalização legal de uma possível intervenção norte-americana em qualquer país do continente, assegurando o seu domínio na região. Os Estados Unidos eram fortes o suficiente (política, econômica e militarmente) para impor as suas decisões e manter a hegemonia na região. O pensamento da ESG não discordava dessa assertiva.

Apresentando como seu princípio a formulação de uma doutrina de segurança para o país, as teses difundidas na Escola Superior de Guerra afirmavam que o destino do Brasil estaria definido por questões geopolíticas. Seguindo esta linha de raciocínio, todo o tempo pregavam o apoio à idéia de que a segurança nacional estaria submetida à segurança coletiva

⁷⁵ UNIÓN PANAMERICANA. “Cuarta Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores – Acta Final”, Washington, D.C., 1951, pp. 6-7. Disponível em: <http://www.oas.org/consejo/sp/RC/RCactas.asp>. Acesso em: 14 de junho de 2009.

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ Além do controle sobre a JID, O Programa de Assistência Militar (*Military Assistance Program* ou MAP) mostrou-se outro meio importante de pressão sobre os países latino-americanos, de modo a fazê-los seguir as diretrizes do governo dos Estados Unidos. Os MAPs foram uma consequência direta da aprovação, em 10 de outubro de 1951, pelo Congresso dos Estados Unidos, da Lei de Segurança Mútua (*Mutual Security Act*), através da qual foi possível firmar pactos bilaterais de assistência militar junto aos países da América Latina. Os MAPs previam a doação de material bélico norte-americano às nações, em especial as do Terceiro Mundo, em troca da ratificação de pactos de assistência mútua. Contudo, para utilização dos mesmos era necessário um treinamento com técnicos americanos. Na prática, isto significava que cada compra era acompanhada de uma missão militar chamada de Grupo de Conselheiros da Assistência Militar (*Military Assistance Advisory Group* - MAAG) e, portanto, uma presença cotidiana de tropas norte-americanas nos países da América Latina, com o fim de “educar” as tropas. Cf. COMBLIN, Pe. Joseph. *Op. cit.*, p. 137-138.

do continente americano e, o que conduzia naturalmente à defesa dos tratados e organizações internacionais, mesmo que isto significasse a supressão de parte da autonomia dos Estados e, ao mesmo tempo, a supremacia dos Estados Unidos na região. No contexto da Guerra Fria, não haveria espaço para neutralidades. O mais importante era chegar ao objetivo maior da segurança nacional, mas este objetivo não dependia apenas de alianças políticas. Era preciso, entre outros meios, ter a “preponderância do poder”, definida como a “conquista ou domínio a ponto de tornar impossível qualquer ação hostil do adversário”,⁷⁸ no caso, identificado como o comunismo, conforme a Resolução III da Quarta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Nesta definição não se questiona se há algum limite quanto aos métodos a serem utilizados de modo a impedir quaisquer ações adversárias.

A questão da repressão política aos adversários internos não aparece explicitamente quando se discute a necessidade de tratados e acordos cujo objetivo declarado é a segurança coletiva. Mas, dá um passo significativo neste sentido na medida em que revela o inimigo a que deve se voltar este tipo de ação: o comunismo. Contudo, a sustentação destas teses numa suposta identidade de ideais e interesses entre os países do hemisfério e a aceitação da supremacia dos Estados Unidos sugere que a mencionada identidade não se refere apenas a ideais políticos, mas, também, econômicos, o que remete ao tipo de desenvolvimento adequado ao Brasil. Na análise do projeto burguês de desenvolvimento e na defesa deste pela ESG começam a aparecer indícios mais nítidos com relação à necessidade de adoção de uma política repressiva.

3. A nova fase da expansão capitalista: o desenvolvimento dependente

Como já foi dito, em seus primeiros anos, nos cursos da ESG, buscou-se identificar as potencialidades e os entraves ao pleno desenvolvimento do Brasil. Perpassadas pela

⁷⁸ GOMES, Henrique de Souza. *Op. cit.*, p. 2.

problemática da divisão do mundo em blocos políticos antagônicos, tais análises punham a definição do modelo de desenvolvimento a ser adotado no mesmo plano do da aliança política continental: o da segurança nacional. A maior diferença é que, quando se pensava na questão econômica, não se fazia apenas a defesa de um determinado modelo. Ao mesmo tempo, procurava-se determinar os problemas que entravavam o progresso do Brasil e começava-se a cogitar meios de superá-los.

Assim como a política em sentido estrito, onde a fundação de tratados e organizações indicava um processo de orientação política de caráter internacional, a partir da década de 1940, também se procurou definir os traços pra uma gestão multilateral do capitalismo. Tal intenção foi formalizada nos acordos de Bretton Woods.⁷⁹ Estabelecia-se que, em um mundo de economias nacionais interdependentes, era preciso que houvesse um sistema econômico internacional que integrasse as políticas econômicas e fiscais e estabelecesse regras a serem seguidas pelos países participantes do sistema.⁸⁰ Tais diretrizes faziam parte da transformação e da nova fase de expansão capitalista nos anos 1940-1950. Sua análise não pode deixar de considerar os interesses do maior país capitalista, os Estados Unidos.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a maioria dos países passava por uma profunda crise econômica. As nações européias, atingidas e empobrecidas pelo conflito, sofriam, também, com o processo de emancipação de suas colônias na África e na Ásia. Entre os países capitalistas, os Estados Unidos eram a grande exceção. Rico, colhendo os dividendos dos esforços de guerra, possuíam um grande valor de capital acumulado. Entretanto, a expansão da capacidade produtiva do país não poderia se assentar indefinidamente sobre o mercado interno. Para o prosseguimento deste processo seria

⁷⁹ Cf. AYERBE, Luís Fernando. *Op. cit.*, p. 75-76. Para atender ao problema da compensação monetária a curto prazo, criou-se o Fundo Monetário, enquanto que o Banco Internacional foi estabelecido para resolver o problema dos fluxos de capital a longo prazo. Cf. CARNEIRO, Otávio Dias. *O Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para Reconstrução e Fomento*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-007-52, 1952, p. 8-9.

⁸⁰ CARNEIRO, Otávio Dias. *Op. cit.*, p. 8-9.

necessária a reativação do comércio internacional, o que significava, em especial, a recuperação do poder de compra dos países europeus, e, também, um desenvolvimento dependente para os países economicamente atrasados, que permitisse a exploração de matéria-prima e mão de obra e o investimento do excedente de capital.⁸¹

Com relação à Europa, o financiamento para a recuperação, em um primeiro momento, coube ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, mas logo se verificou que o montante disponível era insuficiente. Em busca da realização dos seus interesses econômicos e, no contexto da Guerra Fria, temendo a passagem de países do ocidente europeu para o bloco sob influência da União Soviética, os Estados Unidos aumentaram o fluxo de capital destinado à recuperação do velho continente. O marco deste processo foi o lançamento do Plano Marshall pelo presidente Harry S. Truman, em 1947.⁸²

Mas não era só a Europa, atingida diretamente pelo conflito, que precisava de auxílio. A América Latina também pleiteava o acesso a financiamentos para que pudesse desenvolver a sua economia. A estratégia adotada estava baseada na industrialização que, por sua vez, necessitava de um forte aporte de capitais e insumos, que as exportações de produtos primários eram incapazes de gerar.⁸³ Na conjuntura do pós-guerra, somente os Estados

⁸¹ Sobre a necessidade dos Estados Unidos de reativação do comércio internacional, ver: AYERBE, Luis Fernando. *Op. cit.*, p. 63 e segs.

⁸² Entre outras medidas, os Estados Unidos forneciam crédito para que os países adquirissem mercadorias norte-americanas. Em contrapartida, os beneficiados se comprometiam a: utilizar os fornecimentos americanos para equilibrarem seus orçamentos e estabilizarem as suas moedas; facilitar aos norte-americanos a transferência das matérias-primas – muitas, raras e estratégicas – que lhes fossem necessárias e a não exportá-las para os países do Leste; e favorecer o desenvolvimento de investimentos privados norte-americanos em seus territórios. Além das compras subvencionadas, muitos países foram beneficiados com doações e créditos não reembolsáveis. Cf. CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações: A Época Moderna*. Tradução: Paulo Zingg e J. Guinsburg. 3.^a ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, p. 110-113.

⁸³ Esta afirmativa levou alguns conferencistas da ESG a se posicionarem não exatamente de modo contrário ao Plano Marshall, mas a pleitearem a sua expansão em direção aos países latino-americanos. Os argumentos utilizados eram de que, no início dos anos 1950, a fase de reconstrução da Europa já estaria praticamente concluída. Por esta razão, o resultado seria a transferência do auxílio americano, via metrópoles européias, para as colônias destes países na África, o que faria com que os produtos desta região concorressem com as matérias-primas oriundas da América Latina, acarretando problemas políticos e econômicos na região. VIANNA, Antonio Mendes. *África e o Ponto IV de Truman*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-011, 1950, p. 14-22. Mas nem todos na ESG concordavam com esta visão. Trabalhos de alunos de seus cursos apresentaram uma percepção diferente. O grupo de Manuel Azambuja Brilhante, por exemplo, concluiu que o desvio de recursos do Plano Marshall para a África não incidiria na economia brasileira, face à baixíssima produtividade dos países do continente, deficiência que exigiria um período longo até ser

Unidos poderiam suprir tal necessidade, mas o governo deste país via a América Latina como uma espécie de reserva que, se por um lado era mantida sob rígido controle, por outro, era negligenciada.⁸⁴ O discurso do secretário de Estado norte-americano, George Marshall, na IX Conferência dos Estados Americanos, em Bogotá, em 1948, na qual foram apresentadas as linhas gerais da política norte-americana para a América Latina, vai ao encontro deste argumento ao afirmar que os países da região deveriam buscar fontes privadas de capital para desenvolver a sua economia. Segundo Marshall,

Já nos pusemos de acordo sobre determinados princípios enunciados na Carta Econômica das Américas, firmada na Cidade do México em 1945. Nesse documento as Repúblicas Americanas proclamaram o propósito comum de promoverem o melhor desenvolvimento de suas economias mediante o estímulo à iniciativa privada e ao tratamento equitativo do capital estrangeiro. (...) Custear mais do que uma pequena parte do vasto plano de fomento necessário é algo superior à capacidade do Governo dos Estados Unidos. O capital que se necessitará por vários anos deve vir de fontes privadas, tanto nacionais quanto estrangeiras.⁸⁵

Esta tese foi formalizada em janeiro de 1949, quando o presidente Truman, no discurso de inauguração das sessões do Congresso dos Estados Unidos, relacionou os quatro pontos essenciais da política externa norte-americana.⁸⁶ O Ponto IV, como ficou conhecido, alegando o objetivo de estender o progresso científico e industrial dos EUA às regiões menos desenvolvidas, reforçava os argumentos de Marshall, afirmando que

As técnicas industriais e científicas norte-americanas colocam os Estados Unidos entre as nações mais adiantadas. Os recursos materiais de que podemos dispor para ajudar os outros povos são limitados, mas os recursos

sanada, pois estaria ligada “(...) a sérios problemas de saúde, alimentação, organização de trabalho, aproveitamento do solo e outros, de equacionamento difícil e de solução demorada.” BRILHANTE, Manuel de Azambuja et alii. *O Brasil e o “Ponto IV”*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, G-006-51, 1951, p. 13-14. Já o grupo de Orestes da Rocha Lima prendeu-se mais ao aspecto político e argumentou que a rápida recuperação da Europa e de partes da África e da Ásia tinham um componente de ordem militar que interessava diretamente à América Latina, visto que estas regiões eram consideradas como “(...) elementos avançados de defesa das Américas, contra a ameaça russa. (...)” LIMA, Orestes da Rocha. *O Ponto IV – Sua Aplicação ao Brasil*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, G-007-52, 1952, p.16.

⁸⁴ MUNHOZ, Sidnei J. “Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)”. *Diálogos*, Paraná, v. 6. p. 41-59, 2002

⁸⁵ *Apud* SILVA, Jorge de Carvalho e. *Cooperação Econômica Brasil – Estados Unidos*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-011-51, 1951, p. 5-6.

⁸⁶ Os quatro pontos eram: o apoio às Nações Unidas, a reconstrução da economia mundial, a luta contra o comunismo e a ajuda aos países em desenvolvimento. Cf. AYERBE, Luís Fernando. *Op, cit.*, p. 77-78.

imponderáveis que possuímos em conhecimentos técnicos estão sempre aumentando e são inexauríveis.

Penso que deveríamos pôr o acervo de nossos conhecimentos técnicos ao alcance e para benefício dos povos amantes da liberdade, para ajudá-los a concretizar as suas aspirações por uma vida melhor. E, em colaboração com outras nações, deveríamos estimular a inversão de capitais nas regiões que carecem de desenvolvimento.

(...).

Com a cooperação da indústria, do capital particular, das classes agrícola e operária dos Estados Unidos, este programa poderá contribuir para o grande aumento da atividade industrial dos outros países e desta maneira elevar consideravelmente seus níveis de vida.⁸⁷

Há um outro ponto que precisa ser considerado: conforme declaração de Dean Acheson, secretário de Estado do governo Truman, em março de 1949, a assistência americana ficaria restrita aos países cujo regime político e econômico fosse aprovado por aquele país. Segundo Acheson,

As medidas de ajuda e reconstrução (dos países arruinados pela guerra) foram somente em parte provocadas pelo humanitarismo. Vosso Congresso autorizou e vosso governo segue hoje uma política de ajuda e de reconstrução como uma questão de interesse nacional... Pois, uma vez que a solicitação mundial ultrapassa nossas possibilidades de satisfazê-la, concentraremos nossa assistência nos países em que ela será mais eficaz na construção de um mundo estável política e economicamente, favorecendo a liberdade humana e as instituições democráticas, encorajando as políticas de comércio liberal e reforçando a autoridade das Nações Unidas. É uma simples medida de bom senso... Os povos que procuram preservar sua independência e suas instituições democráticas e as liberdades humanas contra as pressões totalitárias interiores ou exteriores receberão com prioridade o auxílio americano.⁸⁸

Portanto, mais do que uma questão humanitária, tal ajuda tinha um caráter declaradamente político. Devido ao enorme poder econômico e militar dos EUA, os países que desejassem a sua cooperação financeira deveriam aceitar seus condicionamentos econômicos e políticos. O Brasil não fugia à regra.

De fato, o Ponto IV significava mais um programa de assistência técnica do que financeira, e esta, quando ocorresse, deveria ser de origem privada. Concordando com estes aspectos, a defesa na ESG com relação a esta política por parte do governo norte-americano

⁸⁷ *Apud* BRILHANTE, Manuel de Azambuja et alii. *Op. cit.*, p. 28-29

⁸⁸ *Apud* CROUZET, Maurice. *Op. cit.*, p. 103-104.

estava fundada em quatro pontos essenciais: 1) a cooperação internacional como meio de desenvolvimento da estabilidade e da manutenção da paz mundial; 2) a crença de que o Ponto IV tinha como fim a promoção das regiões economicamente atrasadas, de modo a estender-lhes o benefício econômico e industrial dos EUA; 3) a tese de que a cooperação técnica era mais imprescindível do que o capital para prover o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas economicamente; 4) a assistência técnica como meio de facilitação e estímulo da entrada de capital privado em tais regiões.⁸⁹

Embora destacassem um suposto idealismo na elaboração do Ponto IV, nos estudos apresentados na ESG não era negado o fato de que essa política respondia a interesses econômicos do governo norte-americano. Citando os relatórios de Gordon Gray, assistente especial do presidente Truman, e de Nelson Rockefeller, presidente da Junta Consultiva para o Desenvolvimento Internacional, o general Manuel Azambuja Brilhante destacou que, por trás dessa política, estava a necessidade de matérias-primas produzidas principalmente nas áreas subdesenvolvidas, especialmente minerais, consideradas vitais para a segurança nacional dos Estados Unidos; e a ciência de que o fortalecimento das economias de tais áreas era vital para a mobilização de defesa daquele país.⁹⁰ Apesar dessa percepção, isto não era visto como um empecilho. Pelo contrário, a exemplo da argumentação utilizada no caso dos tratados políticos internacionais, a aliança econômica com os norte-americanos era apresentada como fundamental. Também era negado o fato de tal política significar uma nova faceta do imperialismo *yankee*. Ao invés, afirmava-se que o Brasil só teria a lucrar com este auxílio.

Segundo Brilhante:

⁸⁹ LIMA, Orestes da Rocha et alii. *Op. cit.*, p. 1-6; BRILHANTE, Manuel de Azambuja et alii. *Op. cit.*, p. 4-5, 15 e 21-22; e SÁ, Hernane Tavares de. *Financiamento do Desenvolvimento Econômico dos Países Subdesenvolvidos*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-006-52, 1952, p. 1-3. Conforme Brilhante, “(...) No Brasil foram exatamente as forças armadas as primeiras a se valerem, de maneira sistemática, da ajuda técnica estrangeira, através do contrato de missões militares. A própria Escola Superior de Guerra se fundou e continua a trabalhar auxiliada por uma dessas missões. (...)” BRILHANTE, Manuel de Azambuja et alii. *Op. cit.*, p. 1.

⁹⁰ BRILHANTE, Manuel de Azambuja et alii. *Op. cit.*, p. 11-12 e 21-22.

Os ataques feitos ao Ponto IV visam, quase sempre, a uma distorção das suas finalidades, apontando-o como uma das modalidades mais modernas do imperialismo norte-americano e servem, portanto, a propósitos indisfarçáveis da propaganda extremista. Dada a divisão política do mundo atual, e tendo em vista as relações existentes entre o Brasil e os Estados Unidos da América, as possibilidades maiores são de que nos beneficiaremos extremamente dessa nova diretriz da política internacional norte-americana. (...).⁹¹

Todos os limites impostos pelos Estados Unidos para o ingresso do capital nos países do terceiro mundo estão absolutamente em conformidade com o processo de desenvolvimento capitalista. Ou seja, não bastava uma afinidade política e ideológica, defendida pela ESG, para atração dos capitais necessários. Este tipo de desenvolvimento necessitava de uma série de outros elementos, dos quais o pensamento esguiano também era partidário, e encontrou muitas novas barreiras que precisavam ser transpostas.

O capital internacional requeria saídas para dar continuidade ao processo de acumulação capitalista. Como foi dito, os Estados Unidos, líder entre os países capitalistas, buscou por isto após 1945. Para tanto, na fase que se iniciava, mantendo seu caráter imperialista, procurou novas áreas para explorar matéria-prima e mão de obra e para desaguar o excedente de capital. Estes objetivos o conduziram às periferias. Mas, como percebe Florestan Fernandes, a crise ameaçava a sobrevivência do capitalismo nestas regiões. Para o autor,

A adaptação da dominação burguesa às condições históricas emergentes, impostas pela industrialização intensiva, pela metropolização dos grandes centros humanos e pela eclosão do capitalismo monopolista, processou-se mediante a multiplicação e a exacerbação de conflitos e de antagonismos sociais, que desgastavam, enfraqueciam cronicamente ou punham em risco o poder burguês. (...).⁹²

Fernandes considera que aquela era uma situação era “potencialmente pré-revolucionária”, face ao grau de desagregação, desarticulação e desorientação da própria dominação burguesa. As classes e estratos burgueses divergiam e se digladiavam, por conta de interesses em conflito. Não que ameaçassem a dominação burguesa, mas a dificuldade de

⁹¹ *Ibidem*, p. 22.

⁹² FERNANDES, Florestan, *Op. cit.*, p. 374.

encontrar uma solução paralisavam as suas potencialidades e restringiam a eficácia política do poder burguês. Por outro lado, os conflitos tolerados e mantidos “dentro da ordem” se agravavam, e dividiam e fragmentavam a burguesia. Por esta razão, não bastava procurar novas áreas, era preciso, antes, restaurar as condições de acumulação de capital para salvá-lo. Para isto, a dominação burguesa precisou adaptar-se às especificidades e às condições históricas de intensificação dos conflitos de classe de cada região.⁹³

Em países da periferia, como o Brasil, surgiam novos requisitos à transformação capitalista e à dominação burguesa, diferentes dos que ocorreram nas nações centrais e hegemônicas e que precisavam ser levados em consideração: os interesses da burguesia local; a conciliação com os interesses capitalistas externos; problemas infra-estruturais, o surgimento de novas demandas sobre o Estado; e a necessidade de controle sobre o Estado. É interessante notar que nos primeiros anos da ESG (antes da mudança ocorrida em 1954) uma parte significativa dos cursos é destinada justamente à análise de questões desta ordem.⁹⁴

Com relação aos interesses da burguesia local, era preciso atentar para o seu crescimento e para a tentativa de impor – ou ao menos defender – seus interesses e ideologias. Ela não admitia mais ficar à margem do processo. Florestan Fernandes sustenta que, naquele momento, o mundo não vivia mais uma fase de burguesias conquistadoras, mas na de “manutenção” e “fortalecimento” da dominação de classe.⁹⁵ Complementando este raciocínio, Fernando Henrique Cardoso percebeu que, neste novo estágio, o processo de expansão capitalista não ficava restrito à exploração da matéria-prima das nações dominadas com a consequente troca por bens industrializados. Os investimentos capitalistas não abandonaram a tentativa de controle direto de tal processo, no entanto, passaram a aceitar, algumas vezes, a participação do capital local (privado e estatal) em suas empresas. Ao mesmo tempo, tal

⁹³ *Ibidem*, p. 374-376.

⁹⁴ Para uma listagem das palestras ministradas na ESG ao longo dos anos, ver: ADERALDO, Vanda M.^a Costa. *Op. cit.*, anexo 3.

⁹⁵ FERNANDES, Florestan, *Op. cit.*, p. 341-343.

expansão passou a ser direcionada também aos setores industriais das nações dependentes. Como o objetivo destes grupos era, em muitos casos, o próprio mercado latino-americano – embora este ainda fosse restrito às classes de altas rendas –, o investimento exigia algum grau de prosperidade desta região. Este novo caráter teria permitido um tipo de desenvolvimento capitalista dependente nos setores dos países do terceiro mundo integrados à nova forma de expansão monopolista.⁹⁶

Mas a dependência residia não só na questão dos investimentos econômicos por parte dos grupos capitalistas internacionais. Ela também se referia à tecnologia, que se manteve concentrada nos países capitalistas avançados. Os cursos na ESG confirmam a observação de Cardoso.

Em palestra em que analisava as atividades da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o médico Hernani Carvalho de Sá, discorreu sobre a carência de técnicos brasileiros e mencionou que as atividades da Comissão abrangiam também o setor de assistência técnica, via distribuição de bolsas nos Estados Unidos e promoção da vinda de técnicos americanos ao Brasil. Contudo, reconhecia que os técnicos estrangeiros nem sempre correspondiam às expectativas. Para o palestrante, via de regra, o Brasil não recebia técnicos de primeira linha, visto que aos especialistas de elite haveria sempre propostas de emprego com rendimentos superiores nos países desenvolvidos, o que os afastaria das nações do Terceiro Mundo.⁹⁷

A industrialização intensiva e o capitalismo monopolista também exigiam um ajuste do desenvolvimento a influências externas, o que significava que os países centrais precisavam, ao menos em algum grau, controlar a produção das riquezas, em especial o setor

⁹⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. “Imperialismo e Dependência na América Latina”. *Op. cit.* p. 194-197. Nesta questão, Fernando Henrique Cardoso está dialogando com Florestan Fernandes. Este autor, no que se refere às especificidades do processo de transformação capitalista, percebe que há diferentes modelos possíveis: nos países periféricos, o tipo adotado seria o de manutenção da dependência, da expropriação capitalista externa e de um subdesenvolvimento relativo.

⁹⁷ SÁ, Hernane Tavares de. *Op. cit.*, p. 15-18.

extrativo e as indústrias petrolíferas e de mineração,⁹⁸ e o sistema político dos países dependentes. Era preciso, ainda, estabilizar a economia e abri-la ao capital privado, mas o discurso esguiano se mostrava crítico quanto ao posicionamento do governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), que estaria dificultando o ingresso de capital externo no país.

A censura recaía sobre um suposto “nacionalismo extremado”, que onerava em demasia os investimentos estrangeiros, impedia que a remuneração deste capital retornasse à sua origem em percentagem expressiva e obstaculizava a importação de mão de obra estrangeira, considerada necessária ao nosso desenvolvimento.⁹⁹ Em síntese, sustentava-se que a importação de um corpo técnico especializado e de capitais externos era indispensável para a exploração rápida e eficiente dos bens naturais e para o desenvolvimento geral do Brasil. Tal política estava completamente coerente com o processo de expansão capitalista em sua nova fase.

No que diz respeito às novas demandas sobre o Estado, há que ser lembrado que países dependentes eram marcados pela extrema concentração de riqueza, pela grande remessa de capital para o exterior e pela depressão do valor do trabalho, em contraste com altos níveis de pressão por compensações econômicas, socioculturais e políticas que, isoladamente ou não, sobrecarregavam ou obstruíam a dominação burguesa.¹⁰⁰ O Brasil, especificamente, passava por um processo de industrialização e urbanização que concentrou recursos materiais, humanos e técnicos nas cidades, fazendo surgir uma classe trabalhadora urbana que, consigo, trouxe novas e maiores demandas que precisavam de algum tipo de resposta. Em paralelo às reivindicações trabalhistas, os movimentos das massas pressionavam, e geravam o temor de

⁹⁸ No interior da própria ESG havia a consciência de que o investimento estrangeiro priorizava o setor extrativo. De acordo com o conferencista Hernane Tavares de Sá, então trabalhando na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, naqueles anos, cerca de 70% dos investimentos de caráter privado nos países subdesenvolvidos era dirigido para o setor de extração de minerais, especialmente o petróleo. SÁ, Hernane Tavares de. *Op. cit.*, p. 1-3

⁹⁹ LIMA, Orestes da Rocha et alii. *Op. cit.*, 38-39; e SOARES, Álvaro Teixeira, *O Panorama do Hemisfério – A Política dos EUA na América Latina*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-04-53, 1953, p. 10.

¹⁰⁰ FERNANDES, Florestan, *Op. cit.*, p. 341-343.

uma convulsão social. Somados a eles, havia alguns estratos burgueses que pressionavam não por participar do processo, mas por mudanças que iam além do simples reformismo.¹⁰¹

Este ambiente de reivindicações de massa gerava o medo de perda do controle do Estado, que havia se transformado em formidável ordem administrativa, em função do corpo de funcionários e técnicos que possuía, e em força sócio-econômica, devido às empresas estatais e às áreas em que incidiam programas especiais de governo e investimentos em infraestrutura. Afora o seu papel no processo de estabilização econômica e na abertura do país ao capital privado. Todas estas tarefas requeriam o seu controle.¹⁰²

Havia, ao termo, uma dependência recíproca: de um lado, para que o Estado controlasse a “ordem”, saneasse as finanças públicas e investisse em infra-estrutura de modo a criar condições para o desenvolvimento capitalista, necessitava de *know - how*, tecnologia e capitais que só o capitalismo internacional poderia fornecer; de outro, o aprofundamento do capitalismo nos países periféricos dependia do investimento internacional e da expansão do Estado. Um era indispensável ao outro.

Em síntese, a inversão de capital privado em áreas subdesenvolvidas está condicionada a uma série de fatores ligados à rentabilidade e segurança. Para que houvesse o aporte seguro de capital e para o aprofundamento da industrialização, tornava-se necessário que questões ligadas à política e à economia fossem solucionadas previamente: era forçoso eliminar a pressão pela adoção de uma política nacionalista e as restrições à livre circulação de capital e de sua renda; era preciso fazer uma série de investimentos prévios em infra-estrutura, que necessitam de grande aporte de capital e não oferecem rentabilidade a curto prazo, e que, por esta razão, deveriam caber, em grande parte, ao Estado, mas os investimentos públicos eram julgados pequenos, era indispensável prover a melhoraria do seu impacto;¹⁰³ dentro da lógica

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 323-326.

¹⁰² *Ibid.*, p. 323-326; e. O'DONNELL, Guillermo. *Op. cit.*, p. 30-31.

¹⁰³ Há que salientar que, em complemento ao Ponto IV e visando justamente resolver os problemas de infraestrutura que obstruíam a entrada de capital privado no Brasil, foi criada a “Comissão Mista Brasil-Estados

capitalista, era necessário reduzir os problemas nacionais a questões técnicas, mas o corpo técnico existente era considerado insuficiente; era fundamental diminuir as flutuações econômicas, como, por exemplo, a alta inflacionária muito forte e a balança de pagamentos em crise, que se registravam no Brasil; era essencial, também, ter o controle de setores específicos, como os extrativos e as indústrias petrolíferas e de mineração, preferenciais para o investimento.

Os condicionantes citados indicam que tornar tais investimentos atraentes às empresas e aos organismos internacionais com vistas ao sucesso no processo de expansão capitalista não era tarefa simples. Além do mais, havia o fato de que a história e prática recentes atestavam contra países da América Latina. O capitalismo internacional precisa de certeza, de segurança para investir, e o processo político e econômico no Brasil não dava esta garantia. O país tinha que, primeiro, controlar a instabilidade econômica e política, e uma das primeiras tarefas seria desativar os setores populares, se necessário através da repressão, pois esta ativação era antagônica à estabilidade sonhada pelo capitalismo, e excluir politicamente os opositores. Isto permitiria, segundo O'Donnell, "(...) eliminar importantes obstáculos políticos à reconstituição dos mecanismos de acumulação de capital (...)" e enfraquecer a classe operária, de modo a garantir a ordem e a paz social necessárias ao ingresso de investimentos externos.¹⁰⁴ Feita essa lição, o capital internacional seria capaz de ingressar de forma regular.

Em certo sentido houve mesmo uma antecipação nesta entrada, pois, tão logo tomado o poder em 1964, o acesso a financiamento norte-americano, que estava praticamente vedado ao governo João Goulart, passou a ser incentivado. Como destaca Ana Maria Bidegain de

Unidos", que tinha entre seus primeiros planos: reaparelhamento e melhoria das estradas de ferro, ampliação e aparelhamento dos portos, aproveitamento em maior escala do potencial hidrelétrico; distribuição regular de produtos agrícolas através de ampla rede de armazéns e silos, e acondicionamento mais eficiente. Para realização destes objetivos, ocorreu a distribuição de bolsas de treinamento nos setores ligados ao desenvolvimento econômico do país: agricultura, administração pública, estudos geológicos, desenvolvimento de estradas de rodagem, serviços de educação e saúde, mineralogia, pesquisas industriais, estudos estatísticos. Para esta mesma meta, concorreu a "Comissão Nacional de Assistência Técnica", cujas bolsas distribuídas também atingiam os mesmos setores. Cf. LIMA, Orestes da Rocha et alii. *Op. cit.*, pp. 23-36.

¹⁰⁴ O'DONNELL, Guillermo. *Op. cit.*, p. 32-33.

Urán, no dia seguinte ao golpe, Dean Rusk, secretário de Estado norte-americano, enviou um telegrama secreto informando e dando instruções à embaixada dos Estados Unidos no Brasil sobre o estabelecimento de uma política de ajuda ao novo governo. Dentre as medidas sugeridas constava a concessão por parte das nações credoras de uma moratória voluntária de três meses; a possibilidade de empréstimos de bancos privados, a título de adiantamento para a exportação do café; e a liberação de fundos AID para projetos de desenvolvimento. Nos anos seguintes, o gasto de programas bilaterais do governo dos Estados Unidos para com o Brasil passou da casa dos bilhões de dólares. Em contrapartida, o governo brasileiro adotou uma prática de repressão econômica através de uma política de estabilidade monetária ortodoxa, com contenção de salários, restrição ao crédito, liberação do câmbio, e fim de subsídios, visando conter a inflação, tornar o país mais atraente aos investimentos estrangeiros e, ao fim de tudo, permitir um novo ciclo de expansão capitalista.¹⁰⁵

Conclui-se que a política de desenvolvimento dos Estados Unidos para a América Latina fazia parte do processo de expansão do capitalismo para a periferia e mantinha uma íntima ligação com a questão da segurança. É neste sentido que, a partir dos anos 1950, gestou-se no Brasil um projeto de desenvolvimento que favorecia o capital multinacional e o nacional associado. Porém, para a sua execução, tornava-se imprescindível o controle do Estado – o que só foi conseguido realmente em 1964 – e, para a segurança de todo o sistema, um nível baixo ou inexistente de contestação política, o que justificava o recurso à repressão política. Ao defender este posicionamento, alegando que ele seria a melhor opção para garantir a segurança nacional, os estudos da Escola Superior de Guerra colaboraram para o estabelecimento de um modelo classista de desenvolvimento dependente no Brasil.

¹⁰⁵ URÁN, Ana María Bidegain. *Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina*. Trad.: Jaime A. Classen. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 165-166.

4. A repressão política como resposta:

A ligação entre desenvolvimento e segurança não surgiu com os discursos de Marshall e Truman e também não é originária dos cursos da Escola Superior de Guerra. Esta união já fora enunciada quando da criação das Nações Unidas. Na sua declaração original constava como objetivo a busca da “paz que proporcione a todas as nações os meios de viver em segurança, dentro de suas próprias fronteiras, e aos homens, em todas as terras, a garantia de existência livre de temor e de privação”. Tendo a definição da paz como meta, torna-se enriquecedora a observação do preâmbulo da Carta das Nações Unidas, onde se afirmava que “o progresso econômico e social de todos os povos é o sustentáculo essencial da paz”.¹⁰⁶

Foi apenas posteriormente, na mensagem enviada ao Congresso sobre o Ponto IV, que Truman assumiu um posicionamento semelhante ao defender que o auxílio aos países menos desenvolvidos era um dos principais elementos da política externa norte-americana. O presidente afirmou que o estado de pobreza das regiões subdesenvolvidas era um estorvo não só para elas próprias, mas também para a “paz mundial” e para os países mais prósperos – especificamente, os Estados Unidos –, o que, por fim, significava uma ameaça a todo sistema capitalista. No texto, Truman sustentou a tese de que o fortalecimento econômico dos países em desenvolvimento seria fundamental para as aspirações democráticas dos seus habitantes e para os próprios norte-americanos, que, em decorrência, teriam ao seu lado nações mais fortes a lutar pela “causa da liberdade humana”. Para ele, muitas das condições de instabilidade destas regiões derivavam do atraso econômico, que só o capital privado poderia remediar, e, ao mesmo tempo, a frustração das expectativas destes países poderia fazer com que eles dessem “(...) ouvidos a falsas doutrinas que espalham a crença de que só pela tirania se alcança o progresso.”¹⁰⁷

¹⁰⁶ *Apud* LIMA, Orestes da Rocha et alii. *Op. cit.*, p. 3.

¹⁰⁷ TRUMAN, Harry S. “Mensagem do Presidente Truman ao Congresso sobre o Ponto IV”. *Apud* BRILHANTE, Manuel de Azambuja et alii. *Op. cit.*, pp. 30-38, p. 31.

Como não era aconselhável aguardar pela estabilidade destas regiões para se encorajar o investimento e, em última instância, conter a “infiltração comunista”, Truman justificou a necessidade da política de auxílio formalizada no Ponto IV. Para tanto, corroborando o que afirmou Fernando Henrique Cardoso,¹⁰⁸ o presidente norte-americano mencionava a existência de setores sociais dos países subdesenvolvidos que defendiam como solução para o desenvolvimento de suas regiões uma perspectiva político-ideológica semelhante. É o caso da ESG. Truman afirmou que,

Nas regiões economicamente menos desenvolvidas do mundo há, atualmente, novas energias criadoras, e aguardamos o momento de ver esses países mais fortes e mais independentes do que são agora, e também mais intimamente ligados aos Estados Unidos e a outras nações por laços de amizade e de comércio e por ideais idênticos. Por outro lado, se não ajudarmos o despertar de um novo espírito nesses povos para enveredar pelo caminho de um progresso fecundo, arriscamo-nos a vê-los sucumbir sob o domínio daqueles cuja filosofia é contrária à liberdade humana, prolongando assim as perturbadas condições do mundo e retardando a realização de uma paz duradoura.¹⁰⁹

Portanto, a relação entre segurança e desenvolvimento presente nos cursos da ESG tem conexão íntima com o quadro político internacional e o processo de expansão capitalista. Esta ligação estreita entre o objetivo de promover o desenvolvimento das potencialidades da nação – inclusive a econômica – e a necessidade de segurança já constava dentre os preceitos que orientaram a fundação da Escola. A sua carta de princípios estabelecia:

Princípio n.º 1

A Segurança Nacional é uma função mais de Potencial Geral da Nação do que de seu Potencial Militar.

Este princípio significa que o caminho para a conquista da Segurança Nacional consiste em promover o desenvolvimento geral da Nação, expressão que compreende três aspectos: Demográfico, Econômico e Financeiro. O aspecto demográfico inclui número, físico, cultura e moral; o econômico abrange produção, distribuição e consumo e o financeiro controla o mercado interno e externo de moedas.¹¹⁰

Como se sustentava, também, que a Escola era um *locus* para se formular teses para a transformação do Estado brasileiro, este desenvolvimento deveria ser processado através do

¹⁰⁸ Cf. nota 7.

¹⁰⁹ TRUMAN, Harry S. *Op. cit.*, p. 38.

¹¹⁰ SARDENBERG, Idálio. *Op. cit.*, 1-2,

método que nela se desenvolvia. Por conseguinte, de acordo com o modelo econômico defendido na ESG, que seguia uma linha idêntica a constante na Carta das Nações Unidas e na mensagem de Truman, um alto índice de desenvolvimento era condição necessária à consecução da segurança nacional. A falta deste deixaria o Brasil mais vulnerável à ameaça do perigo comunista e a população mais afeita a aceitar esta sedução. Este risco era uma questão de urgência e, como tal, exigia uma resposta imediata. A solução seria fomentar um progresso econômico rápido, que propiciasse, o quanto antes, o apoio da população. O problema é que a promoção do desenvolvimento do país como prevenção não era algo tão simples de se executar. Como já frisado anteriormente, a própria carta de princípios da Escola mencionava a existência de obstáculos que o entravariam. No entanto, frisava que estes eram factíveis de eliminação. Isto é feito através de uma apresentação lógica:

Princípio n.º 3

O desenvolvimento do Brasil tem sido retardado por motivos suscetíveis de remoção.

Reconhece-se neste princípio o fato real do desenvolvimento do Brasil, o qual não se encontra estagnado e sim retardado, isto é, processando-se segundo ritmo lento, motivado por óbices que não são intransponíveis.

Como corolário lógico deste princípio, aparece, então, a seguinte conclusão:

O desenvolvimento do Brasil depende da remoção dos óbices que o entravam, de modo a se obter uma aceleração do ritmo.¹¹¹

Com este sentido, já nos primeiros anos dos cursos da ESG, inserido na tentativa de se criar um modelo de desenvolvimento para o Brasil estritamente ligado à questão da segurança nacional, encontram-se os parâmetros pelos quais as soluções deveriam estar assentadas. Estes já apontavam um caminho para a ação preventiva, que resultaria num desfecho classista, excludente e autoritário.

Jorge Latour, por exemplo, tomava por norte a afirmação de que a liberdade poderia e deveria ser disciplinada. Para justificar esta tese, ponderava que a “falsa liberdade” geraria “a

¹¹¹ *Ibidem*, 2-3.

licença, a indisciplina, a anarquia, o desbordamento.”¹¹² Seguindo o mesmo raciocínio excludente, declarava que a igualdade não poderia ser confundida com igualitarismo. Como conclusão, considerava que deveriam ser oferecidas a todos iguais oportunidades, “segundo a capacidade ou o mérito de cada um”. Segundo Latour, a “incompreensão desse termo é altamente danosa à democracia.”¹¹³ Esta defesa liberal de uma sociedade desigual, hierarquizada e classista é ainda mais latente na intervenção que Latour fazia em favor das eleições indiretas – prática adotada anos depois, durante a ditadura:

Exemplificando com o Brasil, nossa preocupação constante, sem subestimar o alheio e as supremas conveniências do universo, direi que, para sermos democráticos teremos que fazer quanto antes o cidadão, dando-lhe a nítida consciência de direitos e deveres, organizando a opinião, formando elites, criando hierarquia de valores, afrontando com desassombro a idolatria atual pelas massas, substituindo-a pela seleção eleitoral e pelas eleições indiretas. O nosso autêntico destino é a democracia, mas uma democracia orgânica, apoiada em estudos superiores, mantida numa clara disciplina, com definição de responsabilidades, fortalecimento da autoridade moral e legal, estímulo jurídico. (...). Os crimes e os abusos do mau exercício das liberdades recebem o oportuno corretivo e punição. (...). O classismo exagerado é anti-democrático; e ameaça enquistar a democracia na órbita dos problemas das classes, cada vez mais fechadas num exclusivismo que já é orgânico. As elites não se pronunciam, não intervêm, não reagem em face dos imperativos do bem público.”¹¹⁴

O que estes extratos indicam é que, já nos primeiros anos dos cursos da ESG, encontram-se as referências à adoção de uma democracia restrita. Como o objetivo da ESG era a promoção de um método para a análise e solução dos problemas brasileiros, tais assertivas indicavam qual seria o caminho seguido. Mas, como já dito anteriormente, nesta fase, os estudos estiveram mais voltados para uma detecção geral dos problemas a serem enfrentados. Somente a partir de 1954, os objetivos no regimento foram ampliados de modo que não propusessem definir, mas difundir um conceito amplo e objetivo de segurança nacional.¹¹⁵ Com parte de um processo de evolução do pensamento esguiano e muito em função da conjuntura política do período (Guerra do Vietnã, iniciada em 1959, e,

¹¹² LATOUR, Jorge. *Democracia e Nacionalismo*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-008, 1950, p. 7.

¹¹³ *Idem, ibidem*, p. 9.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 11-12.

¹¹⁵ ADERALDO, Vanda M.^a Costa. *Op. cit.*, p. 109.

especialmente, o triunfo da Revolução Cubana, nesse mesmo ano), em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, começaram a aparecer com mais força análises quanto à estratégia de implantação das soluções para os problemas brasileiros. Segundo Aderaldo,

Os currículos da década de 60 sugerem a ocorrência de um processo naturalmente ligado aos acontecimentos históricos da época. A Escola volta-se para os fundamentos básicos da doutrina, concentrando os trabalhos na doutrina e na estratégia. Ao mesmo tempo, substitui a preocupação com o planejamento pela preocupação com aspectos imediatos na implementação de políticas. (...).¹¹⁶

Com este objetivo e seguindo as diretrizes baixadas pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), são concentrados esforços na elaboração de meios de contenção à ameaça comunista, que passavam a considerar uma reestruturação organizacional das Forças Armadas, visando uma atuação mais adequada às exigências da política de segurança nacional.¹¹⁷ Dentro deste quadro, ganharam especial destaque as análises sobre a Doutrina de Guerra Revolucionária,¹¹⁸ nas quais foi exposto com mais clareza que a consecução do pleno desenvolvimento do potencial nacional passava pela eliminação de obstáculos, estratégia que incluía a prática de políticas repressivas. Tais proposições estiveram em conformidade com as opções adotadas após a tomada do poder, em 1964.¹¹⁹

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 137-138.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 145-146.

¹¹⁸ Não entendo a Doutrina de Guerra Revolucionária francesa como um corpo de pensamento absolutamente distinto da Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela ESG. Considero a DSN como resultado de um processo de análise ao longo de mais de duas décadas (1949-1975) influenciado, principalmente, pelo pensamento de segurança nacional norte-americano e pela doutrina francesa. Durante este percurso, mais precisamente no fim dos anos 1950, o pensamento francês ofereceu aos teóricos brasileiros elementos que os norte-americanos não haviam conseguido suprir. O amálgama destas duas correntes de pensamento, somadas a reflexões nacionais, teria resultado na Doutrina de segurança Nacional da ESG.

¹¹⁹ Não tenho a intenção de fazer uma análise profunda da Doutrina de Guerra Revolucionária. O objetivo é tentar entender como tal questão foi observada nos cursos da ESG. Para uma compreensão mais completa da doutrina, ver: MARTINS F.º. João Roberto. “A Influência Doutrinária Francesa sobre os Militares Brasileiros nos Anos de 1960”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, n.º 67, junho/2008, p. 39-50; e ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de, e MARIN, Richard. “Guerra Revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a ideologia francesa (1957-1972). In: D’ARAÚJO, M.ª Celina era alii (org.s). *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas – I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008, p. 189-204.

Originária das meditações francesas sobre a derrota daquele país na Indochina e sobre a eclosão da rebelião na Argélia, a Doutrina de Guerra Revolucionária¹²⁰ procurava apresentar soluções para um novo tipo de embate com o comunismo, aquele no qual não haveria distinções entre os meios militares e os meios civis e onde prevaleceria a combinação entre política, ideologia e operações bélicas.¹²¹ Tendo se tornado o centro do pensamento militar francês, esta doutrina pregava o estabelecimento de um comando político-militar unificado para enfrentamento do inimigo e, indo ao encontro do que afirmara Latour no início da década, tinha por corolário a tese de que a democracia não possuía os elementos necessários para o combate ao inimigo.

Definida como tendo uma origem marxista-leninista, a Guerra Revolucionária seria um tipo de guerra de subversão interna diferente dos convencionais,¹²² pois teria como modo de operação a agressão indireta, mantendo o recurso às armas como último expediente. Um outro ponto central era a admissão de que a luta poderia ocorrer entre partes da população de um mesmo país. Neste caso, porém, o estímulo e a inspiração viriam do exterior, no caso específico, do comunismo, que, supostamente, visava a conquista do poder pelo controle progressivo da população. Logo, neste tipo de conflito as fronteiras seriam ideológicas, e não territoriais.

De conformidade com a Doutrina de Guerra Revolucionária francesa, a única forma de combate ao inimigo seria agir da mesma maneira, o que, de acordo com Martins Filho, eleva a

¹²⁰ Como bem observaram João Roberto Martins Filho e Rodrigo Nabuco de Araújo e Richard Marin, a doutrina extrairia o seu nome do fenômeno que queria combater: a guerra revolucionária. MARTINS F.º. João Roberto. *Op. cit.* p. 42; e ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de, e MARIN, Richard. *Op. cit.*, p. 196. Araújo e Marin lembram que boa parte dos artigos sobre a Guerra Revolucionária publicados na França durante os anos 1950 citam ou se baseiam em obras de revolucionários comunistas.

¹²¹ SHY, John & COLLIER, Thomas W. (1986), "Revolutionary war", in Peter Paret (org.), *Makers of modern strategy*, Princeton, Princeton University Press, 1986, p. 852, *apud* MARTINS F.º. João Roberto. *Op. cit.*, p. 41.

¹²² Um outro tipo de guerra de subversão interna seria a Guerra Insurrecional, que é aquela em que parte da população armada busca a deposição do governo. Cf. M.^a Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 37. Com base em J. Hogard, o coronel Augusto Fragoso faz a seguinte distinção entre guerra revolucionária (GR) e guerra insurrecional (GI): "A GR é a guerra da Revolução para a conquista do mundo", enquanto as GIs podem se restringir a um país, e "a GR tem uma doutrina: a marxista leninista", ao passo que as GIs "tem processos empíricos". Seu marco histórico seria a Revolução Chinesa de 1949 e seu teórico principal, Mao Tsé-tung." FRAGOSO, Augusto. *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-85-59, 1959, p. 6.

guerra psicológica ao centro da questão.¹²³ Como a tentativa era de conquista através do convencimento da população, todos tornavam-se “inimigos internos” em potencial, e, como tal, precisavam ser vigiados, controlados e, se necessário, eliminados. Na América Latina, esta definição flexível quanto ao inimigo a ser combatido foi bastante útil no processo de saneamento do ambiente político. De acordo com Martins Filho,

Nesse quadro, o inimigo era definido de forma ampla o suficiente para servir às mais variadas situações nacionais. A idéia geral era de que a civilização cristã estava envolvida numa guerra permanente e mundial, em que as distinções tradicionais entre guerra e paz passavam a ser insignificantes, assim como – na expressão de um analista – as diferenças entre anticolonialismo, nacionalismo anti Ocidente e comunismo. Vale dizer, o esquema francês era genérico o suficiente tanto para permitir que o Exército argentino definisse como seu principal inimigo o peronismo, que nada tinha a ver com o comunismo, como para dar ao Exército brasileiro uma justificação a mais para combater os nacionalistas ou os católicos radicais, além dos comunistas de várias feições.¹²⁴

Para identificá-los, os governos se valeram da criação de um sistema amplo de coleta de informações capaz de investigar todo e qualquer setor social era condição essencial.¹²⁵

No continente latino-americano, a Doutrina de Guerra Revolucionária teria influenciado, inicialmente, os militares argentinos. Segundo Martins Filho, em 1956, quando o coronel Carlos J. Rosas retornou da França e assumiu a subdireção da ESG argentina, foi iniciado um processo de redefinição doutrinária fundamentado na experiência dos veteranos franceses na Indochina e na Argélia.¹²⁶ No Brasil, a primeira referência seria a palestra “Introdução ao estudo da guerra revolucionária”, do coronel Augusto Fragoso, em maio de 1959, no Curso de Estado-Maior e Comando da ESG.¹²⁷ De acordo com o autor, naquele momento, os militares brasileiros buscavam um caminho a tomar e a literatura militar francesa teria apresentado a estrada desejada.¹²⁸ Na conjuntura da Guerra Fria, as teses

¹²³ Cf. MARTINS F.º. João Roberto. *Op. cit.* p. 42.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 42.

¹²⁵ Cf. M.ª Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 38.

¹²⁶ MARTINS F.º. João Roberto. *Op. cit.* p. 40.

¹²⁷ Em agosto do mesmo ano esta palestra foi apresentada nos cursos Superior de Guerra, Informações e Mobilização Nacional. Cf. FRAGOSO, Augusto. *Op. cit.*

¹²⁸ Segundo Martins F.º, mesmo depois de criada, a doutrina norte-americana de Contra-revolução não conseguiu tomar o lugar que era da francesa, pois sempre foi um artigo de exportação e de uso restrito no interior das

sustentadas nesta doutrina apresentaram soluções para as necessidades políticas das Forças Armadas latino-americanas, permitindo a valorização do Terceiro Mundo e dando aos seus exércitos uma missão a cumprir.

Fragoso tinha esta percepção. Na visão do então coronel, a Guerra Revolucionária mundial, atuando em círculos cada vez maiores, estaria se afastando das fronteiras dos países socialistas e, como resultado, aquele momento seria o da difusão pela América Latina. Especificamente com relação ao caso do Brasil, o militar atestava que, no fim dos anos 1950, o país já se encontraria na primeira fase do conflito, o estágio pré-revolucionário, tido como o período mais perigoso, pois as instituições democráticas ainda não encontravam-se preparadas para enfrentar a ameaça subversiva, especialmente por sua principal arma ser a ação psicológica.¹²⁹ Demonstrando uma preocupação com o preparo do país para aquele momento e reafirmando os argumentos apresentados por Latour anos antes, Fragoso afirmava que a legislação vigente não estaria adaptada à luta contra as ações subversivas. Para o coronel, ela limitaria a opção de técnicas e de meios legais que as autoridades responsáveis da polícia poderiam aplicar, enquanto que para os revolucionários seriam válidos todos os meios imagináveis de luta. A crítica de Fragoso atinge até mesmo tratados internacionais, como a Convenção de Genebra, de 1949, ao afirmar que a proteção que o acordo estabelecia aos participantes de conflitos armados sem caráter internacional no interior do território de um dos signatários, implicaria em “(...) manter a repressão nas vias humanitárias das convenções, enquanto o terrorismo dos revolucionários vai desenvolvendo perigosamente sua psicose de medo.”¹³⁰ Como solução, Fragoso afirmou:

Urge, pois, que se disponha, para combater a subversão, para enfrentar a guerra revolucionária, desde o seu período clandestino, de uma legislação

Forças Armadas americanas. Além disto, o aparelho de Estado civil não contava com agências como os serviços coloniais britânicos e franceses, indispensáveis para interagir os aspectos políticos e militares da guerra revolucionária. A doutrina americana seria apenas uma definição teórica, já a francesa seria, também, um exemplo prático. MARTINS F.º João Roberto. *Op. cit.* p. 41-42.

¹²⁹ FRAGOSO, Augusto. *Op. cit.*, p. 48.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 23. Grifo no original.

adequada. Não se pode manter, em relação ao militante da guerra revolucionária, o respeito das liberdades individuais asseguradas aos demais cidadãos e as medidas de proteção que beneficiam, na ação judiciária, os delinquentes do direito comum.

Com um estudioso da matéria – o Cel. Cherasse – podemos dizer que o fundamento da liberdade individual dos cidadãos deve ser concebido não como um fim em si, mas nos limites compatíveis com o “bem comum” do Estado e, notadamente, com sua ordem.¹³¹

Ao atestar a inadequação da legislação vigente e o caráter de obstáculo das garantias individuais do homem, expressos nas convenções internacionais, com relação ao combate à Guerra Revolucionária comunista, Fragoso tentava justificar a necessidade de se preparar uma ação contra-revolucionária que contemplasse elementos restritivos das liberdades dos indivíduos como meio de viabilização da segurança nacional. Para explicitar um pouco melhor a sua tese, com base na teoria francesa, Fragoso apresentou dois tipos específicos de ação de combate adequados a cada momento da Guerra Revolucionária: a “Parada”, apropriada para o período pré-revolucionário; e a “Resposta”, específica para a repressão da ação revolucionária propriamente dita.

Com relação à “Parada”, Fragoso, afirmou que esta ação contra-revolucionária do período preparatório revestia-se de duplo aspecto:

- defensivo: ação de informação visando desmascarar o mecanismo revolucionário, - prevenindo o povo contra a infiltração do adversário e o pondo a par de suas técnicas subversivas;
- ofensivo: ação de formação dos cidadãos, principalmente dos jovens – os estudantes, que, pelo seu caráter ainda maleável, são explorados a fundo pelos revolucionários e se tornam seus militantes mais ativos –, fortalecendo seu sentimento cívico, assim reagrupando a opinião pública em torno do regime estabelecido.¹³²

Já no que diz respeito à “Resposta”, Fragoso atestava que

A resposta a esta fase deve ser preparada com antecedência, através de um adequado serviço de informações e da organização da defesa interna do território.

Tais instrumentos devem possibilitar, no momento justo, a resposta imediata que visará engajar a luta sobre o meio imposto pelo adversário, vale

¹³¹ *Ibid.*, p. 23. A obra de Cherasse citada é: “La loi contre l’ennemi interieur” in *Revue des Forces Terrestres*, n.º 16, abril 1959.

¹³² *Ibid.*, p. 41. Grifos no original.

dizer a população, que deve ser mobilizada física e moralmente pelo governo estabelecido.

O serviço de informações deve ser centralizado na direção e na exploração mas bastante ramificado para a busca de (indícios) informes. Tal organismo deve garantir ao governo os prazos mínimos necessários ao funcionamento de seu sistema de defesa, dando-lhe, com oportunidade, informações sobre os preparativos do adversário e sobre o momento escolhido para o irrompimento da insurreição.

O sistema de defesa interior do território é o principal meio de resposta contra a insurreição. Instrumento muito complexo, ele deve ser cuidadosamente organizado, permitindo a realização instantânea de um comando político-militar nacional e regional incumbido de conduzir a luta em todos os planos, seja a descentralização automática dos poderes civis e militares, a fim de que a luta seja possível mesmo no caso de isolamento de uma região.¹³³

É notável a semelhança entre as ações propostas pelos teóricos da Guerra Revolucionária e a prática adotada tanto pela coligação anti-João Goulart, como pelo governo constituído após a conquista do Estado brasileiro, em 1964. A ação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) de constituição de um banco de informações¹³⁴ e da estratégia de propaganda, de difusão de idéias, que visava a sedução de corações e mentes antes de 1964,¹³⁵ se encaixa perfeitamente nas características que a “Parada” deveria ter. De modo idêntico, a “Resposta” à ação revolucionária é análoga àquelas pensadas para o momento da ação – lembremos da intenção de se criar um governo paralelo com base em Minas Gerais¹³⁶ – e à criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e de uma extensa e urdida ramificação entre os diversos órgãos de segurança e informação.

¹³³ *Ibid.*, p. 41-42. Grifos no original.

¹³⁴ M.^a Helena Moreira Alves considera a criação de uma rede de informações como, talvez, “a mais importante tarefa do complexo ESG/IPES/IBAD” antes da tomada do poder. A coordenação desta tarefa coube ao general Golbery do Couto e Silva, que contava com a colaboração de alguns oficiais da ESG. De acordo com Alves, “(...) Antes do golpe, este grupo já estava de posse de um completo e detalhado dossiê de informações sobre mais de 400.000 cidadãos brasileiros. (...)” ALVES, M.^a Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 25.

¹³⁵ Segundo Dreifuss o IPES era estruturalmente dividido em grupos de Estudos e ação. Um deles era o Grupo de Opinião Pública (GOP), cujas metas constituíam em disseminar as atividades e objetivos do instituto, através da imprensa, levando à opinião pública os resultados de suas pesquisas e estudos. De fato, o GOP tinha como função a manipulação da opinião pública. DREIFUSS, René Armand. *Op. cit.*, p. 192.

¹³⁶ A “Operação Brother Sam”, planejada e desencadeada pelo governo dos EUA, visava dar suporte material e militar ao golpe contra João Goulart, caso houvesse resistência militar por parte do governo brasileiro. Uma das estratégias previstas na ação era o apoio e reconhecimento por parte dos EUA ao estabelecimento de um governo alternativo em Minas Gerais, comandado por seu governador, Magalhães Pinto. Sobre a “Operação Brother Sam”, ver: FICO, Carlos. *O Grande Irmão: Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Contudo, do mesmo modo que a carta de princípios fazia com relação ao rápido desenvolvimento do país, Fragoso alertava para a existência de entraves à ação contra-revolucionária.

De modo idêntico ao que havia feito com referência à legislação vigente como meio de combate à ação subversiva, o coronel afirmava a inadequação do regime democrático, por, via de regra, propiciar o “abuso de liberdades”, à aplicação da “parada preventiva” e da “resposta enérgica”. Fragoso também chamava a atenção para o fato de que as Forças Armadas, organizadas para as guerras clássicas contra inimigos externos, encontrariam dificuldades para se adaptarem, em curto prazo, para “(...) a luta contra o terrorismo urbano e os bandos armados de guerrilheiros nos campos.”¹³⁷ Esta característica original das Forças Armadas fez com que Fragoso, embora não apresentasse soluções, levantasse indagações visando definir o papel que caberia à instituição na ação contra-revolucionária:

1.^a – Na GR devem ou não as FA desempenhar um papel desde o período preparatório? Quais as formas de que eventualmente se revestiria esta ação? Tal ação seria possível no quadro legal atual, com a organização e os meios clássicos? Ou seriam necessárias reestruturações e adaptações, tanto políticas como militares?

2.^a – Como as FA poderiam agir, rápida e eficazmente, na fase da violência da GR, e quais as dificuldades que as FA devem prever para melhor vencê-las:

- no momento mesmo do ataque inesperado;
- contra a guerrilha e, de um modo geral, contra a “guerra em superfície”;
- quando esta guerra em superfície, sobre as Retaguardas, é conjugada com a ameaça exterior.¹³⁸

Percebe-se que, apesar de não apresentar respostas, Fragoso novamente indaga sobre a propriedade do sistema legal vigente como meio eficaz de combate à ação subversiva. O fato é que, após a tomada de poder em 1964 seria estabelecida, através da decretação de atos

¹³⁷ FRAGOSO, Augusto. *Op. cit.*, p. 40. A carta de princípios da ESG já mencionava a necessidade de um papel de destaque às Forças Armadas. O primeiro Princípio, após afirmar que a segurança dependia do desenvolvimento do potencial geral da nação, atestava que a admissão de tal tese conduziria à aceitação do seguinte corolário: “Os órgãos responsáveis pela Segurança Nacional têm o dever de zelar pelo desenvolvimento do potencial geral da Nação.” Disto decorreria o direito das Forças Armadas de intervirem, “(...) por meio dos órgãos apropriados (o Estado-Maior das Forças Armadas), no processo do desenvolvimento potencial geral da Nação”. SARDENBERG, Idálio. *Op. cit.*, p. 2.

¹³⁸ FRAGOSO, Augusto. *Op. cit.*, p. 43, grifos no original.

institucionais e complementares, uma base legal ampla e vaga o suficiente que permitiria a execução das ditas ações contra-revolucionárias, como por exemplo, a suspensão do *habeas corpus*, garantia do direito internacional que, ignorada e justificada como meio de consecução dos “objetivos nacionais”, possibilitou a efetivação de uma série de prisões arbitrárias. O mesmo aconteceu com relação aos expurgos no Estado, inclusive os de militares.

Com relação a este aspecto específico, assim como ao papel que caberia às Forças Armadas no contexto revolucionário, há na palestra de Fragoso indícios esclarecedores.

Citando alguns exemplos concretos de Guerra Revolucionária, o coronel mencionou o caso da Grécia como modelo de fracasso da ação subversiva. Isto teria ocorrido, pois, de acordo com a explicação do coronel, contando com auxílio material do “mundo livre”, o general Papagos, ascendendo ao Comando em Chefe do Exército grego, em 1949, soube construir os elementos necessários para dotá-lo de capacidade material e pessoal para o combate ao inimigo. Nas palavras de Fragoso,

Qual foi a idéia diretriz de Papagos para dominar os inimigos da pátria? Dar ao Exército uma organização adaptada à sua missão, insuflar-lhe alma nova, inculcar-lhe fé no cumprimento da missão! Começou por proceder à reforma do recrutamento do pessoal. O Corpo de Oficiais foi depurado dos politicistas e dos incapazes. As unidades de infantaria muito pesadas para a guerra de partisans foram aligeiradas e dotadas de equipamento e de armamento melhor adaptados ao país. Corpos de elite, “grupos de comando”, formados pro jovens escolhidos, pelo vigor e pela coragem foram criados, e suas ações receberam uma publicidade que despertou nos outros corpos um salutar e benéfico espírito de emulação.¹³⁹

No fragmento em destaque percebe-se que, dentre as medidas para o combate ao inimigo interno, o “saneamento” das Forças Armadas surgia como uma possibilidade. Mas esta era apenas uma das muitas ações necessárias. Com base nas características da Guerra Revolucionárias, nas formas de atuação possíveis, nos limites da conjuntura, nas condições das Forças Armadas e concluindo que o Brasil já se encontrava no estado pré-revolucionário, Fragoso enumerou as medidas necessárias para enfrentá-la:

¹³⁹ *Ibidem*, p. 27. Grifos no original.

- organização da ação psicológica – contra-propaganda ideológica – aproveitando todas as iniciativas idôneas e sadias, tal como a campanha do rearmamento moral;
- dotar o país de uma legislação adequada, que permita o eficiente combate à subversão, sobretudo nas primeiras fases;
- organizar um sistema de defesa interior do Território;
- organizar unidades das FA especialmente adestradas na luta anti-revolucionária.¹⁴⁰

De fato, a ação psicológica sugerida por Fragoso foi posta em prática antes mesmo de 1964. Igualmente, a Doutrina de Guerra Revolucionária passou a ser prática no Exército ainda em 1961.¹⁴¹ Contudo, a alteração da legislação e a organização do sistema de defesa interior necessitava, primeiro, da conquista do poder. Como resultado, o Estado, que segundo Padrós deveria agir como fiador da segurança das pessoas, se transformou – não só no Brasil, mas em toda América Latina – em “(...) um mecanismo que devia enfrentar e derrotar o ‘inimigo interno’ (...) extrapolou os limites coercitivos constitucionais, desencadeando práticas e ações que acabaram configurando um sistema de terror do Estado.”¹⁴²

Com relação à repressão propriamente dita, no momento em que chegou ao poder, a coalizão civil-militar adotou medidas contra-insurgentes para enfrentar a “guerra interna” e eliminar quaisquer núcleos reais, potenciais ou apenas presumíveis de oposição política, econômica e social aos interesses dos novos donos do poder. A “Operação Limpeza” promoveu expurgos tanto na burocracia civil quanto na militar. Sua intenção era neutralizar os opositores, de modo que se reduzisse ao mínimo a contestação à nova ordem político-

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 48-49. Grifos no original.

¹⁴¹ De acordo com Martins F.º, muito em função da conferência do coronel Augusto Fragoso, em setembro de 1959, a Doutrina de Guerra Revolucionária passou a ser estudada no Estado-Maior e, em 27 de julho de 1961, o EMFA consolidou em doutrina as definições esboçadas nos dois anos anteriores. Além disto, as reflexões transpuseram os muros da ESG e, a partir de 1961, passaram a ser publicados livros e panfletos sobre a guerra revolucionária voltados para o público externo. Martins Filho crê haver evidências de que, após o golpe, a doutrina francesa continuou como ponto de referência no interior das Forças Armadas. Um exemplo seria o relatório do IPM 709 (vol 4 – “Ação Violenta”), que apurou as atividades do PCB. A tese do relatório do IPM era a de que a Guerra Revolucionária era a ação comunista pela conquista do mundo e a importância da América Latina para os planos soviéticos, após a vitória da Revolução Cubana. MARTINS F.º. João Roberto. *Op. cit.* p. 43-48.

¹⁴² PADRÓS, Enrique Serra. *Op. cit.*, p. 58. Para Padrós, “(...) enquanto parte integral da luta de classes, o objetivo do TDE [terror de Estado] tem propósitos específicos: derrotar os movimentos populares organizados, destruir projetos de mudança do status quo da propriedade, da relação capital-trabalho e/ou da distribuição da riqueza social e destruir as instituições políticas e sociais democrático-representativas.” *Ibidem*, p. 76.

econômica que se construía. O expurgo dos militares, por exemplo, foi um passo fundamental, pois, para o sucesso deste projeto e para o controle da situação, era preciso que as Forças Armadas estivessem unidas e coesas, e a permanência, no quadro de oficiais, de homens que defendiam uma postura política e um tipo de desenvolvimento diferente por certo faria recrudescerem as clivagens internas. Além desta razão, no que diz respeito às praças militares, os movimentos reivindicatórios ameaçavam a disciplina e a hierarquia, valores caros às Forças Armadas. Estes expurgos, se não eliminaram por completo as lutas no interior das Forças Armadas, ao menos afastaram dos seus quadros aqueles que defendiam um posicionamento político-ideológico diametralmente oposto ao grupo que chegou ao poder em 1964.

Considerando que a Escola Superior de Guerra tinha como meta original a elaboração de um projeto que viabilizasse a plena realização dos “Objetivos Nacionais”, e tendo em vista que, para tal, a segurança nacional representava a base estrutural de todo este processo, o pensamento desenvolvido na Escola, de modo geral, e a Doutrina de Guerra Revolucionária, em particular, com suas críticas à liberdade democrática, à igualdade e à legislação existente, muniram os grupos defensores de um projeto de desenvolvimento capitalista associado-dependente de justificativas para o controle político. Sua definição vaga do inimigo a ser enfrentado possibilitou a repressão a todos os adversários, mesmo que apenas em potencial. Deste modo, legitimou uma política repressiva que, eliminando ou neutralizando ao máximo as dissensões, foi elemento essencial do estabelecimento da dominação classista.

É incorreto imaginar que a definição completa da política repressiva, como de toda política executada após o golpe, seja datada de um período anterior a 1964. Não se pode desconsiderar o peso das circunstâncias e da dinâmica no interior do regime ditatorial. Contudo, creio que muito do que foi posto em prática tem suas raízes na evolução dos debates

anteriores sobre a questão do desenvolvimento e da segurança nacionais, das quais os cursos no interior da Escola Superior de Guerra representam um índice expressivo. As análises efetuadas no interior da ESG, materializadas nas conferências e trabalhos apresentados durante seus cursos, serviram como um quadro de referência tanto para diagnóstico da situação geral do país, como para justificar a constituição de políticas de desenvolvimento e de mecanismos repressivos de controle da sociedade em todos os seus níveis.

A adoção de um projeto de reestruturação do Estado e de desenvolvimento econômico associado-dependente, escolhida pelas classes clientelísticas¹⁴³ brasileiras ligadas ao capital internacional, das quais o pensamento esguiano era representante, implicava em um controle total da arena política – no sentido amplo do termo. Para levar a cabo tais objetivos, não bastava a conquista política do Estado, era preciso eliminar ou neutralizar todo e qualquer tipo de obstáculo estrutural ou conjuntural, por menor que fosse. Esta opção resultou na adoção de uma política repressiva multifacetada não só no seu aspecto mais geral, como dentro de grupos particulares, como demonstram os diversos aspectos da que foi aplicada aos militares.

Para o grupo civil-militar que conquistou o poder em 1964, manter adversários na cúpula da instituição era muito arriscado, por isto exigia um cuidado especial. Como constituía uma fração singular, foi elaborada uma estratégia específica para sua eliminação. Em muitos aspectos, por fazer parte de uma política repressiva mais ampla, tinha características e/ou foi executada a partir de instrumentos comuns a todos os demais grupos (atos institucionais, inquéritos policiais militares etc.). Entretanto, seus aspectos distintivos internos forçaram a estabelecimento de cuidados e práticas repressivas próprias.

¹⁴³ De acordo com M.^a Helena Moreira Alves, associam seus interesses, “(...) por meio da propriedade conjunta e de mecanismos formais de cooperação, ao capital estrangeiro (...)”, apoiando ativamente a penetração internacional na economia nacional. Cf. ALVES, M.^a Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 21.

Capítulo II

Repressão após o golpe e os conflitos dos anos anteriores: “a grande jornada emancipadora”

As memoráveis campanhas patrióticas que temos vivido integram-se no poderoso movimento de emancipação nacional. Surgem todas as condições para que o povo empreenda a grande jornada emancipadora. A bandeira da mais ampla unidade está assim desfraldada.¹

Há uma sequência de “coincidências” que bem denotam o quadro que se esconde por detrás desse biombo que é o “anti-comunismo” (sic). Afastemos o biombo. O quadro é impressionante.²

A política repressiva adotada após o golpe de 1964 foi resultado da necessidade do Estado de Segurança Nacional de consolidar o regime e atender aos interesses dos grupos a ele associados. A realização deste projeto dependia de um alto grau de unidade, segurança e baixo teor de dissenso. Para materializar estes condicionantes, foi efetuado um processo de “limpeza” do ambiente político e social de modo a neutralizar todos aqueles que pudessem representar algum tipo de obstáculo à consecução das metas estabelecidas. Esta iniciativa estava totalmente de acordo com os preceitos da doutrina de Guerra Revolucionária, segundo a qual, como dito no capítulo anterior, todos são “inimigos internos” em potencial, e, como tal, precisam ser vigiados, controlados e, se for o caso, eliminados.

Os interesses daqueles que tomaram o poder em 1964 eram antagônicos às proposições nacionalistas impulsionadas a partir de meados da década de 1940. Os embates que ocorreram desde então entre os dois grupos surgiram em meio a uma profunda transformação política, econômica e social do Brasil. A derrota nazista, a queda de Getúlio

¹ “Carta da Emancipação Nacional”. APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 70, p. 93. Trecho utilizado como epígrafe dos Estatutos da Liga da Emancipação Nacional.

² Trecho da carta dos ex-sargentos da Aeronáutica da Base Aérea de Natal ao presidente da ABDDH, publicada do livreto *Depoimentos Esclarecedores*. Rio de Janeiro: Editora Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, p. 18. Citada em documentação da Divisão de Polícia Política e Social sobre “Inquérito Policial Militar para apurar atividades subversivas de caráter comunista no seio das classes armadas”. APERJ, FPP, pasta ADM n.º 2B, dossiê n.º 2, p. 37-49. Grifo no original.

Vargas, o estabelecimento da democracia no país, a supremacia dos Estados Unidos no mundo, a Guerra Fria, a industrialização e o crescimento das camadas urbanas e do operariado levaram a novas exigências e à necessidade de um redirecionamento político e econômico do país. De maneira simplificada, duas grandes correntes – formadas por civis e militares – de opiniões divergentes quanto à solução destes problemas se confrontaram, e o golpe de 1964 representou o ápice desse conflito.

Sustento que a oposição entre tais teses e a luta de cada grupo por fazer prosperar as suas idéias tem relação direta com o processo de repressão política efetivado após o golpe. Creio que o elemento que explica parte fundamental deste processo reside na trajetória política nacionalista dos cassados. Buscando comprovar esta afirmação, neste capítulo, reconstituo os contextos de experiência política da ala militar do grupo nacionalista entre fins dos anos 1940 e 1964. Pretendo comprovar, através de uma análise dos componentes, das propostas e objetivos políticos das associações e mobilizações das quais eles participaram e/ou apoiaram durante aquele período, que havia uma identificação ideológica entre grande parte dos militares cassados (e também grupos civis) que era anterior ao governo João Goulart. Esta identidade levou à constituição de um “movimento político”³ no sentido de ser um grupo que, embora não constituísse efetivamente um partido político, estava empenhado em influir politicamente na realidade brasileira, procurando organizar os interesses dos setores da sociedade civil e apresentar-se como intermediário entre suas demandas e o sistema político. A este movimento se encontravam vinculadas as associações nacionalistas que tinham entre seus membros uma presença central de militares. Tais entidades se transformaram em importantes centros intelectuais e difusores das propostas nacionalistas. No entanto, como qualquer “movimento político”, o movimento nacionalista estava sujeito às tensões e contradições da vida política e teve que se defrontar com outro grupo organizado,

³ Sobre o conceito de “movimento político”, ver: PASQUINO, Gianfranco. “Movimento Político”. In: BOBBIO, Norberto MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.s). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, s/d, 1 CD-ROM.

que tinha como meta a defesa dos interesses burgueses. Tais confrontos geraram vitórias e derrotas de ambas as partes ao longo daqueles anos e, em 1964, uma vitória e uma “revanche” definitivas sobre os nacionalistas.

Através de uma estratégia de mobilização, estas organizações nacionalistas procuraram discutir, formular e divulgar soluções visando arregimentar o maior número possível de homens e mulheres em torno de uma política de desenvolvimento de defesa das riquezas e interesses nacionais e que resultasse na soberania política e econômica do país. Enfim, procuraram empreender uma “grande jornada emancipadora” absolutamente incompatível com a proposta econômica liberal e com o desejo de uma sociedade de equilíbrio estático, sonhada pelos vencedores de 1964. Daí, a necessidade de afastá-los.

Como objeto de análise deste capítulo, privilegio os dados relativos aos oficiais gerais e superiores. Esta opção tem duas razões básicas: de modo prático, para este grupo de militares obtive um quadro significativo de informações que permitiu a análise de suas trajetórias políticas; de outro, o fato de que, por estarem há mais tempo nas Forças Armadas, a eles foi possível participar efetivamente dos embates ocorridos entre as facções militares de fins dos anos 1940 até 1964.

Como já indicado, adotarei uma abordagem prosopográfica dos dados, pelo que ela permite compreender sobre um grupo de indivíduos a partir do estudo coletivo de suas vidas⁴ e sobre os embates entre grupos ideologicamente distintos que lutavam tanto pelo poder institucional quanto pelo poder político.⁵ Por conseguinte, confrontando as primeiras ilações com os elementos conjunturais, buscar entender em que estas disputas se relacionam com o processo repressivo desencadeado após o golpe de 1964.

⁴ Cf. STONE, Lawrence. “Prosopography”. In: GILBERT, Felix & GRAUBARD, Stephen R. (eds). *Historical Studies Today*. New York: W. W. Norton & Company, 1972, p. 107-140.

⁵ Cf. CHARLE, Christophe. “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.48.

O quadro de demonstração produzido a partir da tabulação destes dados tornará possível uma visualização mais clara da trajetória política, entre 1945 e 1964, dos oficiais gerais e superiores cassados. No entanto, nem sempre as menções mais constantes no quadro se tornam as mais relevantes para a análise. Existem outras variáveis mais adequadas à descrição da dinâmica social e política do grupo em questão. Esta compreensão me levou a, fundamentado em uma prévia observação das formações discursivas presentes e do quadro político mais geral,⁶ fazer uma seleção das referências de vida que considero qualitativamente mais significantes e, em seguida, uma análise das bases políticas e ideológicas em comum de cada um desses elementos.

Para a justificação desta seleção o conceito de “configuração” desenvolvido por Norbert Elias⁷ torna-se relevante. Ao entender que as pessoas são mais ou menos orientadas e dependentes entre si, mesmo que alguns elementos sejam quantitativamente menos citados, ao apresentam indícios de interdependência entre um grupo de militares e suas teses – portanto, ao apontarem para a formação de uma “configuração” –, e, destas, para com o processo repressivo aplicado após o golpe de 1964, sua importância estará fundamentada.

Como efeito da observação desta interdependência e da análise das proposições das associações nacionalistas a que estes militares estavam ligados, será possível identificá-los como membros do “partido militar” nacionalista, que atuava tanto internamente, especialmente no Clube Militar, quanto no âmbito da sociedade, em associação com grupos civis e por meio de entidades e mobilizações. Entre estas havia um elo de identificação, configurado no objetivo de emancipação nacional, cuja luta por concretizar-se deu um significado e conferiu uma coerência à trajetória destes militares.

⁶ Para uma análise das formações discursivas do grupo militar nacionalista, adoto a mesma base metodológica utilizada para o estudo dos discursos da Escola Superior de Guerra, efetuado no capítulo anterior: uma análise de conteúdo com recorte do textos em temas-eixo e em unidades de contexto.

⁷ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Trad.: Ruy Jungmann. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1, p. 249.

Sustento que este elo, que a concordância com estas teses, tem relação direta com as cassações pós-1964. Neste sentido, a análise das propostas políticas das entidades e movimentos a que estes militares pertenceram de fins dos anos 1940 até as vésperas do golpe e sua contraposição com os preceitos esguianos e, posteriormente, “revolucionários” poderá esclarecer a relação de tal pertença com a política repressiva aplicada sobre eles após a tomada do poder.

Um esclarecimento sobre o termo nacionalista aqui empregado. Uso a denominação pela qual esta facção se autodenominava. Sei que há problemas quanto a esta opção, pois homogeneíza um movimento por demais heterogêneo política e ideologicamente, encobrindo as singularidades de cada subgrupo e de cada entidade ou associação existente entre os nacionalistas. Tenho a consciência de que, como sintetizou Hélio Jaguaribe,

São nacionalistas, no Brasil, correntes de extrema-direita, ligadas, no passado, aos movimentos de propensão fascista, e correntes de extrema-esquerda, como o Partido Comunista. São nacionalistas os defensores da socialização dos meios de produção e os partidários da iniciativa privada.⁸

Não quis, no entanto, entrar nos pormenores da questão. Em vez de buscar diferenciar cada grupo, procurei centrar-me no que há de comum, o que, a meu ver, é a coluna que sustenta o movimento nacionalista em suas vertentes mais ligadas ao campo da esquerda (mesmo porque a ala nacionalista de direita não foi alvo da política repressiva do Estado após 1964): a defesa da emancipação política e econômica do Brasil.⁹

Reconheço a pluralidade e diversidade do movimento e nem é meu objetivo lançar luzes que dêem definição ao uso preciso do termo, mas acredito que a reconstrução das

⁸ JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1958, p. 12.

⁹ No estudo que faz sobre o período entreguerras na Europa, Eric Hobsbawm afirma que “(...) o nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subsequentemente pela experiência da luta antiimperialista nos países coloniais. Pois as lutas coloniais estavam vinculadas às esquerdas internacionais de várias maneiras. Seus aliados políticos em países metropolitanos encontravam-se quase invariavelmente, nessas áreas. (...)”. Ainda que a adoção do termo nacionalismo seja feita por grupos políticos diversos, baseio-me na análise de Hobsbawm para relacionar o nacionalismo com as esquerdas no Brasil, em razão do mesmo discurso antiimperialista comum às entidades analisadas. HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Trad.: Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 176-177.

trajetórias dos militares cassados e dos conteúdos das propostas dos movimentos e associações nacionalistas de que participaram, relacionadas aos contextos histórico-sociais, poderá tornar perceptível um elemento básico de unidade. Assim, embora o movimento e o termo nacionalismo possam apresentar sentidos diversos, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1950, com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), há um elo entre as entidades em análise, quase todas com forte atuação na primeira metade daquela década, uma ossatura que permitiu a sustentação e o crescimento do movimento. No plano dos órgãos de segurança do Estado é, em grande parte, na trajetória ligada a essas associações que se encontram os cuidados, as advertências, a criminalização de parte significativa dos militares cassados.

1. O mapeamento da trajetória política dos oficiais gerais e superiores cassados:

A análise de Maria Helena Moreira Alves sobre a repressão política aplicada após o golpe de 1964 sustenta que o objetivo da “operação limpeza” aplicada desde os primeiros dias do novo regime

era “varrer” todos os que estiveram ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964. Especialmente visados eram líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo.¹⁰

Embora a afirmação seja verdadeira, a autora, nesta passagem, deixa de mencionar a gigantesca repressão aplicada aos militares desde o primeiro momento da ditadura.

Já nos primeiros atos de cassação,¹¹ o número de militares atingidos é muito significativo. A lista divulgada pelo ato n.º 1 do Comando Supremo da Revolução, de 10 de

¹⁰ ALVES, M.^a Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1964)*. Trad. Clóvis Marques. 4.^a ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1987, p. 59.

¹¹ Esclareço que tais “atos” pertencem a uma categoria jurídica diferente da dos “atos institucionais”. “Atos institucionais” foram manifestações originárias dos governos instaurados a partir de 1964 e que tinham por objetivo ditar normas que inovassem a ordem constitucional, criando regras de exceção, que permitissem, entre

abril de 1964, encabeçada por João Goulart, Luiz Carlos Prestes, Jânio Quadros, Miguel Arraes e Darci Ribeiro, suspendeu por dez anos os direitos políticos de cem pessoas. Dentre elas, seis militares: o marechal da reserva, Osvino Ferreira Alves; os generais, também da reserva, Luiz Gonzaga de Oliveira Leite, Sampson da Nóbrega Sampaio e Henrique Cordeiro Oest; o sargento e deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) da Guanabara, Antônio Garcia Filho; e o marinheiro de 1.^a classe José Anselmo dos Santos. O ato n.º 2, da mesma data, se destinou à cassação de mandatos de parlamentares. No total, atingiu quarenta congressistas, todos também atingidos pelo ato n.º 1. O terceiro ato, datado de 11 de abril de 1964, tinha por objetivo exclusivo a transferência para a reserva de oficiais das Forças Armadas. Afetou 122 militares, sendo: 77 do Exército, 14 da Marinha, e 31 da Aeronáutica. O resultado é que, dos 222 atingidos pelos três primeiros atos do Comando Supremo da Revolução, 128 (57,66%) eram militares.

Entre 1964 a 1970,¹² pude contabilizar um total de 1487 militares punidos, sendo: 53 oficiais generais, 274 oficiais superiores, 111 oficiais intermediários, 113 oficiais subalternos e 936 entre sargentos, suboficiais, cabos, marinheiros, soldados e taifeiros. Tais expurgos alteraram a representatividade das facções no interior da corporação militar, eliminando o potencial de resistência nacionalista na caserna às proposições do governo. Segundo Alves,

outros objetivos, as cassações. Já os “atos” a que me refiro, foram aqueles que, com base nos “atos institucionais”, puniram de fato os adversários do regime. Sobre a definição de atos institucionais, ver: BRASIL. Revista Jurídica Virtual. Brasília, vol. 1, n.º 3, junho de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_03/ordenamento%20jur%20brasil.htm. Acesso em: 16 de maio de 2010.

¹² Os dados por mim obtidos vieram das seguintes fontes: dossiê secreto do Ministério da Aeronáutica, *Atos da Revolução de 1964*, vol. I (9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967), e vol. II (13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1970); OLIVEIRA, Paulo Afonso Martins de. *Atos Institucionais: Sanções Políticas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000. *Boletim Reservado* n.º 21, do Ministério da Aeronáutica, datado de 11 de maio de 1965; *Boletim do Ministério da Aeronáutica* n.º 10, de 31 de outubro de 1964 e *Boletins do Ministério da Marinha*. Saliento que, no que se refere aos dados sobre cabos, marinheiros e taifeiros, os números apresentados ainda estão aquém do real. No caso da Marinha, há atos em que a identificação do afastamento do militar como punição é clara, em outros, nem tanto. Com relação à Aeronáutica, há vários casos de punições de cabos revestidas de atos administrativos – conforme exposto mais adiante. Creio que, nestes dois casos, chegar a um número exato dos cassados é muito difícil. Tento, porém, identificar o maior número possível. O dossiê secreto do Ministério da Aeronáutica encontra-se localizado em: APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77. Os Boletins do Ministério da Marinha estão no Serviço de Documentação da Marinha e os Boletins do Ministério da Aeronáutica, no Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

algo semelhante foi feito no Congresso Nacional, e o “efeito demonstrativo” do que poderia acontecer aos que se rebelassem reduziu as possibilidades de reação.¹³

Os órgãos de segurança e os inquiridos policiais militares são ricos em dados da trajetória política dos militares cassados. Dos oficiais gerais, pude encontrar informações significativas sobre 41 (77,36%). Quanto aos superiores, colhi dados sobre 134 (48,91%). Com base nos elementos levantados quanto à trajetória política desses homens a partir de 1945, tem-se o seguinte quadro:

Quadro 1: Trajetória dos oficiais superiores e gerais cassados

Evento e/ou movimento de que participou	Oficiais Gerais	Oficiais Superiores
Governo de Getúlio Vargas (1951-1954) (participação ou admiração)	5	2
Membro e/ou partidário da Chapa Nacionalista no Clube Militar (anos 1950/1962)	22	74
Processado por suspeita de exercício de atividades comunistas nas FFAA nos anos 1950	-	8
Movimento de 11 de novembro de 1955, oposição às revoltas de Aragarças e/ou Jacareacanga	3	-
Apoio à candidatura e/ou participação no governo JK	4	-
Apoio à rede da legalidade e à posse de João Goulart	5	3
Governo João Goulart	23	43
Ligação com militares de esquerda e/ou nacionalistas	15	37

¹³ ALVES, M.^a Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 63. Esta raciocínio é extensivo às praças militares, como denunciam os documentos que sugerem a suspensão das atividades da Associação dos Cabos da Força Aérea Brasileira para que se evite a repetição de movimentos como os dos sargentos e o dos marinheiros, conforme será visto em capítulo posterior.

Ligação e/ou apoio às praças militares	10	22
Ligação com movimento estudantil e/ou sindical	7	7
Ligação com políticos, partidários e/ou partidos da esquerda (PCB, PTB)	8	28
ISEB	1	7
Encontros e/ou associações nacionalistas ou comunistas	9	25
Campanha do Petróleo / CEDPEN / LEN	2	21
Políticas reformistas (Base, Agrária e Alfabetização de Adultos)	3	1
Frentes Militares (Nacionalista, de Libertação ou Movimento Militar Constitucionalista)	1	1
Frente Parlamentar Nacionalista	1	1
Frente e/ou Encontro de Libertação Nacional	1	1
Movimento Nacionalista Brasileiro	1	3
Frente de Mobilização Popular	-	1
Aliança Nacional Libertadora	-	1
Motivações pós-1964	1	3

- Fontes: APERJ, FPP; AEL, BNM; jornais: *Correio da Manhã*, *O Dia*, *Diário de Notícias*, *O Globo*, *Imprensa Popular*, *O Semanário* e *Última Hora*; MIRANDA, M.^a Augusta Tibiriçá. *O Petróleo é nosso: a luta contra o "entreguismo", pelo monopólio estatal*. 2.^a ed. São Paulo: Ipsis, 2004; CLUBE MILITAR. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência*.

Refletindo sobre a relação entre Getúlio Vargas – e seus herdeiros políticos – e os militares, José Murilo de Carvalho afirma que é fácil imaginar quem constava das listas de cassados entre os oficiais: os líderes da corrente nacionalista do Clube Militar, os que apoiaram o marechal Henrique Lott em 1955 e os que permaneceram ao lado de João

Goulart.¹⁴ A análise do Quadro 1 sugere uma realidade mais complexa. Os pontos mais presentes nas trajetórias de vida dos militares cassados fazem referência às questões político-ideológicas presentes entre fins da década de 1940 e os primeiros anos da década de 1960, entre eles, o “11 de novembro de 1955”, as questões envolvendo as eleições no Clube Militar e o apoio ao governo de Jango, como sugere Carvalho. Contudo, há outros tópicos que se destacam e merecem ser mais bem apreciados.

Como mencionado anteriormente, não é a intenção fazer uma opção de análise seguindo uma lógica matemática, na qual os eventos ou movimentos mais citados são vistos, por ilação, como os mais importantes. Fosse assim, ficaria restrito á análise do governo João Goulart, das ligações com políticos e militares de esquerda e com os movimentos de praças, sindicais e estudantis. Tais menções foram, obviamente, consideradas. No entanto, ao passo em que a pesquisa avançava foi possível identificar vários pontos em comum que uniam determinadas entidades e movimentos nacionalistas, o que tornava o conjunto dos seus membros (civis e militares) um grupo coeso e constante e os militares a eles associados um “partido militar”. É para estes que a atenção estará voltada. O estudo das temáticas principais, concentrando a atenção nas propostas políticas concernentes, indicará uma similaridade de composição e ideológica entre elas, onde sobressai a defesa de uma política nacionalista de desenvolvimento e de soberania para o Brasil. Estando a hipótese da filiação nacionalista como uma das razões para as cassações pós-1964, creio que a análise revelará tal relação.

2. Instituições que congregaram nacionalistas e a participação dos militares:

Comparando as duas grandes correntes militares, Antônio Carlos Peixoto afirma que, no interior do grupo que ele denomina de “antinacionalista”, os elementos doutrinários que

¹⁴ CARVALHO, José Murilo. “Vargas e os Militares: aprendiz de feiticeiro”. In: D’ARAÚJO, M.^a Celina (org.). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 80.

orientavam a ação eram mais especificamente militares e elaborados no interior da máquina militar. De modo contrário, no campo da coligação nacionalista a presença de elementos doutrinários de origem militar teria um menor peso.¹⁵ Esta diferença, no entanto, não reduz a importância do componente militar no interior da corrente nacionalista. Muito pelo contrário. Tanto no nascedouro quanto no desenrolar do processo de debate e disputa pela implementação de um tipo de desenvolvimento para o Brasil, o papel dos militares foi central.

Para Peixoto, a origem da corrente militar nacionalista pode ser encontrada ainda durante o Estado Novo (1937-1945), diretamente no que se refere à política econômica adotada por Vargas.¹⁶ As divergências entre diferentes grupos militares, embora tenham se intensificado a partir de 1950, já dividiam e tornaram-se públicas principalmente a partir da segunda metade dos anos 1940. Esta disputa, a princípio envolvia o modelo de exploração do petróleo a ser adotado, questão que começou a se desenvolver ainda nos anos 1930, quando o governo federal passou a criar legislações capazes de regular a exploração das riquezas minerais do Brasil. Com este objetivo, em 29 de abril de 1938, foi editado o Decreto-Lei n.º 395, que declarou de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo e criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP).¹⁷ Como primeiro presidente do órgão, foi escolhido o general Júlio Caetano Horta Barbosa, personagem que, a partir da segunda metade daquela década, tornou-se figura central no tema. O debate sobre este problema ficou mais acirrado a partir de fins dos anos 1940, principalmente depois das conferências dos generais Juarez Távora e Horta Barbosa no Clube Militar, em 1947, onde cada um defendeu propostas antagônicas em relação à exploração do mineral.

Argumentando com a tese da inexistência de recursos e tecnologia suficientes à exploração e da necessidade de colaboração do Brasil com os Estados Unidos, Távora, em

¹⁵ PEIXOTO, Antônio Carlos. “O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas”. In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Trad.: Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Record, s.d., p. 88.

¹⁶ *Ibidem.*, p. 83.

¹⁷ BRASIL. Decreto-Lei n.º 395, de 28 de abril de 1938. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 29 de abr. de 1938. Seção I, p. 8085.

três palestras, realizadas nos dias 21 de abril, 19 de junho e 16 de setembro, pregou a associação entre o Brasil e o capital externo para a empreitada (nota-se, como foi visto no capítulo anterior, que a proposição deste general era absolutamente compatível com a que viria a defender a Escola Superior de Guerra, fundada poucos anos depois e da qual Távora foi um dos próceres). Já Horta Barbosa, nos dias 30 de julho e 6 de agosto, defendeu a exploração do petróleo sob regime de monopólio estatal. Como justificativa, esclareceu que a parceria com o capital estrangeiro poderia levar à subordinação dos interesses nacionais na questão aos ditames das empresas internacionais.

Portanto, de início, o acirrado debate entre as correntes militares foi centralizado na questão do petróleo e personificado nas figuras dos generais Juarez Távora e Horta Barbosa. Como destaca Vânia Maria Louzada Moreira, a campanha pelo monopólio estatal do petróleo serviu “(...) como um marco do início da organização do nacionalismo enquanto movimento político preocupado em atingir e mobilizar o mais globalmente possível a sociedade brasileira. (...)”¹⁸ Em seguida, ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960, as disputas eleitorais no interior do Clube Militar tornaram mais públicas as divergências entre esses grupos. A história desta contenda ilustra o processo de constituição desses dois grandes blocos, de como procuraram agregar partidários e conscientizar a população. Ao mesmo tempo, permite perceber a diferença entre as propostas político-ideológicas em choque e o papel central que o “partido militar” nacionalista exerceu nas diversas associações e movimentos de que participou.

Muito embora o nacionalismo esteja associado aos governos de Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964), ele não pode ser considerado como uma ideologia exclusiva do Estado. A luta política e ideológica abrangeu partidos, sindicatos, associações, movimentos, intelectuais, estudantes e militares e o

¹⁸ MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50”. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n.º 35, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015. Acesso em: 1 de maio de 2010.

nacionalismo, em seus mais diversos matizes, se fez presente. A partir do debate em torno da forma de exploração do petróleo, o nacionalismo deixava de ser uma ideologia predominantemente estatal, tornando-se um movimento político e ideológico de setores da sociedade.

Muitas foram as associações e movimentos nacionalistas surgidos e/ou em atividade ao longo do período 1945-1964. Não se pretende, aqui, reconstituí-los na totalidade. Como estratégia, me ative às instituições que contaram com a presença central de militares, de modo a poder observar, em um segundo momento, na unidade de propostas, razões que serviram para justificar a onda repressiva aplicada a eles após o golpe de 1964. Em um primeiro momento farei um breve resumo de suas histórias e uma relação dos militares a elas ligados. Tento seguir, na medida do possível, a ordem cronológica em que estes movimentos e entidades surgiram. Nem sempre é possível, pois, várias vezes, o nascimento de um está estritamente ligado à existência ou a uma questão que envolvia outra associação, ou então, suas origens são simultâneas.

2.1 O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional – CEDPEN:

Como efeito direto dos debates sobre a questão da exploração do petróleo realizados no Clube Militar no ano de 1947, em 4 de abril do ano seguinte, a Liga Antifascista da Tijuca,¹⁹ no Rio de Janeiro, promoveu uma conferência na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) na qual surgiu a idéia de criação de um centro que pudesse promover uma melhor organização da campanha pelo monopólio estatal sobre o petróleo. No dia 21 daquele mês, numa reunião realizada no Automóvel Clube do Brasil foi fundado o Centro de Estudos e

¹⁹ Segundo Maria Augusta Tibiriçá Miranda, a Liga Antifascista da Tijuca foi fundada em agosto de 1947. MIRANDA, M.^a Augusta Tibiriçá. *O Petróleo é nosso: a luta contra o “entreguismo”, pelo monopólio estatal*. 2.^a ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora IPSIS, 2004, p. 43. Filha de Alice Tibiriçá, média engajada em ações sociais e uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, Maria Augusta Tibiriçá de Miranda seguiu os passos da mãe tanto na carreira médica, quanto no ativismo social, tendo participado ativamente do CEDPEN e da Campanha do Petróleo, além de várias outras entidades e mobilizações do movimento nacionalista.

Defesa do Petróleo (CEDP). Posteriormente, em 26 de agosto de 1949, sua denominação foi alterada para Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN).²⁰

Imediatamente após a sua criação, o Centro iniciou uma campanha contra o Estatuto do Petróleo enviado pelo governo do marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) à Câmara Federal em 1948. Ressalta-se, nesta luta, o caráter nacionalista do Centro, expresso na exposição das “Teses Fundamentais”, apresentadas na I Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, realizada entre 18 e 21 de outubro de 1948, no Rio de Janeiro. Neste documento, defendendo que a exploração do petróleo deveria ser feita sob a forma de monopólio estatal, inclusive no que se referia à refinação do petróleo importado, havia a menção de que os CEDPs²¹ seriam “(...) contrários à participação, direta ou indireta, total ou parcial, de quaisquer capitais estrangeiros, na exploração (pesquisa, lavra, refinação, transporte e distribuição) do petróleo brasileiro. (...)” Isto não significava, no entanto, uma oposição aos empréstimos externos, desde que deles não resultassem “(...) quaisquer outras condições, além do simples pagamento dos juros e das amortizações.” Seguindo este princípio básico, o Centro definia como objetivo principal de sua campanha “(...) a derrota do Anteprojeto entreguista de Estatuto do Petróleo, em discussão no Congresso Nacional.” Para o desenvolvimento destas teses, o CEDP propunha a aprovação dos “(...) princípios básicos adotados no Anteprojeto de lei sobre o petróleo elaborado pela Comissão presidida pelo desembargador João Solon Macedônia Soares”, que consistiam no “monopólio estatal da pesquisa, lavra, refinação, transporte, distribuição e comércio do petróleo e seus derivados,

²⁰ *Ibidem*. p. 189. Para uma descrição mais completa sobre o CEDPEN, ver: LAMARÃO, Sérgio e PINTO, Simone Araújo. “Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN)”. In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. 2ª ed. rev. e atualiz. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001. 1 CD-ROM.

²¹ “Filiados ao centro nacional, sediado no Rio de Janeiro, fundaram-se em todas as unidades da Federação centros estaduais aos quais se ligavam comissões municipais, com as suas comissões de bairro, de empresas e de setores profissionais, femininos, estudantis e sindicais. (...)” LAMARÃO, Sérgio e PINTO, Simone Araújo. “Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN)”. *Op. cit.*

inclusive das rochas betuminosas e pirobetuminosas”.²² Com este fim, elaborou e enviou à Câmara um substitutivo ao Estatuto.

A II Convenção, realizada entre 5 e 7 de julho de 1951, reafirmou as resoluções do primeiro evento no que se referia ao monopólio estatal sobre a exploração, transporte, industrialização, comércio e distribuição do petróleo. Concomitantemente, como continuava a tramitação, no parlamento, do Anteprojeto do Estatuto do Petróleo, as críticas a este também permaneceram. Junto a elas, foi recomendada a promoção de uma ação judicial com o fim de anular as concessões, consideradas ilegais, a grupos para instalação de refinarias, e outra que viesse a revogar o Decreto-Lei n.º 9.881, de 16 de setembro de 1946, que permitia a passagem da refinaria de Mataripe (Bahia) às mãos de particulares.²³

Em consequência dos esforços do Centro, em 1951 o projeto de Dutra foi finalmente arquivado. Contudo, em dezembro daquele mesmo ano, já no governo de Getúlio Vargas (1951-1954), foi enviado ao Congresso o anteprojeto governamental de criação da Petrobrás (Mensagem n.º 468). Por não impedir explicitamente a participação privada na exploração do petróleo, o documento recebeu duras críticas do já CEDPEN. Em 1953, foi aprovada a Lei n.º 2.004, criando a Petrobrás.²⁴ Mais uma vez devido à forte campanha comandada pelo Centro, foi confirmado o monopólio estatal na exploração do petróleo, mas a vitória foi apenas parcial. Em contrapartida, através de um acordo com o CEDPEN, foi permitido ao capital privado, inclusive o estrangeiro, participar da distribuição dos derivados de petróleo.

O CEDPEN e a campanha do petróleo tiveram um papel essencial na construção e evolução do movimento e do ideário nacionalista. A partir de toda a mobilização efetuada pelo Centro setores organizados da sociedade brasileira aderiram à bandeira do nacionalismo, definindo-o como fundamento político e ideológico para o desenvolvimento econômico do

²² Citado por MIRANDA, M.^a Augusta Tibiriçá. *Op. cit.* p. 149-156.

²³ *Ibidem.* p. 232-235.

²⁴ BRASIL. Lei n.º 2004, de 3 de outubro de 1953. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 3 de out. de 1953. Seção I, p. 16705.

país. Se o desempenho do CEDPEN foi fundamental neste processo, no seu interior, os militares foram figuras proeminentes.

Desde a fundação, o CEDPEN contou com a participação central de militares. Shawn Smallman chega a afirmar que o sucesso do Centro deveu-se fundamentalmente a isto.²⁵ Já da primeira direção, além dos civis Artur Bernardes, ex-presidente da República, Alice Tibiriçá e o presidente em exercício da UNE, faziam parte: os generais Horta Barbosa e Raimundo Sampaio, presidentes de honra; o coronel Artur Carnaúba e o capitão de corveta Alfredo de Moraes Filho, vice-presidentes; o coronel Felicíssimo Cardoso, bibliotecário; e o coronel Hildebrando Pelágio Rodrigues Pereira, o capitão Antônio José Fernandes, membros do conselho consultivo. Em anos posteriores, Alfredo de Moraes Filho (1949) e, especialmente, Felicíssimo Cardoso (1953-1973) ocuparam a presidência do Centro.

Além deles, foram solidários ao CEDPEN em seus propósitos, ou membros da direção, os generais Antônio José Henning, Carlos Hess de Melo, Edgard Buxbaum, Eduardo de Souza Mendes, Estevão Leitão de Carvalho, Leônidas Cardoso, Luiz de Castro Afilhado, Reginaldo Menezes Hunter e Gilberto Saturnino Alvim; o comandante Helvécio Coelho Rodrigues; os coronéis Álvaro Guimarães, Fortunato Nascimento, Luiz França Albuquerque, Salvador Corrêa de Sá Benevides e Tácito Lívio Reis de Freitas; o tenente-coronel Oscar Gonçalves Bastos; o capitão Plínio Rolim de Moura; e o tenente Tércio Veras.

Entre os cassados, apoiaram o CEDPEN e/ou a campanha “O Petróleo é nosso!”, os oficiais-generais: Albino Silva e Osvino Ferreira Alves; e os oficiais superiores: Alberto Firmo de Almeida, Aníbal Rey Novaes, Antônio Lisboa Miranda de Almeida, Donato Ferreira Machado, Ernani Moreira Lopes, Giordano Rodrigues Mochel, Hermano Póvoa de

²⁵ SMALLMAN, Shawn C. *Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889–1954*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002, p. 98. De acordo com Smallman, a forte relação militar com a CEDPEN é anterior à sua fundação. Para o autor é quase certo que a idéia para a criação do Centro tenha surgido no Clube Positivista, onde os membros mais centrais eram militares. Além deste clube, a Liga Antifascista da Tijuca, promotora do evento onde se tornou pública a tese de criação do CEDPEN, também contava com militares entre seus associados. *Ibidem*, p. 94.

Mattos, Jefferson Cardim de Alencar Osório, João Carelli, Joaquim Louzada Mariante, Joaquim Miranda Pessoa de Andrade, Joaquim Pires Cerveira, Jocelyn Barreto Brasil de Lima, José Niépce da Silva F.º, Kardeck Leme, Lidenor de Melo Mota, Manoel Musa F.º, Paulo César Aranha Hoppe, Pedro de Arbues Martins Alvarez, Pery Figueiredo da Cunha e Thales Fleury de Godoy.

2.2 A Liga da Emancipação Nacional – LEN:

Com o fim da Campanha do Petróleo, mesmo com a ampliação das teses do CEDPEN, ocorridas quando da alteração da sua denominação, a discussão e a defesa de uma política de desenvolvimento de tipo nacionalista corria o risco de perder força. Fruto desta preocupação, no último dia da Convenção da Emancipação Nacional, realizada entre os dias 2 e 5 de abril de 1954, foi criada a Liga da Emancipação Nacional (LEN), uma sociedade civil cujo objetivo era congregar todas as pessoas e organizações de ideários semelhantes e coordenar e intensificar a campanha nacionalista contra o imperialismo e em prol da emancipação do Brasil.²⁶

No mesmo dia da fundação da LEN foi apresentada a Carta da Emancipação Nacional, na qual foram expostos os princípios básicos da Liga. De acordo com este documento, a soberania nacional estava ameaçada pela política praticada pelo governo brasileiro e, para acabar com a crescente dependência de interesses estrangeiros, seria preciso iniciar um processo de emancipação econômica e política do país. Entretanto, a Liga da Emancipação Nacional teve curta duração. Insistentemente denunciada como apenas uma frente legal do Partido Comunista do Brasil (PCB), então na ilegalidade, como tal, também não poderia ter existência. Em função de tais imputações, e devido à pressão exercida pelo capitalismo

²⁶ “Estatutos da Liga da Emancipação Nacional”. APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 70, p. 71. Para uma descrição mais detida sobre a LEN, ver: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.). “Liga da Emancipação Nacional”. In: _____. *Op. cit.*

internacional, insatisfeito com as resoluções do Congresso Nacional em Defesa dos Minérios, patrocinado pela LEN e que propunha a manutenção de relações comerciais e a consequente comercialização dos minérios brasileiros com quaisquer países que por eles se interessassem, inclusive nações socialistas da Europa Oriental, em 11 de junho de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek fechou a entidade.²⁷

Assim como no CEDPEN, na LEN os militares também eram figuras de destaque. Do diretório central faziam parte os generais Edgar Buxbaum, presidente-executivo; Artur Carnaúba e Felicíssimo Cardoso, vice-presidentes; o coronel Salvador Correia de Sá e Benevides, membro do secretariado; o general Leônidas Cardoso, procurador-geral; e o marechal Graciano de Castilho. Além deles, apoiaram as atividades da Liga o marechal Edgard de Oliveira; os generais Anápio Rodrigues, Henrique Cunha e Raimundo Sampaio; o almirante Álvaro Alberto; o comandante Helvécio Coelho Rodrigues; o major Napoleão Bezerra; o capitão Orlando Maio; e o coronel, cassado em 1964, Jocelyn Brasil.

2.3 A chapa nacionalista no Clube Militar:

A já mencionada disputa entre visões opostas quanto à exploração do petróleo dividiu as Forças Armadas, grosso modo, em dois grandes partidos militares. Mas este processo não ocorreu de modo instrumental, como a afirmação pode aparentar. As reflexões na caserna, como frisa Antônio Carlos Peixoto, levam em conta tanto as repercussões dos problemas da vida política nacional nas Forças Armadas, quanto a ótica militar usada para analisar estes mesmos problemas, “(...) sendo a própria pluralidade de abordagens militares o resultado de fatores externos e internos.” Porém, as Forças Armadas, por não serem uma instituição política “como as outras”, não possuem canais adequados para este tipo de debate. É neste sentido que surge a importância de instituições representativo-corporativas, como o Clube

²⁷ BRASIL. Decreto n.º 39338, de 11 de junho de 1956. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 13 de jun. de 1956. Seção I, p. 11625.

Militar, em especial as suas eleições, no processo de partidarização das Forças Armadas e na intensificação da interação com grupos civis. De acordo com Antônio Carlos Peixoto,

Esse debate ultrapassa (...) as casernas e as estruturas clássicas de comando e, às vezes, certas associações militares são utilizadas como tribunas para discutir temas da atualidade. Em certos casos, essas associações podem mesmo tornar-se o lugar privilegiado de confronto entre as correntes militares. Por conseguinte, elas assumem importância absolutamente nova no contexto político nacional e assumem funções de articulação ou de organização do debate político e de representação formal ou informal de correntes majoritárias nas Forças Armadas. A análise dessas duas funções não deveria, com certeza, processar-se segundo apenas o aspecto dos mecanismos e normas de ação internas das Forças Armadas, sendo as relações com o mundo civil por demais vastas e complexas. No caso brasileiro, pode-se ir até um pouco mais longe e dizer que o Clube Militar foi, sobretudo nos anos da década de 50, um elemento privilegiado de ligação entre a sociedade política e a instituição militar, porquanto refletiu a opinião das diferentes correntes militares sobre os problemas da atualidade política e da instituição militar. As eleições da diretoria do Clube, por sua vez, permitiram conhecer o estado dessa opinião e medir a influência dessas correntes.²⁸

Como efeito, as eleições do Clube Militar entre 1950 e 1962 contribuíram para a partidarização da instituição.

Em 1950, concorreram ao pleito, de um lado, a chapa composta pelos generais Newton Estillac Leal e Júlio Caetano Horta Barbosa, candidatos da situação a, respectivamente, presidente e vice-presidente e nacionalistas e defensores do monopólio estatal; de outro, os também generais Osvaldo Cordeiro de Farias, encabeçando a chapa, e Emílio Rodrigues Ribas Júnior, candidato a vice, ligados ao grupo que sustentava a tese de inexistência de recursos e tecnologia essenciais à exploração e a necessidade de colaboração com os EUA para levar avante a exploração do petróleo. A chapa nacionalista sagrou-se vencedora e, na direção, sua postura foi muito além da defesa do monopólio do petróleo, o que só acirrou as divergências entre os dois grupos militares. Como consequência da vitória, quase ao termo do governo Dutra, vários membros da chapa nacionalista foram transferidos para postos militares em locais distantes da federação.²⁹ Com o retorno de Vargas à presidência em 1951 e a

²⁸ PEIXOTO, Antônio Carlos. "O Clube Militar...". *Op. cit.*, p. 73.

²⁹ RAMOS, Plínio de Abreu. "Estillac Leal". In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.) *Op. cit.* O responsável pelas transferências foi o ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, que havia apoiado a chapa

escolha de Estillac Leal para o Ministério da Guerra, a facção militar nacionalista passou a controlar tanto a hierarquia militar quanto a direção do Clube, mas apenas por pouco tempo. Com o afastamento do general do cargo de ministro, perdeu este controle, que era uma peça fundamental para a realização dos projetos das correntes militares.

Rouquié explica que há uma permanente tensão entre os partidos militares, no sentido de tendências organizadas no seio das Forças Armadas, e o partido militar, entendido como a própria instituição. Para realização de seus objetivos, cada corrente precisa de unidade institucional, o que, por sua vez, exige o controle do partido militar.³⁰ Por esta razão, cada facção procurou isolar o grupo antagônico e, toda vez que o controle da diretoria do Clube Militar não era paralelo ao controle da máquina militar, a tensão tendia a aumentar.

Como exemplo desta afirmação, a demissão de Estillac Leal do Ministério da Guerra, acirrou o conflito entre os partidos militares. Em reflexo, em fevereiro de 1952, às vésperas da eleição para a diretoria do Clube, que ocorreria em maio, foi organizada a Cruzada Democrática, corrente opositora à facção nacionalista e que lançou como candidatos a chapa encabeçada pelos generais Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo.³¹ Pela situação foi reeditada a dupla Estillac Leal-Horta Barbosa. O pleito, marcado por uma onda de repressão aos cabos eleitorais da chapa situacionista, deu a vitória à oposição. Com a posse, o grupo vencedor passou a pressionar por uma “limpeza” das Forças Armadas daqueles militares considerados subversivos. Desarticulada, a facção nacionalista sequer conseguiu apresentar chapa para concorrer à sucessão no ano de 1954. Naquele pleito, o então ministro da guerra, general Zenóbio da Costa, opositor dos candidatos da Cruzada Democrática, generais Canrobert Pereira da Costa e Juarez do Nascimento Fernandes Távora, lançou uma chapa

derrotada na eleição para a direção do Clube Militar. LAMARÃO, Sérgio. “Canrobert Pereira da Costa”. In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.) *Op. cit.*

³⁰ ROUQUIÉ, Alain. *Op. cit.*, p. 16.

³¹ Parte considerável da elite militar que apoiou a Cruzada Democrática fazia parte dos quadros da Escola Superior de Guerra. Cf. LAMARÃO, Sérgio. “Cruzada Democrática”. In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.) *Op. cit.*

encabeçada pelo general Lamartine Peixoto Paes Leme, homem sem ligações políticas. Com este movimento, o ministro tentava dominar a situação política entre os militares, mas, apesar do seu apoio, Paes Leme acabou derrotado.³² Embora oponentes da Cruzada Democrática, o grupo que formou essa chapa não pode ser enquadrado como parte do partido militar nacionalista, pois, dos seus cento e oito membros, somente um havia estado ao lado dos nacionalistas em 1952, e apenas quinze estiveram com eles nos pleitos subsequentes.

Na eleição seguinte, em 1956, a vitória dos generais Segadas Vianna e Inimá Siqueira sobre o general Nicanor Guimarães de Souza, que tinha como 1.º vice-presidente o almirante Benjamim Sodré, veio na esteira do retorno dos nacionalistas ao controle da hierarquia militar, consequência da posse do marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott como ministro da Guerra do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Embora possam ser considerados membros da corrente nacionalista, os eleitos em 1956 eram bem menos radicais do que o grupo mais próximo a Estillac Leal. Estavam mais para legalistas, constitucionalistas do que propriamente nacionalistas, o que se explica pelo papel central do marechal Lott no movimento que, em 11 de novembro de 1955, garantira a posse de Juscelino Kubitschek.

Mesmo com uma postura dita menos radical, o triunfo não foi obtido com facilidade. Robert A. Hayes, tendo por referência uma entrevista do próprio Segadas Vianna, informa que esta vitória só foi conseguida devido à “mão pesada” de Lott no controle dos quadros militares. Naquelas eleições a votação teria ocorrido por voto em aberto, ou seja, levantamento de braço, o que permitia que Lott identificasse os opositores de Segadas Vianna e, assim, pudesse transferi-los para guarnições distantes.³³ Apesar desta pressão, o resultado demonstrou o quanto as FFAA estavam divididas naquele momento: em um pleito marcado pela abstenção, a vitória de Segada Vianna se deu por um pequena margem de votos: 6.725

³² CRUZADA DEMOCRÁTICA (24 de agosto) versus MMC (11 de novembro). A eleição do Clube Militar decidirá do predomínio das duas correntes em luta no Exército”. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 12 a 19 de abr. de 1956, p. 3.

³³ HAYES, Robert A. *Nação Armada: A Mística Militar Brasileira*. Trad.: Delcy G. Doubrava. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991, p. 205.

contra 6.665, obtidos pelo general Nicanor Guimarães de Souza.³⁴ Ou seja, uma diferença de apenas 60 votos garantiu o triunfo da chapa nacionalista sobre a Cruzada Democrática.

Em 1958, com os generais Justino Alves Bastos e Oromar Osório contra os também generais Humberto de Alencar Castello Branco³⁵ e João da Costa Braga, e, em 1960, novamente Justino Alves Bastos e Oromar Osório, desta vez como candidatos únicos, já que a Cruzada Democrática, em protesto contra a prática do voto em aberto, não lançou chapa, os nacionalistas sagraram-se vencedores.³⁶ Parecia que esta corrente ganhava força, mas, com a posse de Jânio Quadros como presidente da República, perderam novamente o controle da hierarquia militar. Faltava aos seus opositores tomar novamente o controle do Clube. De acordo com Peixoto,

Nem o governo de Quadros, nem a hierarquia militar poderiam tolerar que o Clube se tornasse um foco de oposição. Uma série de conferências organizadas pelo Clube sobre os problemas do desenvolvimento brasileiro deu um pretexto à hierarquia para intervir. O ministro da Guerra proibiu essas conferências e, como consequência, sete membros do conselho diretor do Clube se demitiram. A outra parte da diretoria permaneceu fiel à hierarquia. A crise agravou-se quando os sete diretores que se opunham à orientação do ministro da Guerra foram transferidos para unidades militares longe do Rio: vinte membros do conselho do Clube apresentaram também seus pedidos de demissão. Eles explicaram a razão de seu ato em uma carta remetida ao presidente do Clube: “Nossa resistência a esse processo, desconhecido na vida do Clube Militar, que quer impor uma orientação ao programa em cujo nome fomos eleitos, começou no momento em que se quis impedir a entrada em vigor desse programa pela organização de algumas conferências sobre os problemas da atualidade nacional.” As divisões no seio da diretoria do Clube, igualmente evocadas nesta carta, “... vão acabar no confronto entre a orientação que queria aplicar tal programa e uma outra orientação, de estagnação”.

A hierarquia militar conseguiu, por intervenção direta, reduzir o foco de oposição de orientação divergente no Clube. O novo presidente, escolhido pela assembleia-geral do Clube, foi o general Paulo Torres, vinculado à corrente antinacionalista e à hierarquia.³⁷

³⁴ A ELEIÇÃO do Clube Militar foi uma prova de que o Brasil está de fato dividido. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 24 a 31 de maio de 1956, p. 3.

³⁵ Em abril de 1956, o general Castello Branco havia assumido a direção do departamento de estudos da ESG. No exercício da função, passou a influir na formulação do corpo de idéias da Escola. Durante a campanha para a diretoria do Clube Militar, manteve contato permanente com Golberi do Couto e Silva, coordenador dos esforços da Cruzada Democrática. Cf. KORNIS, Mônica. “Humberto Castello Branco”. In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.) *Op. cit.*

³⁶ HAYES, Robert A. *Op. cit.*, p. 206.

³⁷ PEIXOTO, Antônio Carlos. “O Clube Militar...”. *Op. cit.*, p. 107-108.

Tentando recobrar o controle do Clube Militar, em 1962, a corrente nacionalista lançou a chapa formada pelos generais Pery Constant Bevilaqua e Silvino Castor da Nóbrega. Em um pleito em que foram muitas as suspeitas de fraude, acabaram eleitos os generais Augusto da Cunha Magessi Pereira e Armando Noronha, o que significava que a Cruzada Democrática novamente tomava as rédeas do poder no interior do Clube Militar.³⁸

Fixando a análise nos membros das chapas que disputaram as eleições no Clube Militar naquele período, temos o seguinte quadro:

Quadro 2: Chapa Nacionalista – Total de Membros vs N.º de Cassados

Ano da Eleição	Total de Membros³⁹	Número de Cassados pós-1964
1950	52	12
1952	49	7
1956	112	22
1958	98	14
1960	86	33
1962	97	43
Total ⁴⁰	373	89

• Fontes: CLUBE MILITAR. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

Um primeiro dado a destacar refere-se ao fato de que dos membros e/ou colaboradores da chapa nacionalista, foram cassados 89, (23,86%). Acrescenta-se que, do total de 373, 90 (24,13%) fizeram parte do quadro em mais de um ano, dos quais, 30 (33,33%) foram cassados. Atendo a análise aos que concorreram em apenas um pleito, verificamos que dos

³⁸ Sobre o conturbado processo de apuração da eleição de 1962, ver: CARDOSO, Rachel Motta. *Depois, o golpe: as eleições de 1962 no Clube Militar*. 2008. 172f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 115-134.

³⁹ Há uma diferença significativa entre o total de membros da chapa nas eleições de 1950 e 1952 com relação às demais. Isto se explica pelo fato de que, para estes pleitos, não obtive os nomes dos fiscais que trabalharam para cada chapa, e computei apenas os membros efetivos. Para os demais, incluí os fiscais.

⁴⁰ O total aqui apresentado nunca é a soma linear dos componentes ano a ano, visto que muitos foram membros da chapa em mais de um pleito.

283, 59 (20,85%) sofreram punições. Verifica-se que o percentual de cassados entre os que participaram em mais de um pleito ao lado dos nacionalistas é significativamente maior do que o dos que concorreram em apenas uma eleição. De onde se conclui que, quanto mais frequente a participação do militar na chapa nacionalista, maior a probabilidade de ser punido pós-1964.⁴¹

Ainda que não altere esta tendência, se somarmos a este quadro os oficiais superiores e generais cassados que apoiaram este grupo, mas que não eram membros efetivos e nem trabalharam para a chapa (simpatizantes), há uma pequena alteração nos dois primeiros pleitos:

Quadro 3: Chapa Nacionalista – Total de Cassados (Membros e Simpatizantes)

Ano da Eleição	Membros Cassados	Simpatizantes Cassados	Total
1950	12	6	18
1952	7	27	34
1956	22	-	22
1958	14	-	14
1960	33	-	33
1962	43	-	43
Total	89	-	102

• Fontes: CLUBE MILITAR. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência*; APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

Considerando que dos 41 oficiais generais sobre quem encontrei informações significativas, 22 (53,66%) tiveram algum envolvimento com a chapa nacionalista no Clube Militar, e que, no que se refere aos 134 oficiais superiores, 74 (55,22%) ou fizeram parte ou apoiaram a chapa nacionalista durante os anos 1950-1962, a meu ver há uma relação entre o

⁴¹ Como demonstrado anteriormente, a chapa de oposição às eleições do Clube Militar encabeçada pelo general Paes Leme no ano de 1954 não pode ser considerada representante da facção nacionalista. A título de esclarecimento, informo que 108 militares foram computados como membros da chapa e, destes, sete foram cassados, sendo que apenas três participaram da chapa nacionalista em outros anos.

pertencimento a esta chapa, portanto ao partido militar nacionalista, ao longo daquele período, e a cassação de militares após o golpe de 1964. Com relação à Cruzada Democrática, a tendência é absolutamente inversa, o que reforça esta conclusão.

Quadro 4: Chapa Cruzada Democrática – Total de Membros vs N.º de Cassados

Ano da Eleição	Total de Membros	Número de Cassados pós-1964
1950 ⁴²	49	0
1952	52	3
1954	118	1
1956	102	1
1958	117	1
1962	92	7
Total	466	13

• Fontes: CLUBE MILITAR. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência*. AÉRJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

Comparativamente, o número de cassados da Cruzada Democrática é insignificante frente ao dos nacionalistas: apenas 2,79%. Em aditamento, dos 466 militares que fizeram parte da Cruzada Democrática ou foram opositores da chapa nacionalista (no caso do ano de 1950, quando ainda não existia a Cruzada), 56 (12,02%) compuseram a chapa em mais de uma eleição. Destes, nenhum foi cassado. Verifica-se que ocorre um movimento contrário ao que se apresenta para a chapa nacionalista: quanto mais frequente a participação do militar junto à Cruzada Democrática, menor a chance de cassação.

⁴² Em 1950, a Cruzada Democrática ainda não havia sido fundada, contudo, a chapa formada pelos generais Osvaldo Cordeiro de Farias e Emílio Rodrigues Ribas Júnior configurava, de fato, uma oposição aos nacionalistas. Cordeiro de Farias, inclusive, foi um dos oficiais de prestígio que apoiaram a Cruzada Democrática nas eleições de 1952. A menção a esta chapa serve apenas para comparação entre o número de cassados de cada chapa no pleito daquele ano. Cabe salientar que, dos 49 membros da chapa, 14 (28,57%) concorreram pela Cruzada Democrática em anos posteriores. Sobre o apoio de Cordeiro de Farias à Cruzada Democrática, ver: LEMOS, Renato. “Cordeiro de Farias”. In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.) *Op. cit.*

Outro detalhe não pode deixar de ser mencionado. Comparando os membros das duas chapas, quarenta e dois militares são comuns aos dois lados. Destes, oito foram cassados. Duas conclusões podem ser retiradas desta observação: há uma significativa permanência de membros na composição das chapas e, como dos treze membros da Cruzada Democrática cassados, oito concorreram ao lado dos nacionalistas em algum dos pleitos deste período,⁴³ significa dizer que, dos partícipes exclusivos desta corrente, apenas cinco militares (1,07%) foram cassados.

Entendendo a chapa militar nacionalista como parte do partido militar nacionalista, o que se observa a partir da análise dos quadros é que há uma conexão entre a ligação dos militares a esta “associação” e a cassação posterior ao golpe de 1964. Entre os membros da Cruzada Democrática, praticamente não houve expurgos. Já entre os nacionalistas, a repressão foi significativa.

O fato é que as Forças Armadas brasileiras tiveram um papel importante na formação do Estado brasileiro ao longo do século XX, e, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, numa conjuntura política nacional de debate e disputa entre partidários de dois modelos antagônicos de desenvolvimento para o Brasil, a instituição militar terminou sendo cindida em partidos. A luta pelo controle da direção do Clube Militar é um dos efeitos deste processo. Conforme André Moysés Gaio, através do controle da agremiação, cada corrente pretendia influir nas definições do papel da instituição na política nacional e do modelo econômico a ser implementado no país. Assim, o Clube tornou-se um *locus* privilegiado de atuação política. As correntes militares passaram a supervalorizá-lo e investiram muito na tentativa de controlá-lo, gerando uma excessiva politização das eleições da entidade e a compreensão de que a vitória de uma facção significava, sempre, a ameaça aos interesses do grupo derrotado.⁴⁴

⁴³ Dos membros da Cruzada Democrática nos anos de 1954 e 1958 que foram cassados, todos os fizeram parte da chapa nacionalista em outros anos. Em 1962, dos sete cassados, quatro já haviam concorrido ou trabalhado pela chapa nacionalista.

⁴⁴ GAIO, André Moysés. *Em Busca da Remissão: a mobilização militar pela democracia*. Londrina: Editora da

Após o golpe, a disputa foi definida e os temores dos derrotados se concretizaram. A carta enviada pelo presidente do Clube Militar, o já marechal Magessi Pereira ao ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva, datada de 7 de abril de 1964, é um exemplo do resultado final das disputas entre os partidos militares durante aqueles anos:

Excelentíssimo Senhor Ministro:

I – O Clube Militar, em Assembléia realizada no dia 3 do corrente mês, à qual compareceram, solidários, o Presidente e a Diretoria do Clube Naval, aprovou por unanimidade a seguinte Proposta por mim apresentada, visando a colaborar com as Altas Autoridades, os Poderes da República e, especialmente, os Senhores Ministros Militares, dentro da situação que o país está atravessando após a brilhante vitória das Forças Armadas, dentre as quais Vossa Excelência é um dos expoentes máximos, e no sentido de restabelecer o regime democrático integral em nossa Pátria, erradicando-o ao mesmo tempo, dos elementos integrantes ou simpatizantes da nefanda ideologia comunista que nos vinha infelicitando e ameaçando de destruição.

II – A proposta, que também defendeu a investidura de um Chefe militar na Presidência da República, afirmando ser este o pensamento de todas as Forças Armadas, está vasada (sic) nos termos que se seguem:

1) Exclusão das Forças Armadas e dos Quadros do Funcionalismo Público, federal, estadual, municipal e autárquico de todos os elementos comprovadamente comunistas;⁴⁵

A análise dos dados quantitativos aliados à análise conjuntural e ao pleito de Magessi levam a conclusão da relação entre as disputas eleitorais pela direção do Clube Militar e o processo repressivo aplicado a militares após o golpe. Vale ainda lembrar que os membros e partidários da chapa nacionalistas já haviam sofrido um violento processo de repressão no início dos anos 1950. Como afirma Shawn Smallman, há uma continuidade entre estes dois processos. Entre 1952, após a saída de Estillac Leal do Ministério da Guerra, e o “11 de novembro de 1955” havia uma supremacia dos defensores da postura liberal conservadora nos postos do Alto Comando Militar, e, acusados de comunismo e subversão, os militares nacionalistas foram violentamente perseguidos, mas com a derrota eleitoral em 1958, a Cruzada Democrática teria concluído que só um expurgo completo e definitivo da instituição

Universidade Estadual de Londrina, 1997, p. 57.

⁴⁵ Carta do presidente do Clube Militar, marechal Augusto da Cunha Magessi Pereira ao ministro da Guerra, General Artur da Costa e Silva, datada de 7 de abril de 1964. Assunto: Erradicação do comunismo no Brasil (Proposta de). CLUBE MILITAR. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência*, 8.^a parte, vol. 16, anexo, 62.

poderia assegurar um predomínio duradouro. A maior diferença, como observou Smallman, é que o processo punitivo teve, nos anos 1950, um caráter “extra-legal”, e, após o golpe de 1964, foi repetido, mas de modo “legal”, via nova legislação e procedimentos “revolucionários” (atos institucionais e IPM’s).⁴⁶

Por fim, um último detalhe: dos militares que participavam das associações e campanhas nacionalistas, mas que não foram cassados, apoiaram a chapa nacionalista em algum momento do período 1950-1964: Antônio José Fernandes, Arthur Carnaúba, Felicíssimo Cardoso, Fernando Lavaquiel Briosca, Henrique Cunha, Júlio Caetano Horta Barbosa, Leônidas Cardoso, Luís de França Albuquerque, Nelson Werneck Sodré, Oscar Gonçalves Bastos, Salvador Corrêa de Sá e Benevides e Tácito Lívio Reis de Freitas.

2.4 A Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem – ABDDH:

A Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem (ABDDH) foi fundada em 14 de julho de 1952, em reunião realizada na Associação Brasileira de Imprensa. Sua criação está diretamente ligada ao processo de prisão e expurgo das Forças Armadas de militares acusados de comunismo e envolvidos na eleição para a direção do Clube Militar daquele ano.⁴⁷ Isto é mais visível ao notarmos que, durante a cerimônia de fundação compareceram e fizeram uso da palavra as esposas dos majores Leandro Figueiredo, Julio Sérgio Machado de Oliveira e Sebastião Dantas Loureiro e a mãe do tenente Mauro Vinhas de Queiroz,⁴⁸ que se encontravam presos e respondendo a processos deste tipo.⁴⁹

⁴⁶ Sobre a relação entre os dois processos punitivos ver: SMALLMAN, Shawm C. *Fear and Memory... Op. cit.* cap. 8; e _____. “A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64)”. In: CASTRO, Celso et alii (org.s). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas / Bom Texto, 2004, p. 389-408.

⁴⁷ Ofício n.º 00300-DPS, datado de 14/2/55, do Diretor de Divisão de Polícia Política e Social, Tenente-coronel Aduino Esmeraldo, ao cel. Chefe da 2.ª Seção do Conselho de Segurança Nacional (Secretário Geral), referente ao Protocolo n.º 362/55. Resposta a solicitação contida no Ofício n.º 9, de 11/1/55, sobre atividade de Associações. APERJ, FPP, pasta ADM n.º 21, p. 87-110, p. 109.

⁴⁸ Pioneiro das artes gráficas no Brasil. Militar de carreira, foi tenente-aviador da Força Aérea Brasileira. Participou ativamente da campanha do *Petróleo é Nosso!*. Em decorrência dessa militância, foi preso, torturado

A ABDDH foi ativa na defesa dos militares presos e processados. Em setembro daquele ano, por exemplo, se manifestou contra a Lei n.º 1057-A, que, a título de dispor sobre a reforma dos militares que pertencessem, fossem filiados ou propagassem as doutrinas de associações ou partidos políticos que tivessem sido impedidos de funcionar legalmente, de fato, permitia a reforma de militares envolvidos em atividades supostamente contrárias ao regime.⁵⁰ Afora esta declaração, em 24 de dezembro, seu presidente, o general Arthur Carnaúba, enviou um telegrama ao presidente da República contra o Projeto de Lei n.º 1451/49, que definia os crimes contra o Estado e a ordem política e social e que resultou em uma nova Lei de Segurança Nacional.⁵¹ Mas a sua principal ação foi o envio de cartas, telegramas e mensagens de protesto à Câmara Federal, denunciando os maus-tratos aplicados aos militares indiciados. Sobre o tema, editou, em 1953, o livreto “Depoimentos Esclarecedores”, que, prefaciado pelo artigo 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos,⁵² continha discursos de parlamentares e artigos contrários aos abusos infligidos e relatos dos militares torturados em prisões e quartéis das diversas regiões do país.⁵³

Nos anos seguintes, a ABDDH manteve-se na defesa de militares presos, como são exemplos os casos da campanha que fez pela liberdade do ex-capitão, Agliberto Vieira de

e perdeu sua patente em 1952. A militância política de Mauro Vinhas provavelmente se resumia à sua produção gráfica para a editora Vitória, ligada ao PCB. Em 1964, logo após o golpe, suicidou-se. Disponível em: <http://blog.clickgratis.com.br/geraldonogueira/page2/&thisy=&thism=&thisd=>. Acesso em 9 de maio de 2010.

⁴⁹ MOVIMENTO de Solidariedade aos Militares Encarcerados. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 16 de jul. de 1952, p. 4.

⁵⁰ Promulgada em 28 de janeiro de 1950, a Lei 1057-A, em seu artigo 1.º, estabelecia que: “Sem prejuízo da responsabilidade penal que no caso couber, são declarados incompatíveis com o oficialato os militares que, ostensiva ou clandestinamente, pertencerem, forem filiados ou exercerem atividades ligadas a partidos ou associações de qualquer espécie, impedidos de funcionar legalmente, nos termos do artigo 141, parágrafos 12, última parte e 13 da Constituição Federal ou exercerem propaganda das doutrinas desses partidos ou associações, ou de idéias a que se refere o parágrafo 5º, *in fine*, do referido artigo.” BRASIL. Lei n.º 1057-A, de 28 de janeiro de 1950. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 1.º de mar. de 1950. Seção I, p. 2849.

⁵¹ O PL 1451/49, de 30 de maio de 1949, foi transformado na Lei n.º 1802, de 5 de janeiro de 1953. BRASIL. Lei n.º 1802, de 5 de janeiro de 1953. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 7 de jan. de 1953. Seção I, p. 273.

⁵² O artigo 1.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem afirma que: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação umas as outras com espírito de fraternidade” (Declaração Universal dos Direitos do Homem, artigo I)

⁵³ Ofício n.º 00300-DPS, datado de 14/2/55, do Diretor de Divisão de Polícia Política e Social, Tenente-coronel Aduino Esmeraldo, ao cel. Chefe da 2.ª Seção do Conselho de Segurança Nacional (Secretário Geral), referente ao Protocolo n.º 362/55. Resposta a solicitação contida no Ofício n.º 9, de 11/1/55, sobre atividade de Associações. APERJ, FPP, pasta ADM n.º 21ª, p. 87-110, p. 109.

Azevedo, preso por envolvimento no levante da ANL em 1935; da nota publicada no jornal *O Dia*, em 12 de janeiro de 1955, criticando a cassação das patentes dos tenentes da Aeronáutica Mauro Vinhas de Queiroz e Luís de Paiva e Silva, “(...) implicados na campanha que, em 1952, sobre o petróleo brasileiro se acendeu no Clube Militar”;⁵⁴ e do manifesto de protesto, lançado no dia seguinte e publicado no jornal *Imprensa Popular*, bradando e conclamando o povo a exigir a liberdade do major Napoleão Bezerra, diretor da Liga da Emancipação Nacional, preso no dia 8 de janeiro daquele ano, em Montes Claros (MG), quando se encontrava a serviço da entidade.⁵⁵ No entanto, suas atividades não duraram muito tempo. Através do Decreto 41.187, de 20 de março de 1957, o presidente Juscelino Kubitschek suspendeu as atividades da ABDDH por seis meses e abriu uma ação visando a sua dissolução.⁵⁶

A Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem era fundamentalmente dirigida por militares. Além da presidência, que cabia ao general Arthur Carnaúba, fizeram parte da diretoria os generais Edgard Buxbaum, Henrique Cunha, Fernando Lavaquiel Briosca, Felicíssimo Cardoso, Antônio José Henning, Antônio José Belagamba; os coronéis Salvador Corrêa de Sá e Benevides, Luiz de França Albuquerque; os comandantes Helvécio Coelho Rodrigues e Walfredo Caldas; os tenentes Walter de Souza Ribeiro, Henrique Boiron e Raimundo Nonato Rodrigues; o major Arlindo Milagres Mascarenhas; e o almirante Vítor Mondaini. A entidade contava ainda com o apoio do almirante Domingos Costa e do marechal Graciano Feliciano de Castilho.

⁵⁴ PROTESTA a A.B.D.D.H. *O Dia*, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1955, p. 6.

⁵⁵ PROTESTO da ABDDH Contra a Prisão do Major Napoleão Bezerra. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1955, p. 2.

⁵⁶ BRASIL. Decreto 41.187, de 20 de março de 1957. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 20 de mar. de 1957, Seção 1, p. 6492.

2.5 A Campanha contra o Acordo Militar Brasil-EUA:

O Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA foi assinado em 15 de março de 1952, e promulgado através do Decreto 33.044, de 15 de junho de 1953.⁵⁷ Tinha como princípios, do lado norte-americano, o comprometimento no fornecimento de assistência técnica e material ao Exército do Brasil. Em contrapartida firmava-se a obrigação brasileira de participação em operações no continente e de fornecimento de minerais estratégicos como urânio, manganês e areias monazíticas para os Estados Unidos. A negociação do Acordo pelo ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, sem a participação do ministro da Guerra, general Estillac Leal, gerou uma forte crise política que resultou na renúncia do militar. Em paralelo, produziu uma forte oposição que originou um movimento de repúdio, com forte e central participação militar.

A assinatura do Acordo, no início de 1952, não garantia a sua efetivação. Para que entrasse em vigor, era necessária a ratificação por parte do Congresso Nacional, o que permitiu um tempo para que os opositores do compromisso se organizassem. Pressionado pela negativa do aceite por parte dos parlamentares, em fins de 1952 e início de 1953, foram realizadas manifestações de rejeição ao compromisso. Para 15 de janeiro, dia de abertura dos trabalhos anuais do Congresso Nacional, foi programado o “Dia Nacional Contra o Acordo Militar”. Como parte da mobilização, na cidade do Rio de Janeiro, capital da República, seria realizado um grande comício patrocinado por “(...) parlamentares, militares, intelectuais e líderes sindicais, femininas e juvenis de todo o Brasil (...)”. De modo simultâneo, preparava-se um manifesto contra o Acordo para oportuna divulgação.⁵⁸

Este evento não foi um exemplo isolado. Antes dele, encontros menores foram realizados em outras localidades, e, para dar continuidade à luta, foi programada para o mês

⁵⁷ BRASIL. Decreto 33.044, de 15 de junho de 1953. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 23 de jun. de 1953, Seção 1, p. 11153. Retificado na edição de 12 de agosto de 1953, Seção 1, p. 13937.

⁵⁸ DIRIGE-SE ao povo a comissão nacional contra o Acordo. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 1 de jan. de 1953, p. 1.

de março a “Convenção Nacional Contra o Acordo Militar”.⁵⁹ Este acontecimento, também precedido por preparativos em todo o país, foi realizado entre 14 e 16 de março de 1953, na cidade do Rio de Janeiro. Ao fim do mesmo, foram definidas as ações destinadas à melhor organização e intensificação da campanha. A estratégia consistia na criação e reforço de comissões em cidades, bairros, ruas, vilas, escolas, fábricas, cooperativas; na estruturação de movimentos de jovens, mulheres, operários, camponeses; na realização de convenções regionais, especialmente no interior; na promoção de abaixo-assinados de repúdio ao Acordo; e na organização de caravanas para promoção da campanha. De uma forma geral, tais atos objetivavam uma maior divulgação do movimento de modo a esclarecer e assegurar o apoio das massas. O prazo, porém, era curto. Toda esta mobilização deveria ocorrer entre 21 de março e 21 de abril, período que recebeu a denominação de “Mês de Tiradentes”. O último dia seria reservado para grandes comemorações patrióticas de luta contra o Acordo. A data em que ocorreria o ápice da campanha depois foi alterada para o dia 23, em virtude do feriado do dia 21,⁶⁰ mas não se realizou. Dando por justificativa a forte chuva que caiu na cidade do Rio de Janeiro, o grande comício previsto para a capital da República foi cancelado, e, no dia 30 daquele mês, o Acordo, que já havia sido aprovado pela Câmara Federal em 5 de março de 1953,⁶¹ foi ratificado pelo Senado.⁶²

Quanto aos militares que participaram do movimento, além da presidência da Comissão Nacional Contra o Acordo Militar, que cabia ao general Edgard Buxbaum, e dos generais Henrique Cunha e Eduardo de Souza Mendes, vice-presidentes; coronel Salvador Corrêa de Sá e Benevides, secretário geral; e o coronel Aristides Corrêa Leal, tesoureiro; apoiaram o movimento: o marechal Graciano Feliciano de Castilho; o almirante Belisário de

⁵⁹ REFORÇADA com o comício a luta contra o acordo. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 17 de jan. de 1953, p. 1.

⁶⁰ Relatório da 4.^a Sub-comissão Técnica da Convenção Nacional Contra o Acordo Militar Brasil-EEUU. MÊS DE Tiradentes para as grandes Jornadas pela Independência Nacional. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 19 de mar. 1953, p. 5.

⁶¹ *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 6 de março de 1953, p. 5.

⁶² BRASIL. Decreto Legislativo n.º 30, de 1953. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 4 de maio de 1953, Seção 1, p. 8281.

Souza; os generais Franklin Barbosa de Lima, Felicíssimo Cardoso, Artur Lopes Castro Pinto, Artur Carnaúba, Leônidas Cardoso, Ciro da Silva Dalto, José Faustino dos Santos, Vicente Vasconcelos, Hermeto Cavalcante, Fernando Lavaquiel Briosca, Valério Braga, Antônio José Henning e Manoel Antonio Ferreira da Cunha; os coronéis Luiz de França Albuquerque, Alfredo de Simas Enéas Jr., Crodegando de Moraes Mendes, Eugênio Nicoll, Carlos Amoreti Osório, Libâneo Augusto da Cunha Matos, Fortunato de Oliveira e Aluizio Fernandes; os tenentes-coronel Otavio Moreira Dias e Camilo Olimpio Paraguassu; o capitão de corveta Helvécio Coelho Rodrigues, o capitão de fragata Pedro José da Rocha; o então capitão de mar e guerra Cândido Aragão; os majores M. de Almeida Neves, Napoleão Bezerra e Oscar Petersen; o capitão Antônio José Fernandes e os tenentes Walter de Souza Ribeiro e Antônio Toledo.⁶³

2.6 O Movimento pela Paz e a Campanha pela Proibição das Armas Atômicas:

O Movimento pela Paz teve início no ano de 1948, quando foi realizado na Polônia, no mês de agosto, o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz, e, em novembro, na França, o Congresso Nacional dos Combatentes da Paz. Nos meses seguintes, ações semelhantes se espalharam pela Europa. Inicialmente independente e depois incorporada ao Movimento pela Paz, a Campanha pela Proibição das Armas Atômicas tem como data de origem o dia 15 de março de 1950, quando foi lançado o “Apelo de Estocolmo”.⁶⁴ Este documento exigia a “proibição absoluta da arma atômica” e o estabelecimento de um rigoroso controle internacional, visando assegurar a aplicação da interdição; considerava que o governo que utilizasse a arma atômica estaria cometendo um crime contra a humanidade, devendo ser

⁶³ *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 1 de jan. de 1953, p. 1; 6 de jan. de 1953, p. 1; 15 de jan. de 1953, p. 1; 14 de mar. de 1953, p. 1 e 4; 11 de abr. de 1953; 18 de abr. de 1953, p. 1 e 5; APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 70, Dossiê LEN, pp. 10-30; APERJ, FPP, Prontuário n.º 23547: Alfredo Daudt e outros.

⁶⁴ FERNANDES, Jayme Ribeiro. *Os “Combatentes da Paz”: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950)*. 2003. 188f. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003, p. 162-163.

tratado como criminoso de guerra; e conclamava todos os “homens de boa vontade” a assinarem o apelo.⁶⁵

O objetivo dos organizadores da campanha era recolher milhões de assinaturas ao redor do mundo em subscrição ao Apelo para posterior envio à Organização das Nações Unidas (ONU), de modo a representar a vontade dos povos pela paz e pressionar os líderes mundiais a atenderem a este clamor. Com relação ao Brasil, a meta era colher quatro milhões de assinaturas em favor do pleito. Para tal, foram organizados comitês e comícios.

O prazo para entrega dos abaixo-assinados foi estabelecido, inicialmente, para o dia 30 de setembro daquele ano. Posteriormente, foi estendido para 13 de novembro, ainda a tempo de serem enviados ao II Congresso Mundial da Paz, que ocorreu entre 16 e 23 de novembro, em Varsóvia, Polônia.⁶⁶ No Brasil, mesmo após a realização deste evento, foram mantidos os esforços de recolhimento de assinaturas, e só em 5 de janeiro de 1951 a campanha foi encerrada oficialmente.

No II Congresso, ficou estabelecido que a luta pela paz continuasse até que a ONU aprovasse definitivamente a proibição da utilização de bombas atômicas como armas de guerra.⁶⁷ Neste sentido, em 25 de fevereiro de 1951, em Berlim, Alemanha, quando das reuniões do Conselho Mundial da Paz, foi redigido um novo apelo à ONU, o “Apelo de Berlim” ou “Apelo Por Um Pacto de Paz”, que criava uma nova campanha em busca de assinaturas em defesa da paz. Desta vez, sem prazo para término e permitindo a possibilidade de envio direto à ONU, ou ao III Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz, realizado nos dias 27, 28 e 29 de outubro de 1951.⁶⁸ Posteriormente, em 12 de dezembro de 1952, o “Congresso dos Povos pela Paz” se reuniu em Viena, Áustria. Nas suas resoluções constava o

⁶⁵ “Apelo do Congresso dos Povos pela Paz”. APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 39, dossiê 4, p. 19.

⁶⁶ O Congresso estava previsto, anteriormente, para ser realizado entre 15 e 19 de novembro na cidade de Sheffield, Inglaterra, mas o governo inglês não autorizou a sua realização no país. Por essa razão, foi transferido para Varsóvia. *Ibidem*, p. 276-277.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 164.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 167-169.

convite aos governos dos Estados Unidos, União Soviética, China, Grã-Bretanha e França para que iniciassem as negociações visando um acordo de paz.⁶⁹ Em 1955, foi lançada a “Campanha Contra a Preparação da Guerra Atômica” ou “Apelo de Viena”. Daquela vez, a meta era recolher um bilhão de assinaturas em defesa da paz. Para o Brasil o comprometimento era de obter dez milhões de assinaturas até o fim daquele ano.⁷⁰

Diferentemente da “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas”, que se centrou no objetivo da proibição do uso de armas atômicas por qualquer país e na eliminação de tais arsenais, ao longo dos anos, as atividades do Movimento pela Paz foram mais amplas. Suas metas passavam pela defesa do desarmamento geral e de um acordo de paz entre as cinco grandes potências, que por si já eram mais amplas do que a proibição apenas das armas atômicas, mas incluíam também, protestos contra a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e demais acordos militares.

Com relação aos militares, destacaram-se no apoio ao movimento e à campanha os então generais Edgard Buxbaum e Estevão Leitão de Carvalho, e os coronéis Joaquim Barbosa de Moraes, Salvador Corrêa de Sá e Benevides e Jocelyn Barreto Brasil de Lima.⁷¹

2.7 Associações culturais e eventos de solidariedade a povos amigos:

2.7.1 *Sociedade dos Amigos do Povo da Guatemala:*

Originada a partir do Círculo de Amigos da Guatemala, a Sociedade dos Amigos do Povo da Guatemala foi fundada em 30 de junho de 1954, dias após o golpe que, com o apoio do governo dos Estados Unidos da América, retirou do poder Jacobo Arbenz Guzman.

⁶⁹ “Apelo do Congresso dos Povos pela Paz”. APERJ, FPP, pasta Informações n.º 14, p. 19.

⁷⁰ FERNANDES, Jayme Ribeiro. *Op. cit.*, p. 173-174.

⁷¹ “Apelo do Congresso dos Povos pela Paz”. APERJ, FPP, pasta Informações n.º 14, p. 19; Transcrição de um encaminhamento do MJNI n.º SSNJ/257/53, datado de 6/8/53, assinado por Tancredo de Meira Neves destinado ao gen. Armando de Moraes Ancora, chefe de polícia do Departamento Federal de Segurança Pública, fichado na Secretaria da Presidência da República sob o n.º PR/55.633/53. APERJ, FPP, pasta Comunismo 39, dossiê 1 - pp. 14-17, p. 13; Comunismo 42-C, dossiê “Congresso dos Povos Pela Paz”; e DOPS n.º 2, dossiê 1, p. 9-18; FERNANDES, Jayme Ribeiro. *Op. cit.*, p. 143.

Presidente constitucionalmente eleito, Arbénz liderava um governo de caráter popular que estava implementando reformas visando diminuir as desigualdades sociais daquele país.⁷²

A criação da Sociedade significou a ampliação do Círculo, que antes era praticamente uma associação estudantil, incorporando entre seus principais representantes figuras de vulto na esfera nacional.⁷³ Este aumento não resultou em mudança nos objetivos delineados. Os novos membros, entretanto, permitiram dar uma maior visibilidade ao movimento, como provam as publicações nos jornais de notícias sobre criação da Sociedade dos Amigos do Povo da Guatemala.

Ainda que a figura central fosse o então juiz Osny Duarte Pereira, a fundação da associação contou com o apoio do brigadeiro Carlos Filgueiras e, em sua cerimônia inaugural, compuseram a mesa da solenidade, além de civis, os seguintes militares: coronel reformado Crodegando de Moraes Mendes, general reformado Artur Carnáuba, major reformado Napoleão Bezerra e o, ainda na ativa, general Felicíssimo Cardoso, e o general Edgard Buxbaum. Na sessão de sua criação, foi registrada, ainda, a presença solidária do coronel Salvador Corrêa de Sá e Benevides.⁷⁴

2.7.2 *Sociedade Cultural Sino-Brasileira:*

Havia duas sociedades culturais sino-brasileiras, uma baseada em São Paulo, e outra, fundada em novembro de 1959, no Rio de Janeiro. Elas eram regidas por Estatutos independentes e dirigidas por diretorias próprias, mas mantinham orientações similares.⁷⁵ No que se refere à Sociedade Cultural Sino-Brasileira sediada no Rio de Janeiro, o artigo 3.º de

⁷² No dia 19 de junho de 1956, o jornal *Imprensa Popular* noticiou a invasão da Guatemala, no dia 29, confirmou a renúncia de Arbénz e, no dia 30, noticiou a instalação da Sociedade. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 19 de jun. de 1956, p. 1; 29 de jun. de 1956, p. 1; e 30 de jun. de 1956, p. 3.

⁷³ “Boletim do Círculo de Amigos da Guatemala”. APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 52, dossiê 7: Sociedade dos Amigos do Povo da Guatemala, p. 6.

⁷⁴ “Fundada a Sociedade dos Amigos da Guatemala”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 de jun. de 1954. Citada em: APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 52, dossiê 7: Sociedade dos Amigos do Povo da Guatemala, p. 4.

⁷⁵ APERJ, FPP, pasta DOPS n.º 144, p. 28.

seus Estatutos apresentava como seu fim específico o intercâmbio cultural entre o Brasil e a República Popular da China. Para tanto, se propunha a promover:

- a) a difusão recíproca, no Brasil e na China, de livros, revistas, obras plásticas e as representativas, em geral, das culturas dos dois países;
- b) visitas de delegações culturais do Brasil à China e da China ao Brasil;
- c) a criação de bibliotecas especializadas em assuntos culturais da China;
- d) exposições;
- e) a concessão de bolsas de estudo para brasileiros na China e para chineses no Brasil;
- f) o apoio a qualquer iniciativa que responda aos fins de intercâmbio cultural da sociedade.⁷⁶

Em seu artigo 4.º, a Sociedade afirmava o seu caráter democrático e atestava que não participaria de qualquer atividade de natureza política, nem se envolveria em discussão, exame ou especulação sobre assuntos de fé religiosa ou convicção filosófica.⁷⁷

A Sociedade Cultural Sino-Brasileira sediada de São Paulo teve seu funcionamento suspenso pelo Decreto n. 52.644, de 10 de outubro de 1963, publicado no *Diário Oficial* de 29 do mesmo mês, acusada de exercer atividades subversivas previstas no Decreto-Lei 9085, de 25 de março de 1946.⁷⁸ Sob a mesma alegação, a congênere fluminense, segundo expediente de 17 de junho de 1966, foi suspensa, pelo presidente da República. Inicialmente, o impedimento era por seis meses, enquanto isso, em paralelo, iniciou-se o processo de dissolução da entidade. A suspensão foi baseada na exposição de motivos do ministro da Justiça Mem de Sá, que solicitou o fechamento por considerá-la uma entidade “(...) que

⁷⁶ Livro contendo os Estatutos da Sociedade Cultural Sino-Brasileira. APERJ, FPP, pasta DOPS n.º 144, p. 23. Os Estatutos, datados de Rio de Janeiro, novembro de 1959, e a Sociedade civil foi registrada no Livro “A” n.º 2, sob o número 2876, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas”.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ Documento n.º DIJ/DAP/SAP/P. 11 213-63/N. 000861, datado de 22 de janeiro de 1964, enviado pelo Departamento do Interior e da Justiça à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara. APERJ, FPP, pasta DOPS n.º 77, dossiê 2, p. 94-96. O Decreto-Lei n.º 9.085, de 25 de março de 1946, que dispunha sobre o registro civil das pessoas jurídicas, em seu artigo 6.º estabelecia que: “As sociedades ou associações que houverem adquirido personalidade jurídica, mediante falsa declaração de seus fins, ou que, depois de registradas, passarem a exercer atividades das previstas no art. 2.º, serão suspensas pelo Governo, por prazo não excedente de seis meses”; o artigo 2.º mencionava que: “Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando seu objeto ou circunstância relevante indique destino ou atividade ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes (Constituição, artigo 122, IX)”. BRASIL. Decreto-Lei n.º 9.085, de 25 de março de 1946. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 27 de mar. de 1946, Seção 1, p. 4485.

difundia princípios doutrinários na defesa do regime implantado na China Comunista, visando a finalidades práticas de natureza subversiva.”⁷⁹

No que se refere aos militares, muitos não só apoiavam as iniciativas da Sociedade, como também fizeram parte de sua direção. É o caso dos generais Henrique Cordeiro Oest e Luiz Gonzaga Oliveira Leite, que tomaram posse como vice-presidentes, em 1964; do general Carlos Hess de Melo, tesoureiro geral; e dos generais Eduardo de Souza Mendes, Gilberto Saturnino Alvim, Henrique de Miranda, Luiz Bayardo da Silva e Maria Martins, membros do conselho deliberativo eleitos no mesmo pleito. Além deles, se mostraram solidários às proposições da Sociedade Cultural Sino-Brasileira os comandantes Adão Pereira Nunes, José Maria Cavalcante e Paulo Melo Bastos; os generais Henrique Cunha, Nelson Werneck Sodré e Lincoln Oest; e o brigadeiro Luiz Felipe Perdigão.

2.7.3 *Instituto Cultural Brasil-Cuba e o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba:*

De modo idêntico à Sociedade Cultural Sino-Brasileira, de acordo com os seus Estatutos, o Instituto Cultural Brasil-Cuba (ICBC), fundado em fins de 1961,⁸⁰ afirmava ter como finalidade a promoção do desenvolvimento das relações culturais entre Brasil e Cuba. Para tanto, se dispunha a propiciar “(...) relações entre as personalidades e instituições representativas da cultura em geral, da ciência, letras e artes de ambos os países”; manter, no Brasil, bibliotecas de obras e revistas literárias, científicas, artísticas, técnicas e de caráter

⁷⁹ Documento da D. ARQ/DGIE/SSP/RJ, datado do Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1976, sob a designação LDA n.º 02133, referente ao PB n.º 336/75/ABI/Embratel – (Prot. DARQ/13.368/75). APERJ, FPP, pasta Informações n.º 143, p. 557-558; “Suspensa Como Subversiva a Sociedade Sino-Brasileira”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de jun. 1966. In: APERJ, FPP, pasta DOPS n.º 209, p. 204. A suspensão foi publicada: *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 17 de junho de 1966, p. 5570.

⁸⁰ Há uma divergência quanto a data correta de fundação do Instituto Cultural Brasil-Cuba. Ora é mencionado o dia 16 de outubro, ora, 16 de novembro. Documento do DOPS sob o protocolo n.º 10372, assunto: Funcionamento do Instituto Cultural Brasil-Cuba. APERJ, FPP, pasta DOPS n.º 144, p. 25-27, e pasta Comunismo n.º 58, dossiê 2: Instituto Cultural Brasil-Cuba, p. 10-12; O Estatuto do Instituto Cultural Brasil-Cuba foi registrado no registro civil de pessoas jurídicas do Estado da Guanabara, em 14 de novembro de 1961. Registro de Estatuto do “Instituto Cultural Brasil-Cuba”, protocolo n.º 23.980/I-A/3, Ord. - 9.475/I-A/5, datado de 6 de abril de 1962. APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 58, dossiê 2: Instituto Cultural Brasil-Cuba, p. 1-8.

informativo, discotecas e filmotecas e promover exposições, conferências ou outras iniciativas que divulgassem o conhecimento da cultura cubana no Brasil; favorecer a remessa para Cuba de obras de mesmos gêneros e cooperar para a realização, naquele país, de iniciativas idênticas que facilitassem o conhecimento da cultura brasileira em Cuba; beneficiar visitas de delegações e personalidades cubanas ao Brasil; e pleitear bolsas para estudantes brasileiros em Cuba e para estudantes cubanos no Brasil. De modo geral, o Instituto visava promover e apoiar iniciativas que tivessem por fim ampliar o intercâmbio cultural entre os dois países, e declarava-se, ainda, “(...) infenso a qualquer participação em atividades políticas ou que envolvam questões de fé ou de convicção religiosa.”⁸¹ Estes objetivos eram, na prática, literalmente idênticos aos da Sociedade Cultural Sino-Brasileira.

Em complemento às atividades do ICBC, em 10 de outubro de 1962 foi lançada uma convocatória para organização de um Congresso Continental de Solidariedade à Cuba, e, em uma assembléia realizada em 17 de novembro de 1962, na sede do Sindicato dos Professores do estado da Guanabara, foi eleita uma comissão, da qual era o presidente efetivo o general Luiz Gonzaga de Oliveira Leite, encarregada de organizar o evento. O Congresso foi realizado entre 28 e 30 de março de 1963⁸² e contou com a participação de 700 delegados do Brasil e 300 do exterior (vindos da Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Honduras, Costa Rica, México, Bolívia e Estados Unidos). Embora não fosse declaradamente uma atividade organizada pelo Instituto Cultural Brasil-Cuba, a presença do general Luiz Gonzaga de Oliveira Leite como presidente do Congresso e do Instituto denunciam a complementaridade entre seus objetivos.

⁸¹ Registro de Estatuto do “Instituto Cultural Brasil-Cuba”, protocolo n.º 23.980/I-A/3, Ord. - 9.475/I-A/5, datado de 6 de abril de 1962. APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 58, dossiê 2: Instituto Cultural Brasil-Cuba, p. 1-8.

⁸² Ofício n.º 1417/65, datado de 21/6/1965: resposta do diretor do DOPS, Cecil de Macedo Borer, ao Juiz da 15.ª Vara, referente ao Ofício n.º 12298. APERJ, FPP, pasta DOPS n.º 51, p. 101-108; e documento do D.O.P.S., S.I.-S.F.A., n.º 3017, referente ao protocolo n.º 1781-AS/65, datado de 3/6/65. APERJ, FPP, pasta DOPS n.º 51, p. 84-88, p. 87.

Além do general Oliveira Leite, teriam se envolvido diretamente na organização do evento os generais Carlos Hess de Melo, do Movimento Nacionalista, e Henrique Cordeiro Oest. Apoiavam ainda o Congresso e o ICBC o general Sampson Sampaio, presidente da Campanha Nacional pela Reforma Agrária; coronel Oscar Gonçalves Bastos, secretário executivo da Frente de Libertação Nacional; coronel Luiz Bayardo da Silva, presidente da Associação de ex-Alunos do ISEB (Adiseb); general Felicíssimo Cardoso, presidente do CEDPEN; o general Eduardo de Souza Mendes, presidente da Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo do Paraguai; e ainda, o general Gilberto Saturnino Alvim, os coronéis Castro Afilhado e Nelson Werneck Sodré, e o major Napoleão Bezerra.⁸³

2.7.4 Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo do Paraguai:

Tendo funcionado anteriormente sob a denominação de Associação dos Amigos do Povo Paraguaio,⁸⁴ a Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo do Paraguai (ABSPP) só foi fundada, de fato, em março de 1963, em solenidade na ABI.

Congregando intelectuais, líderes sindicais, políticos e militares, a entidade era presidida pelo general Eduardo de Souza Mendes, contava ainda, em seus quadros, com a participação do almirante Alfredo de Moraes Filho, como presidente de honra. Além deles, em suas proposições, foi marcante o apoio dos generais Felicíssimo Cardoso, ex-presidente da antecessora da associação, Arthur Carnaúba, Gilberto Saturnino Alvim, Luiz Gonzaga de Oliveira Leite, Sampson da Nóbrega Sampaio, Lauro Ferreira Rabelo e Nelson Werneck

⁸³ INAUGURADO com absoluto êxito o Congresso Pró-Cuba. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 28 de mar. a 3 de abr. de 1963, p. 1;

Documento D.O.P.S., S.I.-S.F.A., n.º 3017, referência: protocolo n.º 1781-SA/65, datado de 3/6/65. APERJ, FPP, pasta DOPS n.º 85, dossiê 2, 48-52, p. 51; e pasta DOPS n.º 51, p. 84-88; Boletim Reservado do Departamento Estadual de Segurança Pública, Divisão de Polícia Política e Social. APERJ, FPP, pasta Boletim Reservado n.º 39 de 20 de mar. de 1963, p. 20.

⁸⁴ Complemento ao Chefe da S.A.A., Sr. José Pereira de Vasconcelos, datado de 18 de junho de 1965, a um despacho do dia 11 do mesmo mês, em referência ao protocolo n.º 1781/65-AS; Ofício n.º 12298, datado de 24 de maio de 1965. APERJ, FPP, pasta DOPS n.º 51, p. 90-96, p. 93.

Sodré; e dos coronéis Jocelyn Barreto Brasil de Lima, Luiz Bayardo da Silva e Oscar Gonçalves Bastos.⁸⁵

Nas palavras de seu presidente, a ABSPP tinha por finalidade precípua “(...) lutar pela vigência das liberdades democráticas no Paraguai e, especialmente, articular esforços a fim de que sejam conquistadas as condições para libertarem da ditadura de Strossner os presos políticos, muitos deles encarcerados sem culpa formada”.⁸⁶ De uma forma mais específica, através da organização de um encontro, do envio de uma delegação ao Paraguai e de um telegrama ao presidente daquele país, pleiteou a libertação dos professores Antônio Maidana, Júlio Rojas e Ananias Maidana, membros do Partido Comunista Paraguaio (PCP).

A observação dos nomes dos militares participantes sugere que tais associações e movimentos, em grande parte, ou mesmo fundamentalmente, se esteiam em um núcleo formado por determinados homens. É significativa a presença de Alfredo de Moraes Filho, Carlos Hess de Melo, Crodegando de Moraes Mendes, Fernando Lavaquiel Biosca, Henrique Cordeiro Oest, Hildebrando Pelágio Rodrigues Pereira, Luiz Castro Afilhado, Luiz Gonzaga de Oliveira Leite, Oscar Gonçalves Bastos, Raimundo Sampaio, Sampson da Nóbrega Sampaio, Tácito Lívio de Freitas e Walter de Souza Ribeiro. Porém, realmente central é a influência de Antônio José Fernandes, Antônio José Henning, Arthur Carnaúba, Edgard Buxbaum, Eduardo de Souza Mendes, Felicíssimo Cardoso, Gilberto Saturnino Alvim, Graciano Feliciano de Castilho, Helvécio Coelho Rodrigues, Henrique Cunha, Joaquim Miranda Pessoa de Andrade, Jocelyn Barreto Brasil de Lima, Júlio Caetano Horta Barbosa,

⁸⁵ Boletim Reservado do Departamento Estadual de Segurança Pública, Divisão de Polícia Política e Social APERJ, FPP, pasta Boletim Reservado n.º 38, de 19 de mar. de 1963, p. 1-5; Ofício n.º 12298, datado de 24 de maio de 1965, do Juiz de Direito da 15.ª Vara Criminal, Hélio Mariante da Fonseca, ao Diretor do DOPS, Secretaria de Segurança Pública Estado da Guanabara. APERJ, FPP, pasta DOPS n.º 51, p. 97-99; Ofício n.º 1417/65, datado de 21 de junho de 1965, resposta do Diretor do DOPS, Cecil de Macedo Borer, ao Juiz da 15.ª Vara, referente ao Ofício n.º 12298. APERJ, FPP, pasta DOPS n.º 51, p. 101-108, p. 105; APERJ, FPP, pasta DOPS n.º 85, dossiê 2, p. 50-51.

⁸⁶ APERJ, FPP, pasta: DOPS N.º 51, p. 101-108, p. 105.

Leônidas Cardoso, Luiz Bayardo da Silva, Luiz de França Albuquerque, Napoleão Bezerra, Nelson Werneck Sodré e Salvador Corrêa de Sá e Benevides.

Estes homens compuseram o núcleo do partido militar que era elemento integrante do movimento nacionalista. É verdade que muitos deles não foram cassados. Contudo, isto ocorreu porque já não estavam na ativa quando da deflagração do golpe em 1964. Dos 32 militares que aparecem com mais frequência, pelo menos 23 já não se encontravam no serviço ativo das Forças Armadas em 1964, alguns por falecimento, outros devido à transferência para reserva, o que lhes retirava a possível função de comando de tropa, reduzindo uma possível influência no interior da corporação.⁸⁷ E mesmo os cinco militares deste grupo que constam entre os cassados também já não se encontravam em serviço ativo.⁸⁸

Esta constatação, entretanto, não invalida a relação entre a inserção no movimento e a cassação, pois, no total, dos 53 oficiais gerais cassados, 9 (16,98%) eram da reserva, e, dos 274 oficiais superiores cassados, somente 20 (7,23%) já estavam na reserva. Portanto, o foco das cassações eram os oficiais da ativa. Em complemento, se verifica que muitos dos que foram vítimas da repressão política implantada pela ditadura, embora não envolvidos diretamente na direção das entidades nacionalistas, foram partidários e, como tal, apoiaram um dos grupos que estavam em disputa pelo controle da hierarquia militar ao longo dos anos 1945-1964. Não por coincidência, justamente a corrente que saiu derrotada com a eclosão do golpe.

Seguindo a conceituação de Elias, tanto os líderes militares do movimento nacionalista quanto os que foram cassados, mas não eram figuras centrais, formavam uma estrutura de pessoas mutuamente dependentes, compunham uma “configuração”. Neste sentido, por mais

⁸⁷ Talvez nem mesmo os outros nove estivessem no serviço ativo. Não localizei dados referentes às suas passagens para a reserva e, por este fato, não os incluí entre os da reserva.

⁸⁸ A transferência para a reserva ao longo dos anos 1950 foi, em certos casos, uma estratégia dos militares nacionalistas, principalmente quando da campanha pelo monopólio do petróleo. Segundo Smallman, devido à forte pressão que sofriam, muitos teriam feito esta opção para que pudessem continuar na luta nacionalista e, assim, não sofrerem punições disciplinares. SMALLMAN, Shawm C. *Fear and Memory...* *Op. cit.* p. 95-96, 161.

que os últimos não tivessem exercido um papel de destaque ao longo dos anos 1950, às vésperas do golpe eram eles que ainda estavam na ativa e que, portanto, representavam uma continuação do movimento. Não por acaso, esta relação era exaltada na documentação dos órgãos de segurança.

Além desta presença central dos militares, nota-se que havia ligações intrínsecas entre as associações. Por exemplo, o debate em torno do Acordo Militar Brasil-EUA tem relação com a guerra da Coreia (1950-1953), que motivou a crise envolvendo a *Revista do Clube Militar*, com a queda do general Estillac Leal do posto de ministro da Guerra e influenciou a eleição para a diretoria do Clube Militar de 1952; a Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem foi criada para defender os militares perseguidos durante este mesmo pleito. Sem mencionar a própria discussão em torno do monopólio do petróleo que, iniciada no interior do Clube, gerou a criação do CEDPEN e da LEN. Mais do que isso, como será demonstrado, há uma similaridade nas proposições destas associações e movimentos. De modo geral, todas elas tinham como objetivo final a concretização do projeto de emancipação política e econômica do Brasil. A análise de tais propostas políticas e sua contraposição com os preceitos esguianos poderá esclarecer a relação delas com a política repressiva aplicada a partir de 1964.

3. A similaridade de propostas e a luta conjunta

No pós-Segunda Guerra, em meio a uma crise econômica mundial, a questão do desenvolvimento da nação se tornou central. Não que ela não existisse antes, a política de Getúlio Vargas apontava para a tentativa de expansão da indústria brasileira.⁸⁹ Mas, a partir daquele momento se intensificou o debate sobre a forma como isto ocorreria.

⁸⁹ Sobre o processo de industrialização brasileiro entre os anos 1930 e 1945, ver: MENDONÇA, Sônia R. de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1987..

A proposta capitalista defendida pela ESG pregava a interdependência dos mercados e o alinhamento automático ao mundo ocidental, inclusive no que se referia à questão da segurança e ao fornecimento das riquezas que, em um quadro internacional de Guerra Fria, se tornassem necessárias. Em sentido diametralmente oposto, os nacionalistas eram críticos da manutenção de um modelo político-econômico dependente e defendiam a tese de um desenvolvimento nacional soberano política e economicamente. A construção de seu ideário foi feita em função desta crença. Na prática, defender a soberania significava criticar o capitalismo liberal e, em especial, o imperialismo norte-americano.

Apesar de possuírem singularidades, as instituições nacionalistas tinham como ponto de contato o pensamento emancipacionista, influenciado, em parte, pela luta antiimperialista contra as tentativas dos países centrais de manter e/ou ampliar as suas áreas de influência, no pós-Segunda Guerra.⁹⁰ A opção nacionalista visava claramente a constituição de uma postura política e econômica auto-determinada. Eles sustentavam que não haveria condições do Brasil alcançar os patamares de uma sociedade mais justa, mais equânime ao ser mantido o modelo associado-dependente. Daí a razão da defesa de uma postura nacionalista.

Portadores desta crença, os membros deste grupo, em particular os militares, foram participantes ativos do debate político público sobre a forma de desenvolvimento adequada para o Brasil. A análise das propostas dos nacionalistas demonstrará que este fenômeno pode ser definido como uma resposta coletiva de grupos insatisfeitos e de oposição à tese do desenvolvimento associado-dependente, possuindo como elo entre as diversas associações que o formavam uma postura de soberania política e econômica não só para o Brasil, mas para todas as nações.

⁹⁰ Refiro-me especialmente aos processos de descolonização dos países asiáticos e africanos ocorridos a partir dos anos 1940.

3.1 A defesa dos minérios, da indústria e dos mercados nacionais:

Desde o início, o discurso nacionalista, sustentava a tese da relação entre a defesa dos recursos minerais – a princípio a única menção era ao petróleo – e a emancipação econômica e política do Brasil. O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, por exemplo, faz este registro já no seu primeiro manifesto, lançado em 14 de abril de 1948. De acordo com este documento, o petróleo era “(...) o fator preponderante da emancipação econômica dos países e da liberdade política dos povos. (...)” Logo, “(...) Confia-lo a mãos estrangeiras alheias às aspirações de nossa gente e contrárias ou indiferentes aos interesses de nosso País constitui golpe de efeito mortal para a nacionalidade. (...)”⁹¹ Mais do que simples retórica, esta postura foi posta em prática, como mostra a luta pela alteração do Estatuto do Petróleo apresentado pelo presidente Dutra ao Congresso.

A corrente militar nacionalista que dirigiu o Clube Militar em vários períodos igualmente relacionava a defesa das reservas de minerais estratégicos com a emancipação econômica da nação. O presidente do Clube durante o biênio 1950-1952, general Estillac Leal, em seu último discurso no cargo, sustentou que aquele era o momento de construção da independência econômica do país. Para o militar, era preciso quebrar os “(...) grilhões do colonialismo garroteador do nosso desenvolvimento (...)”, não assistindo a nenhum país “(...) o direito de explorar ou de participar da exploração dos recursos naturais pertencentes a outro. (...)”⁹² Esta defesa não ficou restrita àquela que foi uma direção marcante no Clube Militar. Em 1958, entre as propostas constantes do programa da chapa nacionalista que concorreria à direção do Clube constava o apoio às

medidas de caráter nacionalista que possibilitem o desenvolvimento econômico do Brasil, principalmente aquelas já concretizadas por atos oficiais, como a Petrobrás e as Diretrizes de Política Atômica, que vieram ao

⁹¹ MIRANDA, M.^a Augusta Tibiriçá. *Op. cit.*, p. 46-47

⁹² ESTILAC, o Paladino. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 1 a 7 de maio de 1958, p. 16 e 14.

encontro dos verdadeiros interesses brasileiros e que são apoiados pela maioria absoluta da nação.⁹³

De modo similar, se referindo à questão dos minérios, mas tocando no problema do desenvolvimento industrial, a Liga da Emancipação Nacional, em seu documento fundador, a “Carta da Emancipação Nacional”, asseverava que a “(...) defesa da indústria nacional e a criação da indústria pesada constituem condição básica para a conquista da independência econômica. (...)”.⁹⁴ Para tanto, seriam indispensáveis:

a nacionalização das fontes de energia elétrica hoje em mãos dos monopólios estrangeiros; a radical modificação da política financeira e cambial do governo, abertamente voltada contra a industrialização; o aproveitamento intensivo de nossos recursos minerais; e uma adequada reforma agrária capaz de assegurar a criação de um amplo mercado interno, com a eliminação das condições de miséria e atraso em que vive a nossa população rural.

Impõe-se a nacionalização da distribuição do petróleo, hoje em poder da Standard Oil, bem como a vigilante defesa de nossas jazidas. Não é mais possível tolerar a continuação da pilhagem de nossas reservas e as de manganês, monazita e outros minérios, por parte dos trustes norte-americanos.⁹⁵

As críticas feitas ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos também tinham como uma de suas linhas a defesa dos minérios, já que, entre as suas diretrizes, o compromisso trazia a referência à questão do fornecimento de tais riquezas. Pelo CEDPEN, seu então presidente, o general Felicíssimo Cardoso, afirmou que, com o acordo, “(...) nossos recursos naturais, como os minerais radioativos, e o próprio petróleo, passariam, praticamente, à posse dos trustes norte-americanos. (...)”⁹⁶ o que reforçaria o colonialismo tão criticado pelo Centro, durante a campanha em defesa do petróleo e da economia nacional. Com o objetivo de evitar tal desfecho, o CEDPEN publicou um manifesto conclamando a população a aderir à campanha contra a assinatura do documento. Dizia o manifesto que

o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional vem uma vez mais [ilegível] o seu repúdio ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, por considerá-lo altamente lesivo à economia e à independência política do nosso país. Submetendo nossos materiais estratégicos – indispensáveis ao

⁹³ CHAPA Nacionalista de União, no Clube Militar. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 15 a 21 de jan. de 1958, p. 16.

⁹⁴ “Carta da Emancipação Nacional”. APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 70, p. 93.

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ Citado por MIRANDA, M.^a Augusta Tibiriçá. *Op. cit.* p. 337-338.

progresso industrial do país e à defesa nacional – a uma potência estrangeira cujos trustes imperialistas já estão sugando as nossas riquezas naturais ou pretendem de outras apoderam-se (sic), como no caso das investidas da Standard Oil contra o nosso petróleo, e ainda mais, passando para a determinação da América do Norte a manutenção ou não de nossas relações comerciais com os demais países; obrigando, ainda, o Brasil a enormes despesas de guerra e pra manter, no território nacional, militares estrangeiros para “fiscalizar” as nossas iniciativas e o cumprimento desse instrumento de colonização, merece, o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, a mais veemente repulsa de todos os brasileiros.⁹⁷

Estas críticas ao Acordo Militar evidenciam outro aspecto: a relação entre a questão da defesa dos minérios e o problema da soberania política da nação quanto aos seus desígnios. A defesa da autodeterminação política e econômica é outro elemento comum aos discursos das associações nacionalistas.

3.2 A defesa da autodeterminação política e econômica:

Ainda no que toca ao Acordo Militar Brasil-EUA, na Carta da Emancipação Nacional, a LEN, de forma mais explícita, também o denunciou como uma ameaça à soberania nacional, conclamando os “patriotas” a defendê-la. Para a Liga era um

dever impreterível dos patriotas a salvaguarda da soberania nacional, atingida pela ratificação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, e tantos outros tratados anti-nacionais (sic), que abrem as portas do Brasil às missões colonizadoras militares, econômicas e administrativas, visando implantar sua tutela em nosso território.⁹⁸

Tachado de “tratado de guerra e escravização”, “tratado de colonização”, “tratado humilhante”, “condenável documento” e “crime de lesa-pátria”,⁹⁹ o teor central das críticas feitas pela Campanha Contra o Acordo Militar Brasil-EUA versava sobre a ameaça que ele representaria à soberania e à economia nacional e a necessidade de proteção das riquezas minerais. Mas, ainda, advertia sobre o risco que a assinatura do documento representava às

⁹⁷ CONCLAMA o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo Todo apoio à campanha contra o Acordo Militar. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 4 de jan. de 1953, p. 3.

⁹⁸ “Carta da Emancipação Nacional”. APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 70, p. 93.

⁹⁹ TRANSFORMA o Itamarati em balcão de venda da soberania brasileira. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 1 de jan. de 1953, p. 1 e 8; CONVENÇÃO contra o Acordo Militar. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 14 de mar. de 1953, p. 1 e 4; e UNIDADE do Povo na luta contra o Acordo Militar. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 26 de mar. de 1953, p. 1 e 5.

próprias FFAA. Síntese desta argumentação foi a mensagem divulgada em março de 1953, após o encerramento da Convenção Contra o Acordo Militar. Segundo o documento,

Todos os patriotas e democratas sentem que estão em jogo a soberania e a independência da Pátria. Cada passo na execução desse Acordo será mais um atentado á nossas prerrogativas de nação livre. O controle de nossas forças armadas por oficiais ianques; a subordinação de cada medida governamental aos interesses de uma potência estrangeira; a entrega de nossos recursos naturais para a máquina armamentista norte-americana; o controle de nosso comércio exterior, o régio pagamento de numerosos funcionários que aqui virão dirigir a execução do acordo, e a imposição de imensas despesas militares que nos trariam mais miséria e mais fome para o povo – tais seriam as consequências desse tratado de guerra.¹⁰⁰

A luta contra a assinatura do Acordo sintetizava o comprometimento com a tese de soberania do país. Mas tal defesa não passava incólume pelo crivo dos adversários dos nacionalistas, como se verifica a partir dos relatos dos militares torturados em prisões e quartéis das diversas regiões do país em 1952. Dentre estas narrativas, publicadas no livreto “Depoimentos Esclarecedores”, destaca-se a menção à carta dos sargentos da Aeronáutica do Rio de Janeiro ao presidente da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, denunciando violências sofridas ao longo do Inquérito Policial Militar a que responderam. Nesta carta, que versava sobre a razão da luta dos sargentos e o motivo das suas prisões, os militares reafirmavam os altos propósitos das campanhas de caráter patriótico e reivindicativo promovidas pela Casa do Sargento do Brasil e pelo Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica. A missiva terminava com os seguintes períodos:

Ao concluirmos esta, reiteramos o juramento que prestamos como soldados de defender com o sacrifício da própria vida a integridade do solo pátrio. Sejam quais forem as características da luta que tenhamos de travar, formaremos a frente do primeiro escalão em defesa de nossa soberania. Legaremos aos nossos filhos esse patrimônio de dignidade moral que recebemos dos nossos antepassados.
Tudo por um Brasil forte, livre e feliz.¹⁰¹

¹⁰⁰ UNIDADE do Povo na luta contra o Acordo Militar. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 26 de mar. de 1953, p. 1 e 5.

¹⁰¹ Citação da carta dos sargentos da Aeronáutica do Rio de Janeiro ao presidente da ABDDH, publicada em: *Depoimentos Esclarecedores*. Rio de Janeiro: Editora Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, transcrita no documento da Divisão de Polícia Política e Social, S.Iv. – SCAAD, referente ao Inquérito Policial Militar instalado para apurar atividades subversivas de caráter comunista no seio das classes armadas. APERJ, FPP, pasta ADM n.º 2B, dossiê 2, p. 37-49.

Esta citação sugere um dos verdadeiros motivos que levaram à prisão dos militares: a defesa de uma posição política de soberania nacional, o que se chocava com os interesses dos que defendiam uma maior aproximação e dependência com relação aos Estados Unidos. Ao tentar amparar estes homens, em última instância, era em defesa da tese da soberania que se levantava a Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem. No mesmo sentido segue o manifesto distribuído pela entidade, datado de maio de 1953 e assinado pelo seu presidente, general Artur Carnaúba. Este panfleto, a título de chamar a atenção e convocar a população a lutar contra a prisão preventiva de cidadãos por tempo superior ao previsto em lei, afirmava que a ABDDH já vinha “(...) protestando contra todas as violências à livre manifestação do pensamento, à liberdade de imprensa, ao direito de reunião e ao direito do cidadão viver em sua própria Pátria livre da interferência estrangeira (...)”, e atestava a razão das prisões. Segundo o manifesto,

No decorrer dos últimos doze meses, quando cresceu em nosso país a luta do povo brasileiro em defesa de suas riquezas naturais – particularmente o Petróleo – em defesa da soberania da Pátria – particularmente contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos – dezenas de cidadãos, civis e militares, foram arrastados às prisões, e nelas vêm sendo mantidos, sem culpa formada, e submetidos a processos que, devido sua própria inconsistência, se arrastam interminavelmente pelos Tribunais do país.¹⁰²

Igualmente, o Círculo dos Amigos da Guatemala, antecessor da Sociedade dos Amigos do Povo da Guatemala, já trazia entre suas metas, além de uma aproximação entre o povo guatemalteco e o brasileiro, a defesa do “(...) princípio judicioso de não-intervenção, de soberania política, e da auto-determinação (sic) das pequenas nações nas suas lutas pela independência econômica. (...)”.¹⁰³ Objetivo afim se revela na declaração do presidente do Instituto Cultural Brasil-Cuba, quando da aprovação dos Estatutos, ao frisar que a entidade não se omitiria

na defesa dos princípios ideológicos que sustentam o primado da dignidade humana e sua projeção no plano político, sem sectarismos: o princípio da

¹⁰² Panfleto Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem. APERJ, FPP, pasta ADM n.º 21ª, p. 86.

¹⁰³ “Boletim do Círculo de Amigos da Guatemala”. APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 52, dossiê 7: Sociedade dos Amigos do Povo da Guatemala, p. 6. Grifo no original.

auto-determinação (sic) dos povos e o direito, que é inalienável a cada Nação, de escolher o seu próprio destino.¹⁰⁴

A autodeterminação defendida pelos nacionalistas não se referia apenas à esfera política, mas também à econômica. Na Carta da Emancipação Nacional, a LEN fazia a defesa da liberdade comercial, afirmando que os brasileiros não deveriam "(...) consentir na continuação das restrições à nossa liberdade de comércio externo, impostas pelo governo norte-americano (...)", e defendia a ampliação do intercâmbio comercial, o imediato restabelecimento de relações como todos os países do mundo, inclusive com os países do Leste europeu e da Ásia, o que permitiria, segundo o documento, "(...) o alívio de nossas dificuldades econômicas."¹⁰⁵

De modo análogo, em discurso proferido na cerimônia de posse da diretoria da Sociedade Cultural Sino-Brasileira ocorrida em fevereiro de 1964, o senador Aarão Steinbruck pregou o "(...) estabelecimento imediato de relações comerciais com a China Popular, frisando que o governo brasileiro não poderia desconhecer a verdadeira China, isto é, a comunista." Além dele, o jornalista Aparício Torelly teceu comentários favoráveis à revolução e elogiosos quanto ao desenvolvimento industrial e agropastoril daquele país. Por fim, aprovou-se uma moção dirigida ao presidente da República, João Goulart, exigindo providências no sentido de concretizar as ligações comerciais entre a China Popular e o Brasil.¹⁰⁶

O ponto fraco da tese do alinhamento automático e da manutenção de relações exclusivamente com os países do chamado "mundo livre" era o de pôr os países periféricos sob a dependência e a exploração do imperialismo, principalmente dos Estados Unidos. Em sentido oposto, a autodeterminação aparecia para os defensores do projeto de emancipação

¹⁰⁴ Funcionamento do Instituto Cultural Brasil-Cuba. APERJ, FPP, pasta DOPS n.º 144, p. 25-27, e pasta Comunismo n.º 58, dossiê 2: Instituto Cultural Brasil-Cuba, p. 10-12;

¹⁰⁵ "Carta da Emancipação Nacional". APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 70, p. 93.

¹⁰⁶ Boletim Reservado do Departamento Estadual de Segurança Pública, Divisão de Polícia Política e Social. APERJ, FPP, pasta Boletim Reservado n.º 33, de 21 de fev. 1964, p. 5-7.

como condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico do país. Somente a partir deste princípio seria possível instituir uma sociedade mais equânime.

A luta pela autodeterminação representava, de fato, uma faceta da luta contra o imperialismo político e econômico dos norte-americanos. A Liga da Emancipação Nacional denunciava que

A indústria nacional é impedida de desenvolver-se, em conseqüência da ação nefasta dos trustes e monopólios norte-americanos, aos quais são concedidos, cada dia, maiores privilégios. O comércio exterior, inteiramente submetido aos interesses desses trustes, está estrangulado. A produção agrícola continua sujeita aos processos mais atrasados e rotineiros, e a debater-se em crescentes dificuldades de escoamento. As imensas riquezas estão inaproveitadas para o progresso do país, sendo, ao contrário, levadas para o estrangeiro, em provento exclusivo dos mesmos trustes.¹⁰⁷

A *Revista do Clube Militar*, que se tornou o principal veículo da difusão das teses do partido militar nacionalista quando este grupo dirigia a agremiação, também apresentava um tom de crítica à postura política do governo norte-americano, mesmo antes de 1950. Como recorda Antônio Carlos Peixoto,

Em dois artigos, publicados respectivamente em janeiro e junho de 1948, o Plano Marshall foi criticado, da mesma forma que a atitude norte-americana na conferência pan-americana de Bogotá: "... A delegação norte-americana opôs-se à proposta argentina de criação do Banco Interamericano" e recomendou a utilização de "fontes de financiamento privadas, nacionais e estrangeiras". A divergência entre os interesses dos países latino-americanos e os dos Estados Unidos aparece nitidamente: "Aceitar como objetivo dos mais fracos todos os objetivos do mais forte ... é o suicídio para os mais fracos e nunca a defesa de todos, como se pretende." O debate transpunha o domínio econômico para invadir a política internacional.¹⁰⁸

Esta é outra posição do partido militar nacionalista que perdurou ao longo dos anos de disputa. O general Pery Bevilaqua, candidato deste grupo ao pleito de 1962, no período pré-eleitoral, em uma declaração na qual analisou os critérios para concessão dos empréstimos relativos ao programa Aliança Para o Progresso, afirmou que tais recursos não deveriam estar em desacordo com as normas que regiam os investimentos de capitais em países em desenvolvimento, e nem sujeitos

¹⁰⁷ "Carta da Emancipação Nacional". APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 70, p. 93.

¹⁰⁸ PEIXOTO, Antônio Carlos. "O Clube Militar...". *Op. cit.*, p. 91-92.

às limitações ou condições de qualquer natureza que possam restringir a soberania dos povos em questão e o financiamento multilateral de projetos de desenvolvimento a longo prazo nos países desenvolvidos e recomendado de preferência a um financiamento em bases bilaterais.¹⁰⁹

Para o general, o “nacionalismo autêntico”, que seria, nas suas palavras, uma ideologia que pairaria acima dos partidos, teria por “(...) objetivo inconfundível a afirmação e a defesa da independência econômica do povo brasileiro como fundamento e condição de sua liberdade política.”¹¹⁰

Embora a submissão econômica e política do Brasil, em questões internas, com relação aos Estados Unidos já representasse pauta suficiente para a censura por parte dos nacionalistas, havia espaço para a denúncia da política externa norte-americana em sentido mais amplo.

3.3 A oposição à sujeição aos desígnios belicistas dos EUA:

Este juízo fica notório no documento que apresentou as resoluções da II Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, realizada, em julho de 1951. Nele, criticava-se a Conferência dos Chanceleres¹¹¹ e condenava-se o envio de tropas brasileiras para lutar em conflitos internacionais, o que, além de contrariar a opinião pública, importaria em novos gastos extras, “(...) depauperando ainda mais nossa economia e agravando os entraves à exploração de nossas riquezas minerais – entre as quais ressalta o petróleo – em benefício do Povo”. É preciso reforçar que, naquele ano, a questão do monopólio da extração do petróleo ainda estava em discussão no Congresso Nacional. Isto fez com que, entre as resoluções, constasse a defesa da aprovação do projeto do CEDPEN enviado ao parlamento, estabelecendo o

¹⁰⁹ PERY BEVILACQUA: “Nacionalismo Autêntico não tem partido”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 12 de mar. de 1962, p. 2.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ A crítica é referente à Quarta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em Washington, entre 27 de março e 7 de abril de 1951, citada no capítulo 1. Em síntese, resolveu-se nesta reunião pela afirmação da essencialidade da defesa militar conjunta para o continente americano e explicitou-se que o inimigo a ser combatido seria o comunismo. UNIÓN PANAMERICANA. “Cuarta Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores – Acta Final”, Washington, D.C., 1951, p. 6-7. Disponível em: <http://www.oas.org/consejo/sp/RC/RCactas.asp>. Acesso em: 14 de junho de 2009.

monopólio estatal. Em complemento e justificando nas “(...) ameaças, reveladoras do vulto da ofensiva dos interesses imperialistas sobre o nosso petróleo (...)”, conclamava-se “(...) os brasileiros, sem distinções filosóficas, religiosas ou político-partidárias, para que se organizem sem perda de um instante em defesa da emancipação econômica e política de nossa Pátria.”¹¹² Há, no fundo, um entrelaçamento entre as questões. Defesa dos minérios, autodeterminação econômica, luta contra o imperialismo eram todas faces de uma luta maior pela emancipação do país.

A luta contra o imperialismo, propriamente, fica mais nítida na oposição ao envio das tropas brasileiras para lutar na Coreia ao lado dos EEUU. Claro que esta questão também tinha um componente econômico, visto a necessidade de comprometimento de parte do tesouro nacional, mas o que mais se destacava era a relação entre esta negativa e a luta contra o imperialismo e pela autodeterminação das nações.

A adesão a esta tese veio de várias associações, em especial do Clube Militar. Como a participação no conflito dizia respeito diretamente às Forças Armadas, já que, em caso de envolvimento brasileiro, competia a elas o ônus do envio de homens, coube ao Clube protestar fortemente contra a guerra. Quando vitoriosa a chapa nacionalista, em 1950, o general Estillac Leal, no discurso da posse, ocorrida em 26 de junho daquele ano, num tom sugestivamente contrário ao imperialismo, pregou a autodeterminação da nação e o não alinhamento automático aos Estados Unidos. Em sua exposição, o general afirmou:

Um justo conceito de defesa da nossa soberania e do nosso patrimônio, dentro de um critério de estrita autodeterminação firmado em que, na hipótese de um conflito internacional, cabe-nos a manutenção de nossa liberdade política, da integridade territorial da Pátria e do direito sagrado de dispormos de nosso destino, tomando os rumos que melhor consultem os legítimos interesses da Nação e impondo aos verdadeiros inimigos a nossa vontade, a vontade do povo em armas, de um povo que ama a paz mas tem os olhos postos no exemplo dos heróis de Guararapes.¹¹³

¹¹² MIRANDA, M.^a Augusta Tibiriçá. *Op. cit.* p. 232-235.

¹¹³ CLUBE MILITAR. *Revista do Clube Militar*, n.º 120, mar. abr. mai. 1952, p. 22.

Ainda que nas entrelinhas, o discurso afirmava o ponto de vista presente no artigo contrário à participação brasileira na guerra da Coréia, publicado no número 107 da *Revista do Clube Militar*, referente ao mês de julho daquele ano, o primeiro editado após a posse da diretoria nacionalista. No artigo intitulado “Considerações sobre a Guerra da Coréia” havia uma condenação explícita da intervenção norte-americana no país asiático, bem como uma negativa quanto à participação brasileira no conflito.¹¹⁴

Além deles, a mensagem divulgada em março de 1953, após o encerramento da Convenção Contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, também protestava contra o envio de soldados brasileiros para a Coréia, por não admitir que a juventude brasileira fosse “(...) transformada em tropa mercenária para a guerra da Coréia e outras aventuras belicistas em que o governo Norte-Americano pretende envolver-nos. (...)”.¹¹⁵ Esta afirmação denuncia uma ampliação da luta pela emancipação. Mais do que uma luta particular, apresentava o caso brasileiro como parte de uma realidade mais ampla.

3.4 A inserção da problemática brasileira em um contexto maior:

A inserção do problema brasileiro em um contexto maior de luta pela autonomia das nações e contra o imperialismo norte-americano foi uma das marcas do discurso nacional-emancipacionista. No já citado documento em que o CEDPEN apresentou as resoluções da II Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, em 1951, afora a crítica ao possível envolvimento brasileiro em conflitos internacionais, era reclamada a atenção e pedida a solidariedade “(...) de todos os patriotas para a luta heróica do Povo iraniano contra ao

¹¹⁴ O artigo gerou forte reação dos grupos favoráveis ao alinhamento brasileiro com os EUA, principalmente dos militares da facção derrotada nas eleições para a diretoria do Clube Militar naquele ano. Como consequência, no mês de novembro, a *Revista* teve sua circulação suspensa. Porém, retornou em março de 1951 mantendo a mesma linha editorial anterior à suspensão marcada pela crítica aos Estados Unidos, à Guerra da Coréia e de defesa do monopólio estatal na exploração dos recursos naturais brasileiros. Cf. LAMARÃO, Sérgio e MONTALVÃO, Sérgio. “Clube Militar”. In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.). *Op. cit.*

¹¹⁵ UNIDADE do Povo na luta contra o Acordo Militar. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 26 de mar. de 1953, p. 1 e 5.

imperialismo, que, por 50 anos, se locupletou do petróleo persa, mantendo as camadas populares daquele País sob a maior miséria e opressão”. Ao mesmo tempo, afirmava que o exemplo de luta do Irã constituía “(...) uma séria advertência e um exemplo para o Povo brasileiro”.¹¹⁶ A facção militar nacionalista no Clube Militar também fez menção ao exemplo do “ímpetuoso nacionalismo do povo do Irã”, que teria “(...) apontado ao mundo – sem uma só vacilação das suas Forças Armadas – os únicos argumentos entendidos pelos insaciáveis trustes estrangeiros”.¹¹⁷ Nesta referência, ficava explícita a possibilidade de participação da força militar no processo de nacionalização das riquezas nacionais.

Contudo, apesar da referência aos exemplos da Coreia e do Irã, em geral tal argumentação privilegiava a realidade dos países latinos, ameaçados em sua soberania por tentativas semelhantes ao Acordo Militar Brasil-EUA. No mesmo documento em que citava o caso iraniano, a Comissão Eleitoral Pró-Estillac Leal-Horta Barbosa, reafirmando a tese de que a exploração do petróleo deveria ser feita através do monopólio estatal e que seria “(...) uma insânia política admitir a participação de capital estrangeiro”, acusava os trustes de petróleo de terem mantido o México e a Venezuela em constante estado de revoluções, corrupção e miséria, mas que, após nacionalizar o seu petróleo, a nação mexicana havia entrado em um período de calma. Já a Venezuela, por ter sido vítima de uma “nova quartelada”, ainda não havia obtido tal intento.¹¹⁸

Na mensagem divulgada em março de 1953, após o encerramento da Convenção Contra o Acordo Militar, há menções semelhantes:

A batalha que o povo brasileiro trava em defesa da vida, do futuro e da própria honra, contra a imposição desse pacto antinacional é a mesma pugna dos povos irmãos do Continente em defesa da independência nacional. Os magníficos exemplos dos patriotas da Guatemala e do México, que levaram

¹¹⁶ MIRANDA, M.^a Augusta Tibiriçá. *Op. cit.* p. 232-235.

¹¹⁷ PRONUNCIA-SE o Clube Militar. *Em Marcha para a Assembléia - Pela liberdade de manifestação de pensamento*, setembro de 1951, p. 3. APERJ, FPP, pasta Militar n.º 2, dossiê 4: A Questão do Clube Militar. Trata-se de uma publicação ligada à Comissão Eleitoral Pró-Estillac Leal-Horta Barbosa.

¹¹⁸ NAS URNAS - Defenderemos Nossas Riquezas e o Solo Pátrio. *Em Marcha para a Assembléia - Pela liberdade de manifestação de pensamento*, setembro de 1951, p. 2. APERJ, FPP, pasta Militar n.º 2, dossiê 4: A Questão do Clube Militar.

seus governos a recusar tratados semelhantes, e dos povos de outros países latino-americanos, como o Chile e o Uruguai, que lutam hoje para impedir a sua execução, estão bem presentes em nosso espírito quando erguemos a bandeira da Campanha Contra o Acordo Militar.¹¹⁹

O protesto, portanto, caminhava em uma via de mão dupla: de um lado, os exemplos das nações latinas deveriam servir de inspiração para o Brasil; de outro, caberia ao povo brasileiro lutar junto com os demais latino-americanos pela autonomia do continente. De modo sintético, estas duas vias se mostram presentes no manifesto datado de 29 de junho de 1954, no qual a Sociedade dos Amigos do Povo da Guatemala, em face dos golpes desferidos na América Latina, preconizava a solidariedade do povo brasileiro para com o guatemalteco “(...) em sua valorosa luta pela defesa da soberania nacional, pela autodeterminação, pelas liberdades democráticas, pela emancipação econômica. (...)”. Em complemento, afirmava que as reformas sociais conquistadas durante o governo de Arbénz, ainda que viessem “(...) a desaparecer pela violência da agressão norte-americana (...)”, justificavam “(...) o apoio de todos os brasileiros dignos e que não desejam ver sua Pátria um dia escravizada, com a mesma brutalidade”.¹²⁰ Na cerimônia de fundação da Sociedade, o tom foi dos discursos foi análogo, porém, mais enfático e marcado por acusações claras aos Estados Unidos e à United Fruit Company, apresentados como reais arquitetos do golpe que depôs o governo guatemalteco, e ao governo brasileiro, tachado de serviçal dos interesses norte-americanos. De todos os pronunciamentos proferidos naquele evento, o de maior destaque coube a Valério Konder, ligado ao Partido Comunista do Brasil, que defendeu a formação de uma frente para a libertação Nacional, nas suas palavras,

Cabe a nós, a responsabilidade de orientar o nosso povo, na luta pela paz, pela libertação nacional e pelas liberdades democráticas. O povo conhece os laçaios dos imperialistas americanos, e os odeia. A Guatemala tem como maior fonte da riqueza nacional, as plantações. Mesmo assim os trustes não exitaram (sic) em massacrar um povo inerme. Calcule o que aconteceria no Brasil, onde os imperialistas têm grandes interesses, se o povo eleger um

¹¹⁹ UNIDADE do Povo na luta contra o Acordo Militar. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 26 de mar. de 1953, p. 1 e 5.

¹²⁰ INSTALA-SE Sexta-Feira a Sociedade de Amigos do Povo Guatemalteco. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 30 de jun. de 1954, p. 3.

governo de libertação nacional. Os EEUU já trucidaram o povo Guatemalteco e já começaram os fuzilamentos na Guatemala “branca”. Temos que formar uma ampla frente de Libertação Nacional. Mas para essa frente obter êxito, precisa contar com o concurso da classe operária, visto que, qualquer movimento de libertação nacional que não contar com o concurso da classe operária, está fadado ao fracasso.¹²¹

Mais uma vez era sugerida a formação de uma grande frente, desta vez com a defesa explícita da participação popular, em defesa da emancipação das nações latinas. Anos depois, em 1963, tendo por espinha dorsal a defesa da soberania e da autodeterminação do povo cubano, o teor da convocatória para organização de um Congresso Continental de Solidariedade à Cuba também inseriu o problema daquele país na questão política mais ampla de luta contra o imperialismo norte-americano. No documento afirmava-se que havia o perigo de uma invasão armada à Cuba e era feito um aviso aos agressores de que uma investida belicosa contra a nação caribenha seria considerada “(...) uma agressão a todos os operários, a todos os camponeses, a todos os homens, mulheres e crianças deste Continente, espoliados pelo imperialismo norte-americano, pelo latifúndio e pelos interesses monopolistas do capitalismo interno.” Por essa razão, defender Cuba significava proteger todos os homens e mulheres do continente, expressava a intercessão pelo direito dos operários não serem oprimidos, dos camponeses ao acesso à terra em que trabalhavam, e dos estudantes e intelectuais de não serem degradados. A questão é que tal proposição apontava para “(...) uma sólida união em defesa de Cuba, como expressão da revolução latino-americana.” Este intento não era bem quisto pelas forças imperialistas, pois, junto a tal união era definindo como “(...) impostergável e sagrado o direito dos povos de escolher seu próprio caminho – de forjar sua própria cultura, estabelecer sua própria dignidade”, e para tal pregava-se “(...) entregar ao povo as armas do povo para com elas defender essas conquistas. (...)”.¹²²

¹²¹ Informe sobre a instalação da Sociedade de Amigos da Guatemala, datado de 3 de julho de 1954. APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 52, dossiê 7: Sociedade dos Amigos do Povo da Guatemala, p. 7-10.

¹²² VOZES do Brasil deram o brado em defesa de Cuba. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 28 de mar. a 3 de abr. de 1963, p. 5.

O cânon da soberania e da autodeterminação dos países latino-americanos continuou presente no documento básico do Congresso, a *Declaração de Niterói*,¹²³ na qual se fazia, ainda, referência à questão da crise dos mísseis em Cuba, à defesa dos “cinco pontos” de Fidel Castro¹²⁴ e à tese de que a agressão à ilha é que havia posto o mundo à beira de um conflito nuclear. No texto há a proclamação de que não se deveria reconhecer “(...) a ninguém e menos aos tradicionais agressores e exploradores de nossas nações e povos latino-americanos o direito de imiscuir-se em Cuba ou qualquer outro país: não o permitiremos jamais.”¹²⁵ Do modo análogo à convocatória, justificava-se que

defender o direito de autodeterminação e impedir a intervenção estrangeira nas questões internas e na conduta internacional de Cuba significa defender, por sua vez, o direito de cada um dos nossos países decidir, por si mesmos, de forma soberana, agora e no futuro, seu próprio destino.¹²⁶

Nesse sentido, defender Cuba significaria

impor em todo o mundo o respeito total aos princípios de não-agressão, não-intervenção e de autodeterminação. Significa lutar pela soberania e integridade da América Latina, por sua libertação definitiva. Significa afastar a terrível perspectiva de guerra nuclear, aumentando a possibilidade real de se conseguir o desarmamento geral e construir essa paz mundial com que sonha a humanidade. Significa abolir a lei da selva e impor a verdadeira fraternidade entre os povos.¹²⁷

Utilizando uma retórica nitidamente antiimperialista, na *Declaração de Niterói* protestava-se, ainda, contra o bloqueio econômico imposto à Cuba, denunciavam-se as

¹²³ O nome dado à declaração faz referência à cidade onde foi realizado o Congresso. O evento ocorreu na cidade de Niterói, pois o governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, recusou-se a dar permissão para que ele fosse realizado na cidade do Rio de Janeiro.

¹²⁴ A crise dos mísseis em Cuba teve início quando o governo da União Soviética, em resposta a instalação de mísseis nucleares na Turquia e à tentativa de invasão de Cuba pelos norte-americanos, em 1961, instalou mísseis nucleares no país caribelho. A tensão entre as duas super-potências se avolumou a ponto de que fosse considerado iminente a eclosão de um conflito nuclear. Os cinco pontos levantados por Fidel Castro, como exigências de Cuba para pôr fim à questão dos mísseis eram: “1) suspensão do bloqueio econômico e de todas as medidas de pressão comercial, que os EUA impunham a todas as partes do mundo contra Cuba; 2) suspensão de todas as atividades subversivas, como lançamento e desembarque de armas e explosivos por via aérea ou marítimas, organização de “invasiones mercenárias”, infiltração de espões e sabotadores, bem como de todas as ações fomentadas a partir dos EUA e de “algunos países cómplices”; cessação dos “ataques piratas” realizados desde bases existentes nos EUA e em Porto Rico; 4) cessação das violações do espaço aéreo e marítimo de Cuba por aviões e navios de guerra norte-americanos; 5) retirada da Base Naval de Guantánamo e devolução do território cubano ocupado pelos EUA.” BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 455 e segs.

¹²⁵ POVOS da América erguem a voz em Niterói: Cuba não está só. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 4 a 10 de abr. de 1963, p. 5.

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ *Ibid.*

manobras de OEA e os treinamentos de uma força interamericana como novas formas de agressão àquele país. A partir deste tema, desenvolve-se, outra vez, a tese da união latino-americana em defesa dos povos da região contra o imperialismo norte-americano, ao afirmar que aqueles que tentassem lançar os povos latinos uns contra os outros fracassariam porque “(...) cada dia se torna mais sólida e efetiva a unidade combatente dos nossos povos em defesa dos direitos comuns e contra o inimigo comum”.¹²⁸

Nota-se pela análise da lógica discursiva das associações que o nacionalismo que elas defendiam estava assentado na emancipação política do país. Para isto, seria preciso adotar uma política de desenvolvimento que privilegiasse a autodeterminação política e econômica, defendesse as riquezas e a produção nacional e, especialmente, se contrapusesse aos desígnios imperialistas dos Estados Unidos.

Alguns autores centram suas análises sobre o nacionalismo somente a partir da criação do ISEB, em 1955.¹²⁹ Francisco Weffort afirma que foi durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que o nacionalismo se consolidou e se tornou o centro definidor da vida política no Brasil.¹³⁰ Caio Navarro Toledo não chega a fazer uma afirmação desta ordem, mas em sua obra se atém ao exame de trabalhos de membros do ISEB publicados durante o governo JK, período marcado pelo nacional-desenvolvimentismo.¹³¹ Utilizando o mesmo recorte temporal, Vanda Maria Louzada Moreira assevera que foi nesta fase que se fez mais frequente a máxima do movimento nacionalista segundo a qual sem a efetiva emancipação econômica não haveria independência nacional e que o imperialismo era o inimigo número um do desenvolvimento brasileiro.¹³²

¹²⁸ *Ibid.*

¹²⁹ BRASIL. Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 15 de jul. de 1955. Seção 1, p. 13641.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 395, de 28 de abril de 1938. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 29 de abr. de 1938. Seção I, p. 8085.

¹³⁰ WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 24-25.

¹³¹ TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

¹³² MOREIRA, Vânia Maria Losada Moreira. *Op. cit.*

Escolhendo uma proposta um pouco diversa, Simon Schwartzman recua no tempo, ao afirmar que foi a partir de agosto de 1952 que um grupo de intelectuais começou a discutir as formas do Brasil superar o subdesenvolvimento. No ano seguinte, esse grupo teria se articulado para criar o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e editar os *Cadernos de Nosso tempo*. Para Schwartzman é no IBESP e nos *Cadernos* que se encontra o nascedouro da ideologia nacionalista. Além disso, o autor vê no IBESP a semente para a constituição do ISEB,¹³³ opinião da qual Toledo partilha.¹³⁴

A menção ao ISEB abre espaço para a explicação da razão de uma análise do movimento nacionalista no Brasil ao longo dos anos 1950 e 1960 não focar na atuação do instituto. Não nego o seu papel fundamental na produção de uma teoria nacionalista para o desenvolvimento da nação, mas esta afirmação é verdadeira apenas se fixarmos como início deste processo o ano da sua fundação. Da análise das fontes, depreende-se que o nacionalismo, tanto de forma geral quanto na sua expressão militar, já existia anteriormente. A proposta de criação de uma instituição que servisse como *locus* de produção, desenvolvimento e divulgação da tesa nacionalista também era anterior, e contava com a presença central dos militares em sua direção. No ISEB, salvo o general Nelson Werneck Sodré, o coronel Luiz Bayardo da Silva e o tenente-coronel Kardeck Leme, a participação dos militares era secundária. Como bem afirma Peixoto, o ISEB nunca conseguiu ter no interior das Forças Armadas a influência e o poder que, por exemplo, a ESG teve.¹³⁵ Com isto, não quero dizer que o instituto negava a importância dos militares e vice-versa. Pelo contrário, das propostas do ISEB constavam cursos voltados especificamente para militares. A causa da omissão quanto ao papel do instituto no desenvolvimento do movimento nacionalista deve-se

¹³³ SCHWARTZMAN, Simon. *O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1981, p. 3.

¹³⁴ TOLEDO, Caio Navarro de. *Op. cit.*, p. 203.

¹³⁵ PEIXOTO, Antônio Carlos. "O Clube Militar...". *Op. cit.*, p. 87.

ao fato do partido militar nacionalista não exercer um papel no seu desenvolvimento. Já, nas instituições e campanhas aqui citadas, sua participação foi central.¹³⁶

Com relação especificamente ao nacionalismo militar, Antônio Carlos Peixoto sustenta o ponto de vista de que ele caracterizava-se por um forte conteúdo antiliberal, cujas origens devem ser buscadas mais na oposição aos grupos agroexportadores do que na oposição aos fundamentos do liberalismo enquanto doutrina política.¹³⁷ Mas, considerando a expressiva participação militar no movimento nacionalista, verifica-se um forte teor antiimperialista nesta corrente.

Pela análise das mobilizações de fins dos anos 1940 e da primeira metade dos anos 1950, vê-se que tanto a consolidação do movimento nacionalista quanto a formulação de que o imperialismo era o inimigo número um ao desenvolvimento do Brasil já estavam em voga antes da criação do ISEB. Quase todas estas entidades citadas surgiram e tiveram o seu ápice antes deste momento. Além disto, cabe salientar que a proposta nacional-desenvolvimentista formulada pelo ISEB e adotada pelo governo JK era mais flexível quanto ao ingresso do capital internacional,¹³⁸ ao contrário das correntes mais à esquerda que defendiam um controle rígido sobre o afluxo de recursos estrangeiros.

De fato o nacional-desenvolvimentismo do governo JK, fundado no aprofundamento da industrialização sob bases capitalistas como meio de superar o subdesenvolvimento do país, influiu no pensamento nacionalista. Gerou-se a crença de que o desenvolvimento econômico viabilizaria a “(...) emancipação nacional frente aos interesses estrangeiros, sendo por isso considerada uma ação essencialmente nacionalista. Não era um mero acaso, portanto,

¹³⁶ Sobre os cursos do ISEB voltados para militares ver: Carta de Roland Corbisier a Osvaldo Aranha convidando-o a proferir conferência no curso "Introdução aos problemas brasileiros", promovido pelo ISEB, sobre o tema "Problemas da política externa brasileira", datada de Rio de Janeiro, 14 de maio de 1959. Arquivo Pessoal de Osvaldo Aranha. Fundação Getúlio Vargas / Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea, OA cp 59.05.14. De acordo com a correspondência, estariam inscritos no curso 221 militares, sendo: 3 coronéis, 2 tenente-coronéis, 36 majores, 64 capitães, 95 1º tenentes e 21 2º tenentes.

¹³⁷ PEIXOTO, Antônio Carlos. "O Clube Militar...". *Op. cit.*, p. 78.

¹³⁸ Toledo enfatiza que a ideologia nacional-desenvolvimentista é fruto do ISEB, e não do governo JK, mesmo que este tenha encampado suas formulações. TOLEDO, Caio Navarro de. *Op. cit.*, p. 203.

o sucesso que JK fazia nos meios nacionalistas e progressistas.”¹³⁹ Até mesmo entre os militares esta opção se tornou predominante. Peixoto afirma que, durante este período, há uma reorientação no posicionamento dos militares nacionalistas, que abdicam do radicalismo em prol de uma postura de legalismo. Para o autor,

os oficiais nacionalistas, em seus esforços para sustentar Kubitschek e derrotar Juarez [Távora], tiveram também que reorientar sua ação: de nacionalistas passaram a constitucionais, legalistas. A corrente nacionalista, durante todo o período do governo Kubitschek, se apresentará como defensora da Constituição; seu nacionalismo ficará mais prudente e mais moderado.¹⁴⁰

Este fato explicaria a própria eleição de chapas nacionalistas mais moderadas para a direção do Clube Militar naqueles anos e o arrefecimento das mobilizações.

A postura de concordância do movimento nacionalista com relação à administração JK não era absoluta. Parcela relevante de seus críticos pode ser encontrada na *Revista Brasiliense*.¹⁴¹ A perspectiva desta publicação era a de defesa de um nacionalismo mais à esquerda, o que não quer dizer necessariamente que fosse comunista. Embora houvesse membros dos quadros do PCB entre seus colaboradores, outros não almejavam a implantação de um regime comunista ou socialista no país. Sintetizando a proposta deste grupo, Vânia Moreira afirma que,

Para os nacionalistas econômicos da *Revista Brasiliense*, o essencial era promover o desenvolvimento econômico através de uma industrialização planejada, capaz de incorporar a população ao sistema econômico com uma efetiva elevação do padrão de vida. Duas questões fundamentais balizavam esse projeto: a necessidade de combater o "imperialismo" e de realizar um conjunto de reformas nas estruturas sociais, políticas e econômicas.¹⁴²

O pensamento divulgado pela *Revista Brasiliense* estava mais de acordo com a lógica discursiva das entidades nacionalistas citadas, onde o inimigo era claramente o imperialismo dos Estados Unidos. Em paralelo, esta posição mostra como as principais teses defendidas por estas entidades eram muito mais amplas do que estabeleciam as suas resoluções de fundação.

¹³⁹ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Op. cit.*

¹⁴⁰ PEIXOTO, Antônio Carlos. "O Clube Militar...". *Op. cit.*, p. 103-104.

¹⁴¹ Seu primeiro número foi lançado em outubro de 1955.

¹⁴² MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Op. cit.*

Na prática, havia uma comunhão entre as proposições propugnadas por aqueles – em geral o mesmo grupo de homens – que as dirigiam e/ou eram solidários no que se referia à defesa das riquezas minerais, à liberdade ideológica, à autodeterminação política e econômica não só para o Brasil e para os demais países latino-americanos, mas para todas as nações, e a oposição à política imperialista dos Estados Unidos. Tais propostas são uma constante da retórica de todas as entidades e enquadravam-se no campo amplo de luta contra o capitalismo internacional e os governos ou ditaduras a ele associados, e por melhores condições econômicas para os povos latino-americanos. Em resumo, uma tese nacionalista e de emancipação que pregava a união das nações latino-americanas, em alguns casos em movimentos revolucionários, para que, juntas, enfrentassem a ameaça imperialista. Esta possibilidade gerava um temor ainda maior aos interesses capitalistas.

Eram teses que se contrapunham às da corrente militar que chegou à direção do Clube Militar nas eleições de 1952, que controlou a hierarquia das Forças Armadas em parte dos anos 1950 e que lutou, em associação com grupos civis, por obter o poder no país. Pensaram ter conseguido o seu intento com a posse de Jânio de Quadros como presidente da república, em 1961. Enganaram-se. A curta permanência de Quadros no cargo inviabilizou este plano. Somente em 1964, após o golpe, é que puderam de fato implementar as suas idéias. Muitas, novas, desenvolvidas ao longo dos anos de regime ditatorial, mas nem todas. Além de terem levado a efeito muitas das teses delineadas nos cursos da ESG, repetiram a repressão a militares ocorrida em 1952.

4. Condições e estratégias do movimento nacionalista:

Composta por um grupo mais ou menos estável de indivíduos, a movimentação política de caráter nacionalista surgida no Brasil a partir de fins dos anos 1940 possuía um grau considerável de organização. Institucionalmente independentes, mas ideologicamente

próximas, as associações e campanhas gestadas no interior desse movimento tornaram-se *locii* de discussão, elaboração e divulgação de um projeto político para o país. Esta empreitada consistia em esclarecer, convencer e angariar adeptos à “grande jornada emancipadora”, como a Liga da Emancipação Nacional denominou. Para tanto, a solidariedade, a unidade organizacional e a divulgação se tornaram imperativas.

4.1 A solidariedade:

A solidariedade entre as entidades do movimento nacionalista foi uma constante. Conforme mencionado anteriormente, algumas, na verdade, surgiram em decorrência de outra. A origem da Liga da Emancipação Nacional está diretamente ligada à ampliação das atividades do CEDPEN; a ABDDH nasceu da necessidade de defender os militares perseguidos no início dos anos 1950 por apoiarem a chapa nacionalista nas eleições do Clube Militar e a campanha pelo monopólio da extração do petróleo. Contudo, mais do que uma ligação direta devido à origem, havia uma união ideológica que resultou em solidariedade entre os diversos movimentos. Na crítica feita pelo CEDPEN ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e na defesa da campanha contra o compromisso demonstra-se esta unidade. Nas palavras do general Felicíssimo Cardoso, então na posição de presidente do CEDPEN,

A campanha contra a ratificação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos é uma ampliação da campanha patriótica em defesa do petróleo nacional. (...).

O Acordo Militar, além de procurar envolver o Brasil em guerras com países que não o agrediram, representaria a sistematização dessa situação humilhante de país dependente. A pretexto da defesa do Hemisfério, nossos recursos naturais, como os minerais radioativos, e o próprio petróleo, passariam, praticamente, à posse dos trustes norte-americanos. A ratificação do Acordo Militar significaria, em escala ainda maior, consagração da nefasta política colonialista contra a qual se batem os brasileiros, em mais de quatro anos de campanha, em defesa do petróleo e da economia nacional. Todos os que vêm, com coragem e entusiasmo, apoiando essa campanha, se orgulham, portanto, de figurar nas primeiras fileiras da luta contra o Acordo Militar. Esta é a posição lógica do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo,

consagrada pelos Congressos Regionais que se reuniram logo após a III Convenção Nacional.¹⁴³

Dentro da mesma ótica de luta ampla, de uma identificação não apenas entre membros, mas uma ligação de fato entre as diversas campanhas nacionalistas em desenvolvimento, a Campanha Contra o Acordo Militar Brasil-EUA contou também com o amparo do Movimento Carioca Pela Paz, que organizou coleta de assinaturas contra o compromisso firmado entre os dois países.¹⁴⁴ De modo semelhante, a LEN, na Carta da Emancipação Nacional, denunciou o compromisso, apresentando-o como uma ameaça à soberania nacional.¹⁴⁵

Outro exemplo reside no documento que apresentou as resoluções da II Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, realizada, como já citado, entre 5 e 7 de julho de 1951. Nele, é explícita a associação entre o CEDPEN e a diretoria do Clube Militar, então comandado pelo corrente nacionalista. Dentre os itens do documento constava a manifestação de aplausos e solidariedade à direção da agremiação “(...) pela patriótica posição daquela instituição em defesa da libertação econômica do Brasil e da liberdade de pensamento;” e congratulações com a diretoria da *Revista do Clube Militar* “(...) por seus serviços ao Povo brasileiro na defesa do petróleo, dos minerais radioativos e demais recursos naturais de nossa terra contra a cobiça dos trustes estrangeiros;”¹⁴⁶

Esta solidariedade entre as diversas entidades do movimento nacionalista apresentava a tendência para uma união em torno de um grande projeto, mas não significava ainda uma organização coesa de fato.

¹⁴³ Citado por MIRANDA, M.^a Augusta Tibiriçá. *Op. cit.* p. 337-338.

¹⁴⁴ DELEGAÇÕES de vários Estados virão ao Comício da Esplanada. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 9 de abr. de 1953, p. 1 e 5.

¹⁴⁵ “Carta da Emancipação Nacional”. APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 70, p. 93.

¹⁴⁶ MIRANDA, M.^a Augusta Tibiriçá. *Op. cit.* p. 232-235.

4.2 A unidade organizacional:

As entidades nacionalistas responsabilizavam a dependência externa como um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Para superar o subdesenvolvimento, propunham uma série de medidas. Contudo, o convencimento da população passava pela necessidade de difusão destas teses, o que requeria uma melhor estruturação e coesão do movimento.

A proposição de unidade de esforços ganhou corpo aos poucos, embora já estivesse manifesta no debate sobre a forma de exploração do petróleo, principalmente no que tange à necessidade de esclarecimento da população quanto às teses nacionalistas. O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, em seu primeiro manifesto, lançado em 14 de abril de 1948, conquanto naquele momento voltado exclusivamente para a questão do petróleo e sem defender explicitamente a tese da aliança – mesmo porque somente nos anos posteriores é que a maioria das associações foi fundada – já incorporava a idéia de divulgação da tese nacionalista como meio de esclarecimento e convencimento da opinião pública. Conforme o documento, fundado o Centro, seria iniciada imediatamente

uma larga campanha de esclarecimento da opinião pública, através de artigos, conferências, debates, comícios, caravanas e demais meios constitucionais e democráticos, visando à definição das idéias e à congregação dos brasileiros que pugnam pela tese nacionalista, isto é, pela exploração das jazidas petrolíferas nacionais mediante o monopólio estatal.¹⁴⁷

A perspectiva de uma luta mais abrangente tomou corpo na primeira Convenção Nacional de Defesa do Petróleo. Este evento apresentou entre as resoluções a tese de que, independentemente do resultado da votação do Estatuto do Petróleo, fossem ampliadas as atividades do CEDP, para que a campanha prosseguisse e se transformasse em um “(...) movimento permanente de vigilância patriótica e educação democrática, de modo a abranger a defesa de todos os recursos básicos do Brasil, contra a ambição dos monopólios

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 46-47.

estrangeiros”.¹⁴⁸ A mudança da denominação para Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), ocorrida em reunião do Conselho Consultivo e da Comissão Diretora realizada em 26 de agosto de 1949, teve justamente o objetivo de frisar a dilatação das atividades.¹⁴⁹

Posteriormente, a criação da Petrobrás, em 3 de outubro de 1953,¹⁵⁰ deu tintas finais à questão do petróleo. A luta em defesa do recurso mineral não acabou, mas a criação da estatal era uma solução para o problema da exploração. Em consequência, o foco central do CEDPEN precisou ser redirecionado. O marco maior da tentativa de ampliar ainda mais as suas atividades foi configurado na promoção, na ABI, da Convenção da Emancipação Nacional, realizada entre os dias 2 e 5 de abril de 1954. O encontro teve como temário:

- 1 – a situação da economia agrícola, da pecuária e a emancipação nacional;
- 2 – a situação da indústria brasileira e sua defesa;
- 3 – planos e realizações no setor dos transportes e das obras públicas em geral;
- 4 – problemas do comércio exterior e a ampliação dos mercados;
- 5 – situação cambial e monetária, e a inflação;
- 6 – controle de preços e elevação do custo de vida;
- 7 – política financeira e distribuição da receita pública;
- 8 – o problema da energia elétrica;
- 9 – defesa das reservas naturais brasileiras;
- 10 – *o problema do petróleo*;
- 11 – defesa dos interesses nacionais nos setores da saúde pública, educação, da cultura, do cinema nacional;
- 12 – acordos e tratados internacionais e a soberania nacional;
- 13 – a defesa das liberdades democráticas e a luta pela emancipação nacional;
- 14 – os grandes problemas políticos nacionais e a defesa das soluções democráticas e patrióticas;
- 15 – a necessidade da elaboração de um programa de ação comum em defesa dos interesses do Brasil.¹⁵¹

¹⁴⁸*Ibid.*, p. 155. Grifos no original.

¹⁴⁹ Em 9 de setembro daquele ano foi reformado o Estatuto: “Art. 1.º - Sob a denominação de CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO PETRÓLEO E DA ECONOMIA NACIONAL, com sede no Distrito Federal, e atuação em todo o Brasil, fica constituída uma Sociedade Civil, que se regerá pelo presente Estatuto e pelas leis vigentes que se lhe apliquem, e cujo *objetivo é congregar o Povo Brasileiro – sem distinção de sexo, cor, religião, classe social ou filiação partidária – em prol da união mais ampla pela emancipação econômica do Brasil*, reunindo todas as forças vivas do país em defesa da economia nacional e, especialmente, da exploração do petróleo brasileiro, esta, pelo regime do monopólio estatal em todas as suas fases”. *Ibid.*, p. 189. Grifo meu.

¹⁵⁰ BRASIL. Lei 2.004, de 3 de outubro de 1953. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 3 de out. de 1953, Seção 1, p. 16705.

¹⁵¹ MIRANDA, M.^a Augusta Tibiriçá. *Op. cit.* p. 369. Grifos no original.

Para fazer face à força do capital internacional e promover um desenvolvimento autodeterminado, existiam diversas propostas de cunho nacionalista, já então entendidas como ações que promovessem a emancipação nacional. Mas a consecução das mesmas exigia um ajuste de sintonia. Percebe-se que um amplo leque de preocupações atraía a atenção do CEDPEN, mas, apesar disto, o Centro não foi considerado o *locus* ideal para coordenação da “grande jornada de emancipação”. Apesar de sua importância, os grupos envolvidos no movimento optaram pela criação de uma instituição que teria este fim específico. Assim nasceu, ao final deste encontro, a Liga da Emancipação Nacional. O CEDPEN e a LEN, juntamente com o Clube Militar, quando dirigido pelo partido militar nacionalista, tornaram-se os centros irradiadores e organizadores do movimento.

4.3 A mobilização e a doutrinação:

O envolvimento das associações no debate sobre o desenvolvimento do Brasil também se relacionava com a necessidade de doutrinação, ou no mínimo divulgação, das propostas nacionalistas. A estratégia consistia na promoção de congressos, exposições, estudos e, especialmente, a mobilização política, o que era extremamente ameaçador aos interesses capitalistas, pois ela é incompatível com a estabilidade política e social necessária à continuação do processo de acumulação capitalista. Diante desta carência e com o objetivo de congregar todas as pessoas e organizações de ideários semelhantes e coordenar e intensificar a campanha nacionalista contra o imperialismo e em prol da emancipação do Brasil,¹⁵² a LEN se propunha a, de acordo com o parágrafo primeiro dos seus Estatutos:

- a) Estimular e coordenar estudos sobre a situação econômica e social do país;
- b) Concorrer para o desenvolvimento da educação cívica do povo, para isto mantendo e patrocinando cursos e debates sobre assuntos de interesse nacional;

¹⁵² “Estatutos da Liga da Emancipação Nacional”. APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 70, p. 71.

- c) Efetuar campanhas, através de sessões públicas, conferências pela imprensa e o rádio, e por quaisquer outros meios de divulgação, sobre assuntos de interesse nacional;
- d) Representar aos poderes públicos acerca de assuntos relacionados com os seus objetivos;
- e) Manter intercâmbio com todas as entidades que tratem, total ou parcialmente, dos objetivos a que se propõe;¹⁵³

De acordo com o item “c”, em busca da conscientização da população, da conquista de novos adeptos e da vitória de suas proposições, a LEN adotou as manifestações políticas públicas como um dos recursos principais. Contudo, esta não era uma opção nascida ali. Já constam indícios desta escolha no primeiro manifesto divulgado pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, em 14 de abril de 1948, no qual era revelada a proposta de divulgação do ideário nacionalista – ainda restrita a questão do petróleo – e apresentada como estratégia principal o uso da mobilização política, via artigos, debates, conferências, comícios, caravanas e outros meios possíveis que permitissem uma melhor definição desta tese e que se constituíssem em uma “larga campanha de esclarecimento da opinião pública”.¹⁵⁴ Para o CEDP, nascido da campanha “O Petróleo é nosso!”, a realização de atos público, mais do que uma possibilidade, representava sua própria essência. A LEN era seguidora desta tradição.

Paralelamente à sua fundação, junto com a Carta da Emancipação Nacional, a Liga, utilizando um tom de crítica com relação ao imperialismo norte-americano e ao governo de Getúlio Vargas, divulgou uma mensagem intitulada “Problemas Sobre as Próximas Eleições”, relativa ao pleito previsto para o dia 3 de outubro de 1954. Neste documento, exercendo a função de doutrinadora, conclamou o povo a impedir que fossem “(...) novamente eleitos os

¹⁵³ *Ibidem.*

¹⁵⁴ MIRANDA, M.^a Augusta Tibiriçá. *Op. cit.* p. 46-47. Neste trabalho de divulgação de teses e esclarecimento da opinião pública, a Liga da Emancipação Nacional contou com o apoio do jornal *Emancipação*, lançado em 2 de fevereiro de 1949 para ser o divulgador das atividades do ainda CEDP, mas que, a partir de 1954, passou a difundir e defender as posturas da LEN. Após o fechamento desta, o jornal sofreu um primeiro esvaziamento e, em dezembro de 1956, depois de divergências internas, encerrou suas atividades. Segundo Maria Augusta Tibiriçá de Miranda, o *Emancipação* representou, um “papel importante na formação da consciência nacionalista e democrática forjada no decorrer da campanha”.

O *Emancipação* contou, em sua direção, com a participação dos militares Artur Carnaúba, Felicíssimo Cardoso, Hildebrando Pelágio Rodrigues Pereira e Joaquim Miranda Pessoa de Andrade. Além deles, ao longo dos anos recebeu o apoio do general Raimundo Sampaio, do capitão Antônio José Fernandes e do coronel-aviador Salvador Corrêa de Sá e Benevides. MIRANDA, M.^a Augusta Tibiriçá. *Op. cit.* p.157-159; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícias Políticas, pasta Comunismo n.º 4-F, dossiê 3.

que traíram seus mandatos e se colocaram contra os interesses nacionais, tudo cedendo às imposições dos trustes e monopólios norte-americanos.” Chegava a hora de “(...) impedir, pelo voto, a continuidade da atual política dos governantes, política de entrega do país ao imperialismo norte-americano.” Por essa razão o povo deveria

eleger os verdadeiros patriotas, os que se têm batido pelos supremos interesses nacionais. O povo pode dar sim um passo decisivo para o progresso e a independência do país, elegendo os candidatos – qualquer que seja o partido a que pertençam – que se disponham a defender os interesses do povo.

**DERROTEMOS OS ENTREGUISTAS!
ELEJAMOS OS PATRIOTAS!**¹⁵⁵

A LEN, portanto, ao promover diversos atos públicos de divulgação e/ou defesa das teses que se enquadravam entre os seus objetivos, não estava trazendo a luz uma nova forma atuação política, e sim, tentando dar ordem a uma série de manifestações, um tanto dispersas. Ao mesmo tempo, avocava para si uma filiação a uma tradição de luta democrática. Este fim sobressai da organização, poucos meses após a fundação da Liga, de uma exposição de documentos, fotografias e jornais alusivos aos movimentos tenentistas de 1922 e 1924. Esta mostra, inaugurada em 7 de julho de 1954, na ABI, foi denominada “5 de julho”, dia em que ocorreram os dois levantes. Além da documentação citada, e tentando criar um paralelo entre as diferentes ações, foram expostas a “Carta da Emancipação Nacional”, o “Apelo Eleitoral” e diversos manifestos entre os quais um conclamando o povo a lutar pelas “liberdades democráticas”.¹⁵⁶

A ação efetiva de maior significância empreendida pela LEN reside na elaboração e divulgação de nove resoluções sobre diferentes temáticas apresentadas ao fim da reunião do Diretório Central da liga, ocorrida durante os dias 4 e 5 de julho de 1955.¹⁵⁷ Nelas, além do

¹⁵⁵ “Carta da Emancipação Nacional”. APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 70, p. 93.

¹⁵⁶ Correspondência assinada pelo tenente-coronel. Aduauto Esmeraldo, Diretor da Divisão de Polícia Política e Social, datada de 4 de abril de 1955, ao Sr. Secretário Geral da Cruzada Brasileira Anti-Comunista, prestando informações referentes ao protocolo n.º 3629/55. APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 70, p. 67-70.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 78-91. Todas as resoluções têm como data o dia 5 de julho, último dia da reunião, mas, não coincidentemente, dia em que ocorreram as revoltas tenentistas de 1922 e 1924. Neste dia, no ano de 1935, Luiz Carlos Prestes, através da Aliança Nacional Libertadora (ANL), lançou o “Manifesto de 5 de Julho”, no qual

objetivo de esclarecer a população quanto aos problemas nacionais, havia a decisão de patrocinar congressos específicos nos quais seriam estudadas e apresentadas soluções para importantes questões que afligiam a população brasileira.

O ano de 1955 trazia os reflexos da recente crise política que culminou com o suicídio de Vargas. A Liga havia declarado que todo aquele momento teve um caráter golpista, e, em face da política favorável ao capital estrangeiro adotada por Café Filho, que assumira a presidência da República, intensificou as críticas ao governo. Tais censuras ficaram expressas nas primeiras deliberações apresentadas ao fim da reunião do Diretório Central. Trazendo como título “Resolução sobre ‘A situação política e as questões de emancipação nacional’”, este documento afirmava que o predomínio de trustes e monopólios norte-americanos em importantes setores da economia brasileira era fruto da adoção de uma política entreguista por parte do governo federal, e denunciava os exemplos desta interferência: o surgimento de novas ameaças à política nacionalista da Petrobrás, residente na tese de que a empresa seria “posta à prova” pelo prazo de um ano; a resistência do governo à ampliação dos mercados e ao reatamento de relações comerciais com os países do Leste europeu e a China; as dificuldades do desenvolvimento da indústria brasileira, devido à escassez de energia elétrica, cuja exploração era monopolizada pelos grupos Light e Bond & Share; a conversão da Panair do Brasil em subsidiária da Pan American Airways; o domínio de trustes marítimos norte-americanos nos setores de navegação de cabotagem, internacional e indústria naval; e a assinatura de um acordo na área de energia atômica com os Estados Unidos, considerado lesivo aos interesses nacionais. Enfim, em geral, uma síntese dos principais temas defendidos pelas várias associações nacionalistas. Diante destas percepções, e estando o Brasil às vésperas da eleição presidencial, prevista para 3 de outubro daquele ano, a Liga da Emancipação Nacional novamente conclamou todos os brasileiros, quaisquer que fossem os

seus partidos ou suas preferências políticas, a utilizarem o direito de voto para levar à frente os ideais da emancipação nacional, de modo a assegurar o avanço da política nacionalista. Afirmou, ainda, que lutaria pela liberdade na realização das eleições, no direito de voto, na propaganda eleitoral e “(...) contra quaisquer tentativas antidemocráticas de golpes contra a Constituição. (...)”. Defendeu, ainda, o alistamento do maior número possível de eleitores, e se posicionou de forma contrária à abstenção eleitoral.¹⁵⁸ Atestando que não tomaria posição nem a favor nem contra quaisquer candidatos, a Liga reafirmou a sua proposição de unificadora da campanha nacionalista:

Para defender a política nacionalista da Petrobrás, para preservar os minérios brasileiros em nosso benefício, para ampliar o comércio de exportações de nossas mercadorias excedentes, para assegurar uma política de desenvolvimento industrial e de prosperidade, em prol de uma acertada orientação econômico-financeira, contra a carestia e a miséria, a Liga buscará unificar as vontades de todos os brasileiros.¹⁵⁹

Mantendo o tom de acusação e aprofundando preocupações expostas na “Resolução sobre ‘A situação política e as questões de emancipação nacional’”, a reunião do Diretório Central produziu documentos que versavam especificamente sobre a questão da salvação da marinha mercante nacional, sobre o intercâmbio de materiais e matérias-primas radioativas, contra a entrega da Panair do Brasil e uma última resolução propondo a criação de uma Campanha Nacional em favor da ampliação dos mercados externos. A tônica de tais documentos era a denúncia à política de favorecimento aos monopólios e trustes norte-americanos e o que isto era prejudicial à soberania nacional.¹⁶⁰

Estas resoluções representavam a faceta da Liga como meio de esclarecimento da população quanto aos problemas nacionais conjunturais. Já o aspecto de centro estimulador e coordenador de estudos – itens “a” e “b”, do parágrafo 1.º dos seus Estatutos – é verificável nas resoluções de patrocínio ao Congresso de Salvação do Nordeste, realizado em Recife, em agosto de 1955, e o Congresso Nacional de Defesa dos Minérios, ocorrido no Rio de Janeiro

¹⁵⁸ APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 70, p. 88-89.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 88.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 81-84.

entre 9 a 11 de junho de 1956.¹⁶¹ Estes dois eventos tinham em comum o fato de terem sido organizados com o propósito de gerarem debates, estudos e soluções para tais questões. No caso da região Nordeste do país, norteadas pelo problema dos altos índices de mortalidade, morbidade e pobreza da região, as preocupações recaíam sobre a distribuição da energia gerada na hidrelétrica de Paulo Afonso e as questões da seca e do escoamento da produção extrativa e industrial da região. No que se refere ao segundo encontro, a atenção estava voltada para a defesa dos minérios radioativos e dos demais recursos minerais brasileiros e para o aproveitamento destes em prol da economia nacional.¹⁶² Tais iniciativas exemplificam como a LEN procurou cumprir a sua proposição inicial de se tornar um centro de estudos dos problemas brasileiros.

Agindo assim, a Liga da Emancipação tentava se tornar um dos – talvez o maior – centros de difusão e organização do movimento e das teses nacionalistas. A proibição das suas atividades, em 1956, impediu a concretização desta hipótese.

A chapa nacionalista no Clube Militar também procurou exercer um lugar importante no processo de esclarecimento e convencimento das teses nacionalistas. Embora fosse uma agremiação composta apenas por militares, os debates no interior do Clube sempre atravessavam os muros da caserna. Este feito não era mero acaso. A participação dos militares nas associações nacionalistas ao lado de civis permitia uma interação contínua. De fato, isto ocorria não só com a facção militar nacionalista. Por mais que declarassem que o Clube Militar deveria ficar isento das discussões políticas, era inegável a relação dos membros da Cruzada Democrática com políticos civis ou mesmo a sua participação na política. Prova desta afirmação é a trajetória do general Juarez Távora, vice-presidente do Clube Militar, em 1954, foi um dos líderes do movimento que exigia a renúncia de Vargas e chefe do gabinete militar do governo Café Filho, no mesmo ano, e candidato à presidência da República pela

¹⁶¹ Conforme jornal *Imprensa Popular* entre os dias 9 e 12 de junho de 1956.

¹⁶² APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 70, p. 86-87.

União Democrática Nacional (UDN) no ano seguinte.¹⁶³ Num estágio superior, as próprias FFAA não ficam imunes ao relacionamento com os civis. A interação é permanente. Nos anos 1950-1960, em especial, a ligação entre o processo político global e o ocorrido no âmbito das Forças Armadas foi evidente.¹⁶⁴ Como afirma Antônio Carlos Peixoto,

As Forças Armadas sofreram as pressões e os processos que se desenvolviam no seio da sociedade global; o tecido da corporação militar estava impregnado dos problemas e indagações que se apresentavam no centro do debate político a nível nacional.¹⁶⁵

A defesa do Clube como local de discussão dos problemas brasileiros e de uma postura nacionalista para a solução dos mesmos pode ser observada já na proclamação aos consócios divulgada pela comissão coordenadora da chapa nacionalista Estillac Leal-Horta Barbosa, lançada em 16 de maio de 1950, véspera da disputa eleitoral:

O Clube Militar pode e deve ser uma sociedade recreativa e beneficente. Mas deve ser, também, um órgão ativo e vigilante na defesa dos direitos e interesses fundamentais dos seus associados e preocupado, sobretudo, com os problemas que dizem respeito ao progresso nacional e à defesa do nosso patrimônio (petróleo, areias monazíticas, minerais estratégicos, etc.), (...).¹⁶⁶

Esta idéia foi uma constante durante toda a gestão da facção militar nacionalista no biênio 1950-1952. Quando do acirramento da disputa política no interior da agremiação após a publicação do artigo sobre a guerra da Coréia, os membros do Conselho de Administração do Clube enviaram ao presidente da instituição, general Estillac Leal, uma moção de apoio. Neste documento, era feita a defesa da continuidade, no Clube Militar, do debate sobre as questões relativas à defesa nacional, à preservação do patrimônio e das riquezas minerais, à integridade do território e à soberania do país. Por fim, apelava para a unidade dos militares em torno da

defesa intransigente da liberdade de manifestação do pensamento, indispensável para que possamos dar a nossa contribuição ao estudo dos problemas que dizem respeito aos nossos anseios e direitos e, sobretudo,

¹⁶³ PANTOJA, Sílvia. “Juarez Távora”. In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.). *Op. cit.*

¹⁶⁴ PEIXOTO, Antônio Carlos. “O Clube Militar...”. *Op. cit.*, p. 74.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 72.

¹⁶⁶ CLUBE MILITAR. *Revista do Clube Militar*, n.º 120, mar. abr. mai. 1952, p. 21.

aqueles de que dependem a soberania, o progresso e segurança de nossa Pátria.¹⁶⁷

Em seguida, já quando da tentativa de reeleição desta chapa, a proposição foi mantida, como se pode perceber pelo extrato do programa da chapa retirado do Boletim Eleitoral n.º 2, de fevereiro de 1952:

1 – Prosseguir e ampliar, com o cunho patriótico e nacionalista de que se tem revestido (sic), o debate e o esclarecimento dos problemas de interesse nacional, particularmente os relacionados com a salvaguarda das nossas riquezas naturais e com a manutenção da nossa soberania, através de conferências, da Revista do Clube, e de outras iniciativas. Dar particular destaque, neste momento, às questões relacionadas com a defesa da Hiléia Amazônica, dos nossos minerais estratégicos, e, sobretudo, à defesa do nosso petróleo, insistentemente ameaçado pela ação dos trustes internacionais;¹⁶⁸

Embora derrotada, o tom permaneceu na despedida da chapa da direção do Clube. Em seu último discurso como presidente da entidade o general Estillac Leal argumentou que “(...) num País em que a opinião não é ainda organizada (...)”, caberia às Forças Armadas, como “(...) porta-vozes do sentido profundo de toda a Nação Brasileira (...) tornar bem claros os reais interesses da nossa Pátria”. O militar atentava que não tinham como objetivo tutelar a nação, contudo, “desgraçados” seriam no dia em que se divorciassem desta responsabilidade.¹⁶⁹

Este posicionamento não foi pontual e exclusivo da diretoria eleita em 1950 e derrotada em 1952. Mesmo com o passar dos anos, a idéia do Clube Militar como lugar de análise das questões nacionais em busca de soluções continuou a fazer parte das teses da facção militar nacionalista. No programa da chapa União – a nacionalista – para o biênio 1958-1960 constava a proposta de

Concorrer para o desenvolvimento cultural dos associados, pelo amplo conhecimento dos problemas do país, através de cursos e conferências, pela difusão de sua Revista, pelos serviços da Biblioteca, pela promoção de visitas aos grandes empreendimentos efetivados em todo o território

¹⁶⁷ APOIO da oficialidade democrática ao Gen. Estillac – Significativa expressão de simpatia àquele bravo militar – A palavra do Conselho de Administração do C. Militar – O pensamento de 2.500 oficiais das guarnições estaduais. *Diário Trabalhista*, 6 de out. de 1951. In: APERJ, FPP, pasta Militar n.º 2, dossiê 4.

¹⁶⁸ CLUBE MILITAR. *Revista do Clube Militar*, n.º 120, mar. abr. mai. 1952, p. 120.

¹⁶⁹ ESTILAC, o Paladino. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 1 a 7 de maio de 1958, p. 16 e 14.

brasileiro e pelo intercâmbio com instituições culturais, particularmente a Biblioteca do Exército, tornando tais iniciativas extensivas aos sócios do interior.¹⁷⁰

Naquele ano, o candidato à presidência do Clube, general Justino Alves Bastos, em entrevista ao jornal *O Semanário*, questionado sobre o prosseguimento do programa de conferências e debates sobre os problemas nacionais no interior da agremiação, respondeu que não apenas o continuaria, como, se possível, o ampliaria, pois, “(...) incentivar as manifestações cívicas e patrióticas, interessar-se pelas questões que firam ou possam ferir a honra nacional e militar (...)” não era apenas uma proposta da chapa, mas, um imperativo constante dos Estatutos do Clube Militar. Segundo o general, o grêmio não poderia ser destinado apenas a recrear e assistir materialmente os seus associados. Observando o caráter principal das Forças Armadas, às quais estariam entregues os maiores ônus da defesa nacional, Alves Bastos julgava “(...) necessário e indispensável, cooperando com os altos Poderes da República, e dentro dos limites do respeito e acatamento às autoridades competentes, o prosseguimento de estudos, em alto nível, de todos os grandes problemas nacionais. (...)”.¹⁷¹

A corrente nacionalista saiu-se vencedora naquele pleito e foi reeleita no seguinte. Afastada tempos depois, justamente por questões relativas ao debate, no interior do grêmio, de problemas de política geral, tentou retomar a direção do Clube Militar em 1962, com chapa encabeçada pelo general Pery Constant Bevilaqua. Junto com a tentativa de retorno, regressava a proposição do Clube como *locus* de discussão dos problemas brasileiros. Segundo o candidato nacionalista à presidência naquele pleito, os Estatutos do Clube Militar proibiam a discussão ou propaganda político-partidária e religiosa, mas não obstavam o debate dos problemas nacionais. Veemente, o general afirmou que os “(...) sentenciados, as prostitutas e os mendigos perdem a cidadania, mas não perdem o direito de discutir política.

¹⁷⁰ CHAPA Nacionalista de União, no Clube Militar *O Semanário*, Rio de Janeiro, 15 a 21 de jan. de 1958, p. 16.

¹⁷¹ "TEMOS Confiança em Nossa Vitória!" *O Semanário*, Rio de Janeiro, 6 a 12 de mar. de 1958, p. 2.

Por que iriam perdê-lo os militares? Acho que o debate dos problemas nacionais é um direito e uma obrigação dos cidadãos de casaco ou de túnica.”¹⁷² E concluiu, parodiando Clemenceau: “A política é assunto grave demais para ser deixada aos políticos. Exige a participação de todos os cidadãos civis ou militares.”¹⁷³ No mesmo sentido, em carta enviada ao capitão de corveta Roberto Sisson, na qual analisava a sua prisão após o envio de correspondência de congratulações ao governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, pela encampação da Cia Telefônica Nacional, subsidiária da norte-americana International Telephone & Telegraph Corporation (ITT),¹⁷⁴ o general Bevilaqua externou a sua expectativa de que, com a vitória da chapa nacionalista, o Clube Militar voltasse

ao seu antigo esplendor cívico, ao prestígio que sempre disputou como vetor moral, verdadeiramente democrático, atuante na formação de uma opinião pública genuína, dirigida no sentido construtivo do fortalecimento do regime republicano em boa hora instituído em 15 de novembro de 1889.¹⁷⁵

Para cumprir tão importante tarefa, durante as gestões da diretoria nacionalista, a *Revista do Clube Militar* se firmou como a maior divulgadora dos pontos de vista daquela facção militar. Já na diretoria eleita em 1950, ao citar os pontos da campanha que haviam sido cumpridos, os membros deste grupo, mencionando que o Clube havia se firmado como “(...) entidade sempre vigilante no debate e na defesa daquelas soluções que realmente interessam à soberania nacional (...)”, destacavam especialmente a *Revista* pelo seu “vigoroso conteúdo nacionalista”.¹⁷⁶ Ainda durante aquela gestão, e quando do relançamento da Comissão Eleitoral pró Estillac Leal-Horta Barbosa, dentre os tópicos do programa executados que mereciam exaltação, constava a ampliação do campo de ação da *Revista* como

¹⁷² GENERAL Bevilacqua: “só aceitaremos a mudança de regime pelos meios legalistas”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 20 de abr. de 1962, p. 4.

¹⁷³ *Ibidem*. O estadista francês Georges Benjamin Clemenceau teria declarado: “A guerra! É uma coisa demasiada grave para ser confiada aos militares.”

¹⁷⁴ Decreto n.º 13.186, de 16 de fevereiro de 1962. Disponível em: <http://64.233.163.132/search?q=cache:2F2DiQjoCKQJ:www.pdtrs.com.br/documentos/DECRETO%2520DE%2520ENCAMPA%C3%87%C3%83O%2520DA%2520ITTTC.doc+DECRETO+N%C2%BA+13.186,+DE+16+D+E+FEVEREIRO+DE+1962&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 2 de março de 2010.

¹⁷⁵ CLUBE Militar elege seu novo presidente. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1962, p. 1 e 2.

¹⁷⁶ APOIO da oficialidade democrática ao Gen. Estillac – Significativa expressão de simpatia àquele bravo militar – A palavra do Conselho de Administração do C. Militar – O pensamento de 2.500 oficiais das guarnições estaduais. *Diário Trabalhista* de 6 de out. de 1951. In: APERJ, FPP, pasta Militar n.º 2, dossiê n.º 4.

órgão de cultura da sociedade – para permitir ao Clube o cumprimento de um dos seus deveres, contido na plataforma eleitoral, tal seja a preservação dos inalienáveis direitos da Nação, na defesa dos problemas que interessam à soberania nacional (petróleo, areias monazíticas, etc.).¹⁷⁷

A proposição da facção nacionalista era a de que a *Revista do Clube Militar* representasse a materialização do direito do militar – de modo idêntico ao que era garantido a todo cidadão pela Constituição – de manifestar livremente o seu pensamento, expor as suas opiniões e debater os problemas de interesse dos militares e da nação. Ao seguir este perfil, os artigos publicados, juntamente com as palestras e conferências organizadas pelo Clube, serviriam como meio de esclarecimento dos associados sobre problemas fundamentais que, em especial, fizessem referência à missão precípua das Forças Armadas.¹⁷⁸ Mas, naquele momento, questionava-se justamente a linha editorial adotada pela *Revista*. Em fins de 1951, posteriormente à crise que surgiu após a publicação do artigo “Considerações Sobre a Guerra na Coréia”, os adversários dos nacionalistas tentavam exatamente retirar da publicação este caráter de tribuna de debate dos problemas nacionais. A justificativa era a de que tais temáticas constituiriam matéria de política partidária, cuja discussão seria estatutariamente proibida. Os nacionalistas, pelo seu lado, se recusavam a reduzir o Clube a uma simples sociedade recreativa, a *Revista* a um mero boletim informativo e a negar aos militares o direito constitucional garantido a todo brasileiro de se manifestar sobre as questões de interesse nacional.¹⁷⁹ Para a facção nacionalista, a tentativa de calar a *Revista* se devia ao fato do Clube Militar ter se tornado um ponto de resistência à espoliação das riquezas minerais, e a publicação, o meio por excelência de divulgação deste pensamento.¹⁸⁰ Este posicionamento

¹⁷⁷ EDITORIAL. *Em Marcha para a Assembléia - Pela liberdade de manifestação de pensamento*, setembro de 1951, p. 1 e 3. APERJ, FPP, pasta Militar n.º 2, dossiê n.º 4: A Questão do Clube Militar.

¹⁷⁸ RECONSTITUI-SE e Toma Posição a Comissão ESTILAC – HORTA BARBOSA. *Em Marcha para a Assembléia - Pela liberdade de manifestação de pensamento*, setembro de 1951, p. 1. APERJ, FPP, pasta Militar n.º 2, dossiê 4: A Questão do Clube Militar.

¹⁷⁹ EDITORIAL. *Em Marcha para a Assembléia - Pela liberdade de manifestação de pensamento*, setembro de 1951, p. 1 e 3. APERJ, FPP, pasta Militar n.º 2, dossiê 4: A Questão do Clube Militar; e PRONUNCIA-SE o Clube Militar. *Ibidem*, p. 3. APERJ, FPP, pasta Militar n.º 2, dossiê 4: A Questão do Clube Militar.

¹⁸⁰ NAS URNAS - Defenderemos Nossas Riquezas e o Solo Pátrio. *Em Marcha para a Assembléia - Pela liberdade de manifestação de pensamento*, setembro de 1951, p. 2. APERJ, FPP, pasta Militar n.º 2, dossiê 4: A Questão do Clube Militar.

foi conservado quando da tentativa de reeleição da chapa. Entre os pontos constantes do programa para o biênio 1952-1954 constava a defesa do direito constitucional do militar manifestar livremente o seu pensamento e a continuação do uso da *Revista* como meio de debate e esclarecimento sobre os problemas nacionais.¹⁸¹

Mesmo derrotada, a facção nacionalista, até onde pôde, utilizou-se da publicação como meio de divulgação de suas teses. Neste sentido, no Editorial da *Revista do Clube Militar*, n.º 120, referente aos meses de março, abril e maio de 1952, último número editado pela diretoria nacionalista eleita em 1950, foi manifestada a intenção daquela corrente militar de, mesmo afastados da direção da agremiação, continuar a “(...) contribuir, incessantemente, para a salvaguarda dos interesses do Brasil, batendo-nos, sem transigências, em defesa de nossas riquezas naturais, (...)”. Neste mesmo texto, definia como a “(...) verdadeira ameaça ao nosso bem-estar, à nossas instituições democráticas, à integridade de nosso território e à própria soberania nacional (...)”, a “(...) investida visível dos trustes contra nossas riquezas naturais”.¹⁸²

De modo idêntico, quando do retorno da corrente nacionalista à direção do Clube, constou do programa da chapa para o pleito de 1958 a intenção de usar a *Revista do Clube Militar* com meio de levar aos associados o amplo conhecimento dos problemas do país.¹⁸³

Os acontecimentos posteriores demonstraram, entretanto, a fragilidade destas ações enquanto não houvesse um controle da máquina militar e do poder do Estado. Sempre que a facção militar opositora aos nacionalistas controlava a hierarquia militar e/ou a direção do Clube Militar, a orientação da *Revista* era alterada e os militares nacionalistas perseguidos. Quando Juscelino Kubitschek subiu ao poder implementando a proposta de nacional-desenvolvimentismo, ao menos um extrato do grupo nacionalista se sentiu atendido em suas

¹⁸¹ PROGRAMA Patriótico para o Clube Militar. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1952, p. 1 e 4.

¹⁸² CLUBE MILITAR. *Revista do Clube Militar*, n.º 120, mar. abr. mai. 1952, p. 15.

¹⁸³ CHAPA Nacionalista de União, no Clube Militar. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 15 a 21 de jan. de 1958, p. 16.

premissas. No que se refere ao campo militar, o controle da hierarquia e da direção do Clube, embora por elementos defensores de um nacionalismo bem menos radical, permitiu a explanação do livre pensamento na *Revista do Clube Militar*. Contudo, neste mesmo governo a LEN, que tinha em seus quadros oficiais ligados à chapa nacionalista que concorreu aos pleitos nos anos de 1950 e 1952, teve as suas atividades encerradas.

De qualquer modo, na medida de suas possibilidades as associações nacionalistas defenderam e procuraram disseminar exaustivamente as propostas de emancipação nacional. Este pensamento entrou na cena política nacional através da questão do petróleo, do quanto os dividendos advindos da exploração desta riqueza poderiam contribuir para a superação do subdesenvolvimento do país. Tornou-se, depois, a orientação que guiou as entidades nacionalistas durante os anos 1950 e 1960 e terminou violentamente reprimida pelo golpe de 1964, ao ser identificada, de maneira simplista e oportunista como uma faceta pensamento comunista.

A solidariedade e um grau significativo de unidade não só entre suas propostas, mas também em seu modo de atuação, marcaram as associações e campanhas que compunham o movimento nacionalista. A estratégia adotada era de, por meio da mobilização política, do controle do Clube Militar e da *Revista* da agremiação, fomentar a discussão pública em busca das soluções e do esclarecimento sobre os principais problemas nacionais. O controle do Clube representaria uma estratégica base de apoio militar, reforçando o bloco nacionalista. Em consequência, como percebe Smallman, através da *Revista* seria possível fazer frente aos esforços da ESG, difundindo os pontos de vista nacionalistas.¹⁸⁴ Não por acaso foi intensa a disputa pelo poder no interior do Clube Militar.

Mas não apenas as teses nacionalistas eram incompatíveis com o projeto de segurança e desenvolvimento adotado após o golpe de 1964. A própria opção pela mobilização também o era. Para realização deste ideal, uma sociedade de equilíbrio estático com baixo teor de

¹⁸⁴ SMALLMAN, Shawm C. *Fear and Memory... Op. cit.* p. 122 e 133.

contestação social era condição essencial. Este modo de observar a disputa política fez com que, após a conquista do poder, os vitoriosos procurassem afastar do cenário político todos aqueles que pudessem representar a mais leve ameaça ao seu projeto.

Na lógica da repressão aos conceitualmente vagos “subversivo” e “inimigo interno”, sofreram aqueles que eram partidários da tese de desenvolvimento autônomo, baseado no Estado em aliança com as novas forças sociais e que punha em cheque o próprio sistema de dominação e o processo de expansão do capital. Incorporando a possibilidade de guerra subversiva, após a tomada de poder e para a instauração de um regime excludente foram adotados padrões autoritários de combate e prevenção aos adversários. Como dentre os que defenderam as propostas nacionalistas cabia um papel especial aos militares, eles foram particularmente reprimidos.

Algumas análises sobre as instituições e campanhas nacionalistas classificam-nas como apêndices do movimento comunista. Jayme Fernandes Ribeiro considera movimentos como as campanhas pela paz, contra o acordo militar Brasil-EUA, contra o envio de soldados brasileiros para a Guerra na Coréia, contra a carestia, “O Petróleo é nosso!” e pela emancipação nacional como tendo sido patrocinadas e desenvolvidas pelos comunistas.¹⁸⁵ Ao compreendê-las desta forma, ainda que de maneira não deliberada, repete-se o discurso dos aparelhos de repressão. Para estes, naquela fase, toda e qualquer ação que fugisse de determinado padrão era considerada como “amostra da infiltração comunista”¹⁸⁶ e como “frentes legais” do Partido Comunista,¹⁸⁷ então na ilegalidade. A participação comunista em tais movimentos é incontestável, mas a definição estrita de que se tratam de campanhas dos

¹⁸⁵ FERNANDES, Jayme Ribeiro. *Op. cit.*, p. 175.

¹⁸⁶ APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 58, dossiê n.º 12.

¹⁸⁷ Funcionamento do Instituto Cultural Brasil-Cuba. APERJ, FPP, pasta DOPS n.º 144, p. 25-27.

comunistas, não.¹⁸⁸ Smallman, por exemplo, cita que embora muitos membros do Partido Comunista tenham participado da campanha pelo monopólio do petróleo, alguns de seus líderes se recusaram a tomar parte neste esforço.¹⁸⁹

A classificação destas associações como comunistas é, portanto, uma simplificação. Como menciona Enrique Padrós,

A DSN associou diretamente o “subversivo”, portador de tensões e “contaminado” por idéias e influências “estranhas” (externas), ao comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. (...).¹⁹⁰

Embora fosse o ponto fundamental do discurso, não era o comunismo que os setores ligados ao capital queriam combater, o inimigo era o nacionalismo. Esta classificação simplista tinha um objetivo e foi estrategicamente utilizada para tal: manipulando o medo da infiltração comunista, procuravam legitimar a repressão aos nacionalistas. Este uso, no entanto, não foi uma exclusividade do pós-1964. A violenta perseguição ao partido militar nacionalista em 1952, não só antes da eleição para a direção do Clube Militar, mas mesmo depois e ainda durante os anos seguintes, teve como suporte a acusação de ligações ao comunismo. Como percebe Smallman, 1964 é, em grande parte, resultado da conclusão de que o expurgo dos anos 1950 não foi suficiente.¹⁹¹

Portanto, a essência de todo o processo de eclosão dos movimentos nacionalistas reside na análise do contexto das relações de dominação que marcam o sistema capitalista internacional e vai além da dicotomia capitalismo vs comunismo. Pelo lado dos países latino-americanos, especialmente a partir do fim da II Guerra Mundial, havia uma estratégia de

¹⁸⁸ Não nego que as campanhas e o movimento pela paz, de fato, no plano internacional, pelo menos, estavam muito ligados à diplomacia soviética. A intenção é apenas acrescentar que, nacionalmente, o rol de simpatizantes era bem mais diversificado, dentre eles, inclusive, alguns membros da UDN, como o senador Mathias Olímpio e o deputado Plínio Barreto. Outra figura de destaque, que não era filiada ao PCB, mas que firmou apoio à campanha foi o embaixador Osvaldo Aranha. Cf. Jayme Ribeiro. *Op. cit.*, p. 143.

¹⁸⁹ SMALLMAN, Shawm C. *Fear and Memory... Op. cit.* p. 98.

¹⁹⁰ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay: terror de estado e segurança nacional: Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar.* 2005. 434f. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 52.

¹⁹¹ SMALLMAN, Shawm C. *Fear and Memory... Op. cit.* cap. 7 e 8.

desenvolvimento econômico centrada em dois pilares básicos: na industrialização e no papel central do Estado na definição da estratégia econômica a ser adotada. Baseado nisto e marcado por uma conjuntura de crise econômica mundial e de Guerra Fria, intentava-se seguir um processo de autonomia econômica com uma industrialização voltada para prioridades internas e não externas, com proteção de mercados e dos recursos naturais estratégicos.

De outro lado, a proposta capitalista, corporificada nos acordos de Bretton Woods, sustentava a tese de uma gestão multilateral do capital que era extensiva à formalização de acordos de segurança e defesa mútua. Em complemento, as forças do capital reputavam ao nacionalismo a responsabilidade pelas crises econômicas, guerras e revoluções da primeira metade do século XX.¹⁹² Esta censura estava baseada no fato de que, para este grupo, o nacionalismo, corporificado em governos reformistas ou nos movimentos sociais, poderia pressionar por modificações políticas e sociais que implicassem na redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente americano, em barreiras ao avanço do capital e ao acesso aos recursos naturais da região, imprescindíveis em caso de um novo conflito mundial. Por estas razões, iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites e trustes norte-americanos. De posse de um enorme poder econômico, os Estados Unidos pressionavam os países latino-americanos a adotarem um alinhamento incondicional. Coagidos, estes países tinham seus campos de ação reduzidos.

A questão envolvia múltiplos aspectos, e, em parte por conta da amplitude de objetivos, o movimento nacionalista foi denunciado como peça nos planos da União Soviética de espalhar o comunismo pelo mundo. Sem dúvida que os comunistas participaram destas instituições, muitas vezes como figuras centrais, outras, serviram-se deles. Entretanto, afirmar que eram apêndices do movimento comunista é um engano, por parte dos analistas, e retórica

¹⁹² AYERBE, Luís Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002, p. 75-76.

oportunista, por parte dos opositores. A configuração era muito mais complexa. Como ilustra a afirmação dos sargentos da Base Aérea de Natal, em carta publicada no livreto “Depoimentos Esclarecedores”: “Há uma sequência de ‘coincidências’ que bem denotam o quadro que se esconde por detrás desse biombo que é o ‘anticomunismo’. Afastemos o biombo. O quadro é impressionante.”¹⁹³ O que se veria seria um enorme esforço dos grupos capitalistas em destruir um movimento com propostas em prol da emancipação nacional.

No Brasil, estas duas propostas antagônicas de desenvolvimento entraram em choque ao longo dos anos 1945-1964. Os militares também participaram destas contendas. Formaram-se basicamente dois grandes blocos, de um lado, os antinacionalistas, com sua proposta liberal-capitalista de associação entre segurança e desenvolvimento e de alinhamento automático com os países do ocidente. De outro, com base nos princípios defendidos pelas associações e campanhas que formaram este movimento, e pela expressiva participação militar, é possível atestar a existência de um partido militar no interior das Forças Armadas que tinha por proposição fundamental a defesa de uma política de emancipação nacional. Mas, enquanto a corrente militar antinacionalista contava com a Doutrina de Segurança Nacional, servindo de instrumento ideológico, e a Escola Superior de Guerra, como difusor dessa ideologia, o que possibilitava a arregimentação de aliados no interior das Forças Armadas, o partido militar nacionalista não possuía tais suportes tão bem estruturados. A chapa nacionalista que dirigiu o Clube Militar por anos, o CEDPEN e a LEN procuraram organizar o movimento nacionalista, desenvolver e divulgar as suas teses e executar ações estrategicamente planejadas de oposição aos interesses capitalistas.. Contudo, não conseguiram o mesmo sucesso da ESG. Para Peixoto,

¹⁹³ Citação da carta dos ex-sargentos da Aeronáutica da Base Aérea de Natal ao presidente da ABDDH, publicada em: *Depoimentos Esclarecedores*. Rio de Janeiro: Editora Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem 1953, p. 18. Transcrita no documento da Divisão de Polícia Política e Social, S.Iv. – SCAAD, referente ao Inquérito Policial Militar instalado para apurar atividades subversivas de caráter comunista no seio das classes armadas. APERJ, FPP, pasta ADM n.º 2B, dossiê 2, p. 37-49. Grifo no original.

se a Doutrina de Segurança Nacional forneceu um instrumento ideológico capaz de congregar um certo número de oficiais em torno de seus princípios, o nacionalismo jamais chegou a produzir uma doutrina elaborada, dentro ou fora das Forças Armadas.

Os grandes teóricos do nacionalismo são encontrados fora das Forças Armadas, e o aparelho ideológico dos grupos nacionalistas civis e militares – o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) – jamais teve no interior das Forças Armadas uma influência e um poder comparáveis aos da ESG, tanto mais porque a ESG fazia parte do aparelho militar, ao passo que o ISEB estava subordinado ao Ministério da Educação.¹⁹⁴

Ainda que, como afirma Peixoto, os “grandes teóricos do nacionalismo” estivessem fora das FFAA, a corrente militar nacionalista, da qual faziam parte muitos cassados após o golpe de 1964, assim como todo movimento, se mostrou atuante desde os fins dos anos 1940 e não apenas após a criação do ISEB. Transformaram-se em óbices ao desenvolvimento capitalista e, como tal, precisavam ser neutralizados.

Como menciona Maria Helena Moreira Alves, o controle sobre os militares era de particular importância para o Estado de Segurança Nacional. Por esta razão, dentro da lógica da “operação limpeza”, foram criados e usados mecanismos para limitar a participação política da facção adversária, de modo a fazer valerem os padrões hierárquicos e assegurar a predominância dos pontos de vista dos oficiais que chegaram ao poder em 1964. Esta condição teria levado a repressão a recair fortemente sobre os oficiais com influência ou comando de tropas, concentrando-se nos legalistas que haviam resistido à conspiração contra o governo João Goulart, por considerarem que somente através da forma legal poderia ocorrer a passagem de poder.¹⁹⁵ A afirmação está correta, porém, creio que incompleta.

Como mostra o Quadro I, apresentado no início do capítulo, realmente um número significativo de oficiais gerais e superiores participaram do governo João Goulart e/ou era simpático as suas ações. O silêncio quanto a esta constatação, até o momento, foi intencional. Tomar parte e/ou apoiar um governo que defendia a interferência do Estado na realização de reformas sociais, políticas e econômicas, visando o desenvolvimento do país, optou por uma

¹⁹⁴ PEIXOTO, Antônio Carlos. “O Clube Militar...”. *Op. cit.*, p. 87.

¹⁹⁵ ALVES, M.^a Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 64.

política externa independente e adotou medidas de restrições ao capital internacional (o controle da remessa de lucros, de pagamentos de royalties e de transferência de tecnologia, uma legislação antitruste e a nacionalização de empresas estrangeiras, e uma política nacionalista de apoio e concessão de subsídios ao capital privado nacional, em especial, aos setores não vinculados ao capital estrangeiro)¹⁹⁶ é, a meu ver, uma consequência praticamente automática para um grupo que, ao longo dos anos anteriores participou de um movimento cuja base de sustentação era justamente uma política de desenvolvimento econômico que garantisse a emancipação nacional.

Por esta razão, a intenção foi a de destacar exatamente as instituições e teses políticas que faziam parte da trajetória anterior tanto dos militares cassados quanto de outro grupo importante de militares, para mostrar que havia uma ligação com uma proposta maior e anterior ao governo de Jango. Um projeto para o Brasil baseado no dirigismo estatal, na luta contra os trustes e o imperialismo norte-americano, na autodeterminação da nação, no livre-comércio e no não alinhamento automático com os Estados Unidos como meios de suprir as necessidades de desenvolvimento da nação, e que, além disso, contemplava uma participação política efetiva das camadas populares (civis e militares).

De forma semelhante, a repressão que recaiu sobre eles fazia parte de um projeto antagonico, que tinha na defesa dos preceitos liberais, da associação com o capital estrangeiro e de um alinhamento automático com os países do bloco ocidental, especialmente os Estados Unidos, a sua principal bandeira. Este projeto, para adaptar-se às necessidades do capitalismo exigia um padrão de ordem social, política e econômica, e a participação de Forças Armadas unidas e coesas em torno desta proposta. Tais exigências, muitas vezes, demandavam o recurso à repressão. Por consequência, uma das intenções da política repressiva aplicada após 1964 foi eliminar todos os óbices e antagonismo de que falava a ESG, inclusive os oficiais que defendiam um projeto político de emancipação nacional. Intentava-se neutralizar o

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 21.

inimigo interno, para que pudessem estabelecer as condições necessárias ao processo de acumulação capitalista. Para os que não tinham qualquer relação com o ideário nacionalista, mas também foram punidos, em muitos casos, a repressão foi usada como instrumento de prevenção. Para aqueles que não foram cassados, valeu pelo efeito demonstração.

Capítulo III

Prováveis futuros desajustados: punições aos oficiais intermediários e subalternos

desde que seja possível o seu afastamento da MB [Marinha do Brasil] a pedido, ou mediante qualquer dispositivo de lei, que possa ele retornar ao meio civil, sem nenhuma restrição que o venha prejudicar. Caso a sua situação não permita essa medida, porém não convindo manter na MB um provável futuro desajustado e que se viu ligado aos que cooperaram com os solapadores da disciplina e da ordem hierárquica, que a ele se aplique o artigo 7.º do Ato Institucional do Comando Supremo da Revolução.¹

As primeiras respostas quanto às raízes da política de cassações aplicada a militares após 1964 apontam para os conflitos políticos e militares dos anos anteriores. O embate ideológico entre dois projetos de desenvolvimento político e econômico para o Brasil diametralmente opostos gerou escaras. A proposta vencedora trazia como condição para o seu sucesso a construção de uma estabilidade política e social. Para tanto, necessitou afastar do cenário político e das Forças Armadas os seus adversários dos anos anteriores, entre eles, os militares nacionalistas, fossem eles oficiais gerais, superiores, ou praças. Mas o grupo de cassados, não era formado apenas por estas frações militares. Fica a interrogação quanto ao lugar ocupado pelos que sequer tinham idade para participar ativamente – ao menos, não como militares – de tais embates, principalmente os dos anos 1950.

As análises quanto aos militares cassados tendem a focar nos casos dos oficiais gerais e superiores, identificados com as questões nacionalistas, em especial, ao governo João Goulart. Em complemento, mas de maneira secundária, a atenção recai sobre as praças militares, mais propriamente sargentos e marinheiros envolvidos em movimentos de revolta em fins de 1963 e início de 1964. Aos oficiais de patentes inferiores, pouca ou nenhuma atenção é dada. Quando muito, são mencionados apenas números a este respeito. Recebem, pois, o rebotinho da atenção dos analistas. O objetivo deste capítulo, portanto, é resgatar,

¹ Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

retirar das sombras, um grupo que, hierarquicamente situado na zona média entre as mais altas e as mais baixas patentes militares, acabou no esquecimento.

Esta escolha tem uma dupla explicação. A abrangência da punição sobre eles requeria uma maior atenção na análise. Em complemento, as justificativas para a necessidade de afastamento de alguns destes homens, contidas nos inquéritos policial-militares a que responderam, apresentam-se como indicativos da abrangência do processo punitivo desencadeado em 1964. Em face desta constatação, a opção pela análise da trajetória de um pequeno grupo de oficiais intermediários e subalternos nos acontecimentos que precederam o golpe de 1964 se impôs como uma necessidade.

A estratégia, no entanto, representa uma alteração em relação ao capítulo anterior, onde era privilegiado o que havia de comum na trajetória política do maior número possível de indivíduos pertencentes a cada grupo entre os militares cassados. A mudança de perspectiva se baseia, por um lado, na comparativamente menor quantidade de dados sobre estas frações do oficialato, que, se não impede, ao menos dificulta a reconstituição dos seus passados políticos. Por outro, seguindo o exemplo de Ginzburg,² há a crença de que a trajetória de alguns poucos indivíduos também pode apresentar um valor metodológico, permitindo e/ou auxiliando na articulação e na compreensão de um quadro mais geral, relativo a questões políticas no seu sentido mais amplo.

Por conseguinte, embora reconheça que os casos considerados não possibilitam a explicação de toda a prática punitiva aplicada aos oficiais intermediários e subalternos, creio que as histórias do pequeno grupo destacado são esclarecedoras. A partir delas é possível entender diferentes nuances do padrão mais geral da política repressiva. Além disso, novamente esclareço que os casos em destaque são apenas exemplos de uma lógica que presidiu as cassações de um universo maior de oficiais.

² GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. M.^a Betânia Amoroso. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 27.

Não há a pretensão, entretanto, de contestar a validade das pesquisas quantitativas – isto seria negar parte da pesquisa apresentada anteriormente –, apenas frisar que muitas vezes são as análises particularizadas, qualitativas, que nos mostram detalhes, indícios reveladores de um fenômeno maior, que os números são incapazes. Permitem generalizar conclusões, denunciam conexões que os dados numéricos, muitas vezes, se não negam, escondem. Como afirmou Ginzburg em outra obra, a idéia de totalidade não deve ser abandonada.

Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.³

Num tal panorama, não vejo como necessário que os casos em destaque representem casos típicos que sintetizem a política repressiva aplicada a toda a oficialidade intermediária e subalterna, até mesmo porque esta ela teve múltiplas faces. Creio apenas que a especificidade destes casos ajuda a refletir sobre o conjunto da prática repressiva e a revelar o que eles têm de singular e o que têm de homogêneo em relação a uma política maior. Em outras palavras, como escreveu Giovanni Levi, “(...) os afastamentos e os desvios, uma vez assinalados, parecem remeter-se ao que é estrutural e estatisticamente próprio do grupo estudado. (...)”⁴

As conclusões partirão de um diálogo constante entre o que há individual nestas cassações, o quadro mais geral da prática punitiva e o contexto em que ela se desenvolveu. A compreensão do projeto implantado a partir do golpe há que ser valorizada quando se pretende explicar a singularidade dos casos em destaque. A reconstituição do contexto histórico em que se desenvolveu a prática repressiva permitirá desvelar o que de início possa parecer nebuloso. Sua lógica, por mais que se mostre ímpar, não pode ser entendida apenas através do que lhe é próprio e específico, mas, a partir da percepção de que deslocamentos particulares, na verdade, são fios de uma trama que interliga a política repressiva em seu

³ *Idem*. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: _____. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. 1.ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 177.

⁴ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.s). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996, p. 174-175.

aspecto mais geral. Desse modo, observa-se que o suposto afastamento com relação ao padrão se revela, ao fim, um caminho alternativo cujo objetivo é chegar a um mesmo resultado.

Portanto, o que se pretende é um movimento dialético que vai do particular ao geral, do qualitativo ao quantitativo, em busca de percepções que priorizem complementaridades que permitam uma análise mais profunda.

O recurso utilizado é o estudo de inquéritos policial-militares aos quais alguns oficiais intermediários e subalternos responderam de modo a, através de uma comparação da trajetória político-militar destes homens no imediato pré-golpe, e destas com as de outros militares (em geral, oficiais superiores e generais) punidos, apresentar dados que propiciem novas explicações ou reafirmem pressupostos relativos às cassações das frações militares analisadas anteriormente.

Salienta-se que nem todos os oficiais intermediários ou subalternos cassados eram militares com pouco tempo de caserna em 1964 e muitos participaram dos conflitos anteriores ao golpe, mas há um grupo significativo que não participou. A pergunta que surge é: então por qual razão eles foram cassados?

1. A Trajetória dos oficiais intermediários e subalternos cassados:

Rememorando: entre 1964 e 1970, foram cassados 111 oficiais intermediários e 113 subalternos. Diferentemente do que ocorre com os oficiais generais e superiores, as informações sobre o passado político destes militares são mais raras. Do total, foram obtidos dados relevantes quanto a 34 (30,63%) dos primeiros, e 39 (34,51%) dos últimos. Mesmo que significativamente menor, se comparado aos demais membros do oficialato, ainda é possível a elaboração de um quadro prosopográfico para a apresentação da trajetória política destes homens após 1945:

Quadro 1: Trajetória dos oficiais intermediários e subalternos cassados

Evento e/ou movimento de que participou	Oficiais Intermediários	Oficiais Subalternos
Membro e/ou partidário da Chapa Nacionalista no Clube Militar (anos 1950/1962)	12	2
Processado por suspeita de exercício de atividades comunistas nas FFAA nos anos 1950 e 1960	1	1
Governo João Goulart	8	6
Ligação / subordinação a militares de esquerda e/ou nacionalistas	8	16
Promoção de doutrinação ideológica / incitamento da indisciplina	4	7
Ligação e/ou apoio às praças militares	5	7
Ligação com movimento sindical e/ou estudantil	1	7
Ligação com políticos, partidos (PCB) e/ou partidários da esquerda	5	12
ISEB	2	1
Encontros e/ou associações nacionalistas ou comunistas	5	12
Favorável ao monopólio do petróleo / Campanha do Petróleo / CEDPEN / LEN	0	1
Políticas reformistas (Base, Agrária e Alfabetização de Adultos)	2	5
Motivações pós-1964	6	5

• Fontes: APERJ, FPP; AEL, BNM; jornais *Correio da Manhã*, *O Dia*, *Diário de Notícias*, *O Globo*, *Imprensa Popular*, *O Semanário* e *Última Hora*, MIRANDA, M.^a Augusta Tibiriçá. *O Petróleo é nosso: a luta contra o "entreguismo", pelo monopólio estatal*. 2.^a ed. São Paulo: Ipsis, 2004. CLUBE MILITAR. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência*.

A observação destes dados leva a algumas conclusões semelhantes com relação aos casos dos oficiais gerais e superiores, mas também surgem novidades.

De modo análogo, aparecem referências ao processo de disputa política no interior do Clube Militar. Contudo, a diferença que o quadro oculta é que esta participação está concentrada nos dois pleitos mais próximos do golpe (1960 e 1962). Somente três oficiais intermediários (um em 1950, e dois em 1952) e um subalterno (em 1958) estiveram envolvidos em eleições anteriores. A explicação para este fato é cronológica: como aspirantes, tenentes, capitães e capitães-tenente, parcela significativa destes homens tinha pouca idade quando foram cassados, o que equivale a dizer que muitos, nos anos 1950, ou estavam nas escolas de oficiais, ou nem haviam ingressado nelas. Esta justificativa é extensiva à referência a conflitos, entidades e movimentos marcadamente ocorridos naquela década: campanha “O Petróleo é nosso!”, CEDPEN, LEN etc.

Também permanecem significativas as referências às praças militares, ao movimento estudantil, ao PCB e à ligação aos militares nacionalistas e aos políticos de esquerda, o que significa dizer que, nestes casos, o padrão da política repressiva foi mantido. Porém, assim como no que diz respeito à vinculação com as praças militares há dados que merecem maior destaque: surgem menções à preocupação com relação à doutrinação e ao incitamento à disciplina; e quanto aos militares nacionalistas, há a indicação de que alguns dos jovens oficiais cassados eram subordinados a eles. Estes dois aspectos remetem à questão da prevenção contra confrontos futuros.

Nas páginas que se seguem serão destacados alguns casos de oficiais intermediários e subalternos cassados. A atenção ficará concentrada na análise das acusações sofridas e nos depoimentos ao longo dos IPM's a que responderam. A reconstituição breve da trajetória destes homens nos dias que antecederam ao golpe e as preocupações que sobressaem das temáticas abordadas nos interrogatórios e das justificativas apresentadas para os afastamentos combinam-se para ajudar a apresentar novas questões e esclarecer hipóteses.

2. Supostos subversivos:

Em sua pesquisa sobre a política de cassações pós-1964, Marcus Figueiredo divide os dez primeiros anos do regime em três ciclos: o primeiro, do golpe à edição do Ato Institucional n.º 2 (AI-2), em 27 de outubro de 1965; o segundo, do AI-2 até a Constituição de 1967; e o terceiro, do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, até 1974. Nos dois primeiros ciclos o direito para aplicação das punições era transitório, e no terceiro se tornou permanente. Para o autor, esta mudança significou a “rotinização” da prática repressiva. Além deste aspecto particular, as punições ocorridas no terceiro ciclo apresentariam um componente novo: a relação com o conflito político-social crescente ao longo dos anos de 1967 e 1968, dirigindo-se, portanto, à oposição forjada pela própria dinâmica do regime, e com o objetivo de preservar e consolidar a “revolução”. Com base nestes argumentos, Figueiredo conclui que, somente nesta fase, ao eliminar as oposições surgidas durante o processo “revolucionário”, a política repressiva assumiu um caráter repressivo-preventivo.⁵

Há que relativizar esta conclusão. É possível verificar a ocorrência, já no primeiro ciclo, de punições com caráter preventivo, com o objetivo de preservar o regime de futuros problemas. Esta característica sobressai da análise de casos de militares cassados, não em decorrência de algum conflito anterior, mas por serem considerados subversivos em potencial. Embora não tenha sido aplicado somente sobre os oficiais intermediários e subalternos, preferencialmente, tal padrão recaiu sobre eles.

A Portaria n.º 542, de 3 de abril de 1964, do ministro da Marinha, vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, determinava

a instauração do devido Inquérito Policial Militar para, no prazo legal, apurar os fatos e responsabilidades relacionados com a conduta de oficiais da Marinha Brasileira que, de qualquer forma, contribuíram para a crise de

⁵ FIGUEIREDO, Marcus F. “A Política de Coação no Brasil Pós-64”. In: KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, p. 148-155.

disciplina verificada a partir da madrugada de 26/3, inclusive a participação na passeata levada a efeito quando foram postos em liberdade na tarde do dia 27/3 os Marinheiros e Fuzileiros amotinados no Sindicato de Metalúrgicos na cidade do Rio de Janeiro, GB.⁶

Neste IPM, entre outros, foram investigados os tenentes Justino Lopes da Silva, Paulo Albuquerque Carvalheira, Paulo Henrique Medeiros Ferro Costa e Sérgio José Bentes Lobato; e o capitão-tenente Glauco Antônio Prado Lima. No relatório final, datado de 15 de julho de 1964, exceção feita a Ferro Costa, o encarregado sugeriu afastamento dos militares com base no artigo 7.º do Ato Institucional do Comando Supremo da Revolução, que suspendia por seis meses as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade e permitia, “mediante investigação sumária”, a demissão, dispensa, aposentadoria, transferência para a reserva, reforma ou colocação em disponibilidade de funcionários públicos federais, estaduais ou municipais.⁷

O primeiro-tenente de Intendência de Marinha, Justino Lopes da Silva,⁸ exerceu a função de ajudante-de-ordens do almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, quando este exercia o cargo de ministro da Marinha (1962-1963), tendo, inclusive, em 9 de dezembro de 1962, representado o titular da pasta em cerimônia de posse da diretoria da AMFNB. Nesta ocasião, em nome do ministro, fez um discurso de congratulações à nova direção da entidade.

Durante o período da eclosão da rebelião dos marinheiros e fuzileiros navais, o tenente servia no Depósito de Combustíveis do Rio de Janeiro, quando, em 27 de março, recebeu um telefonema do almirante Suzano solicitando que o acompanhasse em uma visita ao Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, onde pôde participar da posse do almirante Paulo Mário

⁶ “Portaria n.º 542, de 3 de abril de 1964. AEL, BNM 28, v. 1. Sobre a Revolta dos Marinheiros, ver próximo capítulo.

⁷ BRASIL. Ato Institucional, de 9 de abril de 1964. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 de abr. de 1964, Seção 1, p. 3193.

⁸ Todo o relato baseia-se no depoimento do militar prestado no IPM: “Auto de Perguntas ao Indiciado”, datado de 4 de junho de 1964. AEL, BNM 28, v. 5.

como ministro da Marinha. Durante todo aquele dia Justino acompanhou o almirante, tendo presenciado o momento em que o militar foi carregado nos ombros por marinheiros.⁹

O tenente não chegou a ser preso logo após o golpe, como aconteceu com outros militares. No entanto, o Procurador-Geral, na sua peça acusatória final,¹⁰ destacou o fato de o militar ter representado o então ministro Suzano na cerimônia da AMFNB, na qual, em seu discurso, teria afirmado que “o Almirante Suzano via com simpatia a ascensão da classe naval tão bem representada pelos membros da referida Associação”. Acusou-o, ainda, de ter participado ativamente, ao lado do vice-almirante Cândido Aragão, dos acontecimentos do dia 26 de março no sindicato dos metalúrgicos e do dia 27, quando Aragão reabriu a sede da AMFNB. Tais acusações, segundo o procurador estariam comprovadas com base em fotografias, nas quais o tenente apareceria ao lado de Cândido Aragão fardado. Contudo, nestas ocasiões, conforme alegação dos advogados do tenente, o citado vice-almirante encontrava-se à paisana, e o tenente, conforme depoimento de outros militares que serviram como testemunhas – militares que, por sinal, não foram cassados –, estava em outro local.¹¹ Por fim, o Procurador-Geral solicitou o seu enquadramento no artigo 134 do Código Penal Militar, mas salientou que, caso fosse desejado, ainda poderia ser aplicado a ele o artigo 7.º do Ato Institucional do Comando Supremo da Revolução. Em 24 de setembro daquele ano, aos 28 anos, o tenente Justino Lopes da Silva foi reformado.¹²

O primeiro-tenente do Corpo de Fuzileiros Navais Paulo de Albuquerque Carvalheira tinha 26 anos quando do seu depoimento em 11 de maio de 1964, e servia no Centro de Recrutas do CFN, na função de encarregado do material bélico.¹³

⁹ Sobre o episódio em que os marinheiros e fuzileiros navais carregam o almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano e o vice-almirante Cândido da Costa Aragão, ver próximo capítulo.

¹⁰ Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

¹¹ “Alegações finais do primeiro tenente Justino Lopes da Silva”, de 25 de agosto de 1965. AEL, BNM 28, v. 10.

¹² “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, vol. I. Coletânea preparada pelo Ministério da Aeronáutica. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

¹³ “Auto de Perguntas ao Indiciado” Paulo de Albuquerque Carvalheira. AEL, BNM 28, v. 2.

Declarando não esposar nenhuma ideologia da linha comunista, mas admitindo ser simpatizante dos programas e metas do governo João Goulart, contou que, no dia 31 de março de 1964, foi chamado à sua unidade e notificado por seu comandante, o capitão-de-mar-e-guerra Sebastião Alves de Souza, de que a Marinha estava em regime de prontidão rigorosa. Frente a este quadro, seu superior havia dividido a tropa em três pelotões, sendo que um ficaria sob o comando do tenente Carvalheira e os outros sob a responsabilidade dos tenentes Geremias Pereira Santos e Eliezer do Rego Barros. No dia seguinte, o seu pelotão foi deslocado para o Ministério da Marinha. Lá chegando, foi ordenado que destacasse um grupo para proteger a sede da Petrobras, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Afirmou também que, antes disto, também no dia 31 de março, afirmou que compareceu a almoço no rancho dos sargentos, onde se encontravam elementos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Nesta ocasião, fez discurso que alegou não ser político, mas que foi entendido como tal por um oficial bombeiro que se encontrava no local e se dizia próximo do ministro da Justiça, Abelardo Jurema. Questionado sobre suas relações com o vice-almirante Cândido Aragão, e sobre o seu comparecimento a reuniões da AMFNB, respondeu que não mantinha nenhum relacionamento com o então comandante do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), conhecendo-o apenas de cerimônias oficiais, e negou participação em qualquer assembléia da associação dos marinheiros. Nada mais dizendo de relevante com relação aos acontecimentos anteriores a 1.º de abril de 1964, contou que, com a queda do governo João Goulart, foi licenciado de suas funções e, no dia 7 daquele mês, preso.

A presença no rancho dos sargentos, a suposta simpatia pela causa comunista e o declarado apoio aos programas e metas do governo João Goulart foram apresentados no relatório final do inquérito como elementos justificativos para a formaram a sua cassação. Foi alegado, ainda, que ele, por ordem de seu comandante, estivera no Ministério da Marinha para defender o almirante Paulo Mário de um levante de oficiais. Em face destas acusações, o

encarregado do IPM propôs que o primeiro-tenente Paulo de Albuquerque Carvalheira fosse enquadrado no artigo 7.º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, “a fim de que fique a MB [Marinha do Brasil] escoimada de elementos esquerdistas.¹⁴ Em 24 de setembro de 1964, foi demitido.¹⁵

Paulo Henrique Medeiros Ferro Costa, segundo-tenente de Intendência de Marinha, foi cassado aos 26 anos de idade, acusado de exercer atividades comunistas na Marinha desde 1962; de manter ligações com a AMFNB, comparecendo e participando de forma atuante a reuniões da entidade; de participação em reuniões de praças da Marinha, incentivando atos atentatórios à disciplina e à ordem militar, de, durante a crise no Sindicato dos Metalúrgicos, estar em constante contato com os marinheiros e fuzileiros, estimulando a indisciplina, em conivência com o vice-almirante Cândido Aragão e o contra-almirante Washington Frazão Braga; de, na mesma fase, por ordem ou sugestão do capitão-de-fragata Thales Fleury de Godoy, ter percorrido vários navios da esquadra para sentir o ambiente; e de, ao lado do marinheiro de 1.º classe José Anselmo dos Santos, buscar armas no Corpo de Fuzileiros Navais para fazer a guarda do Departamento de Correios e Telégrafos.¹⁶

No interrogatório realizado no dia 13 de maio de 1964, o tenente negou ter comparecido a outras reuniões da AMFNB que não a realizada no Sindicato dos Metalúrgicos e afirmou que, quando da revolta dos marinheiros, encontrava-se em período de férias e, na manhã do dia 26 de março, foi informado pelo seu tio, deputado federal Ferro Costa,¹⁷ da manifestação. Ciente dos acontecimentos, foi ao Sindicato dos Metalúrgicos no intuito de

¹⁴ Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

¹⁵ “Ato da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

¹⁶ Denúncia do Procurador Geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, datada de 14 de agosto de 1964. AEL, BNM 28, v.1; Ficha do CENIMAR com informações do 2.º Ten. (IM) Paulo Henrique Medeiros Ferro Costa. AEL, BNM 28, v.7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

¹⁷ Apesar de eleito pela UDN, Clóvis Ferro Costa apoiava as proposições reformistas do governo João Goulart. Membro da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), foi incluído na primeira lista de cassações publicada em 10 de abril de 1964, perdendo o mandato de deputado-federal e os direitos políticos por dez anos. ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.) *Op. cit.*, 1 CD-ROM; BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução n.º 1 e n.º 2, de 10 de abril de 1964. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 de abr. de 1964, Seção 1, p. 3217.

tomar conhecimento dos motivos da reunião dos marinheiros. Em seguida, se prontificou a auxiliar no encaminhamento de soluções para tais questões. Em face deste comprometimento, retornou ao sindicato por várias vezes, naquele dia e no dia seguinte. Em 29 de março, foi convocado a apresentar-se no gabinete do ministro e, no dia 30, recebeu a missão de “correr” navios a fim de sentir o ambiente. Após o golpe, por estar de férias, não se apresentou imediatamente. Dias depois, soube da sua convocação pelos jornais. Compareceu ao quartel no dia 12 de abril e foi preso.¹⁸

O tenente Paulo Henrique Medeiros Ferro Costa afirmou em seu depoimento ter pedido demissão da Marinha em 4 de fevereiro de 1964. Este fato fez com que o encarregado no inquérito, após apresentar o rol de acusações contra ele, opinasse que lhe fosse satisfeito o pedido. Ponderou, no entanto, que ele deveria ser enquadrado nos artigos 11.º (a), 12.º e 17.º da Lei de Segurança Nacional; e nos artigos 133 e 134 do Código Penal Militar.¹⁹ No dia 19 de agosto de 1964, foi finalmente demitido.²⁰

O primeiro-tenente fuzileiro naval Sérgio José Bentes Lobato, servindo no Centro de Instruções do Corpo de Fuzileiros Navais (CICFN), aos 26 anos quando de seu interrogatório em 12 de maio de 1964, informou apenas que, às 23 horas do dia 31 de março, recebeu ordens para se deslocar com um pelotão para o Ministério da Marinha. Como missão, teria que vigiar a Praça XV, a Cia de Navegação Lloyd Brasileiro e as vizinhanças do ministério. Em seguida, assumiu o comando de três pelotões do CICFN, que se encontravam no ministério, tendo, por fim, no início da noite de 1.º de abril de 1964, recolhido as tropas de volta à sua unidade, onde permaneceu até a tarde do dia seguinte, quando foi preso.

Interrogado quanto às suas relações com os comandantes Paulo Silveira Werneck, Thales Fleury de Godoy, Píndaro Cardim de Alencar Osório e Cândido da Costa Aragão,

¹⁸ “Auto de Perguntas ao Indiciado”, datado de 13 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 3.

¹⁹ Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

²⁰ “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

afirmou não ter mantido maiores contatos, assim como negou ter comparecido a reuniões da AMFNB. Questionado, ainda, quanto à veracidade de uma declaração sua de que, em caso de revolução comunista, o presidente da República e seus ministros seriam executados, confirmou tê-la feito, justificando que chegou a esta conclusão com base em ensinamentos históricos. No que se referia às razões de atribuírem a ele a denominação de oficial comunista, alegou que, na Marinha, quem não “era Lacerda”,²¹ era tido como tal e assim, por não votar naquele político, achava que era visto como comunista.²²

Acusado de defender idéias comunistas no CICFN; de, na crise de 31 de março, manter contatos e transmitir informações para a União Nacional dos Estudantes (UNE) e para o jornal *A Noite* e destes para o vice-almirante Aragão; de ter comandado a tropa no Ministério da Marinha; e de manter ligações com elementos da esquerda, o encarregado do IPM sugeriu o seu afastamento das fileiras da Marinha através de seu enquadramento no artigo 7.º do Ato Institucional.²³ No dia 24 de setembro de 1964, o 1.º tenente Sérgio José Bentes Lobato foi demitido.²⁴

Quando da revolta dos marinheiros e fuzileiros navais, o capitão-tenente Glauco Antônio Prado Lima,²⁵ exercia a função de diretor do Presídio Naval. Contra ele, pesou a acusação de, no dia 27 ou 28 de março de 1964, por ordem do subcomandante da Guarnição do Quartel Central do Corpo de Fuzileiros Navais, soltar seis marinheiros da AMFNB presos no dia 24, além de todos os outros que estavam cumprindo prisões disciplinares. Entretanto, o militar alegou que esteve ausente do quartel do dia 26 ao dia 31 de março, só tomando ciência de tais liberações após a sua prisão. Contudo, não negou ter comparecido, à paisana e por sua própria iniciativa, no dia 26, à manifestação da AMFNB, “a fim de tomar conhecimento do

²¹ Menção ao político Carlos Lacerda, um dos mais extremados líderes direitistas da época.

²² “Auto de Perguntas ao Indiciado”, datado de 12 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 3.

²³ Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

²⁴ “Ato de Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

²⁵ Quando não houver outra menção específica, os dados relatados fazem uma síntese dos dois depoimentos prestados pelo capitão-tenente Glauco Antônio do Prado Lima. “Autos de Perguntas ao Indiciado”, datados de 29 e 30 de abril de 1964. AEL, BNM 28, v. 2.

que se passava e sondar o ambiente”.²⁶ Tampouco negou que, cumprindo ordens do capitão-de-mar-e-guerra Ary da Frota Roque, guarneceu as instalações do Lloyd Brasileiro, em 31 de março de 1964. Segundo o capitão-tenente, esta missão visava proteger os cofres da empresa, onde estava guardada uma vultosa quantia. No dia 1.º de abril, o mesmo comandante lhe atribuiu a missão de tirar do ar a Rádio Roquete Pinto, obrigação que também executou. No entanto, negou manter relações com o vice-almirante Aragão.

As alegações do capitão-tenente não bastaram. Justificado em todos estes fatos e ainda nas afirmações de que tratava-se de um “comunista ativo” que, “por desídia ou omissão” não controlou os presos do Presídio Naval, tendo ainda os armado e libertado para assassinarem um outro oficial, e por supostamente estar envolvido na troca de uniformes de marinheiros para fuzileiros navais, o encarregado do inquérito sugeriu o seu enquadramento no artigo 7.º do Ato Institucional.²⁷ Em 24 de setembro de 1964, foi reformado.²⁸

O primeiro-tenente de artilharia Carlos Augusto Garcia da Fonseca foi investigado no IPM instaurado em 14 de maio de 1964 e encerrado em dezembro de 1965, cujo objetivo era apurar, no âmbito do 8.º Grupo de Artilharia da Costa Motorizada/RJ – Exército, os fatos e as responsabilidades de todos aqueles que tivessem desenvolvido atividades capituláveis nas leis que definiam os crimes militares e os crimes contra o Estado e a ordem política e social.²⁹ Na denúncia do procurador militar da 3.ª Auditoria, datada de 4 de setembro de 1964, os indiciados foram acusados de, “de maneira lenta e progressiva, com conversas informais e reuniões com seus subordinados” incutir neles “idéias subversivas e comunistas, com o fito de desmoralizar a disciplina e a hierarquia militar e tentar mudar a ordem política e social estabelecida no país.”³⁰

²⁶ “Auto de Perguntas ao Indiciado”, datado de 30 de abril de 1964. AEL, BNM 28, v. 2.

²⁷ Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

²⁸ “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

²⁹ Portaria determinando abertura do IPM, datada de 14 de maio de 1964. AEL, BNM 511, v. 1.

³⁰ Denúncia do Procurador Militar da 3.ª Auditoria, datada de 4 de setembro de 1964. AEL, BNM 511, v. 1.

De uma forma consolidada, dentre as observações constantes dos relatórios de sindicância³¹ a que foi submetido, datado de 7 de maio de 1964, e do relatório do IPM,³² datado de agosto do mesmo ano, pesavam sobre o tenente as seguintes acusações: simpático ao socialismo; leitor assíduo dos jornais *O Semanário* e *Última Hora*, e dos livros *Miséria é nossa* e *Lacerda, carreirista da traição*, ao mesmo tempo em que menosprezava jornais anticomunistas, como *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*; ouvinte das “pregações subversivas” da Rádio Mayrink Veiga; tentar aliciar sargentos para as suas idéias e promover a desarmonia na tropa; comparecer à reunião de sargentos na residência do marechal Osvino Ferreira Alves; manter contato com militares nacionalistas do quartel (capitães Eduardo Chuahy, Pedro Paulo de Albuquerque Suzano e Soares³³); simpático às idéias de Leonel Brizola; ter apoiado a ação do governo com relação aos marinheiros, defendendo a existência de um sindicato e de melhor tratamento para estes; favorável à reforma agrária e contrário ao capital estrangeiro e à iniciativa privada; considerar a UNE uma das esperanças da nação, face às suas idéias avançadas; atacar o Congresso Nacional e defender João Goulart; executar ações em favor do governo deposto e contrárias ao “movimento revolucionário”; e comunista “atuante e perigoso”.

No depoimento prestado em junho de 1964, o tenente admitiu ter comparecido a reuniões na residência do marechal Osvino, nas quais se ventilou a candidatura do general Pery Bevilaqua para a presidência do Clube Militar no pleito de 1962, manter conversas sobre assuntos políticos no quartel, explanando a sua opinião e de conhecer os oficiais Chuahy e Kardeck Leme. Negou, porém, ser contrário ao capital estrangeiro e à iniciativa privada, ser ouvinte da Rádio Mayrink Veiga e leitor dos jornais ou obras citados, ser socialista, ter

³¹ Relatório de Sindicância no 8.º G A Cos M, datado de 7 de maio de 1964. AEL, BNM 511, v. 1.

³² Relatório final do IPM, datado de agosto de 1964. AEL, BNM 511, v. 1.

³³ Não há informações que permitam identificar com precisão o nome completo do capitão do Exército Soares. É possível que se trate de José Farias Soares Filho, reformado em 24 de agosto de 1964. Após a transferência para a reserva em 11 de abril de 1964, Eduardo Chuahy e Pedro Paulo de Albuquerque Suzano foram, respectivamente, demitido e reformado em 25 de setembro de 1964.

praticado ações em favor do governo João Goulart, e manter conversas tentando aliciar sargentos. Com relação ao Congresso Nacional, declarou apenas que achava moroso o processo legislativo.³⁴

Preso em 3 de abril de 1964, em face das alegações expostas, e “(...) por julgá-lo irrecuperável dado o grau de politização que alcançou”, o encarregado do IPM sugeriu o seu enquadramento no Código Penal Militar e na Lei de Segurança Nacional e seu afastamento do serviço ativo do Exército com base no artigo 7.º do Ato Institucional, da mesma forma que foi feito aos oficiais da Marinha.³⁵ Em 11 de setembro de 1964, o tenente Carlos Augusto Garcia da Fonseca foi cassado.³⁶

Paulo Antônio Pinto Kelly, primeiro-tenente de artilharia do Exército, foi objeto de investigação no IPM instaurado em 3 de junho de 1964 e encerrado em 15 de dezembro de 1965. O foco do inquérito era a investigação de oficiais do 4.º Grupamento de Canhões 90 Antiaéreo, de Niterói/RJ - Exército, acusados de levarem a efeito

contínua e repetidamente doutrinação ideológica, em relação a seus subordinados e colegas, no sentido de incitá-los à indisciplina e à prática de crimes contra a ordem política e social estabelecida na Constituição, e, com isso, faziam também apologia de fatos considerados crimes militares.³⁷

Entre as acusações ao militar constavam: ter se declarado “nacionalista”, esquerdista e adepto das idéias de Leonel Brizola, Miguel Arraes e Fidel Castro; tachar de inculto politicamente um capitão de sua unidade que não reconhecia os méritos nacionalistas de Brizola; introduzir no quartel folhetos de propaganda nacionalista de Arraes; integrar grupo de oficiais e praças que comungavam de idéias subversivas, e que procuravam doutrinar politicamente os recém-classificados na unidade; comparecer a reuniões na residência do marechal Osório; manter contatos com o major Raimundo Benjamin Falcão de Queiroz, os

³⁴ “Termo de Perguntas ao Indiciado”. AEL, BNM 511, v. 1.

³⁵ Relatório de Sindicância no 8.º G A Cos M, datado de 7 de maio de 1964; e Relatório final do IPM, datado de agosto de 1964. AEL, BNM 511, v. 1.

³⁶ “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

³⁷ Denúncia da Promotoria, datada de 6 de novembro de 1964. AEL, BNM 520, v. 1.

capitães Jackson Brognoli Guedes, João Jones da Silva Ribeiro, Ruy Frota Gomes, e Ailton Franco, e com os sargentos Clécio Lobo de Carvalho, Evy Rodrigues Vieira e Firmo Alves de Freitas, além do próprio marechal Osvino; participar de reuniões no quartel com os oficiais acima citados; aproveitar o fato de ser filho do comandante da unidade para melhor difundir idéias subversivas e obstar conferências do capelão; fazer referências desrespeitosas ao Duque de Caxias, patrono do Exército; levar o jornal *O Panfleto*³⁸ para o quartel, emprestando-o para vários militares; e, como outros oficiais, fazer apologia da política de controle estatal e da necessidade dos militares da unidade de se colocarem em torno dos chefes que esposavam tais idéias; demonstrar euforia com as primeiras notícias de derrota da “Revolução” e, depois, descontentamento com o resultado final.³⁹

Quando de seu depoimento, em 17 de julho de 1964, então com 28 anos, o tenente admitiu que debatesse assuntos políticos com companheiros, mas, de forma geral, sobre notícias de jornais, o comparecimento à reunião na casa de Osvino, mas para tratar do aumento dos vencimentos, e ser favorável às “reformas de base”. Afirmou, ainda, que considerava nacionalismo o fato de desejar que o Brasil alcançasse o nível de desenvolvimento dos EUA, Inglaterra e França, e admitiu que perdeu a calma quando soube da vitória da “Revolução”, mas justificou isto com o temor do que aconteceria com seu pai, comandante da unidade e leal aos que eram seus chefes e ao poder constituído. Negou ser comunista, partidário das idéias de Brizola e Arraes, assim como a distribuição de folhetos com propaganda deste, a realização de reuniões políticas no interior da unidade, a ligação política com oficiais, e ter levado jornais, panfletos ou documentos subversivos para a unidade.⁴⁰

³⁸ Fundado em 17 de fevereiro de 1964 e extinto logo após o golpe, *O Panfleto* caracterizou-se por ser um semanário vinculado à ala esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). FERREIRA, Marieta de Moraes. “O Panfleto”. In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.). *Op. cit.*

³⁹ Relatório Final do IPM, datado de 3 de setembro de 1964. AEL, BNM 520, v. 1; Denúncia da Promotoria, datada de 25 de outubro de 1965. AEL, BNM 520, v. 2.

⁴⁰ “Termo de Perguntas ao Indiciado”, datado de 17 de julho de 1964. AEL, BNM 520, v. 1.

Inicialmente transferido, em 4 de maio de 1964, para Lapa (PR), o tenente Paulo Antônio Pinto Kelly foi reformado em 6 de outubro daquele ano.⁴¹

Antes da análise, propriamente, é preciso afirmar a consciência de a narrativa presente nos depoimentos – apesar do pouco tempo entre a ocorrência dos fatos e a data dos relatos – silenciosa, seleciona e reelabora eventos, ações e nomes sempre inter-relacionando o presente e o passado, o individual e o coletivo, como ocorre, aliás, em qualquer outra construção memorialista.⁴² Este mesmo processo de seleção também está presente nas peças de acusação. Além disso, é perceptível que as imputações são, muitas vezes, desprovidas de uma base de comprovação. Simples deduções sustentadas em informes do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), para os casos da Marinha, e/ou de outras origens, de maneira generalista, mencionavam atividades supostamente subversivas, mas não apresentavam dados suficientes que as comprovassem. Mas, mesmo assim, os relatos e as acusações nos auxiliam a identificar as várias camadas da história do conflito político-ideológico que resultou no golpe de 1964, contribuindo para a percepção do que subjaz às cassações de um grupo de oficiais pouco referenciados pela historiografia, revelando as preocupações significativamente presentes no interior das Forças Armadas. Logo, apresentam elementos que nos levam à verificação da validade das hipóteses do trabalho.

Esses homens são genericamente tachados de subversivos, comunistas, esquerdistas, que, ao lado oficiais superiores, colaboraram com o processo de subversão e quebra da disciplina no interior das Forças Armadas. “Irrecuperáveis”, contribuíram com aqueles que queriam levar o país para um destino que não era o seu. Portanto, não podiam permanecer servindo à nação. Não por acaso, se destacam ao longo dos interrogatórios e relatórios: a

⁴¹ “Certidão de Tempo de Serviço do ex-primeiro tenente Paulo Antônio Pinto Kelly, durante o tempo em que serviu no 4.º G Can 90 AAé.”. AEL, BNM 520, v. 2; “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

⁴² Como define Maurice Halbwachs, “nunca estamos sós”. HALBWACHS, Maurice. 1990. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, p. 26. A premissa central da obra de Halbwachs é o caráter coletivo de nossas lembranças, é a sua constituição através da interação permanente entre indivíduo e grupo.

inquietação quanto à relação dos oficiais intermediários e subalternos com as praças militares. A intenção era comprovar a contribuição efetiva destes homens para o chamado processo de subversão e de quebra da hierarquia e da disciplina no interior das Forças Armadas no imediato pré-golpe. Retornando a Norbert Elias, estes homens só existiam como pluralidades, como *configurações*, no sentido da constituição de uma rede de interdependências entre estes indivíduos.⁴³ Naquele contexto, por mais que não se constituíssem em um grupo de fato, a situação dos militares estava intimamente interligada. A partir do momento que se conseguisse estabelecer esta relação com as praças, surgia o motivo suficiente para a cassação.

Não se pode desconhecer que a questão do envolvimento e doutrinação das praças é da essência do IPM's. No caso da Marinha, o inquérito foi aberto justamente para apurar o envolvimento de oficiais com a “Revolta dos Marinheiros”. Para os militares do Exército, não é diferente: a preocupação é com supostas doutrinações ideológicas, por excelência, das praças militares, pelos oficiais investigados em cada um dos grupamentos em questão. Sendo assim, a lógica dos interrogatórios deveria seguir por esta trilha. Mas, este tema está inserido em um conjunto mais amplo.

O desenvolvimento dos movimentos das camadas populares, em especial, das praças militares é sem dúvida uma das questões-chave do processo de disputa político-ideológica, e o grupo que chegou ao poder em 1964 não ignorava este fato. Em um contexto de crescimento dos movimentos das camadas populares, entre eles os das praças, a possibilidade de cooptação de um número ainda maior de “soldados” para este “exército” era extremamente perigosa. Os levantes dos sargentos em Brasília, em 1963, e dos marinheiros e fuzileiros navais no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1964, e o que eles representavam de barreira ao projeto de desenvolvimento capitalista, conservador e autoritário que se queria instaurar no Brasil,

⁴³ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Trad.: Ruy Jungmann. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1, p. 249.

levaram o grupo que tomou o poder após o golpe a acusá-los insistentemente de serem exemplos de atos atentatórios aos pilares da instituição militar: a disciplina e a hierarquia. Em complemento, a união dos mais diversos setores populares (sindicais, estudantis etc.) às praças militares apontava para possibilidade um grande movimento de massas armado, incompatível com um projeto político e econômico que tinha por pressuposto para a sua realização um baixo nível (se possível, nenhum nível) de contestação política e social.

Fundamentada nestas premissas, vitoriosa a ação golpista, a iniciativa de eliminar tais obstáculos foi imediata. Não bastava, no entanto, “escoimar” as Forças Armadas das praças que efetivamente compunham estes movimentos. Além delas, era preciso atingir todos que, mesmo que não tivessem participado diretamente, supostamente contribuíram para aquela crise. Daí a necessidade de se identificar todos os envolvidos neste processo. Esta afirmativa ganha mais sustentação quando se analisa a trajetória daqueles para os quais, mesmo não se encontrando razões para o indiciamento, a cassação foi o destino. O motivo: prevenção.

3. As cassações como prevenção:

Investigados no mesmo IPM aberto em 3 de abril de 1964 para apurar fatos e responsabilidades da conduta de oficiais da Marinha do Brasil citado anteriormente, os primeiros-tenentes do Corpo da Armada Carlos Heitor Schueler Reis, Jorge Milton Temer e Luiz Carlos Tettamanzy eram companheiros de turma na Escola Naval⁴⁴ e, às vésperas do golpe, alunos do Curso de Especialização em Máquinas para Oficiais (CEMO).⁴⁵

Em depoimentos prestados no IPM, respectivamente em 4 e 7 de maio de 1964, os tenentes Temer e Schueler afirmaram não terem participado da manifestação dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos e nem dos acontecimentos dos dias posteriores. Na quarta-

⁴⁴ Todos pertenceram à turma ELMO. Disponível em: <http://www.turmaelmo.kit.net/turma.htm>. Acesso em: 13 de março de 2010.

⁴⁵ Todo o relato baseia-se nos depoimentos dos tenentes Temer e Schueler no IPM. “Auto de Perguntas ao Indiciado”, datados de 4 e 7 de maio de 1964, respectivamente. AEL, BNM 28, v. 2.

feira, dia 1 de abril, os dois militares dirigiram-se para o CEMO, e, quando lá chegaram, foram informados por Tettamanzy de que a escola estava em “regime de domingo” e de que os oficiais das unidades que se encontravam neste estado não teriam acesso ao Ministério da Marinha. Entretanto, no dia anterior, em contato telefônico com o capitão-tenente César Ney Cherem, Temer foi aconselhado a, em caso de não ser dada a ordem de prontidão por parte do CEMO, apresentar-se ao gabinete do ministro, pois estariam necessitando do concurso de oficiais. Em conseqüência, os três tenentes decidiram ir ao ministério. Chegando ao gabinete, foram recebidos pelo capitão-de-fragata Thales Fleury de Godoy e conduzidos para uma sala em que já estavam reunidos vários oficiais, na qual tiveram apenas notícias vagas sobre os acontecimentos. Permaneceram no recinto durante toda a manhã sem nada fazer, retirando-se para o almoço no gabinete do ministro, quando, a convite do capitão-de-mar-e-guerra Vanus de Miranda Nogueira, que, no eclodir dos acontecimentos daqueles dias havia sido designado para assumir o comando da Flotilha de Submarinos, o tenente Temer foi nomeado seu ajudante-de-ordens. Schueler e Tettamanzy retornaram para a sala onde se encontravam anteriormente e, no fim da tarde, foram dispensados. Temer acompanhou Vanus na cerimônia de posse da nova função, mas, pouco depois, chegou a informação da “renúncia” do presidente João Goulart. Vanus, então, comunicou que iria exonerar-se e dispensou os serviços do tenente Temer, que, por fim, dirigiu-se para a sua residência. No dia seguinte, Schueler e Temer foram novamente dispensados de sua unidade e, na sexta-feira, ao se apresentarem, presos.

No relatório final do inquérito os tenentes foram acusados de envolvimento nos acontecimentos a que se referia o IPM por terem comparecido ao gabinete do ministro, cujo acesso estava vedado aos oficiais. Porém, foi atestado que nada de grave havia sido apurado contra nenhum dos três oficiais, apenas o fato de terem se apresentado, “de *motu-proprio*”, a colaborar com elementos suspeitos que lideraram a Marinha durante a gestão do almirante

Paulo Mário. Dos três, somente o tenente Temer, segundo informação do encarregado do CEMO, constante do inquérito, era considerado um oficial “agitador”, pois, pelo linguajar, se supunha que teria “alguma leitura de literatura comunista”. Apesar de desqualificados como indiciados, os tenentes Schueler, que tinha 25 anos na data do depoimento, e Tettamanzy⁴⁶ foram demitidos da Marinha, respectivamente em 24 de setembro e 8 de outubro de 1964.⁴⁷ Ao tenente Temer foi sugerido o enquadramento no artigo 7.º do Ato Institucional, “a fim de afastá-lo definitivamente da vida militar, fazendo-se um bem a ele próprio e à própria Marinha, dada a sua reconhecida condição de desajustado no meio naval e o conceito de “agitador” que dele faz o Encarregado do CEMO.”⁴⁸ De modo idêntico ao tenente Schueler, o tenente Temer, aos 25 anos na data do depoimento, foi demitido em 24 de setembro de 1964.⁴⁹

Também investigado no mesmo inquérito, o primeiro-tenente de Marinha Ezio Torres, servia na Escola de Guerra Naval e tinha 27 anos quando prestou depoimento, em 11 de maio de 1964.⁵⁰

Interrogado, afirmou que, ao fim do expediente do dia 31 de março de 1964, quando tentava retornar para a sua residência, foi informado de que todos os oficiais que serviam no prédio do antigo Ministério da Marinha deveriam se apresentar ao gabinete do ministro. Para lá se dirigiu, sendo informado de que deveria aguardar instruções em sua companhia. Na manhã do dia 1.º de abril, recebeu ordens para ir com outros oficiais, entre eles o capitão-de-fragata Jorge da Cruz Soares e o segundo-tenente José Ribamar Pereira Torreão da Costa, ao Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW) com o objetivo de trazer uma tropa de

⁴⁶ Na documentação do IPM não consta o depoimento do tenente Tettamanzy e não há dados sobre a sua idade. No entanto, pelo fato de ter feito parte da mesma turma a que os tenentes Temer e Schueler pertenceram na Escola Naval, conclui-se que teria idade idêntica ou muito próxima.

⁴⁷ “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

⁴⁸ Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

⁴⁹ “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

⁵⁰ Todo o relato baseia-se no depoimento do militar prestado no IPM: “Auto de Perguntas ao Indiciado”, datado de 11 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 2.

marinheiros para o ministério. No fim da tarde daquele dia, ao tomar conhecimento do “boato” de que os oficiais haviam abandonado os seus cargos, retirou-se do quartel. No dia seguinte, apresentou-se normalmente à Escola de Guerra Naval, tendo sido preso.

No relatório do IPM, o encarregado afirmou que não havia “nada de digno” a informar sobre o tenente Ezio Torres e sugeriu a sua desqualificação do rol de indiciados.⁵¹ Apesar disto, em 8 de outubro daquele ano, foi demitido dos quadros da Marinha.⁵²

Este padrão de cassação não atingiu apenas oficiais da Marinha. Na Aeronáutica, a punição foi ainda mais abrupta. Na Marinha, estes oficiais, apesar de nada ter sido averiguado que justificasse os seus indiciamentos, só foram cassados após o relatório final do inquérito. Na Aeronáutica, não. As cassações foram executadas antes do final do IPM. Em alguns casos, antes mesmo do depoimento dos indiciados. Após o inquérito, tais punições foram apenas ampliadas.

Os capitães-aviadores Hugo Hartz, Lúzio Pinheiro de Miranda e Ony Magalhães Machado foram transferidos para a reserva já nos primeiros dias após o golpe. Porém, dias antes, em 6 de abril de 1964, foi aberto um IPM para apurar a ocorrência de atos de subversão praticados por militares da Base Aérea do Galeão.⁵³ Entre os investigados encontravam-se estes três oficiais.

Como não se tratava de um inquérito relativo a um acontecimento específico, mas a uma suposição mais genérica, os interrogatórios foram conduzidos de modo a identificar a existência de subversão no local e, em particular, o posicionamento político-ideológico destes militares. Os questionamentos versavam sobre uma possível difusão de uma ideologia subversiva, principalmente em relação aos subalternos, sobre o envolvimento destes oficiais

⁵¹ Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

⁵² “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

⁵³ Portaria para prosseguimento de IPM, datada de 20 de maio de 1964. AEL, BNM 694, v. 1.

com militares suspeitos de subversão, e conjecturas sobre suas atitudes, caso fosse deflagrada alguma ação em defesa do governo João Goulart.

Hugo Hartz⁵⁴ e Lúzio Pinheiro Miranda⁵⁵ admitiram o envolvimento na chapa do brigadeiro Prata na eleição para a diretoria do Clube da Aeronáutica, inclusive a participação em reunião na casa do brigadeiro Francisco Teixeira, organizada com tal objetivo. De modo idêntico, reconheceram terem assistido a palestra sobre reforma agrária, ministrada por João Pinheiro Neto, da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), nas dependências da própria Base Aérea, e que, sendo o governo João Goulart constitucionalmente eleito, obedeceriam às ordens para defendê-lo. Hartz admitiu, ainda, o comparecimento à reunião realizada no cassino da Base Aérea do Galeão, na qual o coronel Fausto Gerpe fez um relato de sua viagem à Cuba. Já Lúzio P. de Miranda afirmou que, em 1.º de abril, recebeu e cumpriu ordens do tenente-coronel aviador Matias Baliú, visando a transferência da cadeia de comando para Porto Alegre.

Embora o inquérito tivesse como objetivo explícito a apuração de supostas ações subversivas na Base Aérea do Galeão, o capitão-aviador, especialista em armamentos, Ony Magalhães Machado foi questionado sobre atos anteriores ao período em que serviu nesta base. O condutor do interrogatório ponderou sobre a época em que o oficial esteve à frente da prefeitura da Base Aérea de Salvador, quando supostamente teria se envolvido com estudantes argentinos e uruguaios, “confessos comunistas”. Questionou, ainda, sobre uma viagem que fizera, em 1952, com o então tenente Tertuliano Rocha Filho em campanha pela chapa Estillac Leal-Horta Barbosa, concorrente à direção do Clube Militar no pleito daquele ano.⁵⁶

Nada de concreto foi provado contra os militares e no relatório final do IPM, datado de 24 de julho de 1964, afirmou-se que não se poderia atribuir a eles a prática de atividades

⁵⁴ “Termo de Perguntas ao Indiciado, datado de 4 de junho de 1964. AEL, BNM 694, v. 2.

⁵⁵ “Termo de Perguntas ao Indiciado, datado de 31 de maio de 1964”. Lúzio Pinheiro Miranda servia no 1.º Grupo de Transporte. AEL, BNM 694, v. 2.

⁵⁶ “Termo de Perguntas ao Indiciado, datado de 3 de junho de 1964. Antes de ser transferido para a reserva, Ony Magalhães Machado servia no Núcleo de Material Bélico da Base Aérea do Galeão. AEL, BNM 694, v. 2.

subversivas, mas que os seus comportamentos deixariam dúvidas quanto à correção militar.⁵⁷ Como resultado, não foram indiciados no processo, mas, ainda assim, os capitães-aviadores Hugo Hartz, aos 36 anos, Lúzio Pinheiro de Miranda, de 33 anos, que já haviam sido transferidos para a reserva em 11 de abril de 1964, e Ony Magalhães Machado, aos 40 anos, que sofrera a mesma punição no dia 13 daquele mês, foram reformados em 24 de setembro de 1964.⁵⁸

Além do caso destes três oficiais, é relevante a história do tenente Fernando Murilo Pereira Peixoto.⁵⁹

Tendo ingressado na Força Aérea Brasileira em 1954, o tenente foi promovido a aspirante a oficial-aviador em 1960 e a primeiro-tenente em 1963. Em 1964, era um jovem oficial de 25 anos que servia na Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, sob o comando do então coronel-aviador Ruy Barbosa Moreira Lima. O tenente Peixoto dirigia a Seção de Instrução e as Esquadrilhas de Adestramento da unidade. Durante o período em que ocorreu o golpe, a base foi mantida em prontidão, mas, nem a unidade, nem Fernando Peixoto se envolveram em ações contra o movimento.

Com o golpe, foi instaurado um Inquérito Policial Militar com o objetivo de apurar o envolvimento dos militares lotados naquela unidade em “atos subversivos”. O tenente, no entanto, sequer depôs no inquérito, continuando a exercer as suas atividades normalmente. Porém, em meados de maio, quando o coronel-aviador João Paulo Burnier, que havia liderado a Revolta de Aragarças, em 1959, e foi um dos mais radicais golpistas,⁶⁰ assumiu o comando

⁵⁷ Relatório final do IPM, datado de 24 de julho de 1964. AEL, BNM 694, v. 4.

⁵⁸ “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

⁵⁹ Todo o relato do caso do tenente Fernando Peixoto baseia-se no relato exposto em: BISOL, José Paulo. *Criminosos Perpétuos: histórico de um caso*. Rio de Janeiro: Editora CODPOE, 1987; e SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 161-170.

⁶⁰ ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.). “João Paulo Burnier”. In: _____. *Op. cit.* Iniciada em 2 de dezembro de 1959, e tendo durado cerca de 36 horas, a “Revolta de Aragarças” foi uma rebelião militar ocorrida, como o próprio nome denuncia, na localidade de Aragarças (GO), e, segundo os seus idealizadores, foi motivada pela desistência de Jânio Quadros, candidato opositor à sucessão de Juscelino Kubitschek, de concorrer às eleições presidenciais de outubro de 1960 e pelos rumores de que Leonel Brizola, governador do Rio Grande do

da base, foi preso e permaneceu incomunicável até 1.º de julho. Liberto, não voltou a exercer qualquer função até que, em 15 de setembro de 1964, com fundamentado no decreto 53897, de 27 de abril de 1964, e no ato institucional de 9 de abril, foi demitido da Força Aérea.

A conclusão do inquérito em novembro daquele ano, portanto após a sua demissão, esclareceu que nada foi apurado contra o tenente e outros militares que pudesse ser considerado crime previsto no Código Penal Militar ou na Lei de Segurança Nacional.⁶¹ Apesar deste resultado, sua demissão não foi revogada. Fernando Peixoto recorreu, mas seu pedido não foi acatado e, também não foi esclarecido o motivo de tal ato. Finalmente, através da Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, os atos do Comando Supremo da Revolução e os do Governo Federal com base nos atos institucionais tornaram-se excluídos de apreciação judicial. Isto impediu que militares cassados tentassem reverter a sua situação.

Afastado da vida militar, o tenente Fernando Peixoto pretendeu exercer a atividade de piloto na aviação civil. Requereu ao Diretor-Geral de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica a sua licença de piloto comercial, mas teve o pedido indeferido com base na Portaria Ministerial Reservada n.º S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e S-285, de 1.º de setembro de 1966,⁶² o que o impossibilitou o exercício da profissão de aviador-civil.⁶³

Sul, estaria planejando desencadear uma sublevação de esquerda no país. LAMARÃO, Sérgio. “Revolta de Aragarças”. In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.). *Op. cit.*

⁶¹ Além do tenente Fernando Murilo Peixoto, nada foi apurado contra o major Léo Afonso Sobral (transferido para a reserva em 13 de abril e reformado em 10 de outubro de 1964), o capitão-médico Nilton Manoel da Penha (reformado em 16 de dezembro de 1969), o capitão José Alves Vieira (reformado em 24 de setembro de 1964), o tenente Osmar de Souza Machado, o suboficial Gelmo José Micheloni (reformado em 15 de setembro de 1964), o segundo-sargento Dalmo de Souza Maia, o terceiro-sargento Almir Humphreys Gama e o civil Juvenal Montana. Assim como o acontecido com Peixoto, a punição dos já cassados não foi revertida. Boletim Reservado da Diretoria de Pessoa do Ministério da Aeronáutica, n.º 34, de 17 de novembro de 1964. Cf. BISOL, José Paulo. *Op. cit.*, p. 18; e “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.* APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77

⁶² A Portaria S-50-GM5 suspendia as “concessões de licenças” e as “revalidações de certificados de habilitação”, previstas na Portaria n.º 869-A-GM5, de 29 de agosto de 1963, “a todos os militares transferidos para a reserva por força do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964”. A Portaria S-285-GM5 ampliava para os militares atingidos por “atos institucionais ou complementares”, sem definição específica. Cf. BISOL, José Paulo. *Op. cit.*, p. 32.

⁶³ Este não foi um caso único. Entre vários exemplos de militares da Aeronáutica é possível citar o capitão Márcio de Lima Araújo e o tenente-coronel Pedro Ricardo Lamego de Camargo que, por decreto de 29 de abril de 1969, perderam o direito de exercerem atividade aérea como tripulante de aeronave pública ou privada, em território nacional. APERJ, FPP: Prontuário n.º 39522 (RJ) – Márcio de Lima Araújo; “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.*, pasta Secreto n.º 77..

Ser investigado em um IPM não significava necessariamente o indiciamento do militar. Mesmo em um ambiente marcado pela desconfiança permanente, pela ânsia por uma “purificação” total e impossível das Forças Armadas, os encarregados dos inquéritos não chegavam ao ponto de sugerir o indiciamento de todo e qualquer militar que, inicialmente fosse considerado suspeito de subversão. Diferentemente dos casos anteriormente citados, com relação a estes militares não era possível sequer supor uma relação próxima ou a tentativa de doutrinação das praças militares. Seus envolvimento em ações “anti-revolucionárias” no pré-golpe também são de pouca relevância. Por estes motivos, ao fim, dos inquéritos, não foram sugeridos os seus indiciamentos. A pergunta que emerge então é: se nada de substancial foi provado contra estes militares nos inquéritos a que responderam, se não foi possível constatar a ligação com as praças militares, se o encarregado não solicitou o indiciamento, por que foram cassados? Ou, se já afastados previamente, por que tais punições não foram revogadas?

Como forma de elucidar tais questões, os casos dos capitães-tenentes Grácio de Aguiar e Fernando de Santa Rosa, e dos tenentes Antônio Arinos Marques da Silva, Luiz Carlos de Souza Moreira, José Ribamar Pereira Torreão da Costa parecem significativos. Estes militares também foram investigados no Inquérito Policial Militar aberto em 3 de abril de 1964 para apurar fatos e responsabilidades da conduta de oficiais da Marinha do Brasil que supostamente teriam contribuído com a revolta dos marinheiros.

O segundo-tenente fuzileiro naval Antônio Arinos Marques da Silva, antes do golpe, estava lotado no Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. No relatório final do IPM, assim como na denúncia do Procurador-Geral da Justiça Militar, datada de 19 de agosto de 1964, constava como alegações que justificavam o seu afastamento dos quadros da Marinha⁶⁴ o fato de ter ministrado aulas para sócios da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais

⁶⁴ Além do artigo 7.º do AI, foi sugerido o enquadramento nos artigos 10 e 134 do Código Penal Militar. Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

do Brasil (AMFNB), no ano de 1962, e ter exercido, a partir de meados de 1963, a função de ajudante-de-ordens do vice-almirante Cândido da Costa Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). Segundo o encarregado do inquérito, no intuito de satisfazer o seu comandante, o tenente teria praticado atos irregulares, entre os quais: o comparecimento a reuniões com líderes sindicais na residência do comandante do CFN; ter acompanhado Aragão e o almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano na caminhada que resultou no encontro com marinheiros e fuzileiros navais que, por fim, carregaram os dois oficiais em seus braços; o cumprimento de ordens visando à interrupção das transmissões da Rádio Jornal do Brasil e a proteção da sede do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT); e o comparecimento à AMFNB por diversas vezes.⁶⁵ Como resultado, foi demitido da Marinha em 19 de agosto de 1964,⁶⁶ aos 28 anos idade.

Em depoimento prestado em 12 de maio de 1964,⁶⁷ o tenente contou que, na noite do dia 27 de março acompanhava o vice-almirante Cândido Aragão e o almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano que, por ordem do ministro da Marinha, almirante Paulo Mário, rumavam ao encontro dos marinheiros e fuzileiros navais recém-libertados e que estavam reunidos próximos à igreja da Candelária, com o fim de dispersá-los. Quando se deu o encontro, o almirante Suzano transmitiu às praças a mensagem do ministro para que se dispersassem e não se dirigissem ao Ministério da Marinha, pois tal ato poderia ser visto como indisciplina. Neste momento, os almirantes foram saudados e tomados aos ombros pelas praças. O almirante Suzano logo desapareceu, mas Aragão foi conduzido até a rua São José, sede da AMFNB. Antônio Arinos o acompanhou em todo o trajeto.

⁶⁵ Cf. Denúncia do Procurador Geral da Justiça Militar, Ivo d'Aquino, datada de 19 de agosto de 1964 AEL, BNM 28, v. 1; e Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

⁶⁶ "Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967", *Op. cit.*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

⁶⁷ Todo o relato baseia-se no depoimento do militar prestado no IPM: "Auto de Perguntas ao Indiciado", datado de 12 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 3.

O tenente confirmou que, na noite do dia 31 de março, recebeu ordens do almirante Aragão, por solicitação do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) feita ao ministro da Marinha, no sentido de comandar um grupo de soldados cuja função seria tirar do ar a Rádio Jornal do Brasil. Cumprida a missão, retornou para a residência oficial do comandante do CFN, na Ilha das Cobras. Em seguida, foi incumbido de fiscalizar o serviço do grupo de fuzileiros navais encarregado da proteção do Departamento de Correios e Telégrafos e do Ministério da Viação. Novamente retornou à Ilha das Cobras, onde pernitoiu, mas, durante a madrugada do dia 1.º de abril, foi acordado com a notícia de que a situação havia se agravado e que o vice-almirante Aragão estava no Ministério da Marinha organizando um contingente para a proteção do Palácio Laranjeiras, onde se encontrava o presidente da República. O tenente para lá se dirigiu, mas, ao chegar, soube que o contingente já havia seguido o seu destino. Permaneceu de prontidão até a tarde daquele dia, quando, em face das notícias de malogro das ações de neutralização do movimento golpista, foi dispensado. Retornou no dia seguinte, quando então foi preso.

Com relação às outras acusações, o tenente Antônio Arinos confirmou que, em 1962, durante dois meses, ministrou aulas de português aos associados da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, tendo sido “regimento” pago pelos serviços. Também atestou serem verdadeiras as informações de que teria comparecido à assembléia da associação. De uma primeira vez, junto com o contra-almirante Luiz Phelippe Sinay, que intentava dissolver a assembléia; da segunda, em companhia ao capitão-de-fragata Bernardino Coelho Pontes, cuja missão era desfazer um mal-entendido, pois circulavam informações de que algumas pessoas estavam mantendo contato com os marinheiros usando o nome do vice-almirante Aragão. O comandante do CFN queria deixar claro que ninguém tinha ordem para falar em seu nome. Além destes esclarecimentos, o tenente também não negou ter

comparecido por diversas vezes a reuniões e cerimônias da AMFNB. Justificou, no entanto, que o fez na condição de representante do seu superior, o vice-almirante Aragão.

Luiz Carlos de Souza Moreira,⁶⁸ segundo-tenente intendente do Quadro Complementar de Marinha, teve seu afastamento fundamentado no fato de ter sido assessor sindical do contra-almirante José Luiz de Araújo Goyano; de ser ligado à AMFNB, de cujos estatutos teria sido um dos autores; de, com ciência de Goyano, ter fornecido uma mesa da Capitania dos Portos à Associação; de manter encontro com líderes sindicais; e de ter participado de uma suposta distribuição de armas a funcionários do Lloyd Brasileiro, em 1.º de abril de 1964.

Às vésperas do golpe, Luiz Carlos estava à disposição do Ministério de Viação e Obras Públicas, servindo na diretoria da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, da qual era o titular o contra-almirante Goyano. Nesta estatal, o tenente exercia a função de assistente do diretor, o que, segundo suas declarações, o mantinha afastado da vida militar e, em consequência, de todo o processo de revolta dos marinheiros e fuzileiros navais. Mesmo que teoricamente distante deste evento, em 9 de abril de 1964, foi preso.

No seu depoimento durante o inquérito, questionado sobre os fatos que sustentaram a denúncia, o tenente, então com 28 anos, disse ignorar o fato da doação do móvel à AMFNB e afirmou que compareceu ao encontro da associação por curiosidade, para tomar ciência do que estava acontecendo. Quanto ao fato de ter colaborado com a elaboração do estatuto da entidade, contou que, no início do ano de 1962, quando servia na Capitania dos Portos do Rio de Janeiro como auxiliar do então capitão-de-mar-e-guerra José Luiz de Araújo Goyano, este fora procurado por marinheiros que lhe pediram orientação sobre o estatuto da recém-fundada associação. Nesta ocasião, informou, teve a oportunidade de ler uma primeira versão do documento, nada mais do que isso. No que se refere aos contatos com líderes sindicais, como

⁶⁸ Cf. “Auto de Perguntas ao Indiciado”, datado de 4 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 2; Ficha do CENIMAR com informações do segundo-tenente (IM-CIORM) Luiz Carlos de Souza Moreira. AEL, BNM 28, v. 7; e Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 3.

assessor de Goyano e advogado e em decorrência de suas atividades funcionais, esclareceu que deu assessoria jurídica a líderes sindicais. Negou, no entanto, ter mantido encontros em um sítio de Jacarepaguá (RJ) e mesmo a existência do local. Também contestou a acusação de distribuição de armas a funcionários do Lloyd Brasileiro no dia 1.º de abril de 1964.

Considerando-o um indivíduo politizado com afinidades acentuadas para a esquerda, o Procurador-Geral sugeriu no relatório final do IPM o enquadramento do segundo-tenente Luiz Carlos de Souza Moreira no artigo 7.º do Ato Institucional do Comando Supremo da Revolução. Em 24 de setembro de 1964, foi demitido da Marinha.⁶⁹

O capitão-tenente do corpo de intendentes da Marinha, Fernando de Santa Rosa, em depoimento prestado em 22 de maio de 1964, declarou que, no início de março de 1964, havia sido colocado à disposição da Companhia Nacional de Navegação Costeira. O convite partira do capitão-de-mar-e-guerra Oswaldo Newton Pacheco, nomeado naquela mesma oportunidade para a superintendência da empresa. Na Costeira, Santa Rosa assumiu a função de assessor financeiro, mas, temporariamente, foi designado para fazer as vezes de assessor sindical, pois, de acordo com seu depoimento, devido ao pouco tempo de posse da nova direção, ainda não havia ninguém designado para o cargo.

Por ordem de seu superintendente, acompanhou a evolução dos acontecimentos da AMFNB, tendo, no dia 26 de março, comparecido ao local onde ocorria o encontro e, em seguida, buscado mais informações sobre o desenrolar do episódio no Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). No dia seguinte, voltou ao CFN em busca de mais informações e foi ao Lloyd Brasileiro, onde soube da nomeação do almirante Paulo Mário para o Ministério da Marinha. Deu ciência do fato ao seu superior que ordenou que Santa Rosa o representasse na cerimônia de posse do novo ministro. No sábado, 28 de março, o capitão-tenente acompanhou seu comandante em visita ao novo ministro, não tendo, porém, participado da audiência. No dia

⁶⁹ “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

30, novamente seguiu junto com Oswaldo Newton Pacheco em nova visita ao ministro. Não informando nada de mais significativo, disse apenas que, o dia 2 de abril, após o golpe e a intervenção na Companhia de Navegação Costeira, exonerou-se do cargo e que em 6 de abril, ao apresentar-se, foi preso.

Além do relato sobre sua participação nos eventos imediatamente anteriores ao golpe, Santa Rosa foi questionado se, enquanto exerceu funções como assessor sindical do comandante Pacheco, teria entrado em contato com líderes sindicais, o que negou, justificando que se limitou a resolver pequenos problemas. Foi perguntado, também, se teria comparecido ao comício de 13 de março, o que confirmou, esclarecendo que o fez por solicitação de seu superintendente, tendo permanecido no local por pouco tempo. Santa Rosa foi interrogado, ainda, sobre um telefonema que teria dado para a Escola de Marinha Mercante na madrugada de 1.º de abril. Novamente confirmou, alegando que o fez porque mantinha grandes amigos na escola e queria saber se algo lhes havia acontecido. Também solicitaram informações sobre suas relações com o professor Celso Dantas e com o vice-almirante Cândido da Costa Aragão. O primeiro, Santa Rosa conhecia da Escola de Marinha Mercante e o encontrou no comício de 13 de março. Já quanto a Aragão, disse ter mantido pouco contato. Por fim, inquirido quanto a uma suposta declaração sua de que os marinheiros e fuzileiros navais revoltosos é que tinham razão, negou.⁷⁰

Apesar de suas justificativas, no relatório final do IPM, datado de 15 de julho de 1964, baseando-se nesta suposta declaração, na função que exercia como assessor sindical de Oswaldo Newton Pacheco, numa hipotética demonstração de antigas ligações com o meio sindical e na sua linguagem comunista, o encarregado ponderou: “Em se tratando de um indivíduo politizado e com afinidades acentuadas para a esquerda, julgo não interessar a ele e

⁷⁰ Todo o relato baseia-se no depoimento do militar prestado no IPM: “Auto de Perguntas ao Indiciado”, datado de 22 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 3.

nem a Marinha Brasileira a sua permanência no serviço ativo, (...)“.⁷¹ No dia 24 de setembro de 1964, aos 30 anos, o capitão-tenente Fernando de Santa Rosa foi reformado.⁷²

Grácio de Aguiar tinha 29 anos quando prestou depoimento em 19 de maio de 1964 e servia no Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).⁷³ Interrogado sobre o seu envolvimento nos acontecimentos relativos à revolta dos marinheiros, afirmou que como um dos oficiais do gabinete, precisamente como ajudante-de-ordens do comandante geral do Corpo de Fuzileiros Navais, vice-almirante Cândido da Costa Aragão, acompanhou-o em todos os acontecimentos ocorridos entre 26 de março e 1.º de abril de 1964, inclusive quando os marinheiros e fuzileiros navais carregaram Aragão e o almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano nos braços. Informou ainda que, no dia 31, o vice-almirante Aragão havia recebido um telefonema do ministro da Justiça, Abelardo Jurema, diretamente do Palácio das Laranjeiras, solicitando que o CFN guarnecesse as emissoras de rádio e televisão e que para a consecução de tais medidas, o vice-almirante deveria buscar entendimento com o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL). Por ordem de Aragão, o capitão-tenente Grácio Aguiar foi designado para executar tal tarefa. Recebeu do CONTEL o endereço de todos os transmissores de emissoras de rádio e televisão e a ordem de guarnecê-las, tendo ficado mais diretamente envolvido na proteção dos equipamentos relativos à Rádio Mayrink Veiga. Já no dia 1.º de abril, dividido à notícia de que o Palácio das Laranjeiras havia sido cercado por tropas da Polícia Militar do Estado da Guanabara, acompanhou Aragão na missão de guarnecer o local. Na noite daquele dia foi informado de que a situação estaria encerrada e, no dia seguinte, dirigiu-se ao Lloyd Brasileiro para encontrar-se com o capitão-de-corveta Hamilton Pedro Guerra, seu amigo particular. Diante da chegada de uma escolta de fuzileiros navais à companhia estatal de navegação com a missão de procurar oficiais da Marinha, os dois

⁷¹ Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

⁷² “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

⁷³ Todo o relato baseia-se nos depoimento do militar prestado no IPM: “Auto de Perguntas ao Indiciado”, datado de 19 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 3.

militares decidiram deixar o local rumo ao Leblon, onde, horas mais tarde, por contato telefônico, Hamilton foi aconselhado a não retornar ao Lloyd. Temeroso pela situação, o capitão-tenente Grácio de Aguiar só voltou ao quartel na segunda-feira seguinte, dia 7 de abril, quando foi preso.

No relatório final do inquérito, como ajudante de ordens e homem de confiança do vice-almirante Aragão, foi denunciada a participação do capitão-tenente Grácio Aguiar nas atividades político-militares do seu comandante (não apenas na questão das emissoras de rádio e da proteção do Palácio Laranjeiras, mas também em contatos com o major-brigadeiro Francisco Teixeira, no envolvimento com o capitão-de-mar-e-guerra Renê Magarinos Torres na distribuição de armamentos aos “bombeiros optantes” e de ter uma conta-corrente em seu nome, na qual eram depositadas e retiradas quantias vultosas),⁷⁴ todavia, foi afirmado que,

Em se tratando de um oficial que foi Ajudante-de-Ordens, do ponto de vista legal, de fato não se pode enquadrar em nenhum dispositivo de lei regular. Tendo presente as suas ligações, o que viu e fez mercê das suas funções, não poderá inspirar confiança às autoridades Navais enquanto este país viver sob o regime democrático e como, praça aos céus, todos nós esperamos que isso seja para sempre, julgo que deva ser enquadrado no artigo 7.º do Ato Institucional do Comando Supremo da Revolução.⁷⁵

Em consequência, o capitão-tenente fuzileiro naval Grácio de Aguiar foi reformado em 24 de setembro de 1964.⁷⁶

Nota-se que, para além de supostas relações com as praças militares e/ou a participação em eventos supostamente subversivos no imediato pré-golpe, sobressai das justificativas para a cassação o caráter preventivo da medida. A manutenção, na Marinha, de oficiais como estes era a configuração da ameaça a um regime que se esperava fosse duradouro. O caso do tenente Ribamar é ainda mais flagrante neste aspecto.

⁷⁴ Em seu depoimento, o capitão-tenente justificou que, por ser gestor de verbas de obras no quartel central, lhe foi solicitado abrir uma conta-corrente para este fim, o que, por descuido de um funcionário da Caixa Econômica Federal, foi feito em seu próprio nome, como se fosse uma conta particular. Informou ainda que o fato foi comunicado ao vice-almirante Aragão que solicitou que não fizesse nenhuma movimentação na conta. *Idem, ibidem.*

⁷⁵ Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

⁷⁶ “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, *Op. cit.*. APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77.

Acusado de ter participado da Revolta dos Marinheiros em 25 e 26 de março de 1964, o segundo-tenente de Marinha José Ribamar Pereira Torreão da Costa provou, em inquérito, que estava ausente do Rio de Janeiro nestas datas. Entretanto, a proximidade com um oficial considerado subversivo foi fundamental para selar o destino do tenente.⁷⁷

À época com 28 anos, Ribamar servia na Diretoria-Geral de Intendência da Marinha (DIM) sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Renê Magarinos Torres, tendo embarcado para São Paulo em 25 de março o, com o objetivo de passar o feriado da Semana Santa naquela cidade. No dia seguinte, retornou ao Rio de Janeiro por receber um comunicado de seu pai lhe informando que deveria comparecer à DIM.⁷⁸ Chegou à Diretoria na noite daquele mesmo dia e permaneceu de serviço até as dezoito horas do dia 27, quando foi suspenso o regime de prontidão. Dispensado, pôde retornar à sua residência. Na noite do dia 28, recebeu um telefonema de Magarinos Torres pedindo que comparecesse ao gabinete do ministro da Guerra. Só atendeu a tal solicitação na tarde do dia 29, quando foi informado pelo seu superior de que deveria ajudá-lo no serviço de intendência do gabinete.

No dia seguinte, também por ordem de Magarinos Torres, dirigiu-se ao Depósito de Fardamentos do Rio de Janeiro e, de posse de um memorando do ministro da Marinha ao diretor do Depósito, recebeu peças de uniformes que, em seguida, entregou no Clube dos Suboficiais e Sargentos da Marinha. Em 1.º de abril, por ordem do capitão-de-fragata Jorge da Cruz Soares, o acompanhou, juntamente com os tenentes Ezio Torres e Edgar,⁷⁹ ao CIAW, a fim de transportar um contingente de marinheiros daquele centro para o ministério. Após a regressar com a tropa, o almirante Alexandre Alves de Souza, alertando que o tenente não tinha nada a ver com aquela situação, ordenou que Ribamar se retirasse para a sua residência.

⁷⁷ Todo o relato baseia-se no depoimento do militar prestado no IPM: “Auto de Perguntas ao Indiciado”, datado de 12 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 3.

⁷⁸ As cópias dos canhotos dos bilhetes de viagem e as declarações das companhias aéreas comprovando as viagens do tenente foram entregues ao responsável pelo inquérito. Cf. AEL, BNM 28, v. 3 e v. 5.

⁷⁹ É provável que se trate do tenente Edgar Ferreira da Silva, que, assim como os tenentes Ribamar e Ezio Torres, foi demitido da Marinha em 8 de outubro de 1964.

Finalmente, no dia 3 de abril, apresentou-se à Diretoria de Intendência de Marinha, quando foi preso.

Ao fim do inquérito, não tendo sido apurado nada por que o tenente pudesse ser denunciado, o relator sugeriu que ele fosse afastado da Marinha “a pedido, ou mediante qualquer dispositivo de lei”. Caso isto não fosse possível, ponderou que

não convindo manter-se na MB [Marinha do Brasil] *um provável futuro desajustado e que se viu ligado aos que cooperaram com os solapadores da disciplina e da ordem hierárquica*, que a ele se aplique o artigo 7.º do Ato Institucional do Comando Supremo da Revolução.⁸⁰

Como resultado, em 8 de outubro de 1964, o tenente foi demitido.

Portanto, muito embora tenha sido investigado para que se verificasse o papel real que desempenhou na crise envolvendo as praças militares, a ligação funcional do tenente Ribamar tornou-se condição suficiente e fundamental para o seu afastamento dos quadros do serviço ativo da Marinha. Esta conclusão é extensiva aos demais oficiais citados.

Nos depoimentos dos militares, nota-se que as ações praticadas no imediato pré-golpe, em maioria, poderiam ser, e são, justificadas como simples cumprimento de ordens. As peças de acusação não chegam a contestar esta explicação. A preocupação volta-se, então, para a questão: cumprindo ordens de quem? Com este intento, percebe-se que há um cuidado em determinar as ligações entre os tenentes e capitães e os seus comandantes e outros militares cassados.

Isto leva à conclusão de que, embora o caso destes homens possa parecer, a um primeiro olhar, ao menos em parte diferente do dos demais militares cassados, não o era de fato. O contexto político e as normas hierárquicas apresentavam barreiras mais ou menos flexíveis, mas não completamente ultrapassáveis, dentro das quais eles poderiam se mover. Por isso, em seus depoimentos e nas acusações constantes dos relatórios finais dos IPM's é possível identificar uma série de elementos convergentes. Os questionamentos dos

⁸⁰ Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8. Grifo meu.

interrogatórios e as alegações finais confirmam a existência de uma prática punitiva que tinha como pano de fundo o mesmo rol de preocupações que dirigiu as cassações aplicadas à maioria dos oficiais.

A definição do atingido não era, necessariamente, aquele que por iniciativa autônoma e premeditada agiu efetivamente contra os interesses dos novos donos do poder. Bastava cumprir ordens que supostamente atentassem contra tal. Seguindo esta ordem de pensamento, as trajetórias dos oficiais intermediários e subalternos em destaque se assemelham. Mesmo que servindo em diferentes unidades ou armas, eles podem ser identificados como um grupo homogêneo no que se refere às justificativas para as suas cassações: eram homens que serviam diretamente sob o comando, mantinham relações ou cumpriram ordens de oficiais, em sua maioria, superiores e generais com um percurso político semelhante. Se individualmente suas trajetórias parecem *sui generis*, na pluralidade, mostram-se interdependentes, representam uma “configuração”. Embora limites, estes casos podem ser reveladores, pois permitem reafirmar de maneira ainda mais precisa o que os dados apresentados anteriormente denunciaram.

Uma análise de breves trajetórias dos comandantes e oficiais próximos, mencionados ao longo dos depoimentos e relatórios, comprova que a ligação com oficiais nacionalistas foi a principal razão que levou à cassação desses militares. O objetivo era “limpar” a Forças Armadas de elementos nacionalistas, hipoteticamente comunistas.

4. O refinamento do padrão básico de cassações:

O paralelismo da trajetória dos militares citados é imenso. Até mesmo no que se refere às datas em que ocorreram as cassações as semelhanças são gritantes.⁸¹

⁸¹ Dos nomes mencionados nos depoimentos e relatórios não foram cassados apenas o capitão Ruy da Frota Gomes e o capitão-de-mar-e-guerra Sebastião Alves de Souza. As cassações efetuadas em abril foram de responsabilidade do Comando Supremo da Revolução e/ou do presidente da República. As punições ocorridas

Dos oficiais gerais cassados e citados nos depoimentos e relatórios, Osvino Ferreira Alves foi o primeiro a sofrer sanções. Como já não se encontrava no serviço ativo antes do golpe, não foi preciso puni-lo com a transferência para a reserva, como ocorreu com outros oficiais. Contudo, no dia 10 de abril de 1964, logo no primeiro ato do Comando Supremo da Revolução, editado após a publicação do Ato Institucional de 9 de abril, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos e, em 7 de outubro daquele mesmo ano, foi reformado.

A maioria dos outros oficiais gerais ou superiores mencionados também foi cassada em datas muito próximas, e já nos primeiros dias da ditadura.

Cândido da Costa Aragão, José Luiz de Araújo Goyano, Renê Magarinos Torres, Thales Fleury de Godoy, Washington Frazão Braga, Pedro Paulo de Araújo Suzano, Paulo Silveira Werneck e Kardeck Leme foram punidos basicamente nas mesmas datas. Todos eles foram transferidos para a reserva em 11 de abril de 1964, através do ato n.º 3 do Comando Supremo da Revolução, juntamente com mais de uma centena de militares. De modo idêntico, tiveram os seus direitos políticos suspensos por dez anos, em 13 de abril de 1964, exceto Renê Magarinos Torres, Thales Fleury de Godoy e Paulo Silveira Werneck, cuja punição, a mesma, só foi aplicada em 13 de junho. Em complemento, todos, com exceção de Kardeck Leme, receberam uma terceira punição em 19 de agosto daquele ano. Os quatro primeiros foram demitidos, os outros três, reformados. Kardeck Leme também foi demitido, mas, dias depois, em 11 de setembro.

Além deles, Píndaro Cardim de Alencar Osório, Ruy Barbosa Moreira Lima, Pedro Paulo de Albuquerque Suzano e Eduardo Chuahy também foram transferidos para a reserva em 11 de abril de 1964. Embora os direitos políticos destes militares não tenham sido suspensos, todos receberam outra punição: os três primeiros foram reformados,

nos meses de agosto, setembro e outubro são conseqüentes das chamadas “investigações sumárias”, como exposto no Decreto 53897. BRASIL. Decreto n.º 53897, de 27 de abril de 1964. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 de abr. de 1964. Seção I, p. 3690.

respectivamente, em 19 de agosto e 24 e 25 de setembro de 1964; e Chuahy foi demitido em 25 de setembro.

Já os demais militares citados foram “apenas” reformados no segundo semestre de 1964. Raymundo Benjamin Falcão de Queiroz e Jackson Brongnoli Guedes, em 30 de julho; Bernardino Coelho Pontes, Luiz Phelippe Sinay e Ary da Frota Roque, em 19 de agosto; João Jones da Silva Ribeiro e Ailton Franco em 6 de outubro; e Oswaldo Newton Pacheco, em 8 de outubro.

Esta similaridade de datas não ocorreu por mero acaso. Havia uma preocupação comum que fez com que o que seus casos sofressem um desfecho em conjunto. A análise breve das trajetórias políticas destes homens denota uma identidade maior do que simples datas de punições e que, por certo, não passou despercebida dos “revolucionários”: eram representantes do partido militar nacionalista.

Osvino Ferreira Alves, ao longo dos anos, tornou-se um dos principais conselheiros militares do presidente João Goulart. Durante a crise da renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, viajou para Porto Alegre para esperar o até então vice-presidente e se colocar à sua disposição. Com a posse de Jango, em setembro, assumiu o comando do I Exército (Rio de Janeiro). Em 1963, passou para a reserva, e, em janeiro de 1964, ele que era um defensor do monopólio da produção do petróleo, assumiu a direção da Petrobrás.⁸²

O vice-almirante fuzileiro naval Cândido da Costa Aragão também assumiu um cargo militar importante durante o governo João Goulart, o comando do Corpo de Fuzileiros Navais. Embora esta nomeação só tenha ocorrido em dezembro de 1963, historicamente, ele era um militar nacionalista.⁸³ Reformado administrativamente em 1949, por ser considerado

⁸² Cf. ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.). “Osvino Ferreira Alves”. In: _____. *Op. cit.*; APERJ, FPP, pasta Informações n.º 54, p. 1-45.

⁸³ Esta breve biografia política de Cândido da Costa Aragão foi construída conforme: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.). “Cândido Aragão”. _____. *Op. cit.*; Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência*; Antecedentes do C. A. (FN) Cândido Aragão. AEL, BNM 28, v. 2; Ficha do CENIMAR com informações do Vice Almirante (FN) Cândido Aragão. AEL, BNM 28, v. 3; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8. APERJ, FPP: Prontuário 22503 (RJ) – Cândido Aragão;

“moralmente incapaz de permanecer no serviço ativo”, teve sua situação revertida em 1955, retornando à atividade.

Sempre atuante politicamente em prol das teses nacionalistas, em 1953 aderiu à campanha contra o Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos, e, no ano de 1955, ao lado de Pedro Paulo de Araújo Suzano e Henrique Teixeira Lott, participou dos acontecimentos de novembro, que garantiram a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Em 1962, foi membro da chapa nacionalista que disputou as eleições para a diretoria do Clube Militar e, às vésperas do golpe, participou tanto do comício de 13 de março na Central do Brasil, no qual foi aplaudido, quanto da cerimônia no Automóvel Clube, como convidado de honra.

Próximo aos movimentos estudantis, sindicais e das praças militares, Aragão, em 1961, apoiou a mobilização estudantil em Recife e, compareceu, no dia 17 de julho de 1962, ao “XXV Congresso Nacional dos Estudantes”, patrocinado por Brizola, no Hotel Quitandinha. Nos anos de 1963 e 1964, teria apoiado, respectivamente, as revoltas dos sargentos em Brasília e dos marinheiros e fuzileiros navais, no Rio de Janeiro. Suas ligações com as praças da Marinha eram muito fortes, tanto que teve seu nome saudado em assembléia da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, realizada em 1.º de fevereiro de 1964, e tornou-se um personagem principal de um evento marcante ocorrido nos últimos dias do governo João Goulart: foi carregado pelas ruas do Rio de Janeiro por marinheiros no dia 27 de março, sendo em seguida homenageado na sede da AMFNB.

Para os órgãos de segurança, Aragão era um homem-chave do “dispositivo militar” de João Goulart. Além disto, era acusado de ser ativo participante de reuniões subversivas, nas quais se faziam presentes outros militares e líderes sindicais, de manter ligações com políticos

e personalidades da esquerda, como Leonel Brizola e Francisco Mangabeira, e de procurar corromper a tropa de fuzileiros navais.

Pedro Paulo de Araújo Suzano,⁸⁴ almirante de esquadra, é outro militar que ocupou um alto posto militar durante o governo João Goulart. Nomeado ministro da Marinha em 13 de julho de 1962, ainda no gabinete parlamentarista de Brochado da Rocha (13 de julho a 14 de setembro de 1962), foi mantido durante o Gabinete Hermes Lima (18 de setembro de 1962 a 23 de janeiro de 1963) e permaneceu no posto durante o governo presidencialista de Jango. Deixou o cargo em 23 de junho de 1963. Apesar desta estreita ligação com o governo João Goulart, assim como Aragão, seu passado de atuação nacionalista é muito anterior àquele governo.

Suzano integrou a corrente nacionalista no Clube Militar a partir de 1956, sendo candidato no pleito daquele ano e no de 1960. Um dos líderes o movimento de 11 de novembro de 1955 na Marinha, o almirante também combateu o levante de Jacareacanga e, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, tornou-se um dos líderes do movimento pela posse de João Goulart, tendo sido preso em função deste posicionamento. Permanecendo ao lado de Jango ao longo de seu governo, apoiou a maioria de suas propostas nacionalistas e, quando da anistia dos marinheiros e fuzileiros rebelados em março de 1964, foi carregado nos braços juntamente com Aragão.

Era acusado de ligação a João Goulart e a Leonel Brizola, de não responsabilizar subordinados, principalmente Cândido Aragão, por atos de favorecimento à indisciplina no interior da Marinha, de prestigiar a AMFNB e de ser um “perigoso elemento vermelho”.

Tendo respondido a IPM, no ano de 1955, por “tentativa de aliciar elementos para o comunismo”, e, posteriormente, tornado-se membro da chapa nacionalista no Clube Militar

⁸⁴ KORNIS, Mônica. “Pedro Paulo de Araújo Suzano”. In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.). *Op. cit.*; Denúncia do Procurador Geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, datada de 14 de agosto de 1964. AEL, BNM 28, v.1; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8; Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência.*

(eleições dos anos de 1956 e 1960), o capitão-de-mar-e-guerra René Magarinos Torres⁸⁵ é outro militar com um passado de atuação política anterior ao governo João Goulart. Após o golpe, suspeito de ligação com outros militares nacionalistas, foi acusado de concorrer para o incitamento dos marinheiros amotinados no Sindicato dos Metalúrgicos, distribuindo peças de uniformes e se fazendo presente à manifestação em que Aragão e Suzano foram carregados nos ombros pelas praças.⁸⁶

Membro da chapa nacionalista no Clube Militar nos anos de 1956 e 1962, o contra-almirante fuzileiro naval Washington Frazão Braga, comandante do Quartel Central do CFN em 1964, também era visto como um dos responsáveis pela crise de disciplina na Marinha. Próximo a militares nacionalistas, em especial, a Cândido Aragão, por solidariedade a este e para que não tivesse que assumir o comando da corporação quando da saída do vice-almirante, em 26 de março de 1964, exonerou-se de suas funções. Constava da denúncia do Procurador Geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, datada de 14 de agosto de 1964, a acusação ao contra-almirante de ter distribuído armas aos fuzileiros navais da guarda do deputado Brizola⁸⁷ e aos bombeiros “optantes”.⁸⁸

⁸⁵ No IPM a que respondeu, há a menção de que René Magarinos Torres seria “irmão do ex-deputado comunista Magarinos Torres”. Não encontrei dados sobre um ex-deputado com este nome. Contudo, há informações de que este militar também acompanhava o “agitador” Magarinos Torres Filho em suas atividades extremistas nas favelas cariocas. Antoine Magarinos Torres foi um advogado de importante participação na organização dos movimentos comunitários nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, nos anos 1950. Sobre a menção de que o capitão-de-mar-e-guerra René Magarinos Torres era irmão do ex-deputado Magarinos Torres, ver: AEL, BNM 28. Sobre a presença deste militar em atividades nas favelas cariocas, ver: APERJ, FPP, pasta Informações n.º 42, p. 100-102. Sobre o advogado Antoine Magarinos Torres, ver: O TERROR DOS MILITARES. Disponível em: <http://nodocuments.wordpress.com/2010/05/10/o-terror-do-militares/>. Acesso em: 16 de maio de 2010.

⁸⁶ Denúncia do Procurador Geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, datada de 14 de agosto de 1964. AEL, BNM 28, v.1; Ficha do CENIMAR com informações do capitão-de-mar-e-guerra (IM) René Magarinos Torres. AEL, BNM 28, v. 7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8; Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência*.

⁸⁷ Segundo correspondência n.º 1936, datada de Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, 25 de junho de 1964, enviada pelo Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, capitão-de-mar-e-guerra, Heitor Lopes de Sousa, ao Diretor do Departamento de Ordem Política e Social, cujo assunto era “Apresentação de ex-praças”, estariam sendo encaminhados, ao DOPS, praças que respondiam a IPM na Marinha acusados de terem integrado uma “guarda-pessoal” do deputado Leonel Brizola. APERJ, FPP, Prontuário n.º 834: Severino Monteiro da Silva Filho. Não encontrei mais detalhes que esclarecessem esta questão.

⁸⁸ Denúncia do Procurador Geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, datada de 14 de agosto de 1964. AEL, BNM 28, v.1; Ficha do CENIMAR com informações do contra-almirante (CFN) Washington Frazão Braga. AEL, BNM 28, v. 7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8; Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência*.

O capitão-de-mar-e-guerra Paulo Silveira Werneck foi um participante ativo das atividades da facção nacionalista no Clube Militar. Em 1951, quando da crise gerada pela publicação do artigo “Considerações sobre a Guerra na Coréia”, subscreveu a moção de apoio ao Conselho de Administração da agremiação, defendendo a manutenção da linha editorial da publicação. No ano seguinte, por conta da eleição para a diretoria do Clube, apoiou a tentativa de reeleição da dupla Estilac Leal-Horta Barbosa e, em 1956, foi um dos componentes da chapa. Chefe de Gabinete do almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, suspeitava-se que ele, em 31 de março de 1964, tivesse ordenado a Aragão que organizasse uma operação militar rumo à Base Aérea Naval de São Pedro de Aldeia (RJ), com o fim de atirar no almirante Hasselmann. Tido como comunista desde 1949, foi acusado de freqüentar a residência de Brizola e de estar ligado a eventos que culminaram com a revolta dos sargentos, em Brasília.⁸⁹

O contra-almirante José Luiz de Araújo Goyano, também era um militar nacionalista que mantinha ligações com políticos e militares de esquerda (especialmente Cândido da Costa Aragão e Osvino Ferreira Alves), com sindicalistas e com as praças militares. Próximo da cúpula do governo João Goulart, foi nomeado diretor do Lloyd Brasileiro, sendo acusado de pôr esta companhia de navegação à disposição dos marinheiros e de permitir que em suas instalações se realizassem reuniões subversivas. Outra imputação que pesava sobre ele era de ter, em 31 de março de 1964, distribuído fuzis do Corpo de Fuzileiros Navais a bombeiros “optantes”.⁹⁰

Tido por “partidário do credo vermelho” e fundador, em 1945, da primeira célula comunista da Escola Naval, o capitão-de-fragata Thales Fleury de Godoy foi outro militar que

⁸⁹ Denúncia do Procurador Geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, datada de 14 de agosto de 1964. AEL, BNM 28, v.1; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8. APERJ, FPP: Fichas das Polícias Políticas n.º 44; pasta Informações n.º 38, pp. 205-208, p. 208; pasta Militar n.º 2; Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência.*

⁹⁰ Denúncia do Procurador Geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, datada de 14 de agosto de 1964. AEL, BNM 28, v.1; Ficha do CENIMAR com informações do contra-almirante José Luiz de Araújo Goyano. AEL, BNM 28, v. 7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8./ APERJ, FPP: pasta Boletim Reservado n.º 23, de 4 de fevereiro de 1964, pp. 39-48, p. 41.

historicamente se envolveu em mobilizações nacionalistas. Partidário da campanha “O Petróleo é nosso!” e da chapa de Estilac Leal nas eleições para a diretoria do Clube Militar, respondeu a IPM no início dos anos 1950 por suspeita de exercício de atividades comunistas no interior da Marinha, sendo condenado a dois meses de prisão em 1953. Segundo o encarregado do inquérito aberto para apurar o envolvimento dos oficiais da Marinha com a revolta dos marinheiros, recaía sobre Godoy a acusação de ser ligado a militares e políticos de esquerda, especialmente Miguel Arraes, de ser casado com uma comunista autora de cartilha utilizada na alfabetização de adultos em Recife, de apoiar a AMFNB e ter pertencido ao gabinete de Paulo Mário, ministro da Marinha.⁹¹

O tenente-coronel de cavalaria Kardeck Leme tem um extenso histórico de luta pelas causas nacionalistas e de suspeita de atividades comunistas. Quando ainda era cadete na Escola Militar, no ano de 1936, foi investigado por desconfiarem de que estivesse implicado em uma conspiração, mas nada foi apurado que o compromettesse. A partir dos anos 1940, sua atividade política se tornou mais evidente. Primeiro, em 1945, “Passou a fazer parte do Departamento Militar da Liga de Defesa Nacional e, já comunista militante, foi signatário do telegrama dirigido a esta entidade em protesto contra as eleições que conduziram à diretoria os Srs. Juarez Távora, Oswaldo Aranha e outros”. Depois, no ano de 1948, esteve no Rio Grande do Sul junto com o tenente Pedro Verchrsc, que era membro do PCB, em missão para o partido, e foi um dos signatários do telegrama enviado ao general Horta Barbosa aderindo à Campanha Nacional do Petróleo. Na década seguinte, foi constante o posicionamento de Kardeck Leme ao lado da facção nacionalista do Clube Militar. Em 1952, foi um dos partidários da reeleição da chapa Estilac Leal-Horta Barbosa à direção da agremiação, e, nos pleitos dos anos de 1956, 1960 e 1962, integrou a chapa. Para os órgãos de segurança

⁹¹ Ficha do CENIMAR com informações do capitão-de-fragata Thales Fleury de Godoy. AEL, BNM 28, v. 7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

estaduais, era suspeito de ser um dos principais líderes do processo de subversão no ISEB e de ter lutado pela anistia dos sargentos rebelados em Brasília, em 1963.⁹²

Considerado um comunista desde os tempos da Escola Naval, o capitão-de-fragata Píndaro Cardim de Alencar Osório era acusado de, junto com Thales Fleury de Godoy, ter fundado, em 1945, a primeira célula comunista daquela escola. Indiciado em IPM aberto, no início dos anos 1950, para apurar atividades comunistas na Marinha do Brasil, participou ativamente das campanhas nacionalistas no Clube Militar, inclusive da eleição de Estilac Leal para a diretoria da agremiação, e das ações do almirante Suzano, nos acontecimentos de novembro de 1955. Exerceu a função de oficial de gabinete do ministro Paulo Mário.⁹³

O coronel-aviador Ruy Barbosa Moreira Lima, oficial legalista e nacionalista, era o comandante da Base Aérea de Santa Cruz e fez parte da chapa nacionalista para as eleições do Clube Militar em 1962. Quando dos primeiros movimentos do golpe, sobrevoou a coluna do general Mourão Filho nas imediações de Areal (RJ), e, em seguida, colocou uma esquadrilha de alerta para cumprir qualquer missão ofensiva, desde que ordenada por escrito pelo seu comandante, o major-brigadeiro Francisco Teixeira, outro oficial tradicionalmente legalista e nacionalista.⁹⁴ A ordem nunca chegou e o ataque não foi executado, mas nada disso impediu que o coronel fosse punido pelo regime.⁹⁵ Tampouco impediu que jovens oficiais próximos a ele, como o primeiro-tenente Fernando Peixoto, também fossem atingidos.

Os capitães de artilharia do Exército Eduardo Chuahy e Pedro Paulo de Albuquerque Suzano e o major de artilharia Raimundo Benjamin Falcão de Queiroz têm trajetórias muito semelhantes. Chuahy foi membro da chapa nacionalista nas eleições para a direção do Clube

⁹² Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência*; APERJ, FPP: Prontuário n.º 7188: Kardeck Leme; pasta Boletim Reservado n.º 212, de 17 de dezembro de 1963, p. 9-1.

⁹³ Ficha do CENIMAR com informações do capitão-de-fragata Thales Fleury de Godoy. AEL, BNM 28, v. 7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

⁹⁴ Cf. SILVA, Hélio. *Op. cit.*, p. 220-223. Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência*.

⁹⁵ Ruy Barbosa Moreira Lima também foi impedido de exercer a atividade de piloto na aviação comercial.

Militar nos anos de 1960 e 1962, enquanto que Albuquerque Suzano e Falcão de Queiroz concorreram apenas no último pleito.⁹⁶

Membro da chapa nacionalista que concorreu à direção do Clube Militar em 1958, o capitão-de-mar-e-guerra Ary da Frota Roque seria mais um dos militares muito próximos ao vice-almirante Aragão, bem como a outros militares nacionalistas. Suspeito de exercer atividades comunistas desde o início dos anos 1940, também foi acusado de ligação com as praças militares e de ter colaborado com a crise de disciplina na Marinha. Pesava sobre ele a desconfiança de ter distribuído fuzis do Corpo de Fuzileiros Navais a bombeiros “optantes” e de permitir e proteger a atuação dos sargentos da guarda de Leonel Brizola.⁹⁷

O capitão-de-fragata Bernardino Coelho Pontes era considerado um “esquerdista ativo” e suspeito de exercer atividades comunistas desde fins dos anos 1940. Homem de confiança de Cândido Aragão, foi nomeado para a 2.^a seção do Comando Geral do CFN quando o vice-almirante assumiu o comando da corporação. Ligado a outros militares nacionalistas, participou, ao lado deles, de assembléias no Clube Militar e, próximo de Leonel Brizola, foi acusado de pedir a transferência para a sua seção de todos os fuzileiros navais que faziam a guarda pessoal do deputado. Além desta imputação, pesava sobre ele o fato de ter dado apoio à AMFNB, tendo, inclusive, comparecido à assembléia da associação no Sindicato dos Metalúrgicos. Teria, ainda, apresentado fuzileiros navais ao ministro da Educação, com o intuito de que participassem da campanha nacional de alfabetização, e sido indicado pelo Clube Militar para fazer curso no ISEB.⁹⁸

O contra-almirante Luiz Phelipe Sinay e o capitão-de-mar-e-guerra Oswaldo Newton Pacheco mantiveram ligações apenas com o governo João Goulart. Sinay comandou, em

⁹⁶ Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência.*

⁹⁷ Denúncia do Procurador Geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, datada de 14 de agosto de 1964. AEL, BNM 28, v.1; Ficha do CENIMAR com informações do capitão-de-mar-e-guerra (FN) Ary da Frota Roque. AEL, BNM 28, v. 7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8; Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência.*

⁹⁸ Ficha do CENIMAR com informações do capitão-de-fragata (FN) Bernardino Coelho Pontes. AEL, BNM 28, v. 7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8./ APERJ, FPP, pasta Comunismo n.º 149, p. 470-471.

1963, o Centro de Instrução de Fuzileiros Navais, na Ilha do Governador, e, no ano seguinte, assumiu o Núcleo de Primeira Divisão de Fuzileiros de Esquadra. Em 26 de março de 1964, quando da renúncia do vice-almirante Cândido da Costa Aragão, assumiu o comando do CFN.⁹⁹ Pacheco foi nomeado Superintendente da Companhia Nacional de Navegação Costeira nos últimos dias de fevereiro de 1964.¹⁰⁰

Considerados comunistas, João Jones da Silva Ribeiro¹⁰¹ e Ailton Franco,¹⁰² capitães de artilharia do Exército, foram denunciados por terem praticado “(...) contínua e repetida doutrinação ideológica, em relação a seus subordinados e colegas no sentido de incitá-los à indisciplina e à prática de crimes contra a ordem política e social estabelecida na Constituição (...)”. Respondiam também à acusação de fazer apologia da política de controle estatal e da necessidade dos militares da unidade de se colocarem em torno dos chefes que esposavam tais idéias. Além destas relações com militares, eram suspeitos de manter simpatia por propostas de políticos de esquerda. João Jones era tido, ainda, como o chefe dos oficiais e sargentos que comungavam de idéias subversivas no 4.º G Can., e, Ailton Franco, de ter tentado, após a eclosão da ação militar, operações contrárias ao “movimento revolucionário”.¹⁰³

Por último, o capitão de artilharia Jackson Brognoli Guedes era suspeito de realizar em sua residência reuniões com militares esquerdistas, dentre eles Osmino Ferreira Alves e Jair Dantas Ribeiro, e de considerar os sargentos como os operários do Exército.¹⁰⁴

⁹⁹ “Termo de Inquirição de Testemunha”, datado de 17 de junho de 1964. AEL, BNM 28, v. 6; “Assentada”, datada de 23 de março de 1965. AEL, BNM 28, v. 10.

¹⁰⁰ “Termo de Inquirição de Testemunha”, datado de 17 de junho de 1964. AEL, BNM 28, v. 6.

¹⁰¹ Cf. Ficha com informações sobre João Jones da Silva Ribeiro, “Termo de Inquirição de Testemunha”, datado de 12 de junho de 1964, e Relatório Final do IPM, datado de 3 de setembro de 1964. AEL, BNM 520, v. 1; “Certidão de Tempo de Serviço do ex-capitão João Jones da Silva Ribeiro, durante o tempo em que serviu no 4.º G Can 90 AAé.” e Denúncia da Promotoria, datada de 25 de outubro de 1965. AEL, BNM 520, v. 2; APERJ, FPP: Prontuário n.º 36692 (RJ).

¹⁰² Cf. Ficha com informações sobre Ailton Franco, “Termo de Perguntas ao Indiciado”, datado de 24 de julho de 1964, e Relatório Final do IPM, datado de 3 de setembro de 1964. AEL, BNM 520, v. 1; “Certidão de Tempo de Serviço do ex-primeiro tenente Ailton Franco, durante o tempo em que serviu no 4.º G Can 90 AAé.” e Denúncia da Promotoria, datada de 25 de outubro de 1965. AEL, BNM 520, v. 2; APERJ, FPP: Prontuário n.º 36692 (RJ).

¹⁰³ Antes de serem reformados em outubro de 1964, os dois oficiais foram transferidos respectivamente para Teresina/PI e Natal/RN, em 4 de maio de 1964.

¹⁰⁴ APERJ, FPP, Prontuário n.º 22649 (RJ) – Jackson Brognoli Guedes.

Portanto, a história dos capitães e tenentes citados se insere num contexto muito maior do que o do imediato pré-1964, como superficialmente poderiam sugerir as motivações dos IPM's.

O fato é que, desde fins dos anos 1940, o processo político brasileiro passou por crescente polarização, que tinha conexões com o ambiente internacional. Neste curso, os defensores de um projeto de desenvolvimento de tipo nacionalista para o Brasil, em todas as suas vertentes, eram estrategicamente homogeneizados e classificados por seus opositores sob o grande guarda-chuva do comunismo. Seguindo esta mesma conduta generalizante, a rotina de cassações vislumbrava potenciais defensores de um projeto de desenvolvimento alternativo e potencialmente revolucionário nas mais tênues sombras. Propostas e partidários, ou supostos partidários, de um desenvolvimento nacionalista, autodeterminado, livre das amarras que prendiam o Brasil aos Estados Unidos e que, além disso, propugnavam a ampliação da participação política das camadas populares precisavam ser alijados do processo político em seu mais amplo sentido.

Em seu aspecto militar, o projeto político sobre o qual se amparava a ditadura de classe imposta a partir do golpe de 1964 pressupunha a existência de uma unidade interna absoluta. Esse projeto era irrealizável, como provam os próprios conflitos no interior da caserna entre os grupos vencedores.¹⁰⁵ Contudo, nestes casos, as divergências eram quanto à forma e à profundidade das medidas a serem tomadas para que se alcançasse o ideal de desenvolvimento conservador e autoritário. O que não se admitia em nenhuma hipótese era a existência de um questionamento a este projeto no interior das Forças Armadas. A mais vaga suspeita de que um militar representasse ou pudesse vir a representar um foco de contestação no interior da caserna acendia o sinal de alerta entre os golpistas.

¹⁰⁵ Para as disputas no interior das Forças Armadas nos primeiros anos da ditadura, ver: MARTINS F.º, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos (SP): Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1996.

É exatamente neste critério que são enquadradas muitas das cassações de capitães e tenentes das forças armadas. Homens que, até mesmo por uma questão cronológica, não participaram das disputas políticas dos anos anteriores e, se algo fizeram nos dias próximos ao golpe, foi, em grande parte dos casos, por simples cumprimento de ordens de superiores. Investigados em meio a um processo de polarização política, eram mais vítimas do que culpados: caso se recusassem a cumprir as ordens de seus superiores, seriam certamente punidos disciplinarmente, e, ao obedecê-los, foram acusados de colaborar com a suposta marcha de subversão e acabaram cassados.

Independentemente da, até então, pouca ou nula participação política ou definição ideológica da maioria destes jovens militares, seus comandantes, homens que ordenaram que cumprissem determinadas ações que, em última análise, eram contrárias aos interesses golpistas, e outros militares próximos foram ativos participantes do processo de disputa política dos anos anteriores. Eram oficiais que reconhecidamente defendiam um projeto de desenvolvimento político e econômico para o Brasil diferente do que estava sendo posto em prática pelo autodenominado “movimento revolucionário”. Eram membros do partido militar nacionalista e de associações que, desde o fim dos anos 1940 se esforçava por organizar os interesses do movimento nacionalista.

Desta forma, para estes capitães e tenentes, a associação teórica com o partido militar nacionalista se tornou inevitável. Para aqueles que assumiram o poder do Estado em 1964, estes jovens oficiais também faziam parte da oposição. Se, naquele momento ainda não concretamente, no futuro, provavelmente. Para evitar que viessem a ocorrer dissabores, preventivamente foram banidos das Forças Armadas. Tal prática fazia parte da chamada “Operação Limpeza”, que visava eliminar todo foco de possível oposição política, econômica, militar e psicossocial, real ou potencial, ao regime ditatorial.¹⁰⁶ As cassações destes homens,

¹⁰⁶ ALVES, M.^a Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1964)*. Trad. Clóvis Marques. 4.^a ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1987, p. 56 a 71

que, na prática, não eram nem política e nem ideologicamente opositores da facção que tomou o poder com o golpe, traduz a profundidade da política repressiva aplicada a partir de 1964 e a ânsia quase desvairada dos vencedores pela “desinfecção” completa e definitiva da corporação militar.

As trajetórias e os destinos dos oficiais intermediários e subalternos citados, jovens militares que serviam em unidades diversas, que não constituíam um grupo coeso, que, em resumo, não mantinham relações entre si, cruzaram-se de maneira determinante às vésperas do golpe de 1964. Primeiro, no campo da disputa político-ideológica que se travava no Brasil, pois, naquela conjuntura, não era necessário ser realmente partidário de uma proposta política diferente da imposta pela ditadura para ser definido como subversivo, para ser visto como inimigo, bastava estar próximo, cumprir ordens dos que eram adeptos de um projeto alternativo. Em seguida, na formação, aí sim, de um grupo em luta pela anistia política para os militares.¹⁰⁷

Como afirmado no início do capítulo, estes casos são apenas exemplos de um universo certamente maior de jovens oficiais sem grandes envolvimento políticos nos conflitos entre as facções militares ocorridos antes de 1964, mas que, por estarem próximos a oficiais considerados “solapadores da disciplina e da ordem hierárquica”, foram considerados prováveis futuros desajustados e acabaram sendo punidos.

Por último, é preciso salientar que, embora tenha sido possível identificar este padrão de cassação preventiva com mais frequência entre os capitães e tenentes, isto não significa que ele foi aplicado apenas a estas patentes militares. Há exemplos de oficiais superiores hierarquicamente que, embora nada tenha sido provado em inquérito, acabaram sendo

¹⁰⁷ Para uma análise da luta dos militares pela anistia política ver: MACHADO, Flávia Burlamaqui. *As Forças Armadas e o Processo de Anistia no Brasil (1979-2002)*. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

afastados das Forças Armadas.¹⁰⁸ Também é correto afirmar que nem todos foram cassados por temor de que se tornassem futuros opositores. Como visto no quadro constante do início do capítulo, muitos, de fato, tiveram alguma participação efetiva em algum acontecimento, eram ligados a algum movimento de contestação ou defenderam de forma mais vigorosa alguma política contrária aos preceitos daqueles que chegaram ao poder em 1964.¹⁰⁹ Além destes, há casos – não necessariamente apenas entre oficiais subalternos e intermediários – de punidos por suspeita de corrupção, extorsão, malversação ou alguma outra acusação desta ordem, laços familiares¹¹⁰ ou mesmo vendetas pessoais.¹¹¹ Portanto, a realidade das

¹⁰⁸ Como é exemplo o caso do capitão-de-corveta, portanto, oficial superior, Enéas Nogueira da Silva, que, assim como os tenentes Schueler, Temer e Tettamanzy, também servia no CEMO e respondeu ao mesmo IPM aberto para apurar o envolvimento de oficiais do corpo da armada na crise envolvendo a revolta dos marinheiros, no qual foi investigado o tenente de Marinha Ezio Torres.

No dia 7 de maio de 1964, em interrogatório, o capitão-de-corveta, então com 35 anos, afirmou que, mesmo estando a Marinha em regime de prontidão rigorosa ou de domingo, nos dias 27, 30 e 31 de março, compareceu regularmente ao CEMO e, em face do regime em que se encontrava a Marinha, por ser o oficial mais antigo presente no curso, cabia a ele dispensar os oficiais alunos e as praças que serviam na unidade. Em face da repetição deste procedimento, para receber instruções de como proceder, no dia 1.º de abril, decidiu entrar em entendimentos com a Diretoria do Pessoal do Departamento de Instrução, a quem aquele curso estava subordinado, como não conseguiu contato, e em vista da evolução dos acontecimentos pelo país, buscou comunicar-se com o Primeiro Distrito Naval, mas não obteve nenhuma informação. Decidiu procurar o gabinete do ministro da Marinha, onde falou com o capitão-de-fragata Thales Fleury de Godoy, seu conhecido e com quem já servira em tempos passados. Recebendo notícias positivas de Godoy, permaneceu no curso até a tarde, quando se dirigiu para sua residência. Preso nos dias seguintes, primeiro negou ter sido o autor do telefonema para o gabinete do ministro. No depoimento ao IPM, porém, assumiu a autoria e creditou à sua negativa o ato da sua prisão. Apesar da referência a este telefonema e de constar, no seu prontuário, a informação de que teria “idéias socialistas muito avançadas”, o relator do inquérito sugeriu a sua desqualificação como indiciado.¹⁰⁸ Contudo, o capitão-de-corveta Enéas Nogueira da Silva, em 24 de setembro de 1964, foi reformado pelo primeiro Ato Institucional. Há que ficar claro, porém, que este não é o único caso entre os oficiais superiores afastados por prevenção. Todo o relato baseia-se no depoimento do militar prestado no IPM: “Termo de Perguntas ao Indiciado”, datado de 7 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 2; Ficha do CENIMAR com informações do Enéas Nogueira da Silva. AEL, BNM 28, v. 7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

¹⁰⁹ É o caso do segundo-tenente Fernando Lopes de Almeida, demitido da Marinha em 25 de agosto de 1969. Oficial da reserva não remunerada e estudante de psicologia na UFRJ, onde atuava como membro do Diretório Acadêmico, tem nesta atuação a razão mais provável de seu afastamento.

Tido pelos órgãos de informações como um dos elementos mais ativos do Diretório Acadêmico, em 24 de outubro de 1967, teria participado de passeata estudantil contra o pagamento de anuidades nas escolas superiores, contra a penetração do imperialismo norte-americano no ensino, pela liberdade de manifestação e pela reabertura dos grêmios secundaristas, entre outras proposições. No dia 13 de janeiro de 1969, o tenente teria sido um dos responsáveis pela confecção de panfletos distribuídos no Instituto de Psicologia onde constariam os dizeres: “Luta contra o Vestibular Arrocho da Ditadura”, “Pelo Povo no Poder”, “Contra o Terror”, etc. Além desse envolvimento no movimento estudantil, Fernando Lopes de Almeida, seria da dissidência do PCB-GB e teria cuspidado na própria farda, quando no Centro de Instrução de Oficiais da Reserva da Marinha (CIORM). APERJ, FPP, pastas: Informações n.º 104, p. 72-75; e Informações n.º 119, p. 486-487.

¹¹⁰ É interessante neste aspecto a história dos irmãos Souza Moreira. O tenente de Marinha Luiz Carlos de Souza Moreira, citado ao longo do capítulo, era suspeito de ligações com a AMFNB, de ser altamente politizado, com tendências para a esquerda, e era auxiliar do contra-almirante José Luiz de Araújo Goyano. O capitão do Exército Juarez Alberto de Souza Moreira respondeu a um IPM pela tentativa de sequestro do governador do

motivações das cassações era bem mais ampla. A intenção nunca foi negar este fato. O propósito era apenas o de destacar um dos padrões, a meu ver, mais significativos que nortearam as cassações desta fração do oficialato.

A análise de um curto período da trajetória desses militares e o entrecruzamento delas ajuda a desnudar a natureza histórica do processo de repressão política a militares iniciado nos primeiros dias de abril de 1964. Claramente, a inserção administrativa num círculo que estava sob comando de oficiais nacionalistas e ativos partícipes do processo de disputa política interferiu no destino dos capitães e tenentes. Imbuídos de uma sanha revanchista e aproveitando a oportunidade que o poder lhes concedeu, os novos donos do poder procuraram eliminar do jogo político todos os seus adversários. A tarefa seguia sem limites claramente estabelecidos, qualquer mínima suspeição de participação ou simpatia por grupos políticos adversários poderia ser definida como grande ameaça e resultar num processo de cassação. Estes aparentes exageros só são compreensíveis pelo predomínio, entre os vencedores de 1964, da tese presente na doutrina de Guerra Revolucionária, segundo a qual o inimigo interno poderia estar em qualquer lugar.

As trajetórias individuais, a princípio desconectadas uma das outras, mostram que, por mais particulares, se vistas pela ótica da ditadura elas tornam-se homogêneas, não só entre si, mas também com relação ao processo de repressão que foi aplicado a outros extratos militares. Contudo, revelam também singularidades, nuances específicas da política de

estado da Guanabara, Carlos Lacerda, em janeiro de 1964. Posteriormente ao golpe, Juarez teria se unido à guerrilha do Araguaia. Com relação ao capitão do Exército Lourival de Souza Moreira Filho, nada de mais foi encontrado, tendo este militar, inclusive, concorrido como suplente do conselho fiscal pela Cruzada Democrática (opositora dos nacionalistas) para as eleições do Clube Militar em 1962. Quanto ao primeiro-tenente do Exército Sesóstres de Souza Moreira, nenhum fato significativo anterior a 1964 é mencionado, a não ser o fato de ser irmão de dois outros oficiais do Exército, sendo um deles, Juarez. Relembrando, Luiz Carlos foi demitido em 24 de setembro de 1964, Juarez e Sesóstres foram reformados em 15 de setembro de 1964, e Lourival, reformado em 3 de março de 1967. APERJ, FPP, pastas: Informações n.º 169, pp. 706-711, p. 709-710; Secreto n.º 80, p. 231-233; e “Atos da Revolução de 1964: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967”, pasta Secreto n.º 77; Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência*.

¹¹¹ Por certo há casos de oficiais vitoriosos que puderam ajustar contas com antigos desafetos após o golpe de 1964. Observo, no entanto, que demonstrar esta hipótese implicaria outra pesquisa, com ênfase em memórias e arquivos pessoais.

cassações aplicada aos militares. É neste sentido que as suas análises se apresentam como um valioso instrumento.

Para compreender as diversas facetas desta política é preciso identificar a real caracterização destes grupos de oficiais no universo dos militares cassados, o quantum de oposição e de ameaça que de fato eles representavam e que justificava o seu afastamento dos quadros das Forças Armadas. Se, de fato, significavam uma ameaça menor, se a sua configuração como óbice foi superestimada, a resposta para a questão “Por que foram cassados?” é uma só: prevenção, temor de que, num futuro eles viessem a se transformar em novos solapadores não só da hierarquia e da disciplina, mas de todo um projeto político que começava a ser posto em prática. Em resumo, que concorressem para reerguer um partido militar e um movimento político com princípios diametralmente opostos aos dos que preconizavam um processo de desenvolvimento autoritário, conservador e intrinsecamente ligado e dependente do capital internacional.

Foi em busca de encontrar a relação entre o que há de singular e o que há de mais geral nas histórias e nas cassações dos capitães e tenentes que se processou o estudo de suas trajetórias. A análise dos casos particulares permitiu refletir sobre questões mais de fundo, relativas ao processo de disputa política mais geral. O campo de ação individual de cada um deles estava limitado ao que lhes era ordenado pelos seus superiores, em consequência, mesmo o que havia de mais singular nas suas cassações, a prevenção, estava inscrita num objetivo maior: a eliminação de qualquer foco de contestação, fosse ele real ou potencial.

Capítulo IV

“Cassações brancas”: o caso dos cabos da Aeronáutica

A esta notícia [o nascimento de Jesus], o rei Herodes ficou perturbado (...) então chamou secretamente os magos e perguntou-lhes sobre a época exata em que o astro [a estrela que os avisou do nascimento] havia aparecido. E, enviando-os a Belém, disse: “Ide e informai-vos bem a respeito do menino. Quando o tiverdes encontrado, comunicai-me para que eu também vá adorá-lo.” (...).

(...). [Os magos] Avisados em sonhos de não tornarem a Herodes, voltaram para sua terra por outro caminho.

(...)

Vendo, então, Herodes que tinha sido enganado pelos magos, ficou muito irado e mandou massacrar em Belém e nos seus arredores todos os meninos de dois anos para baixo, conforme o tempo exato que havia indagado aos magos. (...). (Mateus, cap. II, ver. 1-16)

Como dito anteriormente, as interpretações sobre o regime ditatorial instaurado em 1964 que abrangem a questão da coerção aplicada a militares, de modo geral, limitam-se à análise daquela que atingiu os oficiais superiores e generais. Ainda que alguns, como é o caso de Maria Helena Moreira Alves,¹ destaquem o caráter de classe dessa política, pouco relevo é dado à singularidade da repressão sobre as praças militares. Os trabalhos de Liseane Morosini,² Flávio Luís Rodrigues³ e Paulo Parucker⁴ tentam cobrir esta lacuna historiográfica.

Os três analistas integram os movimentos dos subalternos militares à perspectiva da luta de classes e inserem-nos no contexto da ampla mobilização das camadas populares, que ameaçavam a continuidade das relações de dominação. Para eles, no período 1961-1964, foi

¹ ALVES, M.^a Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1964)*. Trad. Clóvis Marques. 4.^a ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

² Morosini analisa o processo de luta dos sargentos e suas associações por mais direitos ao longo dos anos 1930 a 1960. MOROSINI, Liseane. *Mais deveres que direitos: os sargentos e a luta pela cidadania negada (1930-1960)*. 1998. 203f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

³ Rodrigues analisa a trajetória da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do Mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, 2004.

⁴ Em sua dissertação de mestrado defendida em 1992, sobre os movimentos políticos dos militares subalternos nos anos 1960, Parucker dá destaque ao levante dos sargentos em Brasília, em setembro de 1963. PARUCKER, Paulo Eduardo C. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964)*. 1992. 332f. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1992.

incorporada aos movimentos das praças uma tentativa maior de romper com os limites impostos não só pela caserna, mas pelas forças que negavam a participação das massas no processo político nacional. De modo semelhante como foi feito nos capítulos anteriores, os autores também remontam os conflitos nas Forças Armadas ao período pós-II Guerra, com os confrontos entre nacionalistas e internacionalistas ou antinacionalistas, onde cada grupo defendia projetos de desenvolvimento diferentes para o Brasil. A perspectiva adotada é a de que, no contexto político da época, a intensificação da mobilização das camadas populares e a pregação nacionalista fizeram com que houvesse uma aproximação entre as massas e os movimentos dos subalternos. Isto teria gerado na elite nacional – civil e militar – e no capital estrangeiro, um temor de que surgisse um grande “movimento” reunindo os subalternos das três forças em contestação aos escalões superiores e à continuidade das relações de dominação, já que as “massas” passavam a contar com a perspectiva do uso de força militar. Nesta disputa, os simpatizantes do projeto de desenvolvimento capitalista associado e dependente defendiam a existência de um Estado forte, centralizado, sem oposições que atrapalhassem a implantação e a concretização de seus propósitos. Para tanto, precisavam das Forças Armadas unidas e coesas. Daí, o duplo objetivo da forte repressão sobre os militares nacionalistas de esquerda após o golpe: eliminar a oposição interna e constituir uma base militar unida em defesa do regime.

Como relação às praças militares, segundo José Murilo de Carvalho, a repressão atingiu os sargentos e marinheiros envolvidos nas rebeliões de Brasília, em fins de 1963, e do sindicato dos metalúrgicos, em março de 1964.⁵ Novamente, em linhas gerais, a conclusão de Carvalho está correta, porém este quadro precisa ser ampliado.

Considerando o caráter de classe do golpe e da ditadura instaurada em 1964, em uma conjuntura de transformação social na qual se destacava a pressão das massas por melhorias

⁵ CARVALHO, José Murilo. “Vargas e os Militares: aprendiz de feiticeiro”. In: D’ARAÚJO, M.^a Celina (org.). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 80.

políticas e sociais, as revoltas dos sargentos e dos marinheiros foram vistas pelo grupo que chegou ao poder como a vertente militar das manifestações populares. Um levantamento dos cassados comprova esta relação. Na medida em que foi possível identificar os envolvidos em tais processos, percebe-se que a política repressiva do regime utilizou-se de meios pré-existentes para excluí-los: inquéritos policial-militares (IPM's), leis e regulamentos militares. No entanto, o grupo de “suspeitos” era maior do que os que comprovadamente, ou mesmo remotamente, participaram de tais mobilizações.

O projeto de “saneamento” gestado no interior da Escola Superior de Guerra tinha a pretensão de eliminar da vida política e militar todo e qualquer óbice ou antagonismo real ou potencial ao regime ditatorial e ao projeto de desenvolvimento capitalista. Entretanto, para os “obstáculos” contra os quais não havia necessariamente uma acusação formal, entre eles um grande número de cabos da Aeronáutica cuja participação nas mobilizações das praças não foi comprovada, os meios existentes mostravam-se insuficientes. Em complemento, era indispensável agir de modo a evitar o ressurgimento de movimentos políticos ou apenas reivindicatórios, das praças militares até mesmo de grupos como os cabos da Aeronáutica, cuja atuação política anterior ao golpe era praticamente insignificante. A interdependência entre as praças tornava-as uma “configuração”, como denomina Norbert Elias. Como tal, os cabos da Aeronáutica, sargentos, marinheiros e fuzileiros navais não eram vistos de forma isolada pelo regime. Os atos que os atingiram seguem o mesmo sentido.

Mas, para se poupar ou minimizar questionamentos relativos à legitimidade, estes atos precisavam estar fundamentados em normas jurídicas democrático-liberais, que, por sua vez, deveriam ser compatíveis com as demandas sociais. Isto se justifica, pois as cassações implicavam custos que poderiam levar a um questionamento quanto à legitimidade do próprio regime ditatorial.

A elaboração de uma ideologia legitimadora é essencial para a edificação de qualquer Estado, mesmo para uma ditadura. Pode parecer um contrassenso que um regime deste tipo busque legitimação para o seu domínio. Esta questão, na realidade, é um ponto crucial dentro da estratégia de implantação de um novo sistema de dominação. Como afirma E. P. Thompson, “(...) mesmo os dominantes têm necessidade de legitimar seu poder, moralizar suas funções, sentir-se úteis e justos (...)”.⁶ O processo de legitimação não é algo fixo, limitado, mas amplo, e em sociedades complexas, como é o caso da brasileira dos anos 1960, não se limita à legalidade, mas, concordando com Nicos Poulantzas, vejo a lei como um dos fatores importantes “(...) da organização do consentimento das classes dominadas (...)”.⁷

O fato é que, modernamente, não existe Estado que não busque legitimação e nem sociedade complexa sem lei. Com base nestes argumentos e compartilhando do raciocínio de Poulantzas, acredito que a lei sempre esteve presente na constituição do poder e que toda e qualquer forma estatal, até a mais sanguinária, se edifica como organização jurídica, representa-se no direito e funciona sob forma jurídica. A estas afirmações soma-se o raciocínio de que é falsa a percepção de que exista uma oposição entre o domínio da lei e o uso, do arbítrio, da violência.⁸ Pelo contrário, como afirma o autor, “A lei é parte integrante da ordem repressiva e da organização da violência exercida por todo Estado. (...)”.⁹ Deste modo, como em um contexto de transformação das lutas de classe a eficácia do uso da violência física aberta é apenas relativa,¹⁰ pois gera um custo social que é a oposição, com a edição da lei, o Estado consegue criar um campo de exigências e interditos que servem à aplicação e à realização da violência e contribui para a exclusão dos dominados.¹¹ Em resumo, para Poulantzas, a lei materializa a ideologia dominante, não esgota as razões do

⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra*. Trad.: Denise Bottmann. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 354.

⁷ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Trad.: Rita Lima. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 94.

⁸ *Ibidem*, p. 85-86.

⁹ *Ibid.*, p. 86.

¹⁰ *Ibid.*, p. 92.

¹¹ *Ibid.*, p. 86.

consentimento, mas “(...) oculta realidades político-econômicas, comporta lacunas e vazios estruturais, transpõe essas realidades para a cena política por meio de um mecanismo próprio de ocultação-inversão. (...)”.¹² Logo, a lei pode servir como um instrumento da classe dominante.

Mas, um direito está ligado à transformação da sociedade. É ele que, de acordo com Pierre Villar, “(...) define e hierarquiza os desvios entre a ação do indivíduo e os princípios da sociedade (...)”,¹³ princípios que variam com o tempo. Por isso, as normas jurídicas devem ser apresentadas como necessárias a suprir demandas sociais da época.

A ditadura de classe instaurada em 1964 não buscou um *modus operandi* diferente e procurou embasar seus atos em normas expressas e, ao menos retoricamente compatíveis com as exigências da sociedade, inclusive os destinados a afastar os “inimigos internos”. E como, de acordo com a Doutrina de Guerra Revolucionária, eles poderiam estar em todo lugar, foi posta em prática uma política de neutralização de todos os óbices, fossem eles reais ou potenciais, ao sistema que se começava a implantar. Como resultado desta ampla operação, um grande número de cabos da Aeronáutica, como os meninos da passagem bíblica, foi punido indiscriminadamente. Cabe tentar desvendar as minúcias deste processo.

Visando solucionar esta questão, em um diálogo constante com o contexto histórico, serão analisadas as normas internas utilizadas para neutralizar os cabos suspeitos de subversão, seja afastando os que já se encontravam na força aérea antes do golpe ou procurando dificultar a consolidação de laços de solidariedade entre os que só passaram a fazer parte da Aeronáutica após abril de 1964. Algumas destas normas já existiam antes da tomada de poder, mas muitas foram especialmente criadas para dar suporte à continuidade do processo de profilaxia dentro da força área brasileira.

¹² *Ibid.*, p. 94.

¹³ VILLAR, Pierre. “Historia del derecho, historia total”. In: _____. *Economía, derecho, historia. Conceptos y realidades*. Barcelona: Ariel, 1983, p. 95.

De modo complementar, visando elucidar alguns casos para os quais a documentação ou não existe ou não é suficientemente esclarecedora, serão considerados depoimentos de cabos da Aeronáutica. Tais relatos, em confrontação com a legislação e a conjuntura política trazem à tona um aspecto preventivo e extremamente violento da “operação limpeza”, visto que é permanente e pune até mesmo às praças que só ingressaram na FAB após o golpe de 1964.

Apresentados estes esclarecimentos, objetiva-se, a partir de agora, analisar a política repressiva aplicada aos cabos da Aeronáutica, no caso, através de um processo denominado “cassações brancas”,¹⁴ ou seja, alterações de fundo político em normas internas que reformularam os processos de engajamentos, reengajamentos e promoções, dificultando o ressurgimento de movimentos políticos ou apenas reivindicatórios das praças.¹⁵

1. Repressão às praças: as primeiras providências

Antes mesmo do golpe de 1964 os movimentos das praças militares já causavam preocupação em parte da oficialidade militar. O quadro de conflito político-ideológico no país fazia com que os grupos em disputa se mobilizassem em defesa de seus interesses. Se, por um lado as massas (militares e civis) intensificavam as suas reivindicações, por outro, grupos contrários a tais mobilizações tomavam providências para que elas não se avolumassem a ponto de ameaçar a ordem estabelecida.

A revolta dos sargentos em Brasília, ocorrida na madrugada de 12 de setembro de 1963, foi uma rebelião promovida por sargentos e suboficiais e cabos da Aeronáutica e da Marinha, motivada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo, e consistiu na ocupação de

¹⁴ Denominação apresentada pelo coronel-aviador Paulo Malta Rezende. Cf. SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos: Militares x militares*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 202.

¹⁵ Em geral, entende-se como cassação o processo de expulsão, demissão e perda de direitos políticos. Com base na idéia de “cassações brancas”, adoto um conceito mais amplo.

prédios públicos e na prisão de autoridades. O levante durou poucas horas, tendo sido debelado por tropas do Exército.¹⁶ Embora se trate de uma ação militar, a rebelião era representativa de uma conjuntura muito mais complexa. Segundo Parucker, esta revolta representava a

luta pela conquista de um espaço menos excludente e discriminatório por parte de amplas parcelas da população, nas quais se incluíam, seja pela origem social, seja pela vivência da caserna, os baixos escalões militares. Foi nessa luta que surgiu a possibilidade, para os sargentos, da intervenção direta na fonte formal da discriminação, ou seja, no campo da legislação.¹⁷

A forte repressão que recaiu sobre os sargentos desarticulou os núcleos mais combativos do movimento. Isto fez com que, em 1964, os marinheiros ocupassem o lugar principal na luta dos subalternos.

Inserida no mesmo campo de luta dos setores populares por uma sociedade mais justa, a revolta dos marinheiros ocorreu entre os dias 25 e 27 de março de 1964. Reunidos na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, cerca de dois mil marinheiros e fuzileiros navais comemoravam o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). No entanto, a entidade, assim como a reunião, não contava com o apoio do ministro da Marinha, almirante Sílvio Mota (1963-1964). Em virtude da prisão de parte da diretoria da associação dias antes, a festividade transformou-se em uma manifestação de protesto contra as prisões, pela libertação dos presos, pelo reconhecimento da entidade, até então considerada ilegal pelo Ministério da Marinha, em reivindicação por melhorias para a classe e em defesa das reformas de base do presidente João Goulart.

Considerando o ato dos marinheiros como subversão da hierarquia militar, o ministro Mota ordenou que os rebelados fossem presos, mas o destacamento de fuzileiros navais incumbido da missão acabou por aderir à revolta e o presidente João Goulart proibiu a invasão

¹⁶ Cf. LAMARÃO, Sérgio. "Revolta dos Sargentos". In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. 2ª ed. rev. e atualiz. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001. 1 CD-ROM.

¹⁷ PARUCKER, Paulo Eduardo C. *Op. cit.*, p. 73.

do sindicato. Como resultado, o almirante Sílvio Mota pediu demissão e foi substituído pelo almirante Paulo Mário Rodrigues (1964). Após a substituição, a rebelião teve um fim. Por um acordo com o governo federal, os marinheiros abandonaram a sede do sindicato, foram presos e, horas depois, anistiados por Goulart. A ação do governo foi criticada por grupos de oficiais e contribuiu para o agravamento da crise política.

Libertos, os marinheiros e fuzileiros navais organizaram uma caminhada pelas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro que se tornou uma manifestação em comemoração à anistia. O almirante Suzano e o vice-almirante Cândido Aragão foram designados para tentar convencer os marujos a não se dirigirem ao Ministério da Marinha. Ao encontrarem os marinheiros, foram tomados nos braços e carregados em triunfo.¹⁸

As praças, de modo geral, pleiteavam melhorias de ordem interna e externa. Quanto às primeiras, objetivavam, especialmente, diminuir a exclusão e a discriminação, promover a humanização dos regulamentos, reduzir a ingerência sobre a vida privada e garantir aos subalternos a elegibilidade, que só era permitida aos oficiais. Embora tivessem conseguido eleger o sargento Antônio Garcia Filho para a Câmara Federal, esta era uma questão ainda em discussão, visto que a constituição de 1946 não era clara a este respeito.¹⁹ No entanto, o próprio desempenho do sargento no Congresso denota a tentativa dos subalternos de conseguir o atendimento de suas reivindicações internas pela via do diálogo, como sugere o texto do Projeto de Lei n.º 293, de 25 de abril de 1963, de sua autoria. Dentre as propostas deste projeto estavam: não permitir que os sargentos passassem mais de cinco anos na mesma graduação; a habilitação aos formados na Escola de Especialistas da Aeronáutica (E.E.Aer.)

¹⁸ Sobre a revolta dos marinheiros, ver: RODRIGUES, Flávio Luís. *Op. cit.*, p. 97-126; e ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.). “Revolta dos Marinheiros”. In: _____. *Op. cit.*

¹⁹ Havia pouca clareza na Constituição de 1946 quanto à possibilidade dos graduados das forças armadas (cabos, sargentos e suboficiais) serem eleitos para mandatos parlamentares, em qualquer nível. Em função disto, desde meados dos anos 1950, a luta pela elegibilidade se tornou uma das principais bandeiras dos movimentos reivindicatórios das praças militares. Cf. LAMARÃO. Sérgio. *Op. cit.*

ao ingresso ao oficialato; a promoção a 3.º sargento estagiário aos cabos cursados, mas não promovidos por falta de vaga.²⁰

No campo externo havia a defesa das “reformas de base”,²¹ de uma melhor distribuição da riqueza nacional, da legalidade, da democracia, do nacionalismo e da imposição de restrições ao capital externo. Enfim, da defesa de transformações sociais mais amplas, visando suprir as necessidades das camadas populares.²² Conclui-se que as praças queriam elas mesmas interferir politicamente na sociedade, e o campo privilegiado para estas ações políticas eram os clubes e associações. Ao mesmo tempo, como demonstraram os sargentos e os marinheiros, havia a possibilidade do uso de revoltas como meio para pressionar pelo atendimento destas reivindicações. Além do que, como em tais rebeliões houve participação de praças das três forças e de diferentes graduações, muito embora não houvesse uma orientação única, nacional, a organização dos subalternos demonstrava haver um mínimo de união entre os movimentos das diferentes forças. Para Parucker,

em que pesem as especificidades de cada um desses segmentos [praças do Exército, da Marinha e da Aeronáutica], o movimento começava a trabalhar numa faixa comum a todos eles, o que fazia com que, em detrimento de reivindicações estritamente corporativas, ganhasse força exatamente o que eles tivessem de comum, a condição de subalternos discriminados pela instituição e de integrantes das camadas populares expostas aos mecanismos excludentes da estrutura social.²³

Esta realidade também fez com que setores situados à esquerda do espectro político de então, como estudantes e sindicalistas, encampassem as reivindicações das praças. A possibilidade do surgimento de um grande movimento em prol de transformações sociais e, ao mesmo tempo, o temor que ele provocava, pode ser concluído a partir da observação do discurso do subtenente Jelcy Rodrigues Corrêa.

²⁰ BRASIL. Projeto de Lei n.º 293, de 25 de abril de 1963. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, DF, 8 de jun. de 1963, p. 3078-3079.

²¹ As ditas reformas de base consistiam, em linhas gerais, na reforma agrária, na nacionalização das refinarias, na proposta de voto para os analfabetos e na legalização do Partido Comunista.

²² PARUCKER, Paulo Eduardo C. *Op. cit.*, p. 95 e segs.

²³ *Ibidem*, p. 127-128.

No dia 11 de maio de 1963, foi feita uma homenagem ao comandante do I Exército, general Osvino Ferreira Alves, na sede do Instituto de Aposentadorias e Pensões. Na presença de cerca de dois mil militares de delegações de vários estados, líderes sindicais e estudantis, Jelcy fez um pronunciamento inflamado no qual afirmou que os suboficiais, subtenentes e sargentos também se consideravam povo, pois eram oriundos das camadas populares mais sofridas e estavam sujeitos a suportar e refletir as mesmas conseqüências sociais. Além desta proposição, defendeu a união entre estes militares e os trabalhadores, uma ordem mais justa e as reformas de base; criticou as forças imperialistas, o Fundo Monetário Internacional (FMI), os grupos reacionários da elite; e ameaçou que, caso estes grupos tentassem “reviver 1954 ou 1961” teriam que “encarar de frente” aqueles militares, pois eles seriam a “vanguarda” e “sentinelas” do povo. Por fim, declarou:

Havemos de conseguir as reformas (...) porque nós sargentos e oficiais progressistas, autênticos nacionalistas, pegaremos em nossos instrumentos de trabalho e faremos as reformas juntamente com o povo; lembrem-se os senhores reacionários: o instrumento de trabalho do militar é o fuzil.²⁴

Em uma conjuntura marcada pelo processo de mobilização das camadas populares (ligas camponesas, luta sindical em novas bases – CGT, crescente influência de entidades suprapartidárias, como a Frente Parlamentar Nacionalista), o estímulo recíproco de aproximação entre as praças e estes movimentos gerou a possibilidade, de um lado, do surgimento de uma força militar em prol das reivindicações populares, e, do outro, do apoio popular às reivindicações das praças. A união entre estes dois grupos indicava o nascimento um novo período de lutas sociais no Brasil. Ao mesmo tempo, produziu um temor, no alto comando militar, de quebra da hierarquia e da disciplina, e, nos grupos civis conservadores, de perda do seu *status quo*. Como consequência, provocou a aglutinação de oficiais em torno da repressão aos movimentos dos subalternos. Alguns oficiais, que anteriormente eram

²⁴ MESMO sem o general Osvino inferiores o homenageiam. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1963, p. 15.

favoráveis a eles, passaram a temer que a radicalização levasse à desagregação da instituição.

Como mencionou Paulo Parucker, em referência ao levante dos sargentos, em Brasília,

aquela agressão aos princípios da disciplina e da hierarquia, tão caros à Instituição, teria minado o já combalido apoio com que o movimento contava dentro da oficialidade mais reformista, inibindo uma suposta reação ao golpe por oficiais em comando de tropa.²⁵

Esta observação é extensiva aos reflexos da revolta dos marinheiros e fuzileiros navais.

Em síntese, os movimentos das praças, unidos aos demais movimentos de massas, tomou o sentido embrionário de insurreição popular armada. Ao mesmo tempo, a radicalização levou à perda do apoio de parte significativa da população.²⁶

No que se refere à repressão sobre estes grupos, especificamente no caso da Aeronáutica, antes mesmo da revolta de Brasília já havia perseguição. Por conta da manifestação organizada pela posse do sargento Antônio Garcia Filho, no início de 1963, houve prisões e transferências de militares envolvidos. Pouco tempo depois, o discurso do subtenente Jelcy Rodrigues Corrêa desencadeou nova onda de prisões.²⁷ Ainda em fins daquele ano, já por conta de represálias aos rebelados da capital federal, foram adotadas medidas tanto para afastar os principais envolvidos nas rebeliões das praças, quanto para evitar a reedição das mesmas.

A maior parte dos envolvidos no levante de Brasília era de praças da Aeronáutica, e o método usado para excluí-los foi a instauração de IPM's, mas, como já dito, esta revolta não ficou limitada às praças com esta patente militar e nem apenas às pertencentes à Força Aérea Brasileira (FAB). Dela também participaram cabos e soldados da força aérea e praças da Marinha, em consequência, poucos dias depois, foi iniciada a busca de meios para expulsar, o mais rápido possível, estes homens dos quadros das Forças Armadas. Mas, dos três inquéritos

²⁵ PARUCKER, Paulo Eduardo C. *Op. cit.* p. 207.

²⁶ *Ibidem*, p. 243.

²⁷ *Ibid.*, p. 135.

abertos para apuração da revolta, apenas um foi finalizado antes de 31 de março de 1964.²⁸ Os outros foram encerrados já sob as bênçãos da ditadura.

Com relação aos marinheiros, a partir da posse da segunda diretoria da AMFNB, em 1.º de maio de 1963, o Ministério da Marinha passou a dedicar mais atenção à entidade. A nova diretoria se postou de forma mais política e menos assistencialista e, visando enfraquecê-la, a administração naval passou a transferir seus delegados para unidades distantes. Em fins daquele ano, em virtude da repressão aos sargentos da Aeronáutica, a associação dos marinheiros tomou a liderança do movimento das praças, com isso, a ofensiva do ministério aumentou. Além dos processos abertos contra os marinheiros envolvidos na rebelião de Brasília, as lideranças da AMFNB foram perseguidas, alguns foram presos, outros, transferidos. Este processo culminou com a detenção dos diretores da entidade às vésperas da comemoração pelo 2.º aniversário.²⁹

Com o golpe, a AMFNB foi fechada e seus diretores, expulsos. A associação também foi vítima de IPM's. Um primeiro foi aberto ainda em 1963, por conta dos protestos contra as prisões do presidente e do vice-presidente da entidade. No entanto, sua conclusão só se deu em 1966.³⁰ Os outros dois são posteriores ao golpe e também foram concluídos apenas em 1966.³¹

Antes do encerramento destes inquéritos, porém, algumas medidas já haviam sido tomadas com o objetivo de excluir do seio das forças armadas as praças suspeitas de envolvimento nas revoltas. No que se refere à Marinha, é o caso da Exposição de Motivos n.º

²⁸ Os três inquéritos abertos para apuração da revolta dos sargentos foram: Processo n.º 27/63, da 1.ª Auditoria da Aeronáutica – 1.ª CJM, Rio de Janeiro, voltado para a investigação sobre as praças da guarnição de Brasília e encerrado em novembro de 1965. AEL, BNM n.º 140; Processo n.º 211/63, da 2.ª Auditoria da 2.ª Região Militar, aberto para apurar o envolvimento de praças do Quartel General da 2ª Divisão de Infantaria encerrado em 20 de março de 1964. AEL, BNM n.º 19; e Processo n.º 178/64-C, da 2.ª Auditoria de Marina, 1.ª CJM, cujo fim era apurar o envolvimento de praças da Marinha na Revolta dos Sargentos. Foi encerrado em julho de 1969. AEL, BNM n.º 692.

²⁹ Sobre o processo de repressão aos membros da AMFNB, antes da revolta dos marinheiros, ver: RODRIGUES, Flávio Luís. *Op. cit.*, p. 83-104.

³⁰ Processo n.º 179/64-C, da 2.ª Auditoria de Marinha, 1.ª CJM. AEL, BNM n.º 210.

³¹ Processo n.º 8167/64, da 1.ª Auditoria de Marinha. AEL, BNM n.º 149; e Processo n.º 8172 da 1.ª Auditoria de Marinha. AEL, BNM n.º 508.

138, de 21 de agosto de 1964, assinada pelo ministro da Marinha, almirante Ernesto de M. Baptista.³² Os IPM's nem sempre resultavam no indiciamento de todos os investigados, mas a Marinha não podia correr riscos. Demonstrando preocupação com a possibilidade de ressurgimento do movimento das praças militares, no caso, da AMFNB, o ministro sugeriu providências para que isto fosse evitado. Entre elas, a expulsão de oitocentos marinheiros e fuzileiros navais envolvidos na manifestação da AMFNB, ocorrida no Sindicato dos Metalúrgicos entre os dias 25 e 27 de março de 1964, e que, embora indiciados no IPM que apurou as atividades desta associação, não foram denunciados pela Promotoria Militar. Uma série de atos administrativos foi editada com este objetivo.

O caso da Aeronáutica é ainda mais significativo e apresenta o norte para a análise que será feita ao longo do capítulo. Por conta da revolta de Brasília, no dia 24 de setembro de 1963, o Ministério da Aeronáutica, através da Exposição de Motivos S-5-GM1, solicitou autorização para antecipar o licenciamento de cabos e soldados da ativa da Aeronáutica e, já contando com a outorga presidencial, expediu o Aviso S-20-GM1, no qual mandava precipitar a dispensa das praças com estas patentes que se houvessem engajado em 1961. Em complemento a este Aviso, em 3 de outubro, foi despachado o Aviso S-24-GM1, no qual o comandante do Núcleo de Base de Brasília era autorizado a proceder a tais licenciamentos.³³ Estas ações indicam que, antes mesmo que ocorresse a apuração de qualquer possível crime militar, constituía-se o meio “legal” para afastar da força aérea aqueles que representavam uma ameaça interna.

Contudo, mais do que excluir da Aeronáutica os cabos e soldados que colaboraram com a revolta dos sargentos em Brasília, era preciso evitar a repetição de tais movimentos no

³² Exposição de Motivos n.º 138. Cópia em meu poder obtida junto à Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM).

³³ Cf. “Resumo dos Fatos”, 27 de fevereiro de 2007, p. 2-3. Este documento foi elaborado e entregue pela Federação dos Anistiados ao presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, por ocasião do 1.º Seminário “Anistiados do Brasil – Anistia e Direitos Humanos”, realizado entre 15 e 16 de agosto de 2007, no Auditório Nereu Ramos, anexo II da Câmara dos Deputados Federais, em Brasília. Cópia em meu poder.

interior da força aérea brasileira. Com este objetivo foi iniciado um processo que culminou com a alteração das normas de engajamento e reengajamento de cabos. A primeira medida neste sentido foi a edição da Portaria 16-GM1, de 14 de janeiro de 1964, através da qual foi constituído um Grupo de Trabalho com o objetivo de

rever e atualizar as disposições das Portarias 570-GM1, de 22 de novembro de 1954, alteradas pelas de números 315-GM3, de 18 de maio de 1955 e 148, de 20 de março de 1956 (Instruções para a Permanência em Serviço ativo das Praças de Corpo de Pessoal Subalterno da Aeronáutica), sugerindo as modificações necessárias a respeito da citada legislação.³⁴

Embora à primeira vista esta possa parecer uma medida meramente administrativa, o contexto em que ele foi proposta e os seus desdobramentos demonstram a existência, mesmo antes do golpe de 1964, de uma preocupação com movimentos reivindicatórios dos subalternos no interior da força aérea.

A Aeronáutica, visando se prevenir quanto ao ressurgimento dos movimentos das massas militares, seguiu duas linhas distintas: de um lado, tomou medidas com base nos procedimentos jurídicos existentes ou solicitou autorizações especiais, com o objetivo de excluir militares contra os quais havia prova efetiva de participação nas rebeliões das praças; de outro, iniciou um processo visando alterações de normas e regulamentos militares de modo a punir aqueles contra quem não havia tais provas. Porém, somente a análise dos desdobramentos dessas primeiras medidas é capaz de demonstrar a amplitude do “saneamento”.

³⁴ BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Portaria n.º 16-GM1, de 14 de janeiro de 1964. *Boletim do Ministério da Aeronáutica*, Rio de Janeiro, RJ, 31 de jan. de 1964, n.º 1, p. 145. Como presidente do Grupo de Trabalho foi inicialmente indicado o então Major-Brigadeiro-do-Ar Martinho Candido dos Santos, substituído, posteriormente, pelo Brigadeiro-do-Ar Miguel Lampert. Cf. BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Portaria n.º 140-GM1, de 25 de fevereiro de 1964. *Boletim do Ministério da Aeronáutica*, Rio de Janeiro, RJ, 31 de mar. de 1964, n.º 3, p. 431.

2. Aos inimigos, a lei:

Nos primeiros anos da década de 1960, o Brasil apresentava um quadro de profunda transformação social, de surgimento de novas demandas públicas e, ao mesmo tempo, de grave crise política, econômica e social. Conquistado o Estado e visando a implementação de um projeto de desenvolvimento adequado ao processo de transformação do capitalismo internacional, intensificou-se o processo de associação dos “males”, da “desordem” do Brasil à “comunização” do país, cujo agente máximo era João Goulart.³⁵ Além dos interesses do capital, havia uma demanda por ordem de parte da população e o agir da ditadura de classe foi apresentado como orientado e o mais adequado a manter aspectos básicos da vida política, que estariam em vias de “desintegração”. Desta forma, o discurso e as ações do regime foram veiculados de modo a se aproximar das exigências econômicas, sociais e psicológicas de determinadas parcelas da sociedade, que passaram a considerá-lo como solução legítima para os problemas brasileiros. Em paralelo, de determinadas condutas e comportamentos, até então aceitos, começaram a ser negados, a ser criminalizados.

Este fato pode ser percebido na edição de normas, após o 31 de março de 1964, que tinham por objetivo intensificar o processo de “saneamento” interno. No que se refere à Aeronáutica, isto é perceptível através da Portaria 290-GM1, de 4 de abril de 1964, pela qual o novo ministro da força, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Mello,³⁶ determinou a abertura de inquérito policial-militar com o objetivo de apurar a existência de movimentos subversivos na força aérea. Dizia a Portaria:

Sr. Major-Brigadeiro do Ar Engenheiro Guedes Muniz: Tendo chegado ao meu conhecimento, e é de domínio público, que militares da Aeronáutica

³⁵ O AI-1 é explícito nesta questão: “(...) Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. (...)”. BRASIL. Ato Institucional, de 9 de abril de 1964. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 de abr. de 1964. Seção I, p. 3193.

³⁶ Francisco de Assis Corrêa de Mello ocupou o Ministério da Aeronáutica em dois momentos: da primeira vez, por nomeação do presidente Juscelino Kubitschek, entre julho de 1957 e janeiro de 1961; da segunda, tendo feito parte do autoproclamado Comando Supremo da Revolução, assumiu o ministério entre os dias 4 e 20 de abril de 1964. Cf. ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930. Op. cit.*

e civis vinham tendo participação, em movimento subversivo, de fundo comunista, movimento esse que provocou a reação das Forças Armadas no desenrolar dos acontecimentos nos últimos dias de março e nos primeiros dias de abril de 1964, a fim de que fossem restabelecidas a ordem e a disciplina, no seio das classes armadas, e a tranqüilidade da família brasileira e a preservação das instituições nacionais, determino que seja, com urgência, instaurado, a respeito, o devido inquérito policial-militar, delegando-lhe para esse fim, as atribuições policiais que me competem.³⁷

Na sequência, foram editados o Ato Institucional de 9 de abril de 1964, atos complementares, decretos e portarias e instaurados IPM's com o intuito de promover uma “operação limpeza”, de caráter repressivo, que mirava não só o interior das Forças Armadas, mas todas as áreas sensíveis de possível oposição: política, econômica, militar e psicossocial.³⁸

Como os movimentos dos sargentos e dos marinheiros tiveram com centros irradiadores as suas respectivas associações, após o golpe, as punições aplicadas às praças tiveram como foco estas sociedades. Com relação aos cabos da Aeronáutica, não foi diferente: um dos primeiros objetivos foi o de encerrar as atividades e de punir os diretamente envolvidos com a Associação de Cabos da Força Aérea Brasileira (ACAFAB). O meio para executar tal tarefa: a letra da lei.

Criada tendo por inspiração a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), em 1964, a ACAFAB era uma entidade embrionária, sem maiores ações.³⁹ Contudo, por este vínculo, pela participação, ainda que como coadjuvante, na chamada revolta dos marinheiros e pela própria característica de ser uma sociedade de praças, a Associação dos Cabos e seus membros também foram atingidos pela política repressiva da ditadura.

³⁷ Brasil. Ministério da Aeronáutica. Portaria n.º 290-GM1. *Boletim Reservado n.º 8*, Rio de Janeiro, RJ, 6 de maio de 1964, p. 45-46; *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 de abr. de 1964. Seção I, p. 3266.

³⁸ Cf. ALVES, M.^a Helena M. *Op. cit.*, p. 56 a 71.

³⁹ Segundo o ex-marinheiro Avelino Bioen Capitani, “(...). As primeiras reuniões de cabos e soldados da Aeronáutica, inclusive a fundação da sua associação, foram em nossa sede [da AMFNB]. Ajudamos na elaboração dos estatutos, do programa e de sua divulgação.” CAPITANI, Avelino B. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997, p. 32.

Um primeiro ato pós-golpe a alcançar diretamente os cabos foi a edição, em 8 de outubro de 1964, da Portaria 1.103-GM2,⁴⁰ que expulsou dez cabos e um taifeiro.⁴¹ Três foram as fundamentações dessas expulsões. A primeira, o artigo n.º 91 do Estatuto dos Militares (Decreto-Lei 9.698, de 2 de setembro de 1946), que permitia a expulsão das praças, de qualquer graduação e com qualquer tempo de serviço, que cometessem transgressões disciplinares que implicassem em tal pena ou que se tornassem prejudiciais à ordem pública ou à disciplina militar.⁴² O segundo, o artigo n.º 31, parágrafo terceiro, letra “b” da Lei do Serviço Militar (Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964), que estabelecia que deveria ser expulso o militar que praticasse ato contra a moral pública, punonor militar ou falta grave.⁴³ Por último, o artigo n.º 37, letra “a”, do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (Decreto n.º 11.665, de 17 de fevereiro de 1943), que determinava que deveria ser excluída, por incapacidade moral, a praça que participasse de conspiração ou movimento sedicioso, fizesse propaganda nociva ao interesse público ou praticasse atos contrários à segurança do Estado ou à estrutura das instituições, e o artigo 38 do mesmo decreto, que determinava que, quando o militar tivesse mais de dez anos de serviço, tais expulsões fossem efetuadas mediante o Conselho de Disciplina, e, em casos de menos de dez anos de serviço, por meio de inquérito ou sindicância.⁴⁴

⁴⁰ BRASIL. Portaria n.º 1.103-GM2, de 8 de outubro de 1964. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 de out, de 1964. Seção I, p. 9292.

⁴¹ As expulsões foram baseadas em investigações sumárias estabelecidas pelo artigo n.º 7, parágrafo primeiro, do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, que suspendeu por seis meses as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade e permitiu, “mediante investigação sumária”, a demissão, dispensa, aposentadoria, transferência para a reserva, reforma ou colocação em disponibilidade de funcionários públicos federais, estaduais ou municipais, de acordo com o Decreto 53.897, de 27 de abril de 1964, que regulamentou todo o rito processual das ditas “investigações sumárias” BRASIL. Ato Institucional n.º 1. *Op. cit.*; BRASIL. Decreto n.º 53.897, de 27 de abril de 1964. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 de abr. de 1964. Seção I, p. 3690.

⁴² BRASIL. Decreto-Lei n.º 9.698, de 2 de setembro de 1946. “Estatuto dos Militares”. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 6 de set. de 1946, Seção I, p. 12.478.

⁴³ BRASIL. Lei n.º 4.375, de 17 de agosto de 1964. “Lei do Serviço Militar”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 de set. de 1964. Seção I, p. 7881.

⁴⁴ BRASIL. Decreto n.º 11.665, de 17 de fevereiro de 1943. “Regulamento Disciplinar da Aeronáutica”. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 23 de fev. de 1943, p. 2585, 2587-2594.

Em 26 de janeiro de 1965, o presidente da república editou o Decreto 55.629, que foi o primeiro ato a atingir especificamente a ACAFAB. Através desse documento o presidente Castello Branco,

CONSIDERANDO que a “Associação de Cabos da F.A.B., criada para congregar e dar assistência social, cultural, desportiva e educacional aos seus associados e aos seus familiares, teve seus Estatutos registrados no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, do Estado da Guanabara, adquirindo personalidade jurídica;

CONSIDERANDO que, todavia a referida Associação, sob a capa de “pugnar pela democracia e liberdade fundamentais”, que também inscrevera como um dos seus fins, passou a desenvolver atividades nocivas à ordem pública, à disciplina e à segurança do Estado e a fazer campanha subversiva;

CONSIDERANDO que a suspensão da referida Associação complementaria a série de medidas adotadas pelas autoridades federais para erradicar do meio social, e sobretudo das classes militares, os organismos subversivos,

Decreta:

Art. 1.º Fica suspensa, pelo prazo de seis meses, a Associação de Cabos da F.A.B., de conformidade com o que dispõe o art. 6.º seu parágrafo único do Decreto-lei n.º 9.085, de 25 de março de 1946, e o art. 29, da Lei n.º 38, de 4 de abril de 1935.⁴⁵

O artigo n.º 6, parágrafo único, do Decreto-Lei n.º 9.085, que dispunha sobre o registro civil das pessoas jurídicas, estabelecia que as sociedades ou associações que adquirissem personalidade jurídica, mediante falsa declaração de seus fins, ou que, depois de registradas, passassem a exercer atividades ilícitas ou contrárias, nocivas ou perigosas ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes, seriam suspensas pelo Governo, pelo prazo máximo de seis meses.⁴⁶ Já o artigo n.º 29, da Lei n.º 38, que definia os crimes contra a ordem política e social, além de apresentar as mesmas disposições do artigo n.º 6, parágrafo único, do Decreto-Lei n.º 9.085, determinava que fosse aberta ação judicial de dissolução.⁴⁷ Com esta abrangência, o Decreto 55.629 serviu para coibir, de forma direta, os suspeitos de práticas subversivas e revolucionárias.

⁴⁵ BRASIL. Decreto n.º 55.629, de 26 de janeiro de 1965. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 de jan. de 1965. Seção I, p. 1069.

⁴⁶ BRASIL. Decreto-Lei n.º 9.085, de 4 de abril de 1935 (republicação). *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 1.º de jul. de 1935, p. 14218.

⁴⁷ BRASIL. Lei n.º 38, de 25 de março de 1946. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, 27 de mar. de 1946, Seção I, p. 4485.

Finalmente, em 11 de maio de 1965, o “Boletim Reservado” n.º 21, da Diretoria de Pessoal do Ministério da Aeronáutica, trazia a íntegra do Ofício Reservado n.º 014/GM-2/S-070/R, de 9 de abril de 1965, em que o chefe do gabinete do ministro encaminhou à Diretoria de Pessoal os autos do inquérito policial militar instaurado contra a ACAFAB. Tendo por justificativa a apuração das atividades subversivas da entidade, atestava que a associação:

- a. Foi criada sem a autorização do Ministério da Aeronáutica;
- b. vem utilizando indevidamente o nome da Força Aérea Brasileira;
- c. que sua Diretoria tomava parte ativa em reuniões e atividades subversivas;
- d. que desenvolvia atividades ilícitas, contrárias ao bem público e a própria segurança nacional;
- e. que, através de reuniões subversivas na entidade era tramada a deposição do ex-presidente da República e seguidas, *in totem*, as teses contrárias ao regime, do então deputado Leonel Brizola;
- f. que teve participação direta nos acontecimentos subversivos, que foram levados a efeito no Sindicato dos Metalúrgicos. (...).⁴⁸

A menção à participação da ACAFAB no movimento realizado no Sindicato dos Metalúrgicos sugere o caráter preventivo de tal documento. Com base nessas acusações, o parecer final do IPM, determinava:

A ASSOCIAÇÃO DOS CABOS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA, registrada sob esse título, contrariando as Autoridades do Ministério da Aeronáutica, (...) uma vez que essa denominação – “DE CABOS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA” – envolve o nome da corporação e se presta a explorações política. É recomendável que sejam tomadas medidas para prevenir que se organizem outras entidades, de caráter tendencioso como a “ACAFAB e a “CASA DOS CABOS DA AERONÁUTICA DE SÃO PAULO” (fls.538), associação de caráter civil organizadas por graduados da Força Aérea Brasileira, que devem ser mantidas sob vigilância para evitar que se degenerem.

(...) ditos militares são referidos no relatório de fls. 574 e terão que ser, quando em engajamento ou reengajamento, objeto de exame cuidadoso, primordialmente no que se relaciona com o comportamento militar e civil.

(...)

(...) DETERMINO aos Senhores Comandantes de unidades procedam ao fechamento sumário e imediato de todas as sucursais da denominada ASSOCIAÇÃO DOS CABOS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA, que, por ventura, ainda estejam em atividades.

(...).

⁴⁸ BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Diretoria de Pessoal do Ministério da Aeronáutica. *Boletim Reservado* n.º 21, Rio de Janeiro, RJ, 11 maio de 1965, p. 181. Cópia em meu poder obtida junto à Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM).

(...) a “ASSOCIAÇÃO DOS CABOS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA”, já tendo suas atividades suspensas por seis meses, pelo Decreto Presidencial n.º 55.629, publicado no Diário Oficial e 28 de janeiro de 1965, deve, face à sua periculosidade, ser extinta, como o foi sua congênere ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E MARINHEIROS.

A extinção completará a série de medidas adotadas pelas autoridades federais para erradicar do meio social e sobre tudo das classes militares os organismos subversivos.

Impõe-se a medida contra a “ASSOCIAÇÃO DOS CABOS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA”, que, valendo-se das garantias constitucionais que asseguram a liberdade de associação de palavra, de imprensa e das demais que caracterizam o regime democrático em que vivemos, pretendeu fazer letra morta das disposições que condicionam tais liberdades a licitude das suas finalidades.⁴⁹

Além da determinação de extinção da ACAFAB, é interessante notar que este documento já trazia um caráter preventivo. Em face de não ter conseguido provas que incriminassem centenas de cabos, já que o parecer final ordenava apenas a prisão de dois e expulsão de outros seis, sugeriu atenção na conduta destes militares e cuidados quando do engajamento ou reengajamento, primordialmente no que se relacionava com o comportamento militar e civil. Como os reengajamentos não eram automáticos e dependiam de autorização superior, para estes homens, permanecer na força aérea era uma possibilidade ilusória.

O que a base jurídica que sustentou estas punições tem em comum é o caráter vago do que foi definido como crime e a pretensão de universalidade do que deve ser protegido e/ou reparado. A expulsão dos cabos e do taifeiro pela Portaria 1.103-GM2 se baseia em artigos de leis que fixam como atos puníveis as transgressões disciplinares prejudiciais à ordem pública ou à disciplina militar, a prática de ato contra a moral pública, pondonor militar ou falta grave, a incapacidade moral, a participação em conspiração ou movimento sedicioso, a propaganda nociva ao interesse público ou a prática de atos contrários à segurança do Estado ou à estrutura das instituições. Já quanto à suspensão das atividades da ACAFAB, a acusação é de que ela desenvolveu atividades nocivas à ordem pública, à disciplina e à segurança do Estado e fez campanha subversiva. A sustentação legal são artigos de lei que mencionam a falsa

⁴⁹ *Ibidem*, p. 181-188.

declaração de seus fins ou o exercício de atividades subversivas, ilícitas ou contrárias, nocivas ou perigosas ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes. A imprecisão dos atos passíveis de punição se presta a abusos, permitindo valorar como proibida e punir politicamente toda ação ou atividade considerada como ameaça à ditadura.

É verdade que a legislação que fundamentou tais ações é anterior ao golpe, mas também o Ofício Reservado n.º 14, que traz os resultados do IPM contra a ACAFAB, apresenta a mesma postura. Na gênese, a Portaria 290-GM1, que determinou a instauração IPM's para averiguar a participação de militares da Aeronáutica em “movimento subversivo, de fundo comunista”, trazia como objetivos o restabelecimento da “(...) ordem e a disciplina no seio das classes armadas e a tranqüilidade da família brasileira e a preservação das instituições nacionais (...)”.⁵⁰ Ou seja, o delito que justificava a instauração dos IPM's era muito vago, indeterminado, podendo abranger um número imenso de atitudes, mesmo que de dimensão mínima, bastando para isso que fosse considerada como perigosa para o regime. E é isto que de fato ocorre, já que a ACAFAB acaba sendo acusada, além da ligação a Leonel Brizola e da participação na Revolta dos Marinheiros, por prática de atividades subversivas, ilícitas, contrárias ao bem público e à própria segurança nacional.

O crime é uma ofensa a uma força moral superior ao indivíduo (a força coletiva), uma infração lesiva ao bem público e punível pelo Estado. Ao admitirmos uma conduta como prejudicial à sociedade, aceitamos a sua criminalização. A referência à defesa de princípios imanescentes de igualdade e universalidade, como o interesse público e a segurança do Estado, presentes nos atos jurídicos e administrativos que atingiram os cabos, conferem eficácia aos mesmos. Em paralelo, contribuem para reforçar a dominação, pois embora seja mantida a

⁵⁰ BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Portaria n.º 290-GM1. *Op. cit.*

retórica de que as ações visavam interesses comuns – o bem de todos – havia claramente interesses de classe nas cassações.⁵¹

Como argumenta Pierre Bourdieu, o trabalho jurídico “(...) confere o *selo da universalidade*, fator por excelência da eficácia simbólica a um ponto de vista sobre o mundo social (...)”,⁵² consagrando uma “representação oficial” do mundo social, de acordo com a visão de mundo dos dominantes, fazendo com que todas as práticas *diferentes* apareçam como *desviantes*.⁵³ Mas, a eficácia simbólica do Direito só deve exercer-se com a cumplicidade dos que a suportam, permanecendo ignorada a sua parte arbitrária, que está na origem de seu funcionamento. “Quanto mais as pessoas sentem que tenham escolhido a subordinação, mais legítima esta lhes parece e menos resistem aos que mandam nelas. (...)”.⁵⁴ Para isso, tem que apresentar alguma relação com as demandas sociais.

Protegidos sob a chancela da universalidade e justificados pela demanda social de prevenir danos sociais e atender ao interesse de segurança nacional, a criminalização das condutas políticas dos cabos adquiriu uma eficácia simbólica, se impôs como “representação oficial” do mundo social e reforçou a dominação. Em outras palavras, conforme exposto no parecer do presidente da Comissão de Anistia, conselheiro José Alves Paulino, sobre o requerimento de anistia do então cabo Gilvan Vanderlei de Lima, em seu item 38: “É incontroversa a motivação exclusivamente política verificada naquele documento [Ofício Reservado n.º 014/GM-2/S-070/R, de 09 de abril de 1965]”.⁵⁵ Ainda que parte da legislação, como a que define normas para a constituição das pessoas jurídicas, pudesse não ter na

⁵¹ Segundo Paul Rock, certos atos podem ser definidos como criminosos porque isto é do interesse da classe dominante. ROCK, Paul. “Crime e Transgressão”. In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (org.s). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, s.d., p. 149.

⁵² BOURDIEU, Pierre. “A força do direito. Elementos para um sociologia do campo político”. In: _____. *O Poder Simbólico*. Trad.: Fernando Tomaz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 245. Grifos do autor.

⁵³ *Ibidem*, p. 247. Grifos do autor.

⁵⁴ Esta afirmação, como todo o texto, refere-se à análise que Mosna faz sobre a obra de James C. Scott. MOSNA, Karl. “James C. Scott e Resistência Cotidiana no Campo: uma avaliação crítica”, *Bib*, Rio de Janeiro, n.º. 49, 2000, p. 108.

⁵⁵ Disponível em: <http://cabospos64.blogspot.com/2006/06/conhea-o-voto-de-anistia-de-um-ex-cabo.html>. Acesso em: 4 de junho de 2007.

criação este objetivo, no caso, também foram utilizadas de forma política para estabelecer uma nova ordem reforçar o domínio de classe.

A lei foi posta a serviço dos objetivos da ditadura como um instrumento de dominação e de perseguição política, que ameaçava qualquer atividade oposta a ela. Contudo, por mais indeterminadas que fossem as acusações passíveis de punição, elas só podiam atingir àqueles contra quem houvesse alguma prova, mesmo que pequena, de ter praticado algum dos atos previstos. Para alcançar aqueles contra quem não havia qualquer prova e/ou aos que nada haviam feito, mas que, no futuro, poderiam vir a fazer, seria essencial criar um novo corpo de regras.

3. As alterações das normas como prevenção:

Para promover o sonhado “saneamento” político do país, não bastava eliminar os opositores originados dos embates anteriores ao golpe. Tão importante quanto isto era a criação de meios para que não mais surgissem. No interior da corporação isto era até mais importante, devido à necessidade de suprimir os partidos militares e promover a união da corporação em torno *do* partido militar. Por este motivo, do mesmo modo como foi feito nos casos dos oficiais intermediários e subalternos, a política repressiva também apresentou um caráter preventivo. No que se refere aos cabos da Aeronáutica, isto fica nítido ao ser observado o processo de alteração das normas de engajamento e reengajamento dos cabos.

Como já foi mencionado, em 14 de janeiro de 1964, logo, antes do golpe, foi editada a Portaria 16-GM1, através da qual foi constituído um Grupo de Trabalho com o objetivo de rever e atualizar as normas de permanência das praças da Aeronáutica, contidas na Portaria 570-GM1, de 22 de novembro de 1954.⁵⁶ Porém, somente em 4 de setembro daquele ano foi encaminhado ao ministro da Aeronáutica o Ofício Reservado 4, no qual foram apresentados

⁵⁶ BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Portaria n.º 570-GM3. *Boletim do Ministério da Aeronáutica*, Estado da Guanabara, DF, 30 de Nov. de 1954, n.º 11, p. 1271-1277.

os resultados do estudo.⁵⁷ Este ofício, apesar de ter como foco a questão da permanência das praças, de forma geral, reconhece que “(...) dedicou especial atenção à situação dos cabos com mais de 8 anos de serviço e, em consequência, propõe providências que possam estimulá-los ao ingresso na Escola de Especialistas (...)”.⁵⁸ O resultado é o de que se ateu quase que exclusivamente ao que denomina de o “problema dos cabos”.⁵⁹

A retórica do documento enfatiza a necessidade de efetivação de melhorias e elaboração de normas que fizessem com que os cabos se interessassem em buscar a promoção à patente de sargento, por meio do ingresso na Escola de Especialistas da Aeronáutica (E.E.Aer.). Fundamentado nesta justificativa, discorre sobre os fatores que desestimulavam o interesse pelo ingresso na E.E.Aer. e sobre os malefícios da permanência dos cabos por longos anos na mesma graduação, dentre os quais menciona o surgimento de “pretensões descabidas”⁶⁰ por parte deles. Embora não explicita quais seriam estas pretensões, a descrição dos principais objetivos dos militares subalternos feita anteriormente, demonstrando interesses que iam muito além das questões corporativas, ajuda a elucidar a questão.

Diante desse quadro, apesar de se apresentar preocupado em prover condições para a promoção dos cabos, a real motivação do estudo anexo ao Ofício Reservado 4 é outra, como denuncia o seu tópico IV – “Fatores relacionados com o problema”, item n.º 15, no qual é apresentado o argumento de que a realidade vivida pelos cabos explicava

até a recente tentativa de muitos em organizarem-se em Associações de caráter civil, para assim pleitearem, mais ao abrigo de sanções disciplinares, os benefícios legais que almejam valendo-se por instinto de políticos. Nesse caso ao mesmo tempo em que pleiteiam favores, ficam sujeitos à exploração de demagogos ou agitadores que pretendem cavar dissensões nas Forças Armadas, com incitamentos diretos ou indiretos à indisciplina, para

⁵⁷ BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Ofício Reservado n.º 4. *Ministério da Aeronáutica*, Rio de Janeiro, RJ, 4 de set. de 1964. Cópia em meu poder obtida junto à Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM).

⁵⁸ *Ibidem*, p. 1.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 2.

⁶⁰ *Ibid.*

imobilizarem a ação dos chefes militares ou atrasarem-na, enquanto manobram para a posse do Poder.⁶¹

Logo, a razão principal da produção deste documento, assim como as soluções que ele propunha, só pode ser explicada em relação com a experiência de intensificação dos movimentos das praças ocorridas naquele período. Conclui-se, pois, que em virtude da participação dos cabos da Aeronáutica na Revolta dos Sargentos, em Brasília, na Rebelião dos Marinheiros, no Rio de Janeiro, bem como do crescimento das mobilizações reivindicatórias das praças militares e da possibilidade de união entre elas e as massas civis, o Ofício Reservado 4 foi parte de uma estratégia militar que visava impedir a arregimentação e o ressurgimento de tais movimentos.

Supostamente, o estudo anexo ao Ofício Reservado 4 apresentava como objetivo principal propor sugestões de alterações nas instruções aprovadas pela Portaria 570-GM3, que regulava a permanência em serviço ativo dos sargentos, cabos, soldados e taifeiros do Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica. Esta portaria permitia aos cabos o engajamento pelo prazo de três anos e reengajamentos, ou seja, a prorrogação de permanência em serviço ativo concedida às praças anteriormente engajadas, também de três anos, cada.⁶² Previa, ainda, reengajamentos sucessivos, sem nenhuma limitação de número, e, de acordo com a Lei do Serviço Militar em vigor, cabos com mais de nove anos de serviço teriam estabilidade e poderiam continuar na ativa até que concluíssem o tempo necessário à transferência para a reserva.⁶³ Com o golpe, e em função das propostas de alterações contidas no Ofício Reservado 4, esta portaria foi revogada, sendo editada em seu lugar a Portaria n.º 1.104-GM3,⁶⁴ de 12 de outubro de 1964, que alterou esses critérios, reduzindo o prazo de engajamento e reengajamento para dois anos cada e limitando o número de reengajamentos ao

⁶¹ “Estudo” anexo ao Ofício Reservado 4. BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Ofício Reservado 4, Rio de Janeiro, RJ, 4 de set. de 1964, p. 9-10.

⁶² BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Portaria n.º 570-GM3. *Op. cit.*, p. 1272, alíneas 1.2.1 a 1.2.2.2.

⁶³ BRASIL. Decreto-Lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946. “Lei do Serviço Militar”. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, 25 de jul. de 1946. Seção I, p. 10787, Artigo n.º 162

⁶⁴ Brasil. Ministério da Aeronáutica. Portaria n.º 1.104-GM3. *Boletim do Ministério da Aeronáutica*, Rio de Janeiro, RJ, 31 de out. de 1964, n.º 10. Seção I, p. 1869-1873.

máximo de três. Este procedimento resultou no estabelecimento do limite de oito anos de permanência na patente de cabo. Logo, um tempo menor do que os nove anos necessários para se conseguir a estabilidade. Ao fim desse período, caso não houvesse conseguido a promoção, através de concurso público, à patente de sargento, o militar seria obrigado a dar baixa da corporação. Na prática, esta portaria restringiu um direito pré-existente dos cabos.⁶⁵

Apesar destas alterações, dependendo da data dos pedidos de reengajamento em relação ao ingresso na Força Aérea Brasileira (FAB), ao fim do último período de reengajamento, o cabo poderia ter mais de oito anos ininterruptos de serviço efetivo. Isto resultava em um conflito, visto que os itens “4.5” e “5.1”, alínea “c”, da nova Portaria limitavam o tempo máximo de serviço efetivo das praças a “até” oito anos.⁶⁶ Para resolver esse choque, as definições de engajamento e reengajamento constantes da Portaria 1.104-GM3 foram alteradas. Originalmente constava que:

1.4 Engajamento é a prorrogação do tempo de serviço inicial concedida *por* 2 (dois) anos.

1.5 Reengajamento é a prorrogação do engajamento concedida por períodos *de* 2 (dois) anos.⁶⁷

Com a edição da Portaria 408-GM3, em 1.º de junho de 1966, estes itens passaram a ter a seguinte redação:

1.4 Engajamento é a prorrogação do tempo de serviço inicial concedida *até* 2 (dois) anos.

1.5 Reengajamento é a prorrogação do engajamento concedida por períodos *até* 2 (dois) anos.⁶⁸

A alteração permitiu a adaptação do último reengajamento dos cabos de modo a possibilitar ao Ministério da Aeronáutica o seu licenciamento com exatamente oito anos de

⁶⁵ Cabe salientar que a alteração do tempo de permanência em um determinado posto não ficou restrita ao caso dos cabos da Aeronáutica. José Murilo de Carvalho afirma que: “Medidas tomadas pelos militares vitoriosos em 1964 implementaram reformas organizacionais que retomavam o ideal de Góis de imunizar as Forças Armadas contra as divisões políticas. Além dos expurgos dos opositores, intensificou-se o controle hierárquico e ideológico sobre os oficiais, expandiram-se os serviços de inteligência, reformou-se o sistema de promoção e reforma, de modo a impedir a permanência, por muito tempo, de oficiais na ativa no mesmo posto. (...)” CARVALHO, José Murilo. *Op. cit.*, p. 80.

⁶⁶ BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Portaria n.º 1.104-GM3. *Op. cit.*, p. 1871-1872.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 1870. Grifo meu.

⁶⁸ BRASIL. Portaria n.º 408-GM3, de 1.º de junho de 1966. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 de jun. de 1966, p. 6033. Grifo meu.

serviço efetivo. Na prática, através uma aparentemente simples substituição de preposições foi possível restringir ainda mais a permanência dos cabos na força aérea.

Ao impedi-los de continuar na força aérea, as novas normas estabeleceram uma diferença entre os indivíduos. Apesar da máxima de que todos os sujeitos são iguais e livres perante a lei moderna, como salienta Poulantzas, esta afirmação não quer dizer que não sejam diferentes, mas que as diferenças podem se inscrever em um quadro de homogeneidade. Portanto, a lei não oculta as diferenças, ela contribui para instaurar e sancionar a diferença (individual e de classe) em sua própria estrutura.⁶⁹ A edição da Portaria 1.104-GM3 tem este caráter. Ela foi uma medida drástica e de alcance retroativo, visto que atingiu os cabos cujos direitos estavam assegurados pela Portaria 570-GM3, que regia a permanência desses homens quando do ingresso na FAB. Depreende-se, pois, que ela possuía um aspecto repressivo. Com a sua edição, seguindo o raciocínio de Poulantzas, o Estado criou um campo de exigências e interditos que serviu à aplicação e à realização da violência e contribui para a exclusão dos dominados.⁷⁰ Mas como as novas normas contidas em seu texto serviram para afastar da Aeronáutica não só os que já se encontravam na força aérea, como também para impedir que os que entrassem após o golpe ficassem por mais de oito anos, caso não conseguissem aprovação para a E.E.Aer., denota, também, um aspecto preventivo. Ou, em outras palavras, como expõe a Súmula Administrativa nº 2002.07.0003, aprovada pelo Plenário da Comissão de Anistia, no dia 16 de julho de 2002, declarou que “A Portaria n.º 1.104, de 12 de outubro de 1964, expedida pelo Senhor Ministro de Estado da Aeronáutica, é ato de exceção, de natureza exclusivamente política”.⁷¹ Em última análise, a Portaria 1.104-GM3 foi uma portaria destinada a impedir a criação de laços duradouros entre as praças da Aeronáutica que pudessem resultar em novos movimentos políticos e/ou reivindicatórios.

⁶⁹ POULANTZAS, Nicos. *Op. cit.*, p. 98.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 86.

⁷¹ Súmula Administrativa n.º 2002.07.0003 – CA, *Ministério da Justiça, Comissão de Anistia*, p. 1. Disponível em: <http://cabospos64.blogspot.com/2006/06/conhea-o-voto-de-anistia-de-um-ex-cabo.html>. Acesso em: 4 de junho de 2007.

Creio que estas observações demonstram que a ditadura utilizou a lei como ideologia legitimadora. Contudo, como argumenta Poulantzas, a lei não serve apenas como tal. Ao mesmo tempo, funciona como barreira de exclusão, como definidora do local que estas classes devem ocupar na estrutura político-social.⁷² No caso específico, a Portaria 1.104-GM3 interditou, ou ao menos dificultou em muito, a participação das massas militares no processo político de modo a fortalecer a ordem classista tal como se apresenta na organização militar, isto é, a hierarquia.

Uma derradeira reflexão sobre a edição das Portarias 1.104-GM3 e 1.103-GM2. Por mais que a lei seja necessária e que, por vezes, restrinja os atos dos governantes, a ação do Estado não pode ficar limitada ao respeito irrestrito a ela. Concordo com a afirmação de Poulantzas, “(...) a ação, o papel do Estado em muito ultrapassam a lei ou a regulamentação jurídica”.⁷³ Isto significa que a transgressão da lei pelo Estado é autorizada por todo o sistema. A isto, de acordo com o autor, é chamado de “razão de Estado”.⁷⁴ A edição das novas normas de permanência no serviço ativo para as praças também trazem, em si, um pouco dessa característica.

Rememorando: a Portaria 1.104-GM3 foi editada em 12 de outubro de 1964 de modo a substituir a Portaria 570-GM3. Sua função administrativa era a de regular a permanência em serviço ativo dos sargentos, cabos, soldados e taifeiros do Corpo de Pessoal Subalterno da Aeronáutica, em obediência ao que dispunha a Lei do Serviço Militar (LSM). Supostamente, deveria se referir à Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964,⁷⁵ mas esta lei, em seu artigo 81, estabelecia:

⁷² POULANTZAS, Nicos. *Op. cit.*, p. 94.

⁷³ *Ibidem*, p. 95. Grifos no original.

⁷⁴ *Ibid.*

⁷⁵ BRASIL. Lei n.º 4.375. *Op. cit.*, p. 7881.

Esta lei revoga as Leis n.ºs. 1.200-50, 1.585-52, 4.027-61, Decreto-Lei n.º 9.500-46 e demais disposições em contrário e *só entra em vigor após a sua regulamentação*.⁷⁶

A regulamentação só ocorreu em 20 de janeiro de 1966, através do Decreto 57.654.⁷⁷

Portanto, embora a edição da LSM 4.375 seja anterior, sua regulamentação só ocorreu após a publicação da Portaria 1.104-GM3. Logo, como esta portaria se destinava a regulamentar artigos da Lei do Serviço Militar vigente em outubro de 1964, deveria se referir ao Decreto-Lei 9.500, de 23 de julho de 1946, artigos 82, 86, 87 e 89,⁷⁸ alterados de acordo com a Lei, 1.585, de 28 de março de 1952.⁷⁹ Tendo em vista que este decreto-lei foi revogado a partir de janeiro de 1966, tudo o que dizia respeito a ele, deveria ser igualmente revogado, inclusive a Portaria 1.104-GM3, ao menos em tese.⁸⁰ Além deste fato, conforme estabelecia o parágrafo único do artigo primeiro do Decreto 57.654, com relação a regulamentação dos artigos da nova lei:

Art. 1º Este Regulamento estabelece normas e processos para a aplicação da Lei do Serviço Militar, nele designada pela abreviatura LSM (Lei n.º 4.375, de 17 de agosto de 1964, retificada pela Lei n.º 4.754, de 18 de agosto de 1965).

Parágrafo único. Caberá a cada Força Armada introduzir as modificações que se fizerem necessárias nos Regulamentos dos órgãos de direção e execução do Serviço Militar, de sua responsabilidade, bem como baixar instruções ou diretrizes *com base na LSM e neste Regulamento*, tendo em vista estabelecer os pormenores de execução que lhe forem peculiares.⁸¹

Mas, a edição de novas instruções não ocorreu e, em desrespeito à Lei do Serviço Militar, que lhe era superior, as determinações da Portaria 1.104-GM3, que, em tese,

⁷⁶ *Ibidem*, artigo n.º 81 da Grifo meu.

⁷⁷ BRASIL. Decreto n.º 57.654, de 20 de janeiro de 1966. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 de jan. de 1966. Seção I, p.1.

⁷⁸ BRASIL. Decreto-Lei n.º 9.500. *Op. cit.*

⁷⁹ O artigo n.º 82 estabelecia que as condições e o tempo de duração do serviço militar deveriam ser definidos pelos respectivos ministérios militares. Os artigos n.ºs 86, 87 e 89 definiam os conceitos e os critérios para os engajamentos e reengajamentos. BRASIL. Lei n.º 1.585, de 28 de março de 1952. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 31 de mar. de 1952. Seção I, p. 5217.

⁸⁰ Conforme estabelece o artigo segundo, parágrafo primeiro, da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Decreto-Lei n.º 4.657, “A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.” BRASIL. Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 9 de set. de 1942. Seção I, p.13635.

⁸¹ BRASIL. Decreto n.º 57.654, *Op. cit.* Grifo meu.

regulavam um decreto já revogado, continuaram a ser adotadas após janeiro de 1966, e assim foi até a sua anulação, através da Portaria 1.371-GM3, de 18 de novembro de 1982.⁸²

Não foi apenas na aplicação desta portaria que não ocorreu o respeito estrito à letra da lei. A já citada Portaria 1.103-GM2, que cassou cabos e um taifeiro e foi editada dias antes das alterações das novas normas de permanência no serviço ativo das praças, se fundamentava na Lei do Serviço Militar recém-editada, mas ainda não regulamentada (LSM n.º 4.375).⁸³ Este fato talvez explique a falta de cuidado ou a pouca preocupação do Ministério da Aeronáutica ao não reeditar as normas de permanência das praças no serviço ativo, contidas na Portaria 1.104-GM3, após a regulamentação da nova LSM. Para a FAB, as duas portarias se referiam de fato à nova lei, mesmo que esta, como diziam o seu próprio texto e as normas legais, só pudesse entrar em vigor após a sua regulamentação.

Não é demasiado salientar que o *soi-disant* Comando Supremo da Revolução, no preâmbulo do Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964, estabelecia que “(...). Nela [na ‘revolução vitoriosa’] se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. (...)”.⁸⁴ De fato, como se percebe pela aplicação das portarias 1.103-GM-2 e 1.104-GM3 (após janeiro de 1966) nem mesmo a normatividade posterior à vitória de março de 1964 era capaz de limitar a legislação “revolucionária”.

Concordo, também, com a afirmação de Nicos Poulantzas de que ilegalidade e legalidade fazem parte de uma mesma estrutura institucional, tal qual a violência, a ilegalidade é frequentemente parte da lei. Todo sistema jurídico inclui a ilegalidade e apresenta “lacunas da lei” que são expressamente previstas para permitir que se vá “além da

⁸² BRASIL. Portaria n.º 1.371-GM3, de 18 de novembro de 1982. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 de Nov. de 1982. Seção I, p. 21770.

⁸³ Entre as fundamentações consta o artigo n.º 31, parágrafo terceiro, letra “b” da Lei do Serviço Militar 4.375, de 17 de agosto de 1964, que estabelecia que seria expulso o militar que praticasse ato contra a moral pública, punonor militar ou falta grave. BRASIL. Lei n.º 4.375. *Op. cit.*, p. 7881.

⁸⁴ BRASIL. Ato Institucional n.º 1, *Op. cit.*

lei”.⁸⁵ No caso em questão, por mais que a “letra da lei” não tenha sido respeitada, o ato que instituiu o regime e apresentou as suas primeiras normas já continha uma “lacuna” que permitia que se desrespeitasse a lei e essa possibilidade foi utilizada no combate aos movimentos das praças militares.

4. Ampliando o “saneamento”: dificuldades para promoção

Há, ainda, outro importante aspecto a ser considerado: a possibilidade de promoção. Em tese, a Portaria 1.104-GM3, apesar de limitar o tempo de engajamento, não impedia o acesso dos cabos à patente de sargento, ficando esta condicionada à aprovação em concurso e curso da Escola de Especialistas da Aeronáutica (E.E.Aer.). Mesmo aos “atingidos” por esta portaria havia a possibilidade de promoção, visto que a Portaria 1.016-GM3, de 23 de novembro de 1966, assegurava o seu direito ao reengajamento até que suas matrículas na E.E.Aer. fossem efetivadas.⁸⁶

À primeira vista pode parecer que há uma contradição entre a afirmação de que a Portaria 1.104-GM3 foi editada para excluir cabos da Aeronáutica e a Portaria 1.016-GM-3, que permitia o reengajamento dos atingidos pela primeira portaria até que suas matrículas na E.E.Aer. fossem efetivadas. A explicação tem uma lógica: ao usar a lei como ideologia legitimadora, a própria classe dominante esforça-se para mostrar que ela mesma estava submetida aos “domínios da lei” e que sua legitimidade estava, em parte, baseada na igualdade e universalidade das formas legais. Se todos estão submetidos à lei, sua aplicação está justificada. Esta é uma retórica que, se não aprisiona os dominantes, ao menos limita as suas ações, pois o rompimento das regras poderia fazer desmoronar todo um processo. Nesse sentido, as próprias derrotas dos dominantes frente à lei, quando ocorrem, acabam servindo

⁸⁵ POULANTZAS, Nicos. *Op. cit.*, p. 95-96.

⁸⁶ BRASIL. Portaria n.º 1.016-GM3, de 23 de novembro de 1966. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 de dez. de 1966. Seção I, p. 14038.

para legitimar a sua dominação. Neste sentido, como em tese a Portaria 1.104-GM3 fora criada para incentivar a busca pela promoção à patente de sargento, e como havia casos de cabos aprovados em concurso que aguardavam apenas a sua matrícula na E.E.Aer., nada mais justo, mais igualitário do que permitir que estes homens fossem reengajados até que isto ocorresse. A Portaria 1.016-GM3 apresentava este objetivo. Mas, para muitos, esta era uma possibilidade ilusória.

A promoção e/ou reengajamento não dependiam apenas do mérito individual do militar, ficando sujeitos ao critério pessoal dos superiores. Como demonstra o radiograma n.º BASAER SBGL 047/GM3/0201, da Base Aérea do Galeão, no qual foi determinado que, como a unidade não havia recebido resposta da E.E.Aer. de que os cabos amparados pela Portaria 1.016-GM3 tivessem sido aprovados, que ele fossem “(...) licenciados impreterivelmente até 10 jan 67 vg aguardando como reservista solução seus requerimentos”.⁸⁷ Diante da ausência de informação quanto à aprovação, optou-se pela exclusão.

Barreiras como esta não existiam apenas para os que haviam ingressado na FAB antes da edição da Portaria 1.104-GM3, até mesmo para os que o fizeram depois, e que, por este motivo, não tinham como ter envolvimento com os movimentos das praças anteriores ao golpe de 1964 e/ou com a ACAFAB, ascender à patente de sargento tornou-se difícil durante a ditadura.

A bem da verdade, a preocupação e o cuidado com os candidatos a sargento não surgiu com o advento do golpe de 1964. O Estatuto dos Militares, Decreto-Lei 9.698, de 2 de setembro de 1946, em seu artigo 8.º já definia os critérios para admissão em Escolas Militares, centros e núcleos de formação de oficiais. De acordo com este artigo,

Para admissão nas escolas militares, centros e núcleos de formação de oficiais, além das condições relativas à idade, aptidão intelectual, idoneidade

⁸⁷ BASAER SBGL 047/GM3/0201, de 4 de janeiro de 1967. Base do Galeão. Cópia em meu poder obtida junto ao escritório de advocacia Jordan Advocacia.

moral e capacidade física, é necessário que o candidato seja brasileiro nato e que seus antecedentes social e doméstico (nacionalidade, religião, *doutrina política e hábitos morais e profissionais dos pais*) não colidam com os deveres inerentes aos militares, nem tolham a perfeita e espontânea manifestação de seus sentimentos patrióticos.⁸⁸

O artigo indica que a recém-implantada democracia brasileira, mantinha, entre outros, esse traço da ditadura estado-novista: o critério ideológico no processo de seleção de candidatos a oficiais.⁸⁹ Após 1964, este Estatuto foi substituído pelo Decreto-Lei 1.029, de 21 de outubro de 1969, que em seu artigo 11, ampliava as restrições para a admissão nos estabelecimentos de ensino militar destinados à formação de oficiais, da ativa, da reserva e de graduados. Além das condições relativas à nacionalidade, idade, aptidão intelectual, capacidade física e idoneidade moral, exigia-se que o candidato não professasse “doutrinas nocivas às instituições sociais e políticas vigentes no País”, nem exercesse “atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional”,⁹⁰ portanto, uma lógica absolutamente de acordo com os preceitos desenvolvidos na ESG. Além desta observação, vale destacar que, mais uma vez, punha-se em vigor uma norma de retórica vaga, imprecisa, que não definia claramente o que era proibido e, em consequência, passível de restrição. Este fato sugere que, mesmo após o “saneamento” promovido pela edição das novas normas, a mais remota possibilidade de contestação era motivo para impedir a promoção dos cabos. O caráter vago e as chamadas “lacunas da lei” permitiram que a ação do governo atuasse de forma preventiva com vistas a impedir o ressurgimento dos movimentos das massas militares.

Indicativos de como este “critério” impreciso e amplo de restrição à admissão às escolas militares foi utilizado para não permitir uma nova “contaminação” da Aeronáutica, são relatados pelos cabos que ingressaram na FAB após a edição da Portaria 1.104-GM3. Nota-se que os obstáculos para promoção destes homens à patente de sargento estavam

⁸⁸ BRASIL. Decreto-Lei n.º 9.698. *Op. cit.*, Grifo meu.

⁸⁹ A respeito, ver RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso na Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1904 a 1906*. 2008. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

⁹⁰ BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.029, de 21 de outubro de 1969. “Estatuto dos Militares”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 de out. de 1969, artigo n.º 11, p. 8.946.

presentes em todo o processo, desde a preparação para o concurso para a E.E.Aer. até o período do curso propriamente dito.

O caminho para os candidatos militares não era tão simples quanto “assegurava” a Portaria 1.104-GM3. Duas dificuldades para estudar são frequentes nos relatos dos ex-cabos: a possibilidade de apreensão de seus materiais de estudo e a falta de tempo, devido à excessiva jornada de trabalho. Com relação à última, o depoimento de Angelo Orestes Neto é elucidativo. De acordo com seu relato, a escala de trabalho

funcionava com a entrada no serviço em um dia às oito horas da manhã, terminando no dia seguinte às oito horas da manhã, mas tendo que ficar no esquadrão, durante o expediente do dia, que era das oito horas às dezesseis horas, somente indo embora para depois das dezesseis horas e no dia seguinte já estava tendo que retornar às sete horas da manhã para tirar novamente outro serviço. Que, portanto, na verdade se ficava de serviço no quartel trinta e duas horas seguidas, tendo como período de folga, apenas quatorze horas, porque às sete do dia seguinte tinha que estar novamente no quartel e o tempo de percurso do quartel pra casa e da casa pro quartel era de mais ou menos uma hora.⁹¹

É complementar o depoimento do ex-cabo Cláudio Benedito Guarnieri que informa que, além de disporem de pouco tempo devido à jornada de trabalho excessiva, os cabos “(...) não eram incentivados a estudar, pelo contrário, eram impostos sempre obstáculos (...)”, e explica que, “(...) até para estudar tinha que pedir permissão e ter cuidado com as apostilas para não serem tiradas por algum motivo”.⁹² Com relação a estas apreensões, Edson Soderó Silva faz uma relação com o conflito ideológico vivido no período. Segundo seu depoimento, “(...) os oficiais, constantemente apreendiam os livros e diziam que soldado e cabo que estudava era comunista (...)”, em consequência, “(...) isso atrapalhava para estudar para o concurso para entrar no corpo de alunos”.⁹³

⁹¹ ORESTES NETO, Angelo. *Angelo Orestes Neto*: depoimento [nov. 2006]. Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia. Depoimento concedido ao escritório de advocacia Jordan Advocacia para prova judicial.

⁹² GUARNIERI, Cláudio Benedito. *Cláudio Benedito Guarnieri*: depoimento [jul. 2006] Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia. Depoimento concedido ao escritório de advocacia Jordan Advocacia para prova judicial.

⁹³ SILVA, Edson Soderó. *Edson Soderó Silva*: depoimento [jul. 2007]. Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia. Depoimento concedido ao escritório de advocacia Jordan Advocacia para prova judicial.

O relato de José Aparecido Oliveira Machado, que tirava plantões no Serviço Secreto da FAB, confirma a ligação feita por Edson Sodero da Silva. De acordo com sua declaração “(...) os pertences dos soldados e cabos eram, frequentemente, revistados à busca de livros considerados políticos, dentre eles de Educação Moral e Cívica, de Sociologia, de romances e, principalmente, revistas pornográficas”.⁹⁴

Além da excessiva escala de serviço e da apreensão do material de estudo, que dificultavam o preparo do candidato militar para o concurso à E.E.Aer., eram produzidos boatos como meio de fazer com que os cabos sequer se dispusessem a concorrer. Um deles dizia respeito ao limite de idade.

O Regulamento da Escola de Especialistas da Aeronáutica, vigente entre dezembro de 1952 e março de 1974, Decreto n.º 31.951,⁹⁵ através da alteração promovida pelo Decreto n.º 54.400, de 9 de outubro de 1964 – portanto, três dias antes da edição da Portaria 1.104-GM3 – , incluía em seu artigo n.º 3.º o parágrafo segundo, que, na letra “a”, estabelecia que ao candidato militar seria exigida a condição de “não ter atingido no dia 1º de junho do ano da matrícula o seu 28º aniversário, sendo cabo, e o seu 24º aniversário, sendo Soldado de 1ª classe aprovado no C.F.C. [Curso de Formação de Cabos]”.⁹⁶ Contudo, como se pode perceber pelo depoimento de Alcides Antônio da Conceição, essa norma sobre a idade do candidato militar nem sempre era seguida, o que denota, mais uma vez, que não havia um respeito irrestrito ao que dizia a lei. Segundo o ex-cabo, nascido em maio de 1950, a

última vez que prestou o exame para a Escola de Especialista da Aeronáutica foi quando estava para atingir vinte e três anos [1973], pois tinha a informação, através de “bizu” que corria, que depois dos vinte e três anos não podia mais prestar exame de seleção para sargento porque era a idade limite e, atualmente surpreendeu-se, ao saber que essa limitação só tinha

⁹⁴ MACHADO, José Aparecido Oliveira. *José Aparecido Oliveira Machado*: depoimento [jul. 2007] Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia. Depoimento concedido ao escritório de advocacia Jordan Advocacia para prova judicial.

⁹⁵ BRASIL. Decreto n.º 31.951, de 18 de dezembro de 1952. *Diário Oficial da União*, Estado da Guanabara, DF, 31 de dez. de 1952. Seção I, p. 20.121.

⁹⁶ BRASIL. Decreto n.º 54.400, de 9 de outubro de 1964. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 de out. de 1964. Seção I, p. 9.195.

validade para os civis. Os cabos eram induzidos a pensar que não podiam mais prestar o exame depois dessa idade.⁹⁷

Apesar destas dificuldades, muitos ainda tentavam o ingresso. Entretanto, a cada fase, novas barreiras eram apresentadas.

Os que conseguiam prestar o concurso se deparavam com a falta de transparência dos resultados obtidos pelos cabos nas provas para acesso à Escola. O ex-cabo Francisco Gomes Fraga Filho menciona que por duas vezes tentou ingressar na E.E.Aer. Na primeira, não foi aprovado. Tentou uma segunda vez em 1973, mas o resultado não foi informado e nunca ficou sabendo de sua classificação.⁹⁸ Walter Carvalho Lima Filho relata situação idêntica: “Prestei novo concurso para a Escola de Especialista da Aeronáutica, uma vez para a Escola de Sargentos do Exército e uma vez para a Escola de Oficiais da Polícia Militar, e nunca fiquei sabendo a minha classificação nesses exames de admissão”.⁹⁹

Alguns passavam da primeira fase, mas surgiam impedimentos para que avançassem.

Alcides Antônio da Conceição esclarece essa questão. Este ex-cabo

foi aprovado por três vezes [à E.E.Aer], sendo que em maio de 1973 foi convocado para o exame psicotécnico, conforme boletim interno 099 de 30 de maio de 1973 da BASP [Base Aérea de São Paulo] e não soube o resultado.

Que em outra ocasião passou e foi informado que não podia entrar porque tinha o coração grande e na terceira vez ficou aguardando como suplente e não teve a oportunidade de “se ingressar” para fazer o curso de sargento especialista.¹⁰⁰

A segunda experiência é elucidativa, pois, a princípio, Alcides Antônio da Conceição soube da reprovação no exame médico, mas não o motivo. Todavia, um cabo da Policlínica da Aeronáutica lhe disse que no resultado constou que ele tinha o “coração grande”. Assustado,

⁹⁷ CONCEIÇÃO, Alcides Antônio da. *Alcides Antônio da Conceição*: depoimento [set. 2006]. Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia. Depoimento concedido ao escritório de advocacia Jordan Advocacia para prova judicial.

⁹⁸ FRAGA FILHO, Francisco Gomes. *Francisco Gomes Fraga Filho*: depoimento [out. 2006]. Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia. Depoimento concedido ao escritório de advocacia Jordan Advocacia para prova judicial.

⁹⁹ LIMA FILHO, Walter Carvalho. *Walter Carvalho Lima Filho*: depoimento [ago. 2006] Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia. Depoimento concedido ao escritório de advocacia Jordan Advocacia para prova judicial.

¹⁰⁰ CONCEIÇÃO, Alcides Antônio da. *Op. cit.*

procurou o prestigiado Instituto Pazanezzi, de São Paulo, para fazer novos exames e nada foi diagnosticado, o que o fez concluir que não o queriam na FAB.¹⁰¹

Noutras vezes, o candidato militar era aprovado em todas as fases, mas nunca era convocado. De acordo com o depoimento colhido, o ex-cabo Hugo Collarile Neto,

foi aprovado no concurso [para a E.E.Aer] de 1969, publicado no Boletim da DIRAP [Diretoria de Administração do Pessoal] e que ficou aguardando vaga, tendo em vista que as vagas eram, em sua maioria, destinadas aos civis e, que chegou a prestar exame médico para o ingresso a esta Escola, todavia, está aguardando o referido ingresso até o dia de hoje.¹⁰²

Aos que conseguiam vencer essas barreiras, as dificuldades continuavam. Carlos Antônio, aprovado no ano de 1974, relatou que iniciou o curso, mas foi desligado com vários outros cabos, pois “(...) na Escola de Especialista, o horário do curso era normal, e que [os cabos] tinham que prestar serviço de plantão no alojamento, à noite. Que concorria com os civis e que os civis tinham tempo de se preparar (...)” e que os cabos “(...) não tinham tempo para estudar, por causa da escala de trabalho”.¹⁰³ Além desta barreira, que deixava os cabos em uma posição de desigualdade com relação aos civis, Carlos Antônio apresenta uma contradição da Aeronáutica. O ex-cabo afirma que foi

usado pra dar instruções militares no primeiro ano da Escola de Especialistas da Aeronáutica, pois eram obrigados a ensinar os civis, orientar a montagem e desmontagem de mosquetão, que tinha que dar instruções para a Educação Física e que se não cumprissem essas “tarefas” que era (*sic*) determinadas pelo sargento que era (*sic*) os instrutores eram punidos e ficavam no final de semana detidos, fazendo serviço de faxina dentro do alojamento da companhia onde ficava de plantão.¹⁰⁴

A contradição reside no fato de que, como eram criados empecilhos, mesmo durante o curso, para que os cabos não conseguissem a promoção à patente de sargento, conclui-se que não era interessante a permanência destas praças na Aeronáutica, por outro lado, estes

¹⁰¹ *Ibidem.*

¹⁰² COLLARILE NETO, Hugo. *Hugo Collarile Neto*: depoimento [out. 2006] Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia. Depoimento concedido ao escritório de advocacia Jordan Advocacia para prova judicial.

¹⁰³ ANTÔNIO, Carlos. *Carlo Antônio*: depoimento [jul. 2007]. Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia. Depoimento concedido ao escritório de advocacia Jordan Advocacia para prova judicial.

¹⁰⁴ *Ibidem.*

mesmos homens serviam para instruir os futuros sargentos que iriam fazer parte da força aérea.

Afora todas as dificuldades criadas para quem tentasse a promoção via ingresso na E.E.Aer., os cabos eram desencorajados a prestar o concurso. A notícia da criação do Quadro Complementar de sargentos foi um dos métodos adotados para desestimular as praças a tal. Este quadro, supostamente, aproveitaria todos os cabos. Esta hipótese fez com que muitos concluíssem que, já estando prevista a inclusão nesse quadro, não precisariam tentar a promoção através do concurso para ingresso na Escola de Especialistas. O Quadro Complementar de Terceiros Sargentos foi criado através do Decreto 68.951, de 19 de julho de 1971. No entanto, não serviu para aproveitamento de todos os cabos, como fora noticiado. De acordo com o artigo n.º 48 deste decreto,

O Quadro Complementar de 3ºs Sargentos, de caráter transitório e de existência limitada, é destinado ao aproveitamento de cabos da Ativa da Aeronáutica, que vêm servindo sob regime de prorrogação de tempo de serviço, com permanência na ativa até o limite de idade previsto em lei e com estabilidade assegurada de acordo com o artigo 52, letra “b” do Decreto-lei n.º 1.029, de 21 de outubro de 1969.¹⁰⁵

O artigo n.º 52, letra “b” do Estatuto dos Militares (Decreto-Lei n.º 1.029) definia como direito dos militares à estabilidade da praça com dez ou mais anos de serviço.¹⁰⁶ Por conta disto, o Quadro Complementar de Terceiros Sargentos, pelo seu caráter transitório e existência limitada, serviu para acolher apenas aqueles que já haviam adquirido a estabilidade e não mais poderiam ser licenciados da Aeronáutica com base na Portaria 1.104-GM3.

O ex-cabo Francisco Gomes Fraga Filho explica como os cabos foram induzidos a não prestar concurso à E.E.Aer. De acordo com seu depoimento,

a idéia que era passada, quanto ao aproveitamento dos cabos pelo quadro complementar é de que iria haver o aproveitamento de todos os cabos, com a aplicação de um exame de habilitação.

Que o critério para aproveitamento seria o de ter conceito de “bom comportamento” e aptidão física, o que acabou não acontecendo porque

¹⁰⁵ BRASIL. Decreto n.º 68.951, de 19 de julho de 1971. “Regulamento para o Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 de jul. de 1971. Seção I, p. 5620.

¹⁰⁶ BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.029. *Op. cit.*.

houve cabos que nem estavam em condições físicas, como o caso do cabo Ferraz, que já contava com certa idade e foi aproveitado em detrimento de outros que tinham melhor vigor físico.¹⁰⁷

Por fim, quando não ocorreu a promoção e sim o licenciamento, com base na Portaria 1.104-GM3, “se sentiu derrotado”,

deu conta de que foi feito de bobo, enganado. Fizeram-lhe acreditar na promoção automática para desviar do caminho, desistir de fazer reivindicações por mais vagas, pela não redução dos soldos, ou seja, por nossos direitos, sumariamente cassados. Como poderia não estar matriculado no Curso de Formação de Sargentos [com exigia a Portaria 1.104, para impedir o licenciamento] se o próprio Comando dizia que não precisava mais fazer o curso?¹⁰⁸

O ex-cabo Hugo Collarile Neto também se sentiu enganado com a promessa do Quadro Complementar. Esse ex-militar foi

chamado, no ano de 1971, à presença do seu Comandante direto, o então Major Aviador Medeiros, que em companhia do seu colega, Cabo Orlando Vicente, que exercia a mesma função, e também o Chefe da Casa das Ordens, o Sub Oficial Pedro Alexandre da Silva que, juntamente com o Major Medeiros disseram que não esquentassem a cabeça para o ingresso na Escola de Especialistas, pois o Quadro Complementar iria qualificar todos os cabos que fossem interessantes à Unidade, e que seria o caso, tanto do depoente quanto de seu colega, o Cabo Orlando Vicente.

Que tanto o Oficial e o Suboficial, já citados, garantiram, ali na presença de ambos, o Depoente e o Cabo Orlando Vicente, que no caso deles o aproveitamento seria efetivado, pois além do que naquela ocasião já, de fato, prestassem serviços cuja função seria de sargentos, estariam engajados em tal empreendimento, sem contar que o período do curso era de apenas seis meses e que não teriam a preocupação de serem transferidos, pelo menos de imediato, para outra Unidade da FAB, permanecendo, portanto, em suas funções e pela BASP.

Que foi iludido pelo Comando, pois o tempo passava e junto com o tempo a oportunidade de cursar o referido Quadro também passava e, que se verificou que somente alguns cabos mais antigos e com estabilidade garantida foram aproveitados neste quadro complementar.¹⁰⁹

Mesmo considerando todas as possíveis reelaborações da memória, no contexto político da época e diante de um projeto utópico de saneamento total das Forças Armadas, infere-se que estas práticas tinham por objetivo impedir o prosseguimento de militares “indesejados” na Aeronáutica. Permanecer e ascender na força aérea, somente depois de uma

¹⁰⁷ FRAGA FILHO, Francisco Gomes. *Op. cit.*

¹⁰⁸ *Ibidem.*

¹⁰⁹ COLLARILE NETO, Hugo. *Op. cit.*

rigorosa seleção política, que levava em conta não a capacidade profissional do militar, mas supostas afinidades ideológicas das praças. Ao menor sinal de descontentamento, rebeldia ou suspeição de ligação ao comunismo, o cabo era cerceado de continuar na vida militar. O próprio regulamento da E.E.Aer. era impreciso, abrindo mais uma lacuna que poderia servir para barrar o ingresso na Escola. O já mencionado artigo n.º 3.º, parágrafo segundo, do Decreto n.º 54.400, de 9 de outubro de 1964, exigia para ingresso na escola, além do limite de idade:

- b) estar classificado no mínimo, com “Bom Comportamento”;
- c) ter sido aprovado no concurso de admissão;
- d) ter sido considerado apto em inspeção de saúde;
- e) *ter conceito favorável emitido pelo Comandante da Organização a que pertence.*¹¹⁰

Como é de difícil precisão definir os critérios para receber o “conceito favorável” do Comandante da Organização, os cabos ficavam à mercê de tais julgamentos. Mas, com fundamento nas experiências de vida relatadas, chega-se a algumas suposições sobre as razões pelas quais foi vedada a estes homens a promoção a sargento.

Os ex-cabos José Aparecido Oliveira Machado,¹¹¹ Walter Carvalho Lima Filho¹¹² e Hugo Collarile Neto¹¹³ serviram por algum período em seções de investigação na Base Aérea de São Paulo, e Cláudio Benedito Guarnieri¹¹⁴ serviu no Pelotão da Polícia da Aeronáutica daquela base e, em virtude de suas lotações, participaram de diligências da Seção de Investigação. Com base nos relatos destes homens identifica-se que os principais critérios capazes de levar à suspeição e à investigação dos militares subalternos eram: o uso de drogas ou álcool pelos suspeitos ou familiares; o homossexualismo e a pederastia; a visita a prostíbulos; registros na delegacia de polícia; amizades e laços familiares; o porte de algum material considerado contrário ao regime, como por exemplo, livros de conotação comunista

¹¹⁰ BRASIL. Decreto n.º 54.400. *Op. cit.* Grifo meu.

¹¹¹ MACHADO, José Aparecido Oliveira. *Op. cit.*

¹¹² LIMA FILHO, Walter Carvalho. *Op. cit.*

¹¹³ COLLARILE NETO, Hugo. *Op. cit.*

¹¹⁴ GUARNIERI, Cláudio Benedito. *Op. cit.*

ou subversiva, psicológica, sociológica, posters e discos de cantores ou autores banidos do país; uso de camisetas ou vestimentas com dizeres que insinuassem alguma ideologia comunista ou política; posse de material pornográfico; lugares que frequentavam, participação em movimentos de negros, classistas, sindicais, reivindicatórios, estudantis; se possuíam renda externa e de onde vinha; e confrontos com a hierarquia militar. De maneira bem ampla, compreendia todo o comportamento da praça dentro e fora da base aérea. As investigações eram feitas em locais que pudessem congregar reuniões de pessoas suspeitas (igrejas, parques, boates, teatros, cinemas, logradouros públicos, postos bancários, cassinos e vilas de sargentos ou oficiais, diversas dependências da Base Aérea de São Paulo, portas de fábricas nas redondezas da base etc.).

Além da amplitude das ações que poderiam levar à caracterização de subversivo, o critério para que alguém fosse considerado como comunista dependia mais do entendimento do superior hierárquico. Em um ambiente quase insano de “caça às bruxas”, chegava-se mesmo ao absurdo, como relata José Aparecido Oliveira Machado, de haver até um sargento que dizia conhecer um comunista “pelo faro”.¹¹⁵ Esta citação indica que qualquer ligação pessoal ou transgressão disciplinar, por menor que fosse, já era suficiente para que ficassem de olhos atentos em cabos e soldados. Até mesmo um uniforme em desalinho ou uma barba fora do “padrão”, a recusa em aceitar algum alimento poderiam ser motivos suficientes para tal suspeição.

A análise dos depoimentos apresenta os laços de parentesco e amizade como questão significativa. O ex-cabo José Aparecido Oliveira Machado relata que, em certo dia do início do ano de 1969, estava pronto para sair em patrulha para efetuar uma prisão, mas foi retirado da tropa. De início, não entendeu, mas não questionou a atitude dos seus superiores. Ao chegar a casa soube que seu sogro, o Sr. José Benedito de Oliveira, fora preso pela

¹¹⁵ MACHADO, José Aparecido Oliveira. *Op. cit.*

Aeronáutica por suspeita de subversão. Naquele momento, compreendeu a razão de ter sido afastado da patrulha.

José Aparecido contou que a suspeição sobre o seu sogro surgiu a partir de um cheque que este havia endossado para o vereador e secretário de Obras de São José dos Campos (SP), Getúlio Orlando Veneziani. Este político foi acusado de ligação com o Partido Comunista Brasileiro e de corrupção o que, em consequência, levou à cassação do seu mandato eletivo. O sogro, comerciante de eucaliptos, havia recebido um cheque da Prefeitura como pagamento pela venda de madeiras para uma obra e, como o vereador havia sido o responsável pelo inventário de um familiar, pagou-o através do endosso do cheque recebido da Prefeitura. Este fato fez com o sogro fosse acusado de “laranja” do vereador e preso pela Aeronáutica, na Base Aérea de São Paulo, onde sofreu torturas. Pelo que viu do processo de investigação, José Aparecido suspeitava que foi esta ligação familiar um dos motivos que impediu a sua permanência na FAB.¹¹⁶

Também por conhecer o setor de investigações, Walter Carvalho Lima Filho achou que uma ligação familiar foi a real causa do seu afastamento da Aeronáutica. Este ex-cabo era filho de sindicalista. Seu pai, primeiro presidente da Associação dos Ferroviários da Central do Brasil, foi perseguido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), tendo sido demitido e preso, chegando a responder a um IPM. Walter Carvalho considerou, inclusive, que ter sido convocado a trabalhar na Seção de Investigações apenas para que fosse facilitada a vigília sobre si próprio.¹¹⁷ Hugo Collarile Neto, que também trabalhou na Seção de Investigações, e Cláudio Benedito Guarnieri, que foi do Pelotão de Polícia da Aeronáutica, partilharam da mesma opinião de que só foram convocados para fazer parte destes grupos para que as investigações sobre eles fossem facilitadas.¹¹⁸ Ambos tinham ligações de amizade

¹¹⁶ *Ibidem.*

¹¹⁷ LIMA FILHO, Walter Carvalho. *Op. cit.*

¹¹⁸ COLLARILE NETO, Hugo. *Op. cit.*

ou parentesco com suspeitos de subversão e consideraram que estes foram os reais motivos das suas dispensas.

No caso de Cláudio Guarnieri, a relação era com Gianfrancesco Guarnieri, seu primo e ator, autor e diretor perseguido pela ditadura por sua posição política contrária ao regime e sempre presente em suas peças.¹¹⁹ Já Hugo Collarile Neto era amigo há anos do estudante da USP Koichi Tanaka, que participava de campanhas políticas ligadas ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido opositor à Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido que dava sustentação política à ditadura.¹²⁰ Certo dia, Hugo Collarile foi conduzido por um sargento de sua base ao pronto-socorro da cidade de Guarulhos (SP) para identificar o amigo que, segundo a informação oficial, ao tentar fugir, quando estava sendo preso pela Operação Bandeirante (OBAN),¹²¹ havia sido baleado.¹²² O amigo, assustado, temendo pela vida e percebendo que um dos que o prendiam fazia parte da Base Aérea, informou que conhecia o cabo Collarile. Dois dias após este fato, o cabo foi informado de que estava sob vigilância e terminantemente proibido de procurar ou saber da vida do amigo Koichi Tanaka. Caso contrário, teria igual destino. No entanto, passado um tempo, Hugo Collarile voltou a procurar o amigo e a manter o mesmo relacionamento de antes.¹²³

Havia no interior da Aeronáutica o medo de nova “contaminação” dos cabos pelo vírus do comunismo. Este temor fez com que a vigilância e o controle fossem constantes e, ao

¹¹⁹ GUARNIERI, Cláudio Benedito. *Op. cit.*

¹²⁰ Por conta da extinção dos partidos políticos existentes, decretada pelo Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, e das normas para constituição de novos partidos, estabelecidas pelo Ato Complementar n.º 4, de 20 de novembro de 1965, o sistema partidário brasileiro ficou reduzido a dois partidos: de um lado a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), fundada em 4 de abril de 1966, que se constituiu como o partido político de suporte à ditadura; de outro, fundado em 24 de março de 1966, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que se organizou como a frente oposicionista consentida. Cf. LIMA JR. Olavo Brasil de. “Aliança Renovadora Nacional (ARENA)” e “Movimento Democrático Brasileiro (MDB)”. In: ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.). *Op. cit.*

¹²¹ Criada em 1.º de julho de 1969, na área do II Exército (SP), a Operação Bandeirantes (OBAN) foi uma organização estruturada para integrar e centralizar as ações de combate às organizações armadas de esquerda na região de São Paulo e Mato Grosso. Em 1970, passa a fazer parte da estrutura do DOI-CODI. Cf. FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 115-135.

¹²² Koichi Tanaka foi preso por acusação de fabricação de armamentos e bombas caseiras. Cf. COLLARILE NETO, Hugo. *Op. cit.*

¹²³ *Ibidem.*

menor vestígio ou possibilidade de contestação à ditadura ou de subversão, o destino do cabo na FAB era traçado. Porém, tudo era feito para que isto ocorresse de acordo com a legalidade administrativa, que, no fundo, apenas obscurecia a natureza política do ato. Em suma, apesar de a Portaria 1.104-GM3, em tese, permitir a promoção dos cabos à patente de sargento via concurso para a E.E.Aer., de fato, esta possibilidade dependia não do mérito individual, mas do julgamento dos comandantes, o que, por sua vez, serviu para afastar da Aeronáutica aqueles considerados indesejáveis, evitando qualquer possibilidade de contestação à ditadura, por mais remota que fosse.

Não há Estado, por mais ditatorial que seja, sem lei, e não há uma oposição entre lei e o uso da violência. Em resultado, como quem controla o Estado é quem domina a lei e a prática da repressão, em uma sociedade dividida em classes, o poder legiferante pode ser usado ideologicamente para o exercício e manutenção do domínio de uma classe sobre outras. Este uso é eficaz, pois, como observa Nicos Poulantzas, nos Estados contemporâneos a legitimidade desloca-se em direção à legalidade, instância impessoal e abstrata. Devido a isto, a lei, graças ao seu caráter abstrato, formal e geral, se torna o dispositivo mais apto a preencher a função ideológica de cimentar a unidade de uma formação social, sob a égide da classe dominante.¹²⁴

O regime político construído no Brasil após 1964 fez uso da lei como ideologia e apresentou-se como tendo a finalidade de prover o bem comum, que incluía suprir uma demanda por ordem, procedente de determinadas parcelas da sociedade. Sustentado neste pressuposto, procurou “sanear” o país do “perigo comunista”, ao mesmo tempo em que tentava reforçar o seu projeto de dominação e estabelecer as bases para o prosseguimento do processo de acumulação capitalista através da eliminação dos óbices existentes. Assim, a

¹²⁴ POULANTZAS, Nicos. *Op. cit.*, p. 99.

criminalização das condutas políticas e a consequente cassação de militares foram postas como medidas de urgência, que visavam proteger a sociedade. Essa associação contribuía não só para a aceitação da ação, como também reforçava, em certos setores da sociedade, o sentimento de legitimidade da dominação militar. As noções de crime e poder são inseparáveis, e no caso brasileiro não foi diferente.

Especificamente quanto aos cabos da Aeronáutica, envoltos em uma máscara de ato administrativo legítimo, a Portaria 1.104-GM3 e os demais atos praticados pelo comando da força aérea citados são, notadamente, atos políticos, arbitrários e de exceção que, mediando relações de classe e se apresentando como provedoras do bem comum, obstruíram os canais de permanência e promoção dos cabos aos postos superiores. Esta legislação foi a ferramenta jurídica que serviu para dar aparência de legalidade à limpeza política efetuada no interior da FAB, de modo a promover a desmobilização político-ideológica, extinguindo a menor possibilidade de contestação à ordem interna e à situação política do país.

Nem sempre a natureza política destes atos é evidente e, para que a lei sirva aos interesses dos dominantes, é assim que ela deve ser. Segundo afirma Thompson, como corpo de regras e procedimentos, a lei possui como caráter específico a aplicação de critérios lógicos referidos a padrões de universalidade e igualdade e, se ela for manifestamente parcial e injusta, não servirá para mascarar, para legitimar nada, não contribuirá para a hegemonia de nenhuma classe. Para que exerça eficácia em sua função ideológica, é preciso que se mostre independente frente às manipulações flagrantes e pareça ser justa. Assim, deve preservar a lógica de seus critérios próprios de igualdade e universalidade sendo, às vezes, realmente justa.¹²⁵ Mas, em vários momentos, mesmo parecendo, ela não é justa.

Por terem sido estrategicamente elaboradas para apresentarem aspectos de atos da rotina administrativa, a fundamentação de que as alterações nas normas de engajamento e

¹²⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *Op. cit.*, p. 353-354.

reengajamento dos cabos da Aeronáutica tiveram motivação política não pode ser buscada apenas na estrutura legal. Para evidenciar esta natureza é preciso ampliar a análise de modo a considerar os aspectos históricos e a importância dos documentos preliminares e reservados (estudos e IPM's) produzidos pela Aeronáutica e que alicerçaram a edição das novas normas. Todos foram gerados em um ambiente de “caça às bruxas”, onde o regime ditatorial procurava “sanear” o país de todos os óbices e antagonismos reais ou potenciais considerados capazes de representar uma ameaça à nova situação política e ao processo de expansão do capitalismo.

A participação dos cabos da Aeronáutica nas revoltas dos sargentos e marinheiros foi a de coadjuvantes e a ACAFAB tampouco tinha a força das associações dos marinheiros ou dos sargentos. Mas, o apoio a estes movimentos, a existência desta associação e as inter-relações que havia eram motivos suficientes para o início do processo que culminou com a edição das portarias 1.103-GM2, de 8 de outubro de 1964, que excluiu dez cabos e um taifeiro da Aeronáutica, e 1.104-GM3, de 12 de outubro daquele ano, que funcionou de forma preventiva, “expulsando” gradualmente da Aeronáutica cabos com menos de oito anos de serviço ativo que, de outra forma, não poderiam ser licenciados. Estas “expulsões brancas”, ao mesmo tempo, tinham por objetivo impedir a formação de laços duradouros entre as praças e, em consequência, a reedição de movimentos considerados subversivos entre elas. Na prática, como vimos, seguindo a conceituação de Norbert Elias, os cabos da Aeronáutica formavam juntamente com as demais praças uma “configuração”. Como tal, suas ações não podiam ser vistas de forma isolada. Do mesmo modo, os atos que os atingiram, também não.

É inegável a motivação política escondida por trás do licenciamento dos militares que ingressaram na FAB sob a proteção da Portaria 570-GM3, de 23 de novembro de 1954, e que foram licenciados de acordo com a Portaria 1.104-GM3. O Ofício Reservado n.º 4, de 4 de setembro de 1964, que orientou a edição das novas normas, e o Ofício Reservado n.º 14, de 9

de abril de 1965, que sugeriu atenção aos reengajamentos, denunciavam este objetivo. Sua estratégia: renovar a corporação para evitar a mobilização dos cabos em movimentos considerados subversivos. Se a expulsão de alguns poucos cabos serviu para eliminar os líderes de então, as novas normas, ao impedir a permanência e dificultar a promoção destes indivíduos, obstaram o surgimento de novos representantes. Punia-se de forma direta e indireta, nítida ou dissimulada, os suspeitos de subversão, ainda que se tratasse apenas de uma hipotética futura subversão.

A lei pode servir à classe dominante. Não pretendo com esta afirmação sustentar a tese de que ela seja um mero instrumento submetido aos interesses do grupo detentor do poder. Muitas vezes, devido à própria necessidade de legitimação, os dominantes ficam restritos pelas suas próprias regras jurídicas contra o exercício da força direta e sem mediações. Em outras, também acreditam na retórica ideológica que as acompanha, para permitir que, em certas áreas, a lei seja o foro autêntico para tratar certos tipos de conflitos de classe.¹²⁶ Ocasões em que o governo sai derrotado nos tribunais são momentos que servem para consolidar o poder e acentuar a legitimidade, mas, ao mesmo tempo, funcionam como barreiras a certas pretensões do poder.¹²⁷

Todavia, não podemos entender as leis como sendo imparciais. Seria um fingimento uma igualdade perante a lei em um contexto de desigualdade de classes. Apesar dessa certa “submissão” à lei, um Estado pode alterar a legalidade quando não está satisfeito com ela, quando ela já não corresponde às suas necessidades do momento – e se a nova legalidade for aceita por uma parte significativamente importante da sociedade, ela também será considerada legítima. Não é demais lembrar que a lei moderna não intervém contra a violência do Estado, mas como organizadora do seu exercício. Como alega Poulantzas, considerando-se a

¹²⁶ *Ibidem*, p. 356.

¹²⁷ Sobre os embates entre o Executivo e o Judiciário e momentos em que este limitou a ação do primeiro durante o regime ditatorial pós-1964, ver: LEMOS, Renato Luís do C. Neto e. “Poder Judiciário e poder militar (1964-1969)”. In: CASTRO, Celso et al. (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bom Texto, 2004, p. 409-438.

resistência das massas populares, a lei permite a previsão política das classes dominantes e um cálculo estratégico que inclui em suas variáveis o fator resistência e luta das classes dominadas.¹²⁸ Seguindo este raciocínio, as alterações das normas de engajamento e reengajamento dos cabos da Aeronáutica, de modo preventivo e estratégico, procuraram satisfazer as necessidades da ditadura de reduzir o risco de resistência desta fração das praças militares, atingindo toda a categoria dos cabos e não só aqueles que comprovadamente tinham se envolvido em algum ato classificável como subversivo. Como salientou o então conselheiro-presidente da Comissão de Anistia, Marcello Lavenère Machado, ao contrário do Exército e da Marinha que, por meio de seus serviços de inteligência, procuraram identificar e punir os supostos subversivos de suas fileiras, a Aeronáutica, tentando evitar problemas futuros, seguiu o exemplo de Herodes, que, não localizando o menino Jesus, procedeu ao infanticídio geral.¹²⁹

¹²⁸ POULANTZAS, Nicos. *Op. cit.*, p. 104.

¹²⁹ MACHADO, Marcello Lavenère. “Manifestação para o Processo de Auditoria do Tribunal de Contas da União Sobre a Regularidade das Indenizações Concedidas aos Anistiados Políticos”. *Ministério da Justiça – Comissão de Anistia*, 12 de dezembro de 2006, p. 16.

Conclusão

A lógica da política repressiva adotada pela ditadura de classe implantada no Brasil em 1964 não pode ser identificada como base em uma análise descolada da conjuntura política internacional. Tampouco pode ser vista como consequência apenas de embates imediatamente anteriores à ação golpista. Da mesma forma, a que foi aplicada aos militares não deve ser encarada unicamente como resultado de conflitos intra-caserna. O capitalismo em sua nova fase de expansão apontava para os países em desenvolvimento. No entanto, o capital internacional necessita de certas garantias, da eliminação ou ao menos neutralização prévia de determinados obstáculos para que possa fluir de maneira constante e segura para tais regiões. Ao passo que o nacionalismo, com a defesa de uma política de desenvolvimento que objetivava a emancipação nacional, apontava em direção contrária a estes interesses. A repressão aplicada no Brasil, de modo geral, e sobre os militares, em particular, está inserida neste ambiente e ajuda a evidenciar o caráter de classe do regime e do projeto político instaurado.

A historiografia recente sobre a ditadura brasileira tem negligenciado o contexto mais amplo e plural no qual ela está inserida. A opção por uma observação de uma conjuntura mais curta e próxima ao golpe e o foco em ações de atores individuais faz perder a noção da estrutura do processo. O golpe e o regime estão intimamente ligados à disputa político-ideológica, intensificada a partir final da Segunda Guerra Mundial, pelo controle do Estado brasileiro e a consequente implementação de determinados projetos de desenvolvimento para o país.

Esta perspectiva faz realçar a lógica da política repressiva aplicada a militares como resultado do passado de conflito entre os defensores destes projetos antagônicos. Mais do que punir os que estiveram ligados ao governo João Goulart, de uma forma mais abrangente,

buscou-se atingir aqueles que, ao longo dos anos 1945-1964, se posicionaram em prol da defesa de uma política nacionalista para o Brasil. Dentre suas propostas, estava a tese da autodeterminação política e econômica do país, que, recorrendo à caracterização feita pela Liga da Emancipação Nacional, classifiquei como de “emancipação nacional”. A intenção era eliminar ou ao menos neutralizar os óbices e antagonismos ao processo de desenvolvimento classista associado-dependente ao capital internacional.

Assim como as linhas econômicas deste projeto, o uso de repressão para eliminação dos adversários políticos foi pensada e formulada em um período anterior à crise que resultou na deflagração do movimento civil-militar de 1964. A Escola Superior de Guerra (ESG) funcionou como *locus* onde tais teses foram debatidas. Embora a prática repressiva incluísse o recurso a inquéritos policial-militares (IPM's), a incriminação ao fim do processo não era condição necessária à cassação. Muitos militares foram punidos antes de ser iniciado qualquer IPM e, mesmo quando nada era comprovado, não havia uma reversão das suas situações. Estas punições, assim como a própria instauração dos IPM's possuía uma base jurídica (atos institucionais e decretos) criada para lhes dar sustentação e formulada de acordo com o que se discutiu na ESG ao longo dos anos.

As análises também tendem a afirmar que até meados dos anos 1950, o movimento nacionalista não possuía uma instituição capaz de concentrar os esforços de desenvolvimento de teses que ancorassem determinado projeto de desenvolvimento. A criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955, é apresentada como meio utilizado para suprir esta carência, mas, ao contrário da ESG, o instituto não tinha um projeto de poder e nem uma inserção grande nas Forças Armadas.

O foco usual sobre o movimento nacionalista e o projeto de emancipação nacional somente a partir da criação do ISEB faz perder de vista a intensa mobilização destas forças desde fins da década de 1940. Por conseguinte, não atenta para o fato de que idéias para um

desenvolvimento deste tipo para o país já haviam sido gestadas antes da criação do instituto e não apenas nas entidades e grupos considerados seus antecessores (Grupo de Itatiaia, Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política e os *Cadernos de Nosso tempo*). A agenda aberta em fins dos anos 1940 pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN) e continuada pelas demais entidades do movimento ao longo dos anos 1950, especialmente pela chapa nacionalista que disputou as eleições para a diretoria do Clube Militar e pela Liga da Emancipação Nacional (LEN), já trazia consigo, ainda que embrionariamente, interpretações e críticas sobre os principais problemas da realidade brasileira. Estas instituições consolidaram as teses de luta contra o imperialismo, especialmente com relação aos Estados Unidos, e de um desenvolvimento autodeterminado e centrado no papel do Estado. Politicamente, atuaram na tentativa de disseminá-las.

No que remete à participação dos oficiais superiores e generais cassados nestas associações, creio que há um ganho analítico ao recorrermos às noções de “partidos militares” e “configuração”.

A opção por avaliar o regime unicamente pela ótica das questões institucionais é problemática. Esta perspectiva atribui aos militares uma autonomia com relação ao restante da sociedade que não existe. Isto faria observar as cassações unicamente como resultado de conflitos entre militares em busca do poder interno. Por outro lado, uma análise das Forças Armadas como instrumento faz apagar as demandas próprias dos militares e também dos grupos burgueses nacionais. Tais correntes desconsideram o processo permanente de interação entre militares e civis e o caráter de classe inerente não só à repressão, mas a toda a prática ditatorial.

Dada a composição das entidades nacionalistas e o papel fundamental que um grupo significativamente constante de militares desempenhava – presidindo efetivamente ou participando da direção – é possível afirmar a importância da facção militar do movimento

nacionalista e a existência de um “partido militar” no interior das Forças Armadas que desenvolveu, defendeu e disseminou teses de autodeterminação política e econômica para o Brasil. Em complemento, ao identificarmos que muitos dos oficiais gerais e superiores cassados não faziam parte da elite dirigente, mas simpatizavam e participavam com ações destas associações, é possível deduzir que a rede de relacionamentos constituída, que a interdependência existente, que a “configuração” foi um motivo relevante para a decisão de cassá-los. O mesmo vale para os oficiais intermediários e subalternos: a rede a que pertenciam, ainda que puramente funcional, foi determinante para que fossem punidos. O raciocínio também é extensivo aos cabos da Aeronáutica e às demais praças.

As evidências empíricas apresentadas sobre a atividade política das entidades nacionalistas, e sobre a relação entre os militares cassados e este movimento, consolidam as minhas objeções quanto à percepção de que o foco das cassações foram os militares diretamente ligados a João Goulart. Tal perspectiva atribui à figura individual do ex-presidente o centro da ação e a razão explicativa tanto do golpe quanto do desenrolar do regime. Embora não diretamente voltada para a análise da política repressiva, ao adotar esta perspectiva sobre o golpe e o regime, a historiografia faz obscurecer as reais motivações por trás de um número significativo de cassações. O sentido maior do processo de repressão pode ser encontrado não apenas em uma resposta às atitudes de Jango e seus partidários. Suas raízes estão deitadas sobre uma postura de combate a uma política de desenvolvimento político e econômico nacionalista que vinha de anos anteriores àquele governo. Cabe lembrar que já na primeira metade dos anos 1950 os militares nacionalistas sofreram forte repressão em função de suas atividades em prol do movimento.

Outro objetivo meu foi resgatar o processo repressivo na sua dimensão preventiva. A concentração dos analistas nas cassações aos oficiais gerais e superiores e, quando muito, aos sargentos e marinheiros, faz ignorar a repressão que atingiu os oficiais intermediários e

subalternos e as outras praças militares. Ainda que a lógica que presidiu estas cassações também tenha por norte um combate à política nacionalista, ao atingir, desde os seus primeiros dias, homens que na prática não haviam participado deste movimento, mas que se supunha poderiam reeditá-lo, assume um caráter preventivo.

A cassação de oficiais que não participaram de nenhuma das associações nacionalistas e para os quais não havia indícios de atuação política intra ou extra-caserna, mas que administrativamente estavam ligados a militares com tais características leva a esta conclusão. Nos relatórios dos IPM's, esta proximidade é literalmente apresentada como justificativa para o afastamento preventivo, porém definitivo, destes militares. Além deles, a reformulação nas normas de engajamento e reengajamento dos cabos da Aeronáutica e as dificuldades apresentadas para aqueles que tentavam transpor as barreiras estabelecidas pelas novas regras e assim permanecer na FAB denunciam a preocupação com o ressurgimento dos movimentos das praças militares.

Embora uma análise mais detida da legislação criada e/ou empregada para sustentar as cassações, especialmente dos oficiais, tenha ficado de fora deste trabalho, os argumentos aqui apresentados dialogam com a tese de que a lei foi utilizada como elemento de poder, como instrumento ideológico capaz de sustentar e reforçar a dominação de uma classe, ou fração de classe, sobre outras. Cabe salientar que a necessidade desta base legal, em grande parte produzida após o golpe, estava assentada na consciência de que, ao menos para parte do grupo que deu o golpe, a manutenção do poder não poderia estar fundamentada exclusivamente na força. A defesa e uso de procedimentos democráticos era condição essencial para a preservação do poder, mesmo que eles justificassem a aplicação de medidas arbitrárias. A execução desta “democracia restrita”, da mesma forma que a repressão, já era vislumbrada nos cursos da ESG. Fica, todavia, o registro da necessidade de se fazer um estudo aprofundado sobre a temática.

Existem, ainda, séries de fontes, como as atas das reuniões do Conselho de Segurança Nacional, outros IPM's e processos abertos contra militares, memórias, que, se analisados, podem reforçar os aspectos destacados nesta pesquisa e/ou apresentar outras nuances desta complexa conjuntura. O acesso a elas nem sempre é fácil ou mesmo permitido, o que, em face dos limites a que pesquisas deste tipo estão sujeitas, impediram o seu uso. Esta não é, no entanto, uma justificativa para que se deixe de buscá-las. Mais do que um objetivo, esta é uma obrigação.

Há outra observação a ser feita: mesmo que não se negue a existência de militares cassados e, vez ou outra a atenção dos analistas permita um vaguear por tais casos, os estudos sobre a participação militar na conjuntura do golpe e do regime tendem, de modo geral, a privilegiar o papel dos militares golpistas. Até mesmo os trabalhos que se dedicam à análise das memórias sobre o regime, quando tratam dos militares, se debruçam quase que exclusivamente sobre os partícipes da ditadura. Raros são os que deram alguma atenção à trajetória dos militares cassados após o golpe. Esta é outra lacuna que precisa ser coberta e com urgência, visto a idade avançada da maioria destes homens.

As conclusões apresentadas não visaram, em nenhum momento, esgotar a temática, muito menos atestar a existência de um padrão único, rígido que explique toda e qualquer cassação de militar ocorrida após 1964. Há uma variedade de motivações que resultaram em cassações: vinganças pessoais, suspeita de fraude, ligações familiares etc. O que pretendi foi enfatizar a existência de um padrão mais geral que deu a tônica para um número significativo de cassações de militares: uma política repressiva que tinha como foco aqueles que defendiam uma proposta política de cunho nacionalista, não só para as Forças Armadas, mas para o Brasil.

Quis aqui mostrar que a repressão aplicada a militares está inserida em um contexto de disputa política mais geral e amplo, e que só encontra sentido quando analisada

conjuntamente com o processo de disputa política intra e extra-caserna a partir do fim da Segunda Guerra. Isto obrigou a pensar o papel dos militares não como grupo autônomo e muito menos unido, tampouco como instrumento de interesses externos, mas como uma categoria fracionada politicamente e em identificação/associação permanente com grupos civis.

Considero, por último, em face das revisitações constantes a que um período tão recente e importante da nossa história tem sofrido, que não ignoremos que os anos de ditadura, e a proposta política que ele representou e fez prevalecer, não foram fruto de um acaso ou mesmo resultado de conjunturas políticas imediatas. Suas raízes remetem a um período mais longo e se combinam com um processo de disputa política entre, grosso modo, dois projetos distintos de desenvolvimento para o Brasil. De um lado, aqueles que defendiam um projeto nacionalista com maior autonomia para o país e uma maior participação dos setores populares. De outro, os que pleiteavam uma modernização conservadora, de cunho liberal e associada ao capital internacional. Este grupo sagrou-se vencedor e, através da adoção uma política repressiva ampla, eliminou seus oponentes, “limpou” o ambiente político e social, de modo a permitir o sucesso de seu projeto político-econômico. Também nisto foram vitoriosos, como sugere a proposta de desenvolvimento adotada no país ainda hoje.

Referências bibliográficas

1) Fontes Primárias:

a) Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Universidade de Campinas (Unicamp) – Campinas/SP:

- Fundo Brasil: Nunca Mais (BNM).

b) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) – Rio de Janeiro/RJ:

- Fundo “Polícias Políticas” do arquivo do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB).

c) Clube Militar

CLUBE MILITAR. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): Resumo histórico dos 91 anos de existência.*

CLUBE MILITAR. *Revista do Clube Militar*

d) Escola Superior de Guerra:

BARBOZA, Mário Gibson Alves. *Cooperação Internacional: A OEA e o sistema de segurança interamericano.* Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-006-51, 1951.

BRILHANTE, Manuel de Azambuja et alii. *O Brasil e o “Ponto IV”.* Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, G-006-51, 1951.

CARNEIRO, Otávio Dias. *O Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para Reconstrução e Fomento.* Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-007-52, 1952.

COSTA, Sérgio Correia da. *O Estado Soberano e a Regra de Direito Internacional.* Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-003-52, 1952.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. *Manual Básico.* Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos, 1975.

FRAGOSO, Augusto. *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária.* Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-85-59, 1959.

FREITAS, Jorge Emílio de Souza. Conceito Estratégico Nacional: fatores internacionais. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, C-013-52, 1952.

GOMES, Henrique de Souza. A Noção de Segurança Coletiva e o Conceito de Neutralidade. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-001-52, 1952.

LATOURE, Jorge. Democracia e Nacionalismo. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-008, 1950.

LIMA, Orestes da Rocha. O Ponto IV – Sua Aplicação ao Brasil. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, G-007-52, 1952.

MACHADO, José Bina, Conseqüências Militares do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, C-012, 1950.

MASCARENHAS, Ajalmar Vieira. A ESG e a Organização da Segurança Nacional. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, C-01-56, 1956.

SARDENBERG, Idálio. Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra. In: FRAGOSO, Augusto. A Escola Superior de Guerra: evolução, atualidade, perspectiva. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, C1-123-71, 1971, anexo n.º 1.

SILVA, Jorge de Carvalho e. Cooperação Econômica Brasil – Estados Unidos. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-011-51, 1951.

SOARES, Álvaro Teixeira, O Panorama do Hemisfério – A Política dos EUA na América Latina. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-04-53, 1953.

TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. A Segurança Nacional: sua conceituação e seu estudo na ESG. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, C-01-59, 1959.

_____. A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: conceituação e inter-relações. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, A-01-53, 1953.

_____. A Segurança Nacional e a ESG. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, C-01-54, 1954

VASCONCELOS, Armando V. P.. A Escola Superior de Guerra (ESG): sua organização e atividades. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, D-06-60, 1960.

VIANNA, Antonio Mendes. África e o Ponto IV de Truman. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-011, 1950.

- e) Arquivo Histórico do Exército - Ministério do Exército – Rio de Janeiro/RJ:
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Almanaque do Ministério do Exército*.
- f) Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica – Rio de Janeiro/RJ:
- MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. *Almanaque Militar da Aeronáutica*.
 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. *Boletim do Ministério da Aeronáutica*.
- g) Serviço de Documentação da Marinha – Rio de Janeiro/RJ:
- MINISTÉRIO DA MARINHA. *Almanaque do Ministério da Marinha*.
 - MINISTÉRIO DA MARINHA. *Almanaque de Oficiais da Reserva da Marinha*.
 - MINISTÉRIO DA MARINHA. *Boletim do Ministério da Marinha*.
- h) Periódicos
- *Correio da Manhã*
 - *O Dia*
 - *Diário de Notícias*
 - *Diário Oficial da União*
 - *O Globo*
 - *Imprensa Popular*
 - *O Semanário*
 - *Última Hora*
- i) Depoimentos orais – Jordan Advocacia

ANTÔNIO, Carlos. Carlo Antônio: depoimento [jul. 2007]. Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia.

COLLARILE NETO, Hugo. Hugo Collarile Neto: depoimento [out. 2006] Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia.

CONCEIÇÃO, Alcides Antônio da. Alcides Antônio da Conceição: depoimento [set. 2006]. Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia.

FRAGA FILHO, Francisco Gomes. Francisco Gomes Fraga Filho: depoimento [out. 2006]. Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia.

GUARNIERI, Cláudio Benedito. Cláudio Benedito Guarnieri: depoimento [jul. 2006]. Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia.

LIMA FILHO, Walter Carvalho. Walter Carvalho Lima Filho: depoimento [ago. 2006]. Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia.

MACHADO, José Aparecido Oliveira. José Aparecido Oliveira Machado: depoimento [jul. 2007]. Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia.

ORESTES NETO, Angelo. Angelo Orestes Neto: depoimento [nov. 2006]. Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia.

SILVA, Edson Sodero. Edson Sodero Silva: depoimento [jul. 2007]. Entrevistadora: Maria Dolores Rodrigues Jordan Orfei Abe. São José dos Campos/SP: Jordan Advocacia.

j) Documentações cedidas por militares:

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. “Boletim Reservado n.º 21”. Diretoria de Pessoal do Ministério da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, 11 maio de 1965.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. “Ofício Reservado n.º 4”. Ministério da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, 4 de set. de 1964.

BAPTISTA, Ernesto de Mello. “Exposição de Motivos n.º 138”. Ministério da Marinha, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1964.

k) Documentos em meio eletrônico:

BRASIL. Revista Jurídica Virtual. Brasília, vol. 1, n.º 3, junho de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_03/ordenamento%20jur%20brasil.htm. Acesso em: 16 de maio de 2010.

ELMO. Disponível em: <http://www.turmaelmo.kit.net/turma.htm>. Acesso em: 13 de março de 2010.

ESQUINA URBANA. Mauro Vinhas de Queiroz. Disponível em: <http://blog.clickgratis.com.br/geraldonogueira/page2/&thisy=&thism=&thisd=>. Acesso em 9 de maio de 2010

EX-CABOS DA AERONÁUTICA. Disponível em:
<http://cabospos64.blogspot.com/2006/06/conhea-o-voto-de-anistia-de-um-ex-cabo.html>.
 Acesso em: 4 de junho de 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto n.º 13.186, de 16 de fevereiro de 1962. Disponível em:
<http://64.233.163.132/search?q=cache:2F2DiQjoCKQJ:www.pdtrs.com.br/documentos/DECRETO%2520DE%2520ENCAMPA%C3%87%C3%83O%2520DA%2520ITTC.doc+DECRETO+N%C2%BA+13.186,+DE+16+DE+FEVEREIRO+DE+1962&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 2 de março de 2010.

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA. Disponível em:
<http://www.jid.org/index.php?lang=pt>. Acesso em: 13 de junho de 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/tiar.htm>. Acesso em: 5 de junho de 2009.

OEA. *Organização dos Estados Americanos*. Disponível em:
http://www.oas.org/key_issues/por/KeyIssue_Detail.asp?kis_sec=17. Acesso em: 6 de junho de 2009.

SÚMULA ADMINISTRATIVA n.º 2002.07.0003 – CA, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, p. 1. Disponível em: <http://cabospos64.blogspot.com/2006/06/conhea-o-voto-de-anistia-de-um-ex-cabo.html>. Acesso em: 4 de junho de 2007.

TRUMAN, Harry S. *President Harry S. Truman's address before a joint session of Congress, march 12, 1947*. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp. Acesso em: 6 de julho de 2009.

UNIÓN PANAMERICANA. Cuarta Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores – Acta Final, Washington, D.C., 1951, pp. 6-7. Disponível em:
<http://www.oas.org/consejo/sp/RC/RCactas.asp>. Acesso em: 14 de junho de 2009.

2) Obras teórico-metodológicas:

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Trad.: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERRERA, Marieta de Moraes, (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 183-191.

_____. *O Poder Simbólico*. Trad.: Fernando Tomaz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de textos”. In: ____ (org.s). *Domínios da História - Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375-399.

CARDOSO, Ciro Flamarion. "Semiótica, História e Classes Sociais". In: _____. *Ensaaios Racionalistas - Filosofia, Ciências Sociais e História*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 61-92.

CHARLE, Christophe. "A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas". In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 41-53.

DURKHEIM, Émile. "Solidariedade mecânica ou por similitudes". In: _____. *Da Divisão do Trabalho Social*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 39-83.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Trad.: Ruy Jungmann. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: _____. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. 1.^a reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1990

_____. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. M.^a Betânia Amoroso. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. Trad.: Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Trad.: Renato Raul Bosch. Rio de Janeiro: Forense-Universitária / São Paulo: Editora da USP, 1975.

_____. "O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares". Trad.: José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

LEVI, Giovanni. "Usos da biografia". In: AMADO, Janaína; FERRERA, Marieta de Moraes, (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 167-182.

LORIGA, Sabrina. "A biografia como problema". In: REVEL, Jacques (org.), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

MORAES, João Quartim de. "Alfred Stepan e o mito do poder moderador". In: *Filosofia e Política*, Porto Alegre, LP&M, 1985, p. 163-199.

MOSNA, Karl. "James C. Scott e Resistência Cotidiana no Campo: uma avaliação crítica", *Bib*, Rio de Janeiro, n.º. 49, 2000, p. 95-121.

NEUMANN, Franz. "Notas sobre a teoria da ditadura". In: _____. *Estado Democrático e Estado Autoritário*. Trad.: Luiz Corção. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

NIETHAMMER, Lutz. *Conjunturas de identidade coletiva*. In: *Projeto História*, São Paulo, n.º 15, abril 1997, p. 119-144.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez Editora / Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1996.

PEIXOTO, Antônio Carlos. “Exército e Política no Brasil: Uma crítica dos modelos de interpretação”. In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Trad.: Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Record, s.d., p. 27-42.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989, p. 3-15.

_____. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992, p. 200-212.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Trad.: Rita Lima. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. *Poder Político e Classes Sociais*. Trad.: Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RÉMOND, René. “Do político”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Trad.: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 441-453.

_____. “Uma história presente”. In: ____ (org.). *Por uma História Política*. Op. cit., p. 13-36.

RODRIGUES, Cândido Moreira. “Apontamentos sobre o Pensamento de Carl Schmitt”. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, jan./ jun. 2005, p. 76-94.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. “Franz Neumann, o direito e a teoria crítica”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo: CEDEC, v. 61, 2004, p. 53-73.

ROUQUIÉ, Alain. “Os Processos Políticos nos Partidos Militares do Brasil: Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional”. In: ____ (coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Trad.: Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Record, s.d., p. 9-26.

SCHMITT, Carl. *La Dictadura: desde los comienzos del pensamiento moderno de la soberanía hasta la lucha de clases proletaria*. Trad.: José Díaz García. Madrid: Ediciones de la Revista de Occidente, 1968.

SIRINELLI, Jean-François. “A Geração”. In: AMADO, Janaína; FERRERA, Marieta de Moraes, (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 131-137.

STONE, Lawrence. “Prosopography”. In: GILBERT, Felix & GRAUBARD, Stephen R. (eds). *Historical Studies Today*. New York: W. W. Norton & Company, 1972, p. 107-140.

THOMPSON, E. P.. “O Domínio da Lei”. In: _____. *Senhores e Caçadores*. 2ª ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 348-361.

VELHO, Gilberto. 1994. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

VILAR, Pierre. "Historia del derecho, historia total". In: _____. *Economía, derecho, historia. Conceptos y realidades*. Barcelona: Ariel, 1983, p. 106-137.

3) Obras Específicas sobre História do Brasil contemporâneo e História Militar:

ADERALDO, Vanda M.^a Costa. *A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programa*. 1978. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

ALBA, Victor. "As fases do Militarismo na América Latina". In: LIEUWEN, Edwin et alii. *Militarismo e Política na América Latina*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, p. 74-90.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de, e MARIN, Richard. "Guerra Revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a ideologia francesa (1957-1972)". In: D'ARAÚJO, M.^a Celina era lii (org.s). *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas – I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008, p. 189-204.

ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina*. 2.^a ed. Ampliada. São Paulo: GRD / Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983.

AYERBE, Luís Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Marti a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BISOL, José Paulo. *Criminosos Perpétuos: histórico de um caso*. Rio de Janeiro: Editora CODPOE, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique, "Imperialismo e Dependência na América Latina". In: _____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 3.^a ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1977, pp. 186-211.

_____. "O modelo político brasileiro". In: _____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 3.^a ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1977, p. 50-82.

CARDOSO, Rachel Motta. *Depois, o golpe: as eleições de 1962 no Clube Militar*. 2008. 172f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CARLONI, Karla Guilherme. *Forças Armadas e Democracia no Brasil: O 11 de Novembro*. 2005. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

MACHADO, Flávia Burlamaqui. *As Forças Armadas e o Processo de Anistia no Brasil (1979-2002)*. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CARVALHO, José Murilo. “Vargas e os Militares”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 341-345.

_____. “Vargas e os Militares: aprendiz de feiticeiro”. In: D’ARAÚJO, M.^a Celina (org.). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 55-81.

CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (org.s). *Crise e Transformação dos Regimes Autoritários*. São Paulo: Editora da Unicamp, s.d.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca da Identidade – O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

COMBLIN, P^o. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional. O poder militar na América Latina*. 3^a. ed. Trad.: A. Veiga Fialho. 3.^a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DEL VECCHIO, Angelo. “Visões de um objeto incômodo: o regime militar brasileiro”. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, n.º 15, 2003, p. 63-84.

DINIZ, Eli, “Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85”. In: D’ARAÚJO, M.^a Celina et alii (org.s). *Vinte e um anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 198-231.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Trad.: Else Ribeiro Pires Vieira (superv.), Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. “O modelo autocrático-burguês de dominação capitalista”. In: _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.^a ed. São Paulo: Globo, 2006, p. 337-424.

FERNANDES, Jayme Ribeiro. *Os “Combatentes da Paz”: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950)*. 2003. 188f. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil militar de 1964”. In: ____ e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.s). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 3., p. 343-425.

FERREIRA, Oliveiros S. *A vida e a morte do partido fardado*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

FERREIRA, Roberto Martins. *Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2005.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *O Grande Irmão: Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p.29-60.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961- 1964*. São Paulo: Paz e terra, 1993.

FIGUEIREDO, Marcus. “A Política de Coação no Brasil Pós-64”. In: KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, p. 105-202.

FRÓES, Helmício. *Véspera do 1º de Abril, ou, Nacionalistas x Entreguistas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.

GAIO, André Moysés. *Em busca da remissão: a mobilização militar pela democracia*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1997.

JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1958.

SILVA, Golbery do Couto. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 3.ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

HAYES, Robert A. *Nação Armada: A Mística Militar Brasileira*. Trad.: Deley G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Trad.: Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JOHNSON, J. J. “Os militares latino-americanos como políticos”. In: LIEUWEN, Edwin e outros. *Militarismo e Política na América Latina*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1964, pp. 38-73.

KLEIN, Lúcia. “Brasil pós-64: a nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade”. In: KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, pp. 11-103.

LEMOS, Renato Luís do C. Neto e. “Poder Judiciário e poder militar (1964-1969)”. In: CASTRO, Celso et al. (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bom Texto, 2004, pp. 409-438.

LIEUWEN, Edwin. et alii. *Militarismo e Política na América Latina*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

MACHADO, Flávia Burlamaqui. *As Forças Armadas e o Processo de Anistia no Brasil (1979-2002)*. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS F.º. João Roberto. “A Influência Doutrinária Francesa sobre os Militares Brasileiros nos Anos de 1960”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, n.º 67, junho/2008, p. 39-50.

_____. *O Palácio e a Caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos (SP): Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1996.

MEIRELLES, Bolívar Marinho S. 1990. *Conflitos Políticos e Ideológicos nas Forças Armadas Brasileiras (1945-1964)*. 180f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública)-Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1990.

MENDONÇA, Sônia R. de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

MIRANDA, M.ª Augusta Tibiriçá. *O Petróleo é nosso: a luta contra o “entreguismo”, pelo monopólio estatal*. 2.ª ed. São Paulo: Ipsis, 2004.

MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais – Um relato para a história*. 18.ª edição, Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Projeto Brasil: Nunca Mais – Tomo III: Perfil dos atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MONTARROYOS, Joseide Gomes. *Educação de Adultos como Doutrinação: fundamentos e métodos da divulgação da doutrina de “segurança e desenvolvimento” do Brasil, através das atividades da Escola Superior de Guerra e sua associação de diplomados*. 1979. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1979.

MORAES, João Quartim de. “O colapso da resistência militar ao golpe de 64”. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.) *1964: Visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1997, p. 117-133.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50”. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n.º 35, 1998.

MOROSINI, Liseane. *Mais deveres que direitos: os sargentos e a luta pela cidadania negada (1930-1960)*. 1998. 203f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

MUNHOZ, Sidnei J. “Ecos da emergência da guerra fria no Brasil (1947-1953)”. *Diálogos*, Paraná, v. 6. p. 41-59.

NEVES, Lucília de A. “Espada elitista: cassação de deputados operários em Minas Gerais”. *Lócus: Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 5, n.º 2., 1999, p. 55-72.

O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*. Trad.: Cláudia Schilling. São Paulo: Vértice, 1986.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Paulo Afonso Martins de. *Atos Institucionais: Sanções Políticas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay: terror de estado e segurança nacional: Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar*. 2005. 434f. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PARUCKER, Paulo Eduardo C. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964)*. 1992. 332f. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1992.

PEREIRA JR., Jessé P. “Os Atos Institucionais em Face do Direito Administrativo”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.º 47, 1978, p. 77-114.

PYE, L. W. “Os exércitos e o processo de modernização política”. In: LIEUWEN, Edwin e outros. *Militarismo e Política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso na Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1904 a 1906*. 2008. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do Mar: O Movimento dos Marinheiros e o Golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, 2004.

ROUQUIÉ, Alain. *Estado militar na América Latina*. Trad.: Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SANTOS, Everton Rodrigo. *Ideologia e dominação no quadro da transição democrática no Brasil (1974/1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra*. 2005. 301f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1981.

SMALLMAN, Shawn C. “A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64)”. In: CASTRO, Celso et alii (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas / Bom Texto, 2004, p. 389-408.

_____. *Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889–1954*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. “As Políticas de Cassações”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.º 21, 1979, p. 69-85.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política – As mudanças de padrões na vida brasileira*. Trad.: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

URÁN, Ana María Bidegain. *Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina*. Trad.: Jaime A. Classen. Petrópolis: Vozes, 1987.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *A Preservação do Legislativo pelo Regime Militar Brasileiro: ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968)*. 2004. 342f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

4) Obras Gerais sobre História do Brasil e História da América:

ALVES, M.^a. Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil, 1964-1984*. Trad.: Clóvis Marques. 4.^a Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações: A Época Moderna*. Tradução: Paulo Zingg e J. Guinsburg. 3.^a ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

FIECHTER, Georges-Andre. *O Regime Modernizador do Brasil - 1964-1972*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974.

GASPARI, Elio. *As Ilusões Armadas - A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. *As Ilusões Armadas - A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 5.^a edição, trad. Ismênia Tunes Dantas (coord.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

5) Memórias, depoimentos e crônicas políticas da época:

AMARAL, Marina. “Nós, os marujos”, *Caros Amigos – Especial: O Golpe de 64*, São Paulo, n.º 19, março/2004, p. 18-19.

BRANCO, Carlos Castello. *Os Militares no Poder*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, vol. 1, 1977.

_____. _____. vol. 2, 1978.

_____. _____. vol. 3, 1979.

CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

D'ARAÚJO, M.^a. Celina et alii (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DUARTE, Antônio. *A Luta dos Marinheiros*. Rio de Janeiro: Inverta, 2005.

MELLO, Jayme Portella. *A Revolução e o Governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.

SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos: Militares x militares*. Petrópolis: Vozes, 1988.

6) Obras de Referência:

ABREU, Alzira Alves et alii. (coord.s.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. 2^a ed. rev. e atualiz. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001, 1 CD-ROM.

BOBBIO, Norberto MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.s). *Dicionário de Política..* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, s/d. 1 CD-ROM.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio C. e VEIGA, Sandra M. *Novo Vocabulário Político*. Rio de Janeiro: Fase / Petrópolis: Vozes, 1992, v. 1.

OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (org.s). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, s.d..

SILVA, Benedicto (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986, 2 v.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)